



SOCIOLOGIA DOS GRUPOS PROFISSIONAIS

**DILEMAS CLÁSSICOS E
CONTRIBUIÇÕES RECENTES**

**Fernanda Rios Petrarca
Valdênio Freitas Meneses**
(organização)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR | Valter Joviniano de Santana Filho

VICE-REITOR | Rosalvo Ferreira Santos

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA EDITORIAL | Maíra Carneiro Bittencourt Maia

COORDENAÇÃO GRÁFICA | Luís Américo Silva Bonfim

CONSELHO EDITORIAL

Alisson Marcel Souza de Oliveira

Ana Beatriz Garcia Costa Rodrigues

Carla Patrícia Hernandez Alves Ribeiro César

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso

Fernando Bittencourt dos Santos

Flávia Lopes Pacheco

Jacqueline Rego da Silva Rodrigues

Luís Américo Bonfim

Maíra Carneiro Bittencourt Maia (Presidente)

Petrônio José Domingues

Renata Ferreira Costa Bonifácio

Yzila Liziane Farias Maia de Araújo



Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"

Jardim Rosa Elze - CEP: 49100-000 São Cristóvão - Sergipe

Contatos: +55 (79) 3194-6920 Ramais 6922 ou 6923

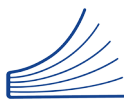
editora@academico.ufs.br

www.editora.ufs.br | www.livraria.ufs.br

SOCIOLOGIA DOS GRUPOS PROFISSIONAIS

DILEMAS CLÁSSICOS E CONTRIBUIÇÕES RECENTES

Fernanda Rios Petrarca
Valdênio Freitas Meneses
(organização)



EditoraUFS

São Cristóvão - SE | 2022

© Editora UFS, 2022.

Direitos para esta edição cedidos à Editora UFS. Qualquer parte desta publicação poderá ser utilizada e transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, desde que citada a fonte.

Obra selecionada e publicada com recursos públicos advindos do Edital 001/2021 do Programa Editorial da UFS.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA | Jeane de Santana

CAPA | Carlos Henrique Filgueiras Prata de Almeida

PREPARAÇÃO E REVISÃO | Fernanda Rios Petrarca, Juliane Rios Petrarca e Vanessa Góes



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Sociologia dos grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes
[recurso eletrônico] / organizadores: Fernanda Rios Petrarca, Valdênio Freitas
Meneses. - São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2022.

S678 335 p.

ISBN 978-65-86195-79-8

1. Sociologia. 2. Grupos sociais. 3. Medicina - Sergipe. 4. Profissões. 5. Modelos (Pessoas).
6. Cultura. 7. Política e cultura. I. Petrarca, Fernanda Rios. II. Meneses, Valdênio Freitas. III.
Título.

CDU 316.35

SUMÁRIO

6	Apresentação
15	Seção I – Condições Sociais de Institucionalização e Credenciamento Profissional
16	Capítulo 1 – Profissão Médica e Espaços de Atuação: uma investigação sobre os médicos e seus espaços profissionais em Sergipe Igor da Silva Salmeron
45	Capítulo 2 – De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900) Fernanda Rios Petrarca
78	Capítulo 3 – Uma Engenharia de “saúde e rusticidade” no século XX: regionalismo e obras contra as secas na biografia de Eurípedes de Oliveira Valdênio Meneses
107	Seção II – Socialização, Cultura e Carreira Profissional
108	Capítulo 4 – Análise da carreira de modelo: formatos de inserção, habilidades profissionais e recursos de consagração Karina Garcia Santos Cruz
128	Capítulo 5 – Recursos sociais e inserção dos chargistas no espaço da imprensa escrita em Sergipe Alex Menezes de Carvalho; Wilson José Ferreira de Oliveira
165	Capítulo 6 – Carreiras militantes, redes de sociabilidade e formas de engajamento na luta contra AIDS em Sergipe Maria Rita Ribeiro; Fernanda Rios Petrarca
195	Capítulo 7 – Como se forja um cangaceiro: uma análise da carreira do bando de Lampião Felipe Trindade de Souza
232	Seção III – O Ofício da Política: recursos sociais, profissionalização e competição eleitoral
233	Capítulo 8 – Rede de Base Familiar em Sergipe: disputas partidárias, alianças e profissionalização política Pâmella Synthia Santana Santos
260	Capítulo 9 – Perfis Políticos Profissionais: os usos dos recursos e habilidades sociais na construção do cargo de vereador Fagner dos Santos Bomfim
298	Capítulo 10 – Estratificação digital e política profissional: a visibilidade nas mídias sociais Saulo Barbosa
330	Sobre as autoras e os autores
334	O LEPP na rede



APRESEN TAÇÃO

Este livro reúne um conjunto de artigos resultantes de pesquisas (dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pesquisa) no âmbito da linha “Sociologia dos Grupos Profissionais”, do Laboratório de Estudos do Poder e da Política da Universidade Federal de Sergipe (LEPP/UFS). Esses trabalhos têm como eixo comum a reflexão sobre a dinâmica e a organização dos espaços profissionais e suas interfaces com a política, seja no que diz respeito às lutas e aos conflitos pelo estabelecimento de fronteiras, seja no que tange ao peso da esfera política na construção de espaços de atuação profissional.

A análise sociológica das profissões formou um domínio de investigação e constituiu um objeto legítimo de pesquisas que tem suscitado divergentes interrogações. Tais divergências, inicialmente, podem ser observadas pela variação no uso de um conjunto de termos, como “profissão”, “grupos profissionais”, “ocupação”, “profissionalização”, empregados alternadamente para definir o objeto em questão e que resultam tanto de confrontos teóricos e metodológicos quanto de esforços e estratégias de diferentes autores na construção desta linha de estudos.

O tema, que ficou durante décadas concentrado na produção sociológica anglo-americana, apresentou forte expansão sobretudo na sociologia francesa. Esta última, tradicionalmente, voltou-se mais para os conflitos no mundo do trabalho relegando às profissões um papel marginal. Um dos efeitos disso foi a polarização entre “socio-

logia das profissões”, com ênfase nas atividades liberais e mais influente nos países anglo-americanos, e a “sociologia do trabalho”, com destaque para o movimento sindical e mais dominante na França. Tal polarização teórica é resultado, em parte, da dinâmica do mundo profissional nestes países. Na França, o modelo da profissão liberal não teve o mesmo impacto que nos Estados Unidos, mas foi significativa a existência de um movimento operário político sindical muito mais autônomo (CHAPOULIE, 1973). Isso fez com que determinados temas, como organização sindical, mundo do trabalho, classe operária, tivessem uma importância maior. Nesse sentido, as diferentes formas como as atividades profissionais se organizaram tiveram implicações profundas na produção teórica das ciências sociais, influenciando problematizações, formulações de conceitos e formas de análise. Ao contrário do que, com frequência, somos levados a pensar, as teorias e os conceitos são históricos e geograficamente situados e estão associados às circunstâncias empíricas a partir das quais emergem, como destaca Becker (2009).

Além disso, as teorias como conjuntos homogêneos e unificados de pensamento são mais o resultado de uma luta política – ou seja, correspondem a uma estratégia de disputa entre grupos e autores para fazer valer sua visão de mundo sobre o espaço social – do que uma luta científica de disputa entre conceitos abstratos. Assim, no universo sociológico, como em todos os outros, está em jogo uma luta pelo monopólio da legitimidade, sobretudo dos objetos.

A emergência contemporânea deste tema pode ser observada pelo lançamento de um conjunto de livros e dossiês, além de monografias, dissertações e teses¹, que expõem pesquisas recentes sobre diferentes universos profissionais. O desenvolvimento desses tra-

1 Dentre os lançados recentemente, podemos citar: *La Sociologie des Professions* (CHAMPY, 2009) e *Nouvelle Theorie Sociologique des Professions* (CHAMPY, 2011); *Sociologie des Groupes Professionnels* (DEMAZIÈRE; GADÉA, 2009); *Sociologie des Relations Professionnelles* (LALLEMENT, 2008) e *La Condition Prostituée* (MATHIEU, 2007).

balhos está associado não só a novas reformulações de pesquisa, mas também a mudanças nas escolhas dos campos de investigação.

Dentre as contribuições recentes, podemos identificar o uso da expressão “grupos profissionais” no lugar de “profissão”. Consagrado na sociologia anglo-americana, o termo “profissão” encaminha para o monopólio de exercício e controle das competências, atribuindo aos profissionais um alto nível de expertise e autonomia, capazes de formar uma espécie de “elite profissional” dotada de prestígio social e remuneração econômica. Em contrapartida, defendendo o caráter polissêmico do termo, um conjunto de autores, influenciados pela tradição interacionista, tem preferido se referir a “grupos profissionais” como uma estratégia de ampliação dos campos de estudo, uma vez que a expressão permite incluir desde aquelas atividades que controlam o exercício profissional e detém prestígio – como medicina e o direito – até aquelas que têm um baixo controle, ou controle algum, sobre os critérios de entrada e que não dispõem de reconhecimento social, como a prostituição, por exemplo.

Diante destas questões iniciais, este livro tem como objetivo – a partir dos trabalhos realizadas por pesquisadores do LEPP² – apresentar uma agenda de pesquisa para o estudo dos grupos profissionais que considere, por um lado, as diferentes tradições e suas contribuições teóricas e metodológicas e, por outro lado, os desafios para a pesquisa empírica. Entendemos agenda de pesquisa como um programa de trabalho que permite apresentar não só os diferentes problemas analíticos e suas relações com fundamentos teóricos e metodológicos, mas também as dificuldades presentes neste tipo de investigação.

2 Tais trabalhos resultaram em dissertações, teses e pesquisas financiadas por diferentes agências de fomento, como CAPES, CNPq e FAPITEC. Dentre eles, citamos: Barbosa (2019); Bomfim (2019); Garcia (2020); Menezes (2018); Petrarca (2018); Ribeiro (2014); Santana (2020); Trindade (2020).

Os trabalhos aqui reunidos estão distribuídos em torno de três eixos fundamentais. O primeiro eixo gira em torno do exame das condições sociais de institucionalização e credenciamento profissional, com ênfase para os ofícios tradicionais como medicina e engenharia. Nesse aspecto, os dilemas e os desafios estão associados ao papel das instâncias de representação, dos espaços de formação e consagração, bem como da consolidação de um espaço de atuação profissional. Destacam-se os trabalhos de Igor Salmeron, Fernanda Petrarca e Valdênio Meneses.

O primeiro, intitulado *Profissão Médica e Espaços de Atuação: uma investigação sobre os médicos e seus espaços profissionais em Sergipe*, analisa o duplo papel das entidades de representação profissional. De um lado, como espaços de sociabilidade e consagração profissional e, de outro lado, como instâncias privilegiadas de interseção com a política e participação nos jogos políticos.

Já o artigo de Fernanda Petrarca, *De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900)*, examina os processos de recrutamento e as modalidades de inserção das elites médicas em Sergipe no século XIX. A autora demonstra como o título de médico representou uma estratégia decisiva nas formas de reestruturação das elites políticas e econômicas, uma vez que, por meio desse diploma, as elites conservaram sua posição dominante e valorizaram seu capital social.

Concluimos essa primeira seção com o artigo *Uma engenharia de “saúde e rusticidade” no século XX: regionalismo e obras contra as secas na biografia de Eurípedes de Oliveira*, de Valdênio de Freitas Meneses. Nele, o autor destaca – a partir do estudo da trajetória de um engenheiro – a relação entre o regionalismo nordestino e a engenharia de obras contra a seca. De modo mais específico, o artigo demonstra de que forma o engenheiro Eurípedes de Oliveira reconstrói uma legitimidade profissional para engenharia mobilizando, ao mesmo tempo, uma visão reconhecida do Nordeste.

No segundo eixo, o problema está centrado nas formas de socialização profissional e na constituição de uma cultura profissional. Os questionamentos associados a esse eixo contribuíram para colocar em jogo duas ordens de problemas: 1) o exame das formas de aquisição e apropriação dos saberes produzidos pelos grupos e 2) os usos do saber profissional para o investimento em outras esferas sociais, como a política, por exemplo. Dentro desse quadro, os artigos procuram tratar de uma agenda que mostre a grande variedade de situações profissionais e contextos socioculturais e a necessidade de considerar a especificidade de cada situação estudada.

O artigo *Análise da carreira de modelo: formatos de inserção, habilidades profissionais e recursos de consagração*, de Karina Garcia, analisa – a partir da profissão de modelo – como grupos femininos inserem-se no universo profissional, adquirem recursos sociais durante suas trajetórias de carreira e convertem tais habilidades e recursos acumulados em conquista de espaços poder e consagração social.

Complementando ainda essa seção, o artigo *Recursos sociais e inserção dos chargistas no espaço da imprensa escrita em Sergipe*, de Alex Meneses e Wilson de Oliveira, ao examinar as condições sociais de entrada e de atuação dos chargistas no jornalismo impresso, destaca as inserções prévias no universo jornalístico e as atuações na produção de desenhos artísticos como ingredientes fundamentais para o ingresso e a permanência dos produtores de charges nos jornais.

Já o artigo *Carreiras militantes, redes de sociabilidade e formas de engajamento na luta contra AIDS em Sergipe*, de Fernanda Petrarca e Maria Rita Ribeiro, demonstra o papel das redes profissionais na luta contra a AIDS. As autoras trazem uma contribuição significativa para o avanço das discussões a respeito do papel dos ofícios na defesa de causas e no engajamento militante.

Por fim, encerramos essa seção com o trabalho de Felipe Trindade, *Como se forja um cangaceiro: uma análise da carreira do bando de Lampião*, cuja ênfase reside na análise da cultura profissional. Para compreender a formação desse grupo, o autor parte das formas de recrutamento, dos critérios de permanência, e do domínio do repertório de saberes construído socialmente para se manter no ofício de cangaceiro.

Esse conjunto de artigos contribui para o avanço da análise das profissões, uma vez que coloca a ênfase mais para o exame das habilidades construídas para o exercício dos ofícios e do papel da socialização do que para a legitimidade dos ofícios. Diante disso, uma ordem de problemas emerge no estudo das profissões trazendo à tona o peso da socialização profissional e do processo de aprendizagem sobre a tarefa. Onde e como se adquirem as competências e as habilidades? Como se aprende o ofício?

O último eixo versa sobre o ofício da política a partir da ótica da sociologia dos grupos profissionais. O conjunto de trabalhos reunidos nessa seção analisa tanto a constituição de uma carreira na política, com ênfase para os recursos que caracterizam a entrada e a permanência neste ofício, quanto a sua profissionalização e as condições da competição política.

O artigo *Rede de Base Familiar em Sergipe: disputas partidárias, alianças e profissionalização política*, de Pâmella Santos, analisa a relação entre política profissional, recurso familiar e agrupamentos políticos, a partir do estudo dos deputados estaduais e federais eleitos em 2014 e 2018 no estado de Sergipe. A autora destaca o peso das relações familiares na construção da profissionalização política.

De forma semelhante e complementar, o artigo *Perfis Políticos Profissionais: os usos dos recursos e habilidades sociais na construção do cargo de vereador*, de Fagner Bomfim, analisa as modalida-

des de inserção, os processos de recrutamento e investimentos na construção de uma carreira na política. O autor destaca os diferentes tipos de recursos sociais, dentre eles não apenas os de ordem familiar, mas aqueles propriamente políticos, obtidos pela inserção e pela atuação em instâncias políticas, e também aqueles obtidos pelas profissões de origem, que se tornaram fundamentais para a construção do ofício do cargo de vereador.

Finalizando essa seção, o artigo de Saulo Barbosa, *Estratificação digital e política profissional: a visibilidade nas mídias sociais*, examina a relação entre a visibilidade on-line, o sucesso eleitoral e as trajetórias sociopolíticas dos candidatos. Com ênfase para os deputados estaduais, o autor demonstrou como as mídias influenciam no processo eleitoral e quem são os candidatos que se elegem se beneficiando desse recurso.

Com esta publicação, esperamos não só reunir um conjunto de trabalhos em torno de uma linha de investigação em comum, mas principalmente possibilitar à sociedade brasileira e, em especial, à sociedade sergipana, o acesso a um determinado olhar do conhecimento. O nosso Laboratório de Estudos do Poder e da Política acredita que não basta produzir conhecimento, mas que é essencial disseminá-lo.

A organização.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, S. **Internet, Política e Representação: o uso de redes sociais por candidatos a deputado estadual em Sergipe**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

BECKER, H. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOMFIM, F. **Os vereadores e o Ofício da política em Riachuelo: recursos sociais, redes de relação e dominação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

CHAMPY, F. **La Sociologie des Professions**. Paris: PUF, 2009.

CHAMPY, F. **Nouvelle Théorie Sociologique des Professions**. Paris: PUF, 2011.

CHAPOULIE, J. M. Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels. **Revue Française de Sociologie**, vol. XIV, p. 86-114, 1973.

DEMAZIÈRE, D.; GADÉA, C. Introduction. In: DEMAZIÈRE, D.; GADÉA, C. **Sociologie des Groupes Professionnels**. Paris: La Découverte, 2009, p. 13-26.

GARCIA, K. **Carreira de Modelo: formatos de imersão, habilidades profissionais e recursos de ascensão**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

LALLEMENT, M. **Sociologie des Relations Professionnelles**. Paris: La Découverte, 2008.

MATHIEU, L. **La Condition Prostituée**. Paris: Textuel Edition, 2007.

MENEZES, A. **Ascensão Profissional no Jornalismo**: redes de relações pessoais, investimento na carreira e inserções políticas na imprensa em Sergipe. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

RIBEIRO, M. R. **A Construção de uma Causa**: institucionalização da Aids em Sergipe. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SANTANA, P. **Em Nome das Redes**: família, amizades políticas e alianças em Sergipe. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

TRINDADE, F. **O Cangaço como Ofício**: uma análise da cultura profissional e da carreira do Bando de Lampião. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.



Seção I

CONDIÇÕES SOCIAIS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO
E CREDENCIAMENTO PROFISSIONAL



1 – CAPI TULO

Profissão Médica e Espaços de Atuação: uma investigação sobre os médicos e seus espaços profissionais em Sergipe

IGOR DA SILVA SALMERON

Introdução

O presente artigo tem em vista ponderar as configurações de participação em instâncias de representação profissional dos médicos em Aracaju. Antes de qualquer coisa, é válido destacar que o estudo aqui apresentado é resultante de um desdobramento e uma consumação de pesquisas anteriores¹. Estamos querendo nos referir às entidades de

1 A minha relação com o tema é proveniente do meu passado intelectual que acaba demarcando a minha trajetória acadêmica e o meu acompanhamento que acaba reforçando o meu interesse pela análise. Exemplos disso, são as minhas participações como bolsista de iniciação científica e realizações de trabalhos nessa área da medicina, como no Projeto de Pesquisa proposto e empreendido pela minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Fernanda Rios Petrarca, intitulado *Elites Médicas em Sergipe: Modalidades de Inserção, Recrutamento e Investimentos Profissionais* (2011-2015); esse envolvimento gerou alguns prolíficos resultados, como a realização da minha monografia intitulada *Das relações entre Medicina e Política: um estudo sobre médicos políticos em Sergipe* (2015).

representação profissional da classe médica aracajuana, das quais podemos citar a Sociedade Médica de Sergipe (SOMESE), o Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe (SINDIMED-SE), a Academia Sergipana de Medicina (ASM-SE) e o Conselho Regional de Medicina (CRM-SE). Para dar conta de tal expedição, trata-se de submeter à análise crítica os médicos que ocupam cargos de direção nessas instituições. Por outro lado, considero basilar abranger também o código de afinidades sociais que os médicos estabelecem entre eles, considerando as atuações institucionais.

Alguns fatores vão nos amparar bastante na questão do procedimento adotado aqui, como é caso de análise de atas, materiais de divulgação sobre a área médica, realização de entrevistas biográficas mirando a aquisição de subsídios relacionados às trajetórias sociais, políticas e profissionais; tudo que foi abrolhado na medicina em suas alterações, o que nos leva a atingir a ação tanto científica quanto política dos médicos. Ainda como procedimentos da pesquisa, citamos as observações e os acompanhamentos das reuniões e almoços que são organizados pelos médicos em torno da sua representação profissional, situando as suas falas em contextos mais amplos.

É importante falarmos que o objeto e a problemática do trabalho aqui apresentado situam-se nas linhas da sociologia dos grupos profissionais e da sociologia dos grupos dirigentes. O interesse pelo tema sobrevém das inquiirições que podemos atinar em relação aos derradeiros períodos em que comboiamos nas múltiplas conduções de comunicação que, volta e meia, divulgam um conjunto de publicações periódicas indicativas às discussões em torno da atmosfera social dos grupos profissionais.



Podemos observar alguns arquétipos a partir do momento que profissionais do campo médico discutem as conformações e os alcances do seu desempenho na atividade da medicina, quando o nível que motiva o palco médico gera agitações com outras camadas no ambiente da saúde. Tudo se volta mais fascinante quando podemos verificar um enriquecimento abissal na área que abrange os estudos da sociologia brasileira. Justamente a anexação de um adjacente de aspectos tanto teóricos quanto conceituais que debela como componente particular a compleição e o desempenho dos grupos profissionais em geral.

Temos visto, dessa maneira, um costume de utilizar vastamente as teorias e fórmulas adolecidas de pesquisa e que possuem suas sistêmicas, de maneira especial tomada pela sociologia americana, que situam uma reentrância característica na conjectura social para o conjunto de questões referentes às profissões. As profissões não devem ser embargadas como sendo apenas sequelas de energias estruturais onde amolda-se qualquer grupo social. Podemos dizer:

Que é possível perceber, nos processos de profissionalização, os traços distintivos da configuração de forças sociais que constituem as profissões. Assim, se o mercado é característica comum à qual são submetidos todos os grupos sociais, as profissões conseguem estabelecer regras diferenciadas para sua presença nessa instância da vida social. Se a educação escolar é base de socialização e hierarquização nas sociedades contemporâneas, os certificados acadêmicos tornaram-se importante instrumento de distinção dos grupos profissionais (BARBOSA, 2003, p. 594).

Dessa cercania, ainda quando aplicam recursos teóricos procedidos de múltiplos ambientes de análise, como a sociologia do ensino ou a sociologia do trabalho, a sociologia das profissões se situa como arena válida, tendo um campo independente e nitidamente fundamentado. E, se nos Estados Unidos e na Europa, especial-



mente na França e na Inglaterra, os periódicos vêm se desenvolvendo de maneira convulsa, o nosso país não permanece muito atrás, quando observamos publicações recentes que comprovam precisamente que o mesmo vem acontecendo aqui no Brasil. Em São Paulo nos anos 1970, destaca-se um trabalho sobre os médicos, um estudo que ocorre a propósito de feitiços alusivos às modalidades do trabalho médico, assim apreendidas as maneiras pelas quais o médico, enquanto trabalhador especializado, compartilha do mercado e se enrola com os anexos dos círculos de produção de serviços de saúde (DONNANGELO, 1975).

Não podemos olvidar de afazeres como os de Aparecida Jouly Gouveia (1980) e de José Pastore (2009), que, ao analisar as semelhanças adjuntas à composição ocupacional, raíam formidáveis relevos da ação dos grupos profissionais, da ocorrência de que as profissões poderiam ser estimadas como enseja Larson (1977), uma das basilares formas contemporâneas de aparelhamento da disparidade social. Destacam-se de forma coruscante alguns pontos de determinados trabalhos, como no caso de estudarmos a morfologia social do grupo dos médicos, observando a extensão política; o intercâmbio das carreiras com o Estado e a política convencional; assim como observando a produção ideológica que é produzida nos espaços de atuação (BONELLI, 1999; 2002; 2003). Temos a apresentação da questão da análise referente ao domínio ocupacional do trabalho como consideração que orienta a argumentação, aonde podemos encorpar a apreciação avaliativa atual das profissões na sociedade pós-industrial, sob o ponto de vista das recentes contrações da opinião pública e da política do Estado (FREIDSON, 1998).

Um artefato conceitual que aponta na literatura e que faz um prolífico acoplamento com o estudo em relação à profissão médica é a questão do prestígio aureolar, como sendo um dos rudimentos que originam os avanços ou o desenvolvimento de uma categoria profissional e está escoltado pelos serviços prestados e pela fidú-



cia a esses serviços que o leigo (paciente) tem (FREIDSON, 2009). É algo atraentíssimo de atinar quando arrazoamos em examinar uma profissão, o mote que é colocado fica pertinente a ressaltarmos os grupos e os indivíduos, e como nos mostra Freidson (1998), notar como eles ficam asseados num algoritmo de procedimento subsecutivo de acordo e conflagração combustiva no mesmo momento em que manobram com as múltiplas contingências do seu trabalho. E, nessa significação, é considerável a estimação das agnações estabelecidas entre os artifícios da camada profissional e os sujeitos exteriores para assegurar certo status profissional.

Nessa linha das contribuições de estudos sobre grupos profissionais, destaca-se outro trabalho (PEREIRA NETO, 2001) que nos desvela o desvendamento dos fios que entrelaçam e que nos permitem entender a construção da identidade da profissão médica no Brasil, estudando justamente os diversos embates relacionados à definição dos traços dominantes da prática médica, do ponto de vista interno, e à delimitação das fronteiras do trabalho médico, do ponto de vista externo. É algo enriquecedor quando notamos quanto à delimitação das fronteiras, o autor nos assinala dois tipos de “inimigos” dos médicos: os demais profissionais da área de saúde (de farmacêuticos a parteiras, passando, é claro, pelas enfermeiras) e o grupo que, segundo os médicos, era avaliado como um contíguo de diversas charlatanices, o que incluem espíritas e também homeopatas.

Uma coisa que nos fica iluminada é o despontamento efusivo da importância que se revela desde o início do papel que o Estado deveria desempenhar, da perspectiva dos médicos. Um dos exemplos que nos explana um pouco disso,

Os relatores do Congresso Nacional dos Práticos, que se posicionaram sobre o papel do Estado da formação do médico, apresentaram uma posição consensual. Apesar das diferen-

ças entre elas, as propostas apresentadas traduziam um interesse comum ao conjunto dos relatores: tornar o acesso e a permanência no ensino superior ainda mais limitados e elitistas (PEREIRA NETO, 2001, p.113).

Explicações que resultam das análises da trajetória profissional e os interesses que estão em jogo pela palavra dos próprios profissionais nos permitem, muitas vezes, compreender as visões concorrentes no interior da própria entidade, grupos esses designados por Pereira Neto (2001) como sendo a elite da profissão no período. As disputas que envolveram os médicos dos anos 1920, ainda podem ser vislumbradas na virada do século XXI, em que as questões centrais colocadas em pauta são análogas aos dias atuais e que se revelam muito nas lutas profissionais por classificação, acesso a certas posições, sobretudo as mais prestigiosas, havendo o comprometimento dos recursos por parte dos agentes que são acumulados justamente durante o seu trajeto social e profissional. Podemos ter a visão de como se constituem grupos profissionais, sendo possível perceber, nos processos de profissionalização, os traços distintivos da configuração de forças sociais que tecem as profissões (COELHO, 1992; FREIDSON, 1998; BONELLI, 1998; 2002; 2003).

Aspectos como informações levantadas segundo os fatores que fazem parte dos estudos clássicos relacionados às profissões como, por exemplo, Bonelli (2002): a constituição do *ethos* profissional, as carreiras, os conflitos pela instituição do profissionalismo; o nexo que corresponde à burocracia aciona-se como sendo um dos recursos sociais mais importantes para as profissões modernas garantirem a sua segurança em relação aos seus nichos no mercado de trabalho e seu poder social (LARSON, 1977). A noção de profissão acaba não se restringindo ao campo da saúde, por exemplo, onde temos dois significados para a palavra profissão: um tipo especial de ocupação e reconhecimento de uma promessa, pois se trata de um conceito sociológico cujo exercício é con-

trolado pelos pares (colegas de profissão), pelo Estado e pelos clientes (os leigos) (FREIDSON, 1998).

Nesse sentido, para falarmos dos médicos devemos observar e considerar que a posição deles decorre do fato de serem conhecedores por excelência das especificidades de sua área. É extraordinário quando Freidson (1998) nos faz a conjectura de justamente reexaminarmos os conceitos sociológicos básicos, como o de divisão do trabalho e o princípio de autoridade administrativa, ao qual está vinculado ao trabalho especializado. Ele nos traz então o conceito da autoridade da expertise institucionalizada, que fica implícito na ideia de profissionalização, o delineamento ocorre no momento em que realiza o contorno e desenha no papel social do conhecimento, na sua utilidade, na sua organização e no seu controle.

A profissão médica, portanto, nos faz questionar um pouco sobre os prolongamentos da expertise em suas formas de se apresentar à sociedade leiga (na sua função de salvar vidas) em suas conexões com o rebuço de garantir o privilégio da função médica. Ao tocarmos na questão do estudo dos itinerários, é importante considerarmos a análise das trajetórias profissionais que conduzem à posição de dirigente, o que acaba implicando uma diversidade muito grande de princípios e critérios de hierarquização e nas suas respectivas bases sociais e estruturas de capital (BOURDIEU, 1989). Nessa linha investigativa que se articula com a análise de grupos dirigentes, podemos falar numa inquirição histórica da composição social e da caracterização das natas políticas e administrativas (CHARLE, 2006), nesse caso vamos focalizar em gestões de direção médicas.

As instituições médicas permeadas por relações de reciprocidade (CORADINI, 2008) nos revelam aspectos considerados como recursos de ascensão social/profissional. Acerca das relações do profissionalismo articuladas com as estratégias coletivas para

realizar mobilidade ascendente, conforme Bourdieu (1989), podemos engatilhar noções de estruturas de dominação e espécies de capital em diversas esferas sociais. A partir das suas reflexões, temos a ótica voltada para prestarmos atenção no momento de examinar as disputas que os agentes travam em diferentes espaços sociais para objetivar a ocupação em posições dominantes em conexão com as estruturas capitalísticas e a legitimação dos seus princípios. Uma das decorrências que podemos abstrair disso é a de que as posições altas ocupadas na profissão não podem ficar confinadas ou reduzidas apenas a explicações originadas da posse de capital econômico e respectivos princípios de tornar isso em algo lúdico (CORADINI, 2008).

A localização de um padrão geral nas relações e práticas sociais e política assume em um dos pontos da sua bússola, considerar os diferentes significados do título escolar (BOURDIEU, 1987; 1998). Acompanhando esse raciocínio a respeito das articulações entre a sociologia dos grupos profissionais e dirigentes, recaímos na questão de considerarmos os princípios de legitimação e hierarquização decorrentes não tanto do capital escolar, mas sobretudo da origem e posição social e respectivas relações com a cultura dominante e o poder (econômico, político, cultural, etc.) (CORADINI, 1996). O polo da consagração social é parte da estrutura que forma o conjunto de critérios de legitimação que concorre para as definições e hierarquização do campo escolar e/ou científico.

Na linha de Coradini (1996; 2008), percebemos que os produtos e títulos escolares são utilizados muitas vezes mais acentuadamente para a ocupação em outras esferas de poder, como por exemplo, no campo correspondente à política ‘profissional’. Considerando tal desmembramento a respeito da visão sobre o exame das origens sociais e recursos políticos e culturais que caracterizam os médicos, por exemplo, vamos ter as estratégias que são acionadas no decorrer dos itinerários sociais e profissionais para

explicações das garantias posicionais de destaque em determinadas esferas. Temos um lado da contraposição às perspectivas que partem do princípio que os universos profissionais se constituem como espaços de disputas pela reserva e controle do mercado de trabalho (FREIDSON, 1998; 2001).

Temos do outro lado a proposta de entendermos esses universos como espaços de confronto para determinarmos os critérios de pertencimento entre agentes que possuem recursos sociais diferenciados. Na atuação profissional baseada no domínio de um conhecimento específico garantido por formação acadêmica, a figura estatal se destaca no momento da ampliação de possibilidades de intervenção profissional e usos políticos da medicina e da formação universitária. Esta imbricação tem sua manifestação expressa entre profissões diferenciadas como forma de valorização dos títulos acadêmicos e como estruturação dos universos profissionais (BONELLI, 1999; 2003; CORADINI, 1997). Devemos considerar a forma como se configuram estas esferas sociais e os recursos a elas associados (políticos e profissionais) em situações particulares.

Trata-se, nessa acepção, de levar em conta a relação entre as esferas de atuação nas quais os profissionais dirigentes da medicina estão inseridos e os recursos sociais acumulados e acionados em seus itinerários, que envolvem investimentos em diferentes esferas. Tem-se a busca aqui da compreensão a respeito dos principais recursos para ascender na profissão e suas possíveis ligações relacionais personificadas com ocupantes de postos em burocracias públicas e num aspecto piramidal profissional. A proposta de Freidson (1996) pensa as profissões como um tipo ideal de organização social do trabalho, que se diferencia de outras formas, como a da livre concorrência e a burocrática. Segue a perspectiva que considera que:

O mundo do trabalho formal se organizaria sob três princípios: o do mercado, baseado na ideologia do consumo e da escolha dos consumidores; o burocrático, baseado na ideologia gerencial; e o ocupacional, baseado na ideologia do

profissionalismo cujo aspecto central é servir de forma independente (BONELLI, 2002, p. 434).

É importante salientar que existe a proposição de cinco componentes que tecem de maneira interdependente, aquilo que demarca a constituição do profissionalismo que correspondem a:

[...] um tipo de trabalho especializado da economia formal, com um corpo de base teórica de conhecimentos e habilidades discricionários e que receba status especial na força de trabalho; jurisdição exclusiva em uma dada divisão do trabalho controlada pela negociação entre as ocupações; uma posição protegida no mercado de trabalho interno e externo, baseada em credenciais qualificadas criadas pela ocupação; um programa formal de treinamento desenvolvido fora do mercado de trabalho, que produza credenciais qualificadas controladas pela ocupação em associação com o ensino superior; e uma ideologia que priorize o compromisso com a realização de um bom trabalho em vez do ganho financeiro, e da qualidade em vez da eficiência econômica da atividade (FREIDSON, 2001, p. 127).

Interessante notar que existem certas contingências quando se relaciona a alteração nos exemplares do Estado. A existência ou não de associações profissionais e seus díspares padrões de aparelhamento atuam como reservas ao profissionalismo, diferenciando-se os conhecimentos em relação ao tipo ideal (BONELLI, 2002). O desvendamento localiza-se em teias de poder dos médicos sobre outros profissionais e sobre a sociedade como um todo. Podemos considerar que o poder de certo tipo de médico que se porta e age em nome da autoridade profissional acaba descartando outros tipos, em que a:

[...] compreensão, mais teórica, das formas de dominação associadas à profissão médica permitiria inclusive analisar, não apenas como analogias sugeridas, as diferenças e seme-



lhanças entre os dois momentos da relação entre os médicos e a sociedade brasileira (BARBOSA, 2003, p. 597).

É fundamental considerarmos como um dos fios condutores analíticos o empreendimento a respeito de entendermos as relações estabelecidas entre a formação acadêmica em medicina e as estruturas de representação profissional desses médicos.

Investigações etnográficas a respeito dos médicos e da atividade médica exercida num dos seus espaços de atuação profissional – “Almoço das Quintas”: o episódio da Sociedade Médica de Sergipe (SOMESE)

Adentrar como um novato, um incipiente que está explorando, estudando, encarando tudo como algo jovial e explorável: foi dessa maneira que me vi ao começar a ficar mergulhar no universo da medicina em Aracaju. A edificação vai acontecendo com recortes, enquadramentos; o sociólogo como editor fílmico, o cientista social transportando uma pedra na montanha sísifca². Interessantíssimo quando falamos de capital linguístico, que é carregado de decursos sociais determinados (BOURDIEU, 1989). A língua é arrostada como um expediente, uma forma de entender o mundo sendo cabeçalhos da aparição social, sendo que a língua não vale apartada do grupo.

2 Cf. CAMUS (2004). Albert Camus (1913-1960) observa que o absurdo é a razão lúcida que constata os seus limites; introduz nesse sentido, a sua filosofia kafkiana: onde os seres humanos empreendem uma busca pelo sentido, assim como a unidade e a diafanidade fisionômica no semblante de um mundo enigmático carente de Deus, desprovido da perpetuidade; a feitoria do absurdo não requisa o suicídio, mas sim como, Camus nos diz: “A revolta”. Sísifo, nesse caso, é o personagem mitológico grego, que fica autuado a reprimir a tarefa de empurrar uma pedra ao cume de uma montanha que impunha, assim alcançado o topo, uma força imperiosa que invalidava completamente o inexorável labor prodigalizado (CAMUS, 2004).

Uma forma de poder que se destaca é a linguagem acadêmica e a política, mas que no meu caso adequando ao objeto de pesquisa é que diz respeito a uma duplicidade magistral existente entre a elocução profissional e a dicção linguística correspondente ao mundo da política. Sendo o Estado entendido em processos cotidianos e enxergando a observação etnográfica em relação a documentos alçados sobre a medicina em Sergipe, podemos arrazoar na política a partir das relações dos médicos em seus espaços de exercício profissional no dia a dia, contextualizando, por meio de um olhar sociológico, a criação desses espaços. Esse arquétipo é transcursado através do relato que foi feito a partir de observações participante-empíricas e se destaca, por conseguinte, nos parágrafos que se sucedem.

O rastreamento do discorrimento sobre trajetórias de médicos nos ajuda a compreender os diversos universos da medicina. O capital político profissional e suas relações com o Estado nos mostram que as elites sergipanas fazem acordos, elas costumam se aliar. Partindo para uma questão de levantamento analítico, temos o caso da criação de fundação da Sociedade Médica de Sergipe (SOMESE-SE). O contexto histórico em que ocorreu a sua primeira tentativa de fundação data do final da segunda década republicana, cujo nome era Sociedade de Medicina de Sergipe, exatamente em 15 de outubro de 1910. Devemos associar essa data ao seu contexto histórico, lembrando que durante o período de 1888-1930, primeira República, tem-se em Sergipe o domínio de um Estado liberal-oligárquico marcado pelo comando dos senhores de açúcar e a construção dificultosa de uma democracia (DANTAS, 2004).

Em 1919, após uma existência passageira, a SOMESE incorreu numa segunda tentativa de coordenação da classe médica em Sergipe originando a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe, em 14 de julho desse mesmo ano. Esse período foi marcado por forte instabilidade política, em que se tinham arranjos oligárquicos que permitiam a continuidade dos governos, simultaneamente acar-

retando a ratificação de um antagonismo persistente entre a democracia e o liberalismo. Destaca-se que, até a criação do Hospital de Cirurgia (1926), a entidade dos médicos teve uma conspícua atuação política.

A estrutura política da época nos faz refletir na questão de que até hoje persiste uma dominância hegemônica de grupos elitizados. Essa destacada atuação política da SOMESE evidencia-se pelo comando do médico Dr. ALC³, cirurgião que mais tarde foi considerado o “pai” da medicina em Sergipe. Esse período foi demarcado pelo domínio das famílias dos senhores de engenho, fato que nos clarifica sobre o conservadorismo que caracteriza(va) a política sergipana e sua impossibilidade de fendas abísmicas no campo político. A democracia e a cidadania eram falácias, lembrando que a participação da sociedade nas eleições era algo ínfimo.

Importante ressaltar que, apesar de na época a economia açucareira ainda ter sido a base de exportação, existiu uma diversidade significativa da produção. O avanço do capitalismo envolvia a economia sergipana, na qual a industrialização era uma realidade, bondes, estradas, luz elétrica etc. Convém frisar que a sociedade sergipana, apesar de ter se tornado mais complexa, ainda mantinha – fato que se este até os dias atuais – os privilégios das classes dominantes (DANTAS, 1989). O Brasil passava por um momento onde afluíam as greves operárias, eram reivindicadas melhores condições de saúde, higiene, educação etc.

Outro fator destacável e marcante é o de que as condições educacionais eram péssimas, uma vez que o censo de 1890 nos demons-

3 É importante clarificar aqui ao leitor que, por escolha do autor em acordo com os entrevistados, o nome dos médicos e de todos os profissionais da prática médica envolvidos no presente trabalho foi substituído por letras alfabéticas, a fim de não comprometer a sua imagem pessoal desses profissionais que, gentilmente, concederam entrevistas para a realização do presente artigo.

trava que a população de analfabetos era de 89%. Em 1920, esse percentual só reduziu apenas para 83% (DANTAS, 2004).

A SOMESE acabou passando por outro período de declínio, acarretando em sua desativação; somente em 27 de junho de 1937 ocorreu a fundação da Sociedade Médica de Sergipe, que conhecemos atualmente e que representa os médicos e seus interesses de classe. Durante a década de 1930, surgiram novas formas de atuação no campo político, mas, ao mesmo tempo, o poder do Estado persistiu, o que acabou sendo um obstáculo ferrenho à institucionalização da democracia.

Importante destacarmos que a SOMESE teve na sua evolução histórica institucional três períodos: o marcado pela Intencionalidade, que durou até 1949, com o fim do mandato do Dr. “ALC”. Outro é o da Fase da Concretização, marcado pela ascensão do médico Dr. “MS” à presidência, até 1971. Durante os anos de 1946-1964, houve uma fase do domínio populista, onde a política ganhou “mais espaço” para disputas; apesar do PCB ser alvo de cassação e do revezamento dos partidos UND e PSD no poder.

Na economia, houve distanciamentos das regiões nordeste e sudeste, onde o modelo agroexportador perdia espaço para o industrial. Empresas têxteis de Sergipe enfraqueceram-se diante da competição com outros Estados dominantes do setor monopolista do Sudeste. Por outro lado, houve uma expansão do comércio e a pecuária leiteira do seu auge. Nesse sentido, a sociedade se tornava dinâmica, houve o fortalecimento das atividades sindicais caracterizados por gritos de reformas, manifestações culturais, etc.

Por fim, e até os dias de hoje, tem-se a Fase de Emancipação, caracterizada pela consolidação do prestígio da SOMESE em meio à sociedade sergipana cujo comando estava centrado na figura do médico “I”⁴, empossado em 4 de outubro de 1985 (BATISTA E SIL-

4 Como os leitores irão perceber ao longo do texto, e ressaltando o que havíamos

VA, 2007). O período de 1964-1982 foi marcado pelo autoritarismo ditatorial, que excluiu a participação popular (DANTAS, 2004). Em Aracaju, houve um crescimento do número de universitários, fato este que ocasionou repercussão em ambientes de ordem sociocultural. O início dos anos de 1980 foi marcado pelo crescimento da mobilização dos meios organizados, injetando animação diante da expectativa de retorno da democracia. No Estado liberal-democrático, em edificação no período de 1983-2000, a democracia foi se estabelecendo e o Estado liberal (Neoliberalismo) se fortalecendo; a sociedade passou a ganhar mais expressividade, sendo mais informada e participando de forma mais acentuada da política.

Interessante destacar como a redemocratização excitou a produção artística e acadêmica, gozando agora de liberdade de crítica. Por exemplo, “A UFS, os festivais de arte e cultura, as recuperações de monumentos históricos e os incentivos à produção artística formaram o legado mais expressivo desse período” (DANTAS, 2004, p. 226). Depois, no período de 1993 a 1997, sob a direção do médico “A”, que representou a vigésima sexta diretoria, foi criado o Departamento de Convênio, considerado uma das maiores realizações e conquistas da categoria no que tange à defesa do exercício da profissão médica.

Nesse sentido, os presidentes que sucederam o médico “A” na direção da SOMESE, foram os médicos “L” e “M”. Eles promoveram ampliação da sede social e implementaram programas sociais. No caso do médico “L”, é destacável e interessantíssimo citarmos,

alertado: os nomes dos médicos foram substituídos por iniciais alfabéticas, a fim de não comprometer a imagem pessoal dos entrevistados, bem como em respeito aos médicos que solicitaram que não fossem divulgados os seus nomes no trabalho; por escolha também do próprio autor, visto que isso não comprometeria o conteúdo sociológico do artigo, e como forma de se ter uma padronização da apresentação desses profissionais da medicina e, por conseguinte, uma mais prolífica facilitação de leitura.

neste trabalho, seus feitos: ele inventou o “Almoço das Quintas”, almoço que constitui uma reunião não só de médicos, mas também e aqui é algo nevrálgico para percebermos as ressonâncias entre medicina e política, que é o agrupamento conjuntivo que ocorre entre médicos, entidades e personalidades da vida política (SALMERON, 2015), empresarial, cultural e institucional de Sergipe, em que se estabelecem variadas conversações.

Só para termos uma ideia das relações da prática médica com o Estado, no ano de 2007, na gestão do médico Dr. “GR”, na ocasião de comemoração dos 70 anos da SOMESE, foi feita uma solenidade acentuada que contou com a presença do Governador do Estado, do Prefeito de Aracaju e diferentes autoridades, além da diretoria da Associação Médica Brasileira. A medicina, em suas circunscrições com as atividades políticas e conexões estatais, demonstra-nos um exemplo nessa gestão citada. Nesse sentido, podemos exemplificar através das parcerias que foram firmadas objetivando o incremento de ações de prevenção.

Essas ações estavam exemplificadas e centradas na prevenção da violência doméstica contra as mulheres e as crianças. É nessa perspectiva que podemos vislumbrar como a medicina, o Estado e a política estão articulados e são acionados uns pelos outros em constantes conversações, reuniões, almoços, jantares e quem sabe sobremesas. Na questão da medicina e sua socialização política profissional, podemos enxergar que a formação profissional do médico não ocorre somente no fagocitar de novos conhecimentos, assim como não se caracteriza pelo debate dos aspectos que tecem a sua base técnica, “tornar-se médico é atravessar um dos rituais de passagem mais longos do mundo ocidental” (BECKER, 1992, p. 4). Nesse sentido é que podemos ver os médicos em alguns dos seus espaços de atuação profissional (SALMERON, 2017), englobando um pouco dos seus processos de vivência das suas aprendizagens, diálogos, conexões e

itinerários que os iniciam num novo mundo, o da política e suas intersecções com o seu fazer profissional.

As conexões relacionais entre a sociedade profissional desses profissionais da medicina e demais instâncias políticas são exemplificadas por perspectivas empíricas, levantadas e percebidas durante as observações que foram feitas junto a esse órgão representacional da classe médica sergipana. É interessante destacar que essa entidade é posta com um local da elite médica de Sergipe, visto que seus associados possuem uma aura política da ênfase na cientificidade e valorização do médico “cientista” e com perfil mais voltado ao academicismo e de projeções culturais no estado.

Adentrei na SOMESE a partir de conversações que estabeleci acerca da pesquisa empreendida, o que desembocou num convite de “A” para que eu fosse ao Auditório da Sociedade Médica de Sergipe, cujo local observei que tinha uma funcionalidade de aglutinar os principais eventos e componentes que representam a classe médica em Aracaju. A subjetividade que se delineia pelas demarcações de ações e escolhas enquanto pesquisador (BONETTI; FLEISCHER, 2007) foi um ponto que despontou durante as observações realizadas nessa ambiência médica, pois se constituiu como elemento importante no decorrer do trabalho, e, sendo assim, as experiências de campo, relatadas no decorrer do presente trabalho, tiveram um papel fundamental no processo de aprendizagem do fazer científico. Nesse auditório, realiza-se o chamado “Almoço das Quintas”, cuja história foi descrita brevemente nos parágrafos antecedentes. O convidado desse dia foi o presidente de um importante órgão representativo da profissão médica, o médico “H”.

A Associação Médica Brasileira (AMB), fundada em 26 de janeiro de 1951, apresenta-se como uma sociedade sem fins lucrativos, cujo lema é defender a dignidade do médico e a assistência de qualidade à saúde da população brasileira. Buscando o aprimoramento científico e a valorização profissional do médico, desde

1958, a AMB⁵ concede Títulos de Especialista aos médicos aprovados em rigorosas avaliações teóricas e práticas. Por meio de sua Comissão Nacional de Acreditação, a AMB também trabalha na atualização dos títulos, administrando os créditos necessários. O médico “A” havia me pedido para chegar cerca de meia hora antes e, assim que eu chegasse, que eu o procurasse na sala 2 da Galeria da SOMESE, onde funciona a Academia de Medicina. Cheguei cerca de 40 minutos antes do horário previsto do almoço (12:00); na verdade, às 10:50 já estava na Praça Tobias Barreto, sentado no banco apreciando a cachoeira que nos deixa embevecidos com o seu belo espetáculo, permeada pelas pedras que lacrimejavam beleza e sabedoria; em frente à estátua de Tobias reluzia a sensibilidade da escrita que iria começar e tinha como pano de fundo a encantadora Matriz Paroquial São José.

Fiquei na sala dois da galeria, assim como fora me indicado; chegando lá, já pude observar o quão próximos eram os médicos, o médico “A” e o médico “B”. Pude constatar uma relação próxima, de amizade estavam em meio aos risos e discussões a respeito de pontos referentes à ASM e a Sociedade Brasileira de Médicos Escritores (SOBRAMES). Pode-se notar que a partir de inferências dessas pequenas conversações jubilosas e aparentemente banais, tem-se a formação edificativa de uma afirmação congregacional e tessitura de um espetáculo cerimonial em que se delineiam as ações cotidianas desses profissionais médicos, vistos sob o ângulo da constituição de representações, ou mais precisamente, os “arranjos da vida humana” (GEERTZ, 1992). É nessa perspectiva de exemplificar sociologicamente, por observações de campo, que se revela a expressão simbólica dos médicos, onde se tecem

5 Esse órgão é adjudicado aqui para se entender como acontece a aglutinação e a adunação dos profissionais da medicina, bem como ocorrem as compilações tentaculares com as 27 unidades federativas filiadas e as 56 Sociedades Brasileiras de Especialidade.

o simbolismo na figura do profissional da medicina e a expressão profissional das suas práticas políticas, em que se projeta justamente o poder político do médico imerso em suas instâncias de representação profissional.

O médico “A” disse que eu poderia ficar com eles, enquanto não começava o almoço, para que eu já fosse explicando a ele do que se tratava o meu trabalho. Em meio as nossas conversações, eles estavam organizando a distribuição de convites a respeito de uma homenagem a médicos já falecidos. Um detalhe interessante é que no estacionamento, a disposição dos carros se baseava em placas que demarcam “Presidência” (lado direito) e “Diretoria” (lado esquerdo).

Eles haviam comentado a respeito da dúvida que estavam sobre se já haviam sido entregues os convites para os médicos “C” e “D”. Eu não sei qual foi o médico, mas eles estavam rindo bastante, e o médico “B” dizendo “Eu só vivo a vida na alegria”, “Estou rindo até agora da expressão que ele fez quando entregamos o convite”. Essas relações descontraídas entre eles nos fazem perceber os vínculos de proximidade estabelecidos por ambos. Nesse quesito, percebe-se que o que os médicos dizem não é através de livros publicados e que são tanto exaltados nessa ambiência, mas sim através de suas manifestações e ritos, que são os responsáveis pela construção desse “espírito” de comunidade médica; o ritual de uma dimensão reflexiva imersa num movimento indivíduo-cultura (GEERTZ, 1992), incorporado num sentido literal de ensinamento e congregação médica e apreensível em suas formas simbólicas. Um ponto sobre a decorrência dos próprios critérios de recrutamento dessa elite, baseados na adunação, capital de relações sociais e na reciprocidade (BOURDIEU, 1989), o que resulta uma espécie de “efeito clube”.



Senti-me como se estivesse no clube dos médicos, justamente por ser um ambiente permeado de álacs descontrações, ao mesmo tempo em que eles conversaram sobre um dos médicos que estavam presentes lá no almoço onde afirmaram: “Dr. Fulano tá sumido, tem umas atitudes estranhas, morde e assopra, às vezes é crítico, às vezes não... deixou de ser cristão”; logo depois percebi que se cumprimentaram normalmente. Essas notas das reminiscências cotidianas nos corrobora a formação justamente do círculo hermenêutico e suas formas simbólicas específicas expressas em seus gestos rituais e de cerimônias (GEERTZ, 1992) da medicina sergipana. Antes de subirmos para o auditório, que fica no andar superior da SOMESE, o médico “A” pediu para que eu fizesse uma breve descrição para que ele pudesse me apresentar no almoço; no momento em que estavam arrumando os convites, eles conversavam:

[...] alguns médicos merecem contato telefônico, principalmente os mais velhos... as informações estão nas redes sociais, mas muitos não têm. Outros não vêm por que não querem, as informações estão toda hora nas redes sociais.

Subimos, sentei à mesa. O médico “B” é bem brincalhão, extrovertido; assim que entramos no Auditório uma das Secretárias que trabalham lá, perguntou para ele se ele havia assistido ao filme “Meu malvado favorito”, ao tom de muita brincadeira e diversão. O médico “E”, que é um dos responsáveis por tirar fotografias dos almoços das quintas, perguntou meu nome, de que área eu era e pediu meu e-mail. No comportamento humano em sociedade e na sua forma de manifestação, enxergamos a linguagem teatral, como estrutura que nos expõe conteúdo na qual os homens em sociedade sempre utilizam formas de representação (GOFFMAN, 1985; GEERTZ, 1992) para se mostrar a seus semelhantes.

Assim fui observando como o médico “A”, por exemplo, ficou conversando num canto mais reservado do auditório com o convidado;

o médico “F”. Enquanto isso, o Dr. “AP” ia distribuindo os convites para o lançamento de um livro de um dos médicos que estavam também presentes, o médico “G”, cujo título era “Minha experiência como presidente de um clube rotário”. Médico “H” chegou logo depois e ficou conversando com médico “A” e o Presidente da AMB. Isso nos demonstra que não são à toa as posições que assumem do ponto de vista físico-social. Na ponta da mesa, mais precisamente no centro, estava o médico “I”, dirigente de uma insigne entidade médica, o convidado fica do seu lado esquerdo.

Em um momento que fiquei encalistrado, o médico “A” disse: “pode ir lá, se sirva”. Enquanto todos almoçavam, percebi que eles ficavam o tempo todo juntos, conversando, sentaram lado a lado na mesa bem perto da ponta onde ficam o presidente e o convidado. Uma das médicas, porque estava com uma roupa mais chamativa, chamou a atenção de um dos médicos que brincou: “está é bem vestida”, ela respondeu dizendo “só estou assim porque hoje é para prestigiar o presidente”. Antes de passar a palavra para o convidado, eles passaram alguns slides a respeito da revista da SOMESE, que falava sobre o “Brasil vive propagação dos cursos de medicina”.

Passaram algumas fotos em que vários médicos posavam com o Doutor “FA”, cuja família entusiasma e cristaliza a política desde a década de 1940. Essas fotografias nos fazem remeter:

Àquelas relações sociais estabelecidas pelos médicos que conferem poder e autoridade suficiente a estes de modo a permiti-los participar das disputas pela imposição de definições legítimas acerca das divisões do mundo social numa posição privilegiada [...] uma reflexão acerca da medicina enquanto uma competência que ocupa um lugar de prestígio tanto no âmbito da produção do conhecimento quanto no âmbito das estruturas de poder referidas aos aparatos de Estado (NUNES, 2000, p. 179).

O médico “A” ficou encarregado pela parte dos avisos, antes de começar a enunciá-los, foi passando os slides da revista, anunciando as matérias contidas nela. Tem até uma sessão sobre cinema na revista, a qual falava do Batman. Do meu lado estava a médica “J”, que é presidente da associação que representa a pediatria em Aracaju. Antes do médico “H” comesasse a falar, os médicos presentes fizeram questão de afirmar o quanto o admiravam; na hora em que o médico “A” fez a descrição sobre mim, pediu para que eu levantasse, para que todos pudessem me ver (fizeram expressões simpáticas e acolhedoras).

Um dos secretários, o médico “K”, que estava do lado do Presidente, pediu para que eu o procurasse para que passasse o meu contato e a fim de que ele pudesse me dar o dele (e-mail/telefone), ressaltando que eu o procurasse, em vez de procurar o presidente. Enquanto isso, o Dr. Anselmo fotografava todos que estavam presentes à mesa; falavam da operação lava-jato dizendo que: “os funcionários da Petrobrás estão sem seus planos de saúde, sem assistência médica”, um dos médicos afirmou: “recebi muitos chorando em meu consultório”. Foi bastante elucidativa a entrevista que realizei com “K”, secretário-geral da Sociedade Médica de Sergipe, quanto aos órgãos de representação profissional da classe médica; logo no começo dessa entrevista, quando indagado sobre como enxerga a representação da classe médica em Aracaju, nos diz que:

[...] a medicina é fragmentada, existem três entidades que representam, temos o CRM-SE (Conselho Regional de Medicina) que possui um papel mais cartorial, que faz uma análise ética do exercício da medicina, analisa as denúncias. Temos nele o problema da morosidade, os trâmites costumam ser lentos. Posso te dizer que o número de conselheiros são os mesmos desde a época da sua fundação, o que gira em torno de 1.500-1.7000. Agora temos 150.000 médicos. A sanção é limitada, te-

mos a questão da advertência privada, a pública, a suspensão e por fim, a cassação (Entrevista com o médico “K”, 2017)⁶.

Prosseguindo em seu relato quanto às entidades, sobre o Sindicato dos médicos explica:

[...] o Sindicato é ‘um braço’ na defesa trabalhista do médico; possui papéis específicos de atuação, tem pouca representatividade, há pouco interesse dos médicos; no geral, posso te dizer que quem se filia a ele são funcionários públicos. Já na SOMESE, vamos ter um caráter mais associativo, tipo um clube; a educação médica é continuada, alguns tem clubes, outros benefícios (Entrevista com o médico “K”, 2017).

A Associação Médica Brasileira é “parceria de discussões”, nos diz ele; quanto à sociedade de especialidades, “foram surgindo como entidades médicas gerais, elas não conseguem cadastrar um médico em nível nacional, só regional”. Ele elucida que as especialidades possuem um caráter de defesa profissional, porém um papel menor, heterogêneo, o que acaba gerando uma fragmentação da medicina, pois elas conversam muito pouco entre si, o que ocasiona perda de interesse por parte da SOMESE. No caso, a interação entre elas se estabelece “muito com a AMB, discutem sobre honorários médicos, inserção de novos procedimentos; elas dependem do nível de organização, algumas tem sede aqui”. Afirma também que a “SOMESE tenta, ou era para ser uma central de relacionamento, o problema aqui é tentar aproximar mais as entidades, estabelecer comunicação com os presidentes”. Quanto às relações entre o Sindicato e a Sociedade Médica,

[...] existe uma comissão formada por membros de cada entidade (honorários médicos), conversas, chamadas para

6 Fala extraída a partir da entrevista realizada por Igor Salmeron com o médico “K”, no ano de 2017, inserido em um dos seus espaços de atuação/representação profissional debatendo acerca das Sociedades de Representação da classe médica sergipana.

eventos; não tem fórum, uma agenda em comum, o que existe é uma demanda ou outra de vez em quando para discutirmos (Entrevista com o médico “K”, 2017).

Fui refletindo e o perguntei sobre como ele enxerga o perfil dos médicos que compunham a Sociedade Médica de Sergipe, ao que ele respondeu:

Na SOMESE, temos médicos com um caráter profissional mais liberal, autônomo; o médico acaba sendo mais representado pela Sociedade Médica; cabe ao médico ter interesse ou não em se associar, por ser liberal o pessoal acaba não tendo muito interesse; na Bahia, por exemplo, tem uma série de benefícios etc. (Entrevista com o médico “K”, 2017).

No Conselho Federal de Medicina consta cerca de 5.000 médicos, onde 307 estão associados (cerca de 7%) são profissionais autônomos que buscam se associar. Quanto aos almoços e pautas que são debatidas, ele nos diz que “o presidente é quem resolve, há sugestões sobre as temáticas, atualidades, etc.”.

As sociedades de especialidades, segundo ele,

[...] quebra[m] muito, o médico se coloca em batalhas individuais, eles se colocam muito independentes, há uma dificuldade em aglutiná-los; o médico possui uma miríade de características, interesses diferentes.

Foi tocado no assunto do Sistema Único de Saúde, e ele nos falou sobre

[...] uma visão da assistência básica e a questão da superespecialização; temos os médicos que são vinculados ao SUS e temos àqueles que investem na profissão mesmo (administração de clínicas, hospitais, consultórios etc.).

Quanto às relações entre a medicina e a prática política,

[...] os médicos que viraram políticos acabam tendo um aval, uma base eleitoral independente em algum local em



que se estabelece; a medicina não é somente uma questão puramente técnica, existe todo um ambiente psicossocial que a cerca.

Aqui, podemos enxergar e perceber o quão importante são as “estratégias de reconversão de vínculos com a esfera política em formas de atuação profissional, resultando em redefinições dos mecanismos de legitimação dos papéis dos profissionais” (PETRARCA, 2008, p. 169). O que existem nas Sociedades de representação da classe médica são:

[...] diretrizes, consensos, congressos; o problema é que a gente tem uma coisa muito bagunçada, por exemplo, nas carreiras de Juiz, do Judiciário existe um incentivo; a municipalização é ruim em termos de recursos, onde a capital é quem faz quase tudo; os concursos pagam muito mal, a prefeitura não paga, a questão dos recursos é repleta de limitações; o médico que trabalha na capital é melhor, possui uma maior qualidade de vida, ofertas de serviços, escolas, lazer (Entrevista com o médico “K”, 2017).

Quando, volta e meia, sua fala toca na questão da autonomia dos profissionais da medicina, podemos perceber a própria raiz do domínio da prática médica. Podemos ainda vislumbrar a respeito da perspectiva política da prática médica, que nos remete ao entendimento de que “A origem do controle da Medicina sobre o seu próprio trabalho é, portanto, de caráter claramente político, envolvendo a ajuda do Estado no estabelecimento e na preservação da preeminência da profissão” (FREIDSON, 2009, p. 43).

Conclusão

Como podemos notar, ao estudarmos o universo das profissões, em especial da profissão médica lastrada e conjecturada numa encantadora intersecção política, pudemos compreender que o que



permanece e é destacável reluz numa circunscrição poliédrica⁷ multifacetada a respeito das demarcações que são tênues entre o que chamamos de profissão médica e sua política exercida de maneira profissional. A reticência reticenciosa jaz no incremento futuro e consecutivo em que se elaborou o trabalho aqui apresentado e a pesquisa aplicável, desembocada em investigações a respeito do comportamento dos médicos em seus espaços de atuação político-profissional.

Como se observou no decorrer do presente artigo, tem-se que, longe de se instituir como instâncias invariáveis e melodiosas, as entidades médicas, em privativo a Sociedade Médica de Sergipe, se caracterizam como uma ambiência multifacetada e não monolítica. A heterogeneidade se especifica pela sua pedra angular histórica em que se perceberam as disputas profissionais da institucionalização da prática médica em Sergipe, bem como o caráter pretensamente político que traceja e esquematiza as suas ações, sejam elas adornos em sua expectativa profissional, sejam vistas sob o ângulo do seu círculo habitual hermenêutico que concheavam a contextura desse espaço tão inspirador e estimulante sociologicamente, como campo investigativo, que individualiza a caracterização da atuação médica sergipana.

Aspectos dessa circunscrição múltiplice sobre a profissão médica em Sergipe só nos fazem açodar ainda mais a investir num estudo cada vez mais intenso e observacional acerca desses espaços que abrangem a medicina e suas transações políticas. Seja um olhar de maneira endógena em relação à própria profissão, seja de maneira exógena despontada em concretizações de eventos, reuniões, alterações e querelas acerca de médicos que costumam. É impor-

7 GEOMETRIA múltiplice. Porção de espaço que tem forma de poliedro numa superfície piramidal, cujos vértices são formados por três ou mais arestas em dimensões (eixos “X”, “Y”, “Z”...) em que cada uma das faces é um polígono. Os seus elementos mais importantes são as faces, as arestas e os vértices.

tante uma observação que transcenda o espaço consultório-hospitalar no qual esses médicos transitam, e que parta para alhures abalizados por atmosferas públicas e políticas, aprovisionados pelo esplendor e prestígio conferido pela hermenêutica poliédrica da profissão médica.

Referências

BARBOSA, M. L. de O. Ensaio Bibliográfico As Profissões no Brasil e sua Sociologia. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº3, 2003, pp. 593 a 607.

BATISTA E SILVA, H. **História da Medicina em Sergipe**: Gráfica editora J. Andrade Ltda, 2007.

BONELLI, M. da G. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 39, p. 61-81, fevereiro, 1999.

BONELLI, M. G. Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000. **Encontro da Latin American Studies Association**, Dallas, Texas, março, 2003. Disponível em: http://www.uoregon.edu/~caguirre/bonelli_2.pdf. Acesso em: outubro de 2007.

BONELLI, M. da G. Os médicos e a construção do profissionalismo no Brasil. In: **Histórias, Ciências, Saúde** – Manguinhos, vol. 9(2). Rio de Janeiro 2002.

BONETTI, A.; FLEISCHER, S. (org.). **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura**: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1989.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMUS, A. **O Mito de Sísifo**. 24. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

CHARLE, C. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balance crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, F. (org.). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 18-39.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Record, 1992.

CORADINI, O. L. Grandes Famílias e “Elite Profissional” na Medicina no Brasil. In: **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, III (3) 425-466, nov. 1996 - fev. 1997.

CORADINI, O. L. **As Elites como Objeto de Estudos**. Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, p. 7-18.

DANTAS, I. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, I. **Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DONNANGELO, M. C. **Medicina e Sociedade**. São Paulo, Pioneira, 1975.

FREIDSON, E. **Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo, Edusp, 1998.

FREIDSON, E. **Professionalism, the Third Logic**: On the Practice of Knowledge. University of Chicago Press, 2001.

FREIDSON, E. **Profissão médica**. São Paulo: UNESP; Porto Alegre: Sindicato dos Médicos, 2009.

GEERTZ, C. **Negara: o Estado Teatro no século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985. GOUVEIA, A. J. “Origem Social, Escolaridade e Ocupação”. **Cadernos De Pesquisa**, nº 32, pp. 3-30, 1980.

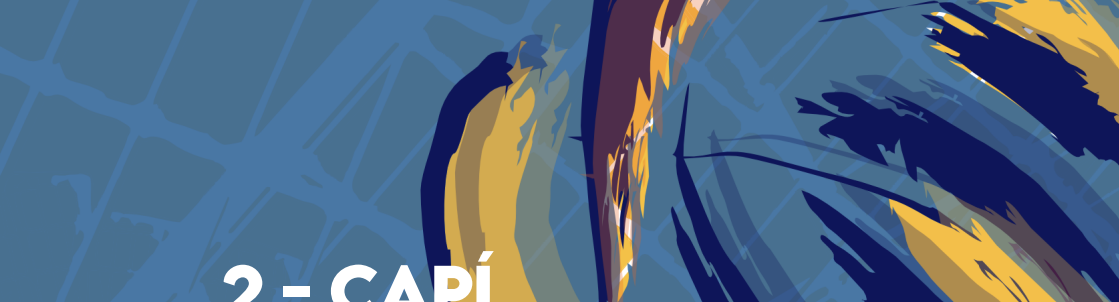
LARSON, M. S. **The Rise of Professionalism**. Berkeley: University of California Press, 1977.

PASTORE, J. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, 2009.

PEREIRA NETO, A. F. **Ser Médico no Brasil: o presente no passado** – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 232 p.

PETRARCA, F. R. Elites Jornalísticas, Recursos Políticos e Atuação Profissional no Rio Grande do Sul. Dossiê Sociologia do Poder e das Elites. In: **TOMO**, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/ Universidade Federal de Sergipe Nº 1 (1998). São Cristóvão, SE, NPPCS/UFS, n. 13 jul. /dez. 2008.

SALMERON, I. S. **Das Relações entre Medicina e Política: Um Estudo sobre Médicos Políticos em Sergipe**. 2015. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.



2 – CAPÍTULO

De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900)¹

FERNANDA RIOS PETRARCA

Introdução

A profissão médica tem sido tratada pela literatura sociológica sobre os universos profissionais como a atividade que mais conquistou poder e privilégio. Ao longo da sua história, a medicina tomou para si o monopólio da cura e reivindicou, com sucesso, o poder de definir o que é doença e a forma como tratá-la, bem como o direito exclusivo de exercer o ofício. Com um projeto profissional bem-sucedido, com notável aliança com o Estado e com os grupos socialmente dominantes, a medicina negociou o exercício profissional e conquistou prestígio, legitimidade e *status*.

Os estudos, por um lado, dedicaram-se a compreender a história da medicina, do conhecimento e da organização

¹ Este artigo foi originalmente publicado na Revista Brasileira de História, v. 37, n. 74, p. 89-112, 2017.

médica centrando nas descobertas, nas concepções de doença e na formação de um saber próprio (BORGES, 1992; CHALHOUB, 1996; LUZ, 1996; NETO, 2001). Por outro lado, enfatizaram as condições de organização e formação de uma cultura profissional (HUGHES, 1956; BECKER, 1991) voltando-se para o exame dos processos que levaram a medicina a ocupar uma posição dominante no mercado da cura (FREIDSON, 2009). Apesar das divergências entre estas abordagens que se situam entre a historiografia e a sociologia das profissões, elas têm em comum a ênfase internalista do ofício, ignorando a influência das condições externas na consolidação do mesmo.

Este artigo, entretanto, pretende demonstrar a importância dos fatores externos na formação de um espaço privilegiado de atuação profissional². Tomando como ponto de partida um conjunto de estudos que abordam as interseções entre profissão e política³, este artigo examina, a partir do caso de Sergipe, o papel dos grupos familiares dirigentes na formação de uma elite médica. De modo mais específico, o problema central consiste em compreender como a medicina compôs os sofisticados mecanismos de reestruturação e de renovação das elites regionais. Um dos pressupostos mais gerais, presentes neste tipo de estudo, está relacionado ao exame das elites tendo como recorte as disputas entre os agentes para ocupação de posições dominantes e a sua relação com os recursos disponíveis e os princípios de legitimação de suas práticas (BOURDIEU, 1989; CANEDO, 2011; CHARLE, 2006; CORADINI, 2008; SAINT MARTIN, 1980).

2 Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre os processos de recrutamento, os princípios e os critérios de seleção, bem como as modalidades de ascensão profissional na medicina em Sergipe. Tal pesquisa contou com o financiamento do CNPq e da Capes, a quem agradecemos por nos oferecer as condições materiais de realização deste trabalho.

3 Dentre estes estudos podemos citar: Coradini (1996); Dulong (1996); Dezalay (2015); Karady (2015); Love (2006b); Offerlé (1999); Oliveira (2008); Petrarca (2013); Grill (2013); Petrarca e Reis (2015); Saint Martin (1980).

Tal problematização envolveu, pelo menos, duas definições fundamentais. Primeiro, tomamos como objeto empírico os médicos que ocuparam posições-chave no espaço da medicina em Sergipe e que, portanto, estavam situados no topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos, atuando nos postos mais almejados e disputados do ofício. Isso significa afirmar que não estamos analisando todos os médicos do período considerado, mas aqueles que se destacaram pelas posições ocupadas⁴. Segundo, definimos como recorte temporal a segunda metade do século XIX, uma vez que tal período se caracteriza pelo nascimento e gênese do ofício médico em Sergipe. Em termos metodológicos, para darmos conta das questões propostas, partimos dos percursos biográficos e das trajetórias sociais dos médicos e sua relação com o processo de recrutamento e atuação política das elites. As principais fontes de dados mobilizadas foram: biografias, dicionários biográficos, material histórico (jornais, discursos) e outros materiais bibliográficos (monografias, teses, dissertações, livros).

Um elemento importante para compreensão deste objeto é que, neste contexto, a medicina clínica era um ofício secundário e não desfrutava de prestígio social e valorização profissional num mercado privado de cura⁵. As enfermidades eram vistas como problemas políticos e como tal exigiam a intervenção do Estado. Doenças epidêmicas, dentre elas a febre amarela, a dengue, a malária, a cólera, eram com frequência associadas às más condições de higiene e aos meios insalubres e, por isso, tornava-se fundamental a disciplinarização da população. Assim, as principais formas de

4 Essa definição tem como ponto de partida central os estudos sobre elites e grupos dirigentes empreendidos, sobretudo, por Charle (2006) e Bourdieu (1989), os quais consideram o acesso a posições privilegiadas como parte das estruturas de dominação.

5 Os principais concorrentes dos médicos, no mercado de cura, eram as rezadeiras, as benzedeiras e os curandeiros que, em geral, possuíam mais credibilidade e procura da população (SANTOS, 2006).

exercício da medicina estavam associadas à medicina pública e à política, seja na ocupação de cargos de saúde e higiene, seja na forma de cargos políticos eletivos (deputado, senador, governador). Além de ser desempenhado por um pequeno grupo com posição econômica elevada, o ofício dependia das relações de base familiar como critério de seleção e recrutamento para a ocupação de tais cargos. Em situações regionais onde se situavam as faculdades de medicina e as associações profissionais, a consagração médica dependeu, além da política, da cátedra e da participação em entidades de classe (CORADINI, 1996). Nos demais, como é o caso de Sergipe, a atuação estava associada, exclusivamente, às disputas num mercado de cargos públicos e políticos.

Nessas condições, o controle dos postos almejados pelos médicos era inseparável dos alinhamentos políticos que resultavam dos acordos entre a oligarquia agrária. Tais acordos dependiam da parentela que – como princípio de estratificação social organizada a partir da rede de parentes e afins – conduzia ao sistema de distribuição dos cargos. Como todos os postos eram controlados por estes agrupamentos políticos locais “de base familiar”, a medicina não pode ser compreendida senão dentro deste sistema de relações. O uso da expressão “de base familiar” segue os padrões estabelecidos por Lewin (1993) para evitar aproximações com a noção “domínio familiar”, esta última caracterizada pelo recrutamento político via exclusivamente o parentesco. Nessa linha, o termo “parentela” nos permite, analiticamente, compreender a rede de parentes e amigos de um chefe político que constituía sua base fundamental de apoio e domínio. A hipótese central deste artigo, portanto, reside na noção de parentela como estrutura de dominação e hierarquização social ao qual a medicina estava submetida, nesse contexto.

Para dar conta destas questões, demonstraremos, num primeiro momento, em que medida os diplomas passaram a integrar o sis-

tema de parentela, diversificando o recrutamento das elites políticas e permitindo compreender o acesso aos postos médicos. A principal fonte de dados consiste em material bibliográfico e historiográfico. Num segundo momento, apresentaremos parte de um banco de dados construído sobre o perfil sociográfico e a composição social da “elite” médica em Sergipe, a partir do qual podemos identificar as origens sociais e as principais formas de atuação destes médicos no século XIX. E, por fim, a partir dos percursos biográficos e análise dos itinerários sociais de alguns casos exemplares, examinaremos a relação entre a estrutura dos alinhamentos políticos e familiares em Sergipe e a medicina. O principal elemento nesse último tópico é o papel do título de médico na diversificação da vida política e das alianças entre famílias. Uma das principais contribuições, a partir do caso sergipano, é possibilitar a compreensão da lógica que une as complexas relações entre medicina, famílias e política.

As Reconversões da oligarquia agrária: o sistema de parentela e a “conversão de títulos acadêmicos”

A relação entre bacharelismo e oligarquia agrária já foi amplamente debatido pela historiografia brasileira (HOLANDA, 2016; FREYRE, 2003; CARVALHO, 2007). Contudo, poucos são os trabalhos que demonstram a dinâmica da estrutura de hierarquização e dominação e como o título de bacharel compôs as estratégias dos grupos dominantes. Nessa direção, tomamos o sistema de parentela como a chave da organização social e política e um idioma para compreender as relações e os espaços profissionais do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Trata-se de uma dinâmica marcada pelo domínio dos proprietários rurais – que eram chefes políticos locais denominados também de coronéis – e baseada nos arranjos, muitas vezes incertos e instáveis, entre famílias e afins (aliados políticos, afilhados, amigos). A “política de parentela”, que emerge

deste sistema, representa a força destes chefes políticos locais e seus aliados nos agrupamentos políticos e sua influência nas demais esferas da vida social (LEAL, 1949; LEVINE, 2006; PANG, 1979; PEREIRA DE QUEIROZ, 1976). As alianças constituídas eram múltiplas e, em geral, envolviam desde parentes consanguíneos e parentes por afinidades a aliados políticos e laços de compadrio. Isso resultou numa fórmula bastante conhecida: “parentes + afins” (CANDIDO, 1951; PEREIRA DE QUEIROZ, 2006).

Esse sistema não é uma característica exclusiva de Sergipe, mas representa o desenvolvimento da política e a expansão do Estado brasileiro tendo como núcleo o município. As dificuldades enfrentadas por Portugal para dominar e povoar o país, dada sua dimensão continental, conduziram ao incentivo do poder e autonomia dos senhores rurais. A consequente independência do país colocou aos proprietários rurais a necessidade de enviar representantes às câmaras municipais e, em seguida, às câmaras provinciais (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976). Nas economias regionais menos ricas e nos estados politicamente dependentes de outras regiões, como é o caso de Sergipe, o controle destas famílias era quase absoluto. Essa situação trouxe pelo menos duas implicações importantes.

Primeiro, eram as lutas dos proprietários rurais entre si que marcavam a disputa pela posse e controle dos cargos. Uma luta pautada pelo confronto e desentendimento constante entre as lideranças, pela emergência de dissidências, facções e grupos opositores. Nessa disputa a posse dos títulos nobiliárquicos, como o baronato, representava um recurso importante e uma forma de se distinguir nas disputas políticas locais. O próprio baronato sergipano é um exemplo disso. Foi, sobretudo, após 1840 que esses títulos são distribuídos entre os grupos dominantes no estado. Constituído por proprietários rurais, donos de engenho, os barões sergipanos, em geral, não possuíam formação universitária e eram destacados políticos locais e proprietários de terra (ALBUQUERQUE, 2002).

Foram as gerações seguintes, dos filhos dos barões, que devido à intensa concorrência que se travou entre os grupos, contribuíram para diversificar as estratégias de composição dos mesmos por meio do investimento em títulos universitários. A esse fenômeno denominamos “conversão de títulos”, o qual representou uma forma específica de mobilização da formação acadêmica.

Segundo, com a criação das Assembleias Provinciais, eles conservaram o poder sobre o município e enviaram às câmaras provinciais membros da família, e/ou da parentela, com alguma formação acadêmica. A necessidade de manter o controle sobre o município e, ao mesmo tempo, expandir o poder em outras esferas fez com que os grupos tivessem que enviar aliados ou parentes para disputar em outros níveis (estaduais e federais). Foi nessa direção que os títulos passaram a compor as lutas por distinção entre as parentelas, convertendo-se ora em recurso para diferenciar e hierarquizar os grupos, ora em trunfo para ocupar novas posições políticas. Aos poucos, com a crescente urbanização da sociedade, a ampliação da máquina estatal, a expansão dos serviços públicos e a criação de novos postos, eles se tornaram um dos canais de poder destes chefes políticos locais (ADORNO, 1988; BLONDEL, 1957; LEAL, 1949; LEWIN, 1993; PEREIRA DE QUEIROZ, 1976).

A mobilização dos títulos acadêmicos para fins políticos demonstrou a capacidade de renovação e diversificação desse sistema e representou uma importante estratégia das famílias para colocar seus membros nos cargos mais prestigiosos do Estado, garantindo sua posição política e econômica. Os filhos formados, em geral nos cursos de bacharel em direito ou medicina, representavam as parentelas nas câmaras provinciais e, ao seguirem a carreira política de senador ou deputado, faziam a conexão entre o município, base principal do poder do coronel, e o sistema político nacional.

Mas esses bacharéis possuíam trunfos importantes que foram acionados na conversão dos títulos para a carreira na política. Um destes trunfos foram as redes estabelecidas na faculdade. Por ter de estudar fora dos limites do seu município e estado, eles já viviam em espaço urbano diversificado, no qual estabeleciam suas próprias redes de relações e as conectavam com suas bases familiares. Tal situação lhes permitiu tirar alguma vantagem, uma vez que a conexão entre as redes formadas nas academias e as bases familiares ampliou e cristalizou vínculos que transcendiam as alianças locais. Outro trunfo importante foi a própria formação acadêmica, que estimulava os bacharéis a colocar seus conhecimentos para ocupação de cargos estatais. No caso do direito, a oratória e o conhecimento jurídico fortaleceram os investimentos políticos; já no caso da medicina, a necessidade do controle das epidemias permitiu aos médicos colocar seu saber voltado à saúde pública e ocupação de cargos em delegacias de higiene, comissões de vacinação e departamentos de saúde.

O processo de “conversão de títulos” permitiu sair de uma situação de “grupo de base familiar”, cuja conexão social era o parentesco, para uma situação de “rede de base familiar”, como aponta Lewin (1993). Enquanto o “grupo” correspondia a uma parentela (amigos de longa data definidos como quase-parentes e parentes consanguíneos ou recrutados pelo casamento), a rede interligava facções individuais. As redes se tornaram mais ilimitadas e permitiram conectar politicamente os diferentes níveis, local, estadual e federal. Segundo a autora, esse processo foi longo e associado a uma crescente valorização dos “afins” para os grupos familiares, ou seja, daqueles que vinham de fora e que foram adquirindo relativa importância nas disputas por posições políticas. Nesse contexto, os laços de sangue ou aqueles obtido pelo casamento, não asseguravam mais a posição na política e não eram garantia de confiança. Uma alternativa que se abriu foi a amizade política ba-

seada nos alinhamentos familiares, estendendo assim a rede e conectando o município ao nível federal. As redes dependiam cada vez mais de membros não parentes para conectar o nível local ao poder político federal.

Dentro desse quadro os bacharéis se tornaram importantes mediadores entre o executivo e o legislativo, integrando a estrutura coronelística pelo casamento ou por laços constitutivos da parentela. Aos poucos, eles se apropriaram da abertura do mercado político e monopolizaram os postos estatais (ADORNO, 1988; LEWIN, 1993). Em Sergipe, apesar da proximidade com a Faculdade de Direito de Pernambuco, por um lado, e da Faculdade de Medicina da Bahia, por outro, o número de formados era bastante escasso até a primeira metade do século XIX. É somente depois deste período que se observa um investimento na formação dos filhos. Além disso, a proporção dos formados em Direito em Olinda (PE) se tornava superior aos formados em medicina.

Os títulos acadêmicos compuseram os movimentos de recomposição das elites, desempenhando um papel fundamental na renovação dos dirigentes regionais. Se no período anterior a primeira metade do século XIX eles se voltavam para o modelo coronelístico, a partir da segunda metade eles se voltaram para fora dos limites do município formando-se bacharéis. Esse processo de expansão dos recursos políticos promoveu um deslocamento no espaço social e alguns recursos tenderam a perder sua valorização, como no caso das relações centradas exclusivamente nos chefes políticos locais.

Contudo, essa capacidade de renovação das elites dependeu também das condições específicas de organização econômica e política. Os chefes políticos sergipanos tinham como principal atividade econômica, durante o século XIX, o açúcar, por meio dos engenhos. Comparado aos estados vizinhos, Bahia e Pernambuco, os engenhos de Sergipe eram de pequeno e médio porte, ocupando uma

área territorial de pequena extensão, o que permitia a existência de vários engenhos em um mesmo município. Isso gerava a seguinte situação: para dominar um município as famílias precisaram fazer alianças. Esse tipo de oligarquia que se formou não era exercido, portanto, por uma única família, mas por diversas famílias conectadas, pelo casamento ou por vínculos políticos e de amizade, que dominavam a partir das alianças, fortalecendo a relação entre parentes e afins. Estruturadas a partir das divergências e dos conflitos pelo controle e escoamento da produção do açúcar, tais grupos familiares aliados controlavam todos os postos locais, como médico, juiz, tabelião e até mesmo párocos. O confronto entre proprietários de engenho dividiu o estado em duas principais regiões produtoras de açúcar, que cobriam dois terços do seu território: região do Cotinguiba e Vaza Barris. Em cada uma destas regiões havia o domínio de um conjunto de chefes políticos locais cada qual tentando controlar suas alianças num delicado equilíbrio.

Alguns elementos contribuíram para que a organização destes grupos ocorresse através da aliança entre várias famílias. Primeiro, o caráter fragmentário da terra, caracterizado pela pequena propriedade, ocasionado, muitas vezes, pela extensão das famílias que em geral possuíam mais de cinco filhos. A consequência foi a transformação em pequenas propriedades de engenho espalhadas em diversos municípios à medida que os filhos casavam. Em geral, as famílias possuíam propriedades que abrangiam quatro ou cinco municípios, o que tornava a aliança com outros proprietários indispensável no controle da região. Segundo, a grande quantidade de engenhos em uma área que cobria dois terços do estado (DANTAS, 2004; 2009), elevou a concorrência entre essas famílias reforçando a necessidade das alianças e as tornando indispensáveis.

Nesse sentido, a figura do “supercoronel”, como observado em outras situações regionais (LEVINE, 2006; LOVE, 2006a; PANG, 1979), não se destacou em Sergipe, uma vez que os chefes locais

alcançaram no máximo a dominação sobre alguns poucos municípios e dificilmente conseguiam controlá-lo por inteiro. A influência política e econômica sobre uma determinada região, vila ou município, dependia do equilíbrio, muito delicado, entre quatro ou cinco famílias. Seu controle era bastante fragmentado e instável e estava sujeito ao acordo com outros chefes locais de famílias diferenciadas e com interesses muitas vezes divergentes, sobretudo quando se tratava de indicar lideranças para sucessão ou para ocupação de cargos e postos locais.

Assim, o coronel representava uma liderança que estava no topo de uma parentela ligado por laços de sangue, matrimoniais, compadrio, amizade ou alianças políticas. Quanto mais conexões e vínculos um chefe político possuísse com diferentes outros grupos e famílias, mais importante ele se tornava na dominação de uma determinada área. Ao mesmo tempo, essa ampliação das relações se tornava fonte de tensão e enfraquecia o seu grupo de origem e as relações firmadas a partir dele, gerando dissidências e facções.

Essa estrutura baseada na forte concorrência entre as parentelas e nas suas alianças dependeu da mobilização de um conjunto de recursos que permitiu a distinção e hierarquização entre os grupos. A concentração de poder de uma parentela passou a depender, cada vez mais, dos bacharéis aptos a mobilizar seus saberes profissionais para ocupação de cargos municipais, estaduais e federais. E é dentro desse sistema de disputa entre grupos que o médico se situava, uma vez que estava nas mãos das parentelas o controle do município e de todos os cargos envolvidos (juiz, inspetor, promotor, delegado, professor, vigário); mas, mais do que isso, o bacharel representava a possibilidade de expansão das redes de relações. As estratégias de conversão dos títulos acadêmicos em trunfos no espaço político foram cruciais para a manutenção deste sistema. Nessa linha, o acúmulo de diferentes tipos de recursos garantiu a oligarquia agrária o controle político, diversificando a estrutura de capitais do grupo.

A elite médica no século XIX: homogênea, agrária e política

Para análise do processo de recrutamento e da composição social das elites médicas no século XIX, construímos um banco de dados que permitiu analisar uma população de 143 bacharéis que se destacaram em Sergipe, em posições de prestígio e poder, nos períodos de 1840 até 1900. Na falta de uma instituição que nos fornecesse dados para a delimitação da elite médica, recorremos ao *Dicionário Médico Biográfico* (SANTANA, 2009) e ao *Dicionário Bio-Bibliográfico de Sergipe* (GUARANÁ, 1925) como as principais publicações regionais de autoconsagração do grupo profissional. Além disso, codificamos em torno de 54 variáveis, as quais nos permitiram medir: origem geográfica; formação profissional; espaços de atuação profissional; homenagens recebidas e origens sociais.

No que diz respeito às origens geográficas podemos perceber que 91,6% dos médicos que ocupavam posições dirigentes – entre 1840-1899 – eram de Sergipe e 86% deles do interior do estado. A característica principal é a de uma elite médica endógena e majoritariamente rural e agrária, nesse período. Esses dados têm uma relação direta com a atividade econômica dos pais e com o contexto político, uma vez que tal atividade se concentrava na zona rural com os engenhos de produção de açúcar. Além disso, o interior do Estado nesse contexto exerceu um papel político importante, uma vez que as câmaras municipais tinham poder de voz e de representação no legislativo.

No tocante às formações profissionais, nesse período, 79% dos médicos se formaram na Bahia, enquanto que 17,5% no Rio de Janeiro e 3,5% no exterior (França, Bélgica e Coimbra). Esse dado é particularmente interessante quando associado à constituição do espaço de formação médica. No século XIX existiam três cursos de formação na área médica, sendo um na Bahia (1808), outro na cidade do Rio de Janeiro também datando de 1808 e, já na última

década do século, no Rio Grande do Sul, em 1898. Eram para essas faculdades – ou para as do exterior – que os aspirantes a médicos se destinavam.

Nesse contexto, as faculdades em geral estavam preocupadas com o controle das grandes epidemias que assolavam a população, como a febre amarela e a cólera morbo, voltando-se para a higiene pública, controle sanitário e para a polícia médica (disciplinarização da população). As discussões científicas conduziam os médicos a colocar seus ofícios a serviço da política e da formação do Estado, ocupando espaços nos hospitais e nas delegacias e comissões de higiene⁶. Nessa direção, a Faculdade de Medicina da Bahia teve um papel de destaque não só nas discussões sobre a expansão da febre amarela e o papel do Estado no controle da epidemia (EDLER, 1998; 2002), mas também como centro intelectual e irradiador de debates. Dentre os temas priorizados pelos médicos na defesa de suas teses destacavam-se as doenças infecciosas e a saúde pública (BOCHNER; MOREIRA, 2015). Seus professores tiveram uma forte atuação política, participando ativamente das contestações que marcam esta geração e ocupando cargos públicos.

Portanto, a concentração da formação na Faculdade de Medicina da Bahia trouxe como consequência a homogeneidade em termos de treinamento, unificando a elite médica. A exposição desses profissionais a um conjunto de debates comuns contribuiu para consolidar um tipo específico de habilidade e conhecimento, associado a uma cultura geral e política e, por isso; de fácil reconversão para ocupação de postos na burocracia pública. Isso se tornou um poderoso elemento de unificação ideológica desta elite. Além disso, a proximidade geográfica com a Bahia favorecia a formação das redes de contatos entre estudantes.

6 Um dos principais confrontos da medicina neste contexto era a interpretação das febres, o que dividia o círculo dos catedráticos entre a teoria dos miasmas e a teoria do contágio. A primeira sustentava a contaminação através dos meios insalubres e a segunda buscava as explicações etiológicas (EDLER, 1998).

No que diz respeito às atividades desempenhadas pelos médicos, nesse contexto, podemos afirmar, com base nos dados, que 65% ocupavam cargos de direção, seja em órgãos públicos direcionadas à saúde, seja na política de maneira mais abrangente. Nessa conjuntura, os médicos que atuavam em Sergipe não viviam da medicina clínica e passavam a maior parte do tempo em postos políticos administrativos ou como chefes políticos locais, voltando-se para uma vida política, uma vez que o mercado de serviços médicos e a clínica como atividade principal era praticamente inexistente. O próprio saber médico era mobilizado, essencialmente, para ocupar posições na esfera estatal e para se posicionar diante de problemas sociais ligados, sobretudo, às más condições de higiene da população. O seu poder devia-se à imbricada relação entre o sistema de parentela e a formação médica.

Em outras situações regionais onde existiam as faculdades de medicina e as associações profissionais, a consagração médica era obtida pela atuação como catedrático e membro da Academia Imperial de Medicina, além dos vínculos e cargos políticos ocupados. Como estamos lidando com um estado em que tais espaços não existiam, a consagração médica acontecia quase que exclusivamente pela via política. É nesse sentido que o estudo do caso de Sergipe pode ser revelador das condições de realização da medicina em situações históricas específicas.

O exame das homenagens recebidas também constituiu um elemento importante da caracterização e diferenciação interna desta elite médica. Podemos perceber, com base no banco, que 18% dos médicos que ocuparam posições dirigentes no período considerado receberam homenagens. Desse conjunto, 70% receberam homenagens de instituições políticas, os demais se subdividem em instituições profissionais, literárias e religiosas. A configuração dessas homenagens está diretamente relacionada à configuração do ofício médico clínico, nesse contexto, como um ofício secundá-

rio. Portanto, era para a vida política que esses profissionais se voltavam. As gerações de médicos do final do século XIX coincidem com as elites sociais, econômicas e políticas e, por esse motivo, se distinguem internamente pela consagração política.

Já com relação às origens sociais, tomamos a profissão do pai como uma das principais variáveis. Com isso, observamos que 51% dos médicos – para os quais conseguimos dados biográficos sobre origens sociais – formados no século XIX eram filhos de militares, seguidos de 12% de políticos e 14% de médicos. Nesse contexto, proprietários de engenho recebiam também títulos e honrarias militares, o que os tornava ao mesmo tempo, fazendeiros, políticos e militares. Além disso, o termo “coronel”, que no nosso banco classificamos como militar, representava, nesse contexto, um poder político e econômico importante. No início do século XIX, o termo coronel representava uma posição associada à Guarda Nacional. Contudo, com a extinção desse título, os coronéis continuaram se atribuindo essa denominação que passou a representar um tipo de poder local baseado na barganha entre governo e oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes.

Como lidamos com informações produzidas por outras fontes (dicionário biográfico, homenagens, obras biográficas), o registro “coronel” aparecia de forma variada nas fontes biográficas que nos baseamos, ora caracterizado como militar, ora caracterizado como fazendeiro, ora caracterizado como coronel. Esse registro dificultou a caracterização da atividade profissional dos pais dos médicos, neste contexto. Em função disso, optamos pelo registro genérico “militar”.

Como a posição profissional do pai e sua respectiva escolaridade se tornaram um indicador bastante frágil de apreensão das origens, recorreremos à análise da trajetória de alguns grupos familiares para ter um melhor quadro a respeito das origens sociais. No final do século XIX, a medicina, como vimos acima, representou uma impor-

tante estratégia de reprodução e manutenção de condição de elite. Em geral, as famílias que investiam na educação universitária dos filhos, em Sergipe, os encaminhavam para estudar medicina na Bahia ou direito em Recife, este último mais priorizado do que o primeiro em função do próprio caráter polivalente do título.

Dentre as famílias que se destacaram na medicina estão os Rollemberg, os Leite, os Rabello Leite e os Costa Dória. Tais famílias eram descendentes de colonizadores portugueses, assim como pertencentes à oligarquia agrária (proprietária de engenho e produtora de cana de açúcar) e com forte atuação na política municipal e estatal. Isso nos permitiu caracterizar as trajetórias médicas que transcorrem na segunda metade do século XIX, como determinadas pela “política de parentelas” e formadas por redes de base familiar como a principal forma de acesso à medicina.

Trata-se, portanto, nestas condições, de uma elite profissional homogênea, uma vez que era recrutada pelas famílias dirigentes, formada e treinada pelas mesmas faculdades e voltada para a resolução de problemas de saúde pública e não a serviços privados num mercado de cura. Além disso, era eminentemente rural e agrária. Entretanto, apesar de se constituir como uma elite unitária – em termos de perfil social e formas de treinamento e atuação –, era ao mesmo tempo segmentada e fragmentada, em função da sua distribuição no sistema de parentela. A forte concorrência no interior das parentelas e sua consequente subdivisão contribuíram para que as elites médicas se organizassem conforme essa estrutura.

Condições de recrutamento e seleção: parentelas e alinhamentos políticos

O ofício de médico em Sergipe estava associado ao desenvolvimento de uma carreira política que começava com os postos de delegado de higiene, passando pelo de deputado até chegar a

senador e presidente da Província. A estrutura estava organizada em torno de alguns hospitais (ao total quatro) que funcionavam como casas de isolamento e de departamentos de saúde e de higiene do Estado cuja atuação central era nomear comissões durante as grandes epidemias e prestar socorro às vítimas em momentos de surtos. A medicina clínica privada era praticamente inexistente, uma vez que a sobrevivência médica a partir dela não constituía a regra. Em geral, os jovens médicos, ao retornarem para suas cidades de origem, montavam consultório que durava por no máximo dois anos e partiam para a carreira política. Isso está associado a, pelo menos, dois movimentos fundamentais. Primeiro, a concorrência dos médicos com outras formas tradicionais de cura, como a reza, a pajelança e a benzedura. Segundo, a formação e o treinamento médico nesse contexto estavam direcionados à atuação política nos seus municípios de origem. Procuraremos aqui destacar a relação entre as trajetórias dos principais médicos, os grupos políticos e familiares e as parentelas, aos quais estavam vinculados.

Os primeiros médicos a atuar em território sergipano estavam vinculados a parentela de “Almeida Boto”. Em meados dos anos de 1840, o grupo de Sebastião Almeida Boto liderava as forças políticas locais, compondo o grupo dos conservadores, em oposição aos liberais, estes últimos representados pelos Araújo Maciel e Travassos. Segundo Oliveira Vianna (1999), Almeida Boto constitui a primeira oligarquia brasileira. Sua ascensão é, em parte, resultado das alianças com base nas relações familiares e vínculos políticos que soube bem constituir. Suas propriedades resultam, de um lado, da herança dos pais – colonizadores portugueses que ocupavam a área da região do Cotinguiba – de outro, do casamento com uma viúva proprietária de três engenhos e irmã de José de Barros Pimentel, importante coronel e chefe político local (DANTAS, 2009). De início, ele mobiliza os principais recursos da época para consolidar seu poder econômico e político: herança e matrimônio.

Os conflitos políticos e a instabilidade das alianças políticas da parentela de “Almeida Boto” conduziram à emergência de dissidências no interior do Partido Conservador, dando origem a novas lideranças que se opunham. É dentro desses alinhamentos políticos e familiares que se situam dois importantes nomes na política desse contexto. O primeiro foi Manoel Joaquim Fernandes de Barros, médico sergipano formado na Universidade de Estrasburgo, que exerceu a política como presidente da Província de 1835 a 1836. Considerado o homem mais ilustrado da província do seu tempo, era aliado de outro chefe político local concorrente de Almeida Boto na disputa pelo controle do escoamento do açúcar. Em função do seu casamento com a viúva do cunhado de Boto (José de Barros Pimentel), as tensões atingiram proporções violentas. As brigas por herança e os litígios familiares levaram ao assassinato de Fernandes de Barros, o que contribuiu para desestabilizar as alianças políticas de Almeida Boto.

O segundo médico, também vinculado à parentela de Almeida Boto, foi José de Barros Pimentel, enteado de Fernandes de Barros e sobrinho de Boto, formou-se em Paris em 1842 e era filho do seu homônimo José de Barros Pimentel. No ano seguinte à sua formatura, assumiu o cargo de secretário do governo de Sergipe, no momento em que o estado era presidido por Almeida Boto. Representou a província em cinco legislaturas pelo Partido Liberal que tinha como liderança Antonio Dias Coelho (Barão de Estância), indicado por Almeida Boto. Manteve-se na política até a sua morte, no final do século XIX, ocupando cargos nas legislaturas e em outros órgãos como a fundação e direção do Banco da Bahia. Tornou-se um dos políticos mais proeminentes da corrente liberal. As famílias Pimentel, Barros e Coelho, unidas por laços de matrimônio e aliança política, permanecem como aquelas, dentre outras, que mais se destacaram nos cargos de deputados provinciais e senadores na segunda metade do século XIX. Nesse contexto, o

número de formados em medicina não era expressivo e o estado era praticamente representado pelos chefes políticos locais que na luta para manter suas propriedades e poder mantinham um intenso conflito.

Foi principalmente a partir das décadas de 1860-70 que o título acadêmico se torna um recurso importante e valorizado no interior das parentelas. Isso estava associado, primeiro, como já foi dito, à concorrência entre as parentelas; segundo, à ampliação de postos políticos e ao aumento da máquina estatal, o que conduziu à necessidade crescente dos bacharéis. Dentro destas condições podemos ainda citar o caso do médico Gonçalo de Faro Rollemberg, que se destacou na política regional como senador. A família Rollemberg estabeleceu alianças com diferentes chefes políticos locais ao longo do século XIX e teve seus vínculos políticos consolidados ao longo da década de 1860. A família caracterizou-se pelos investimentos em casamentos dentro (tios, sobrinhas, primos) e fora da parentela, possibilitando aliança com outros grupos. Um dos marcos para a presença marcante dos Rollemberg na política é o casamento entre Maria José Rollemberg (viúva proprietária de três engenhos na região do Cotinguiba) com João Gomes de Mello (Barão de Maroim). Este último, compadre e amigo de Almeida Boto, ao casar-se com a referida viúva ampliou sua propriedade abrangendo os municípios de Rosário do Catete, Siriri, Japaratuba e Santo Amaro das Brotas. Sua incursão na política começou através das alianças com Almeida Boto, mas o casamento e a conquista do título de Barão de Maroim lhe permitiram novos vínculos, essenciais para sua eleição a deputado provincial, em 1847. Assim ele se tornou uma das principais lideranças do Vale do Cotinguiba. Os enteados do Barão de Maroim, dentre eles o Barão de Japaratuba (avô do médico Gonçalo de Faro Rollemberg), uniram-se pelo matrimônio com outras famílias de chefes políticos locais, como os Prado, os Sampaio e os Madureira. Contudo, essa relação entre diferentes famílias na liderança de uma

parentela era difícil de ser administrada e exigia habilidade política. As tensões, sobretudo por herança, conduziram a divisões e emergência de dissidências que, por sua vez, contribuíram para perda da liderança e sua fragmentação.

Foi dentro dessa configuração que estava integrado o médico Gonçalo de Faro Rolemberg, nascido em 1860, no Engenho Maria Teles em Maruim, neto, pelo lado materno, do Barão de Japarutuba (enteado de João Gomes de Mello – Barão de Maroim) e, pelo lado paterno, de um Capitão Mor de Sergipe. Seus pais eram primos, o que contribuiu para manter a família Rollemberg como umas das principais lideranças dos engenhos na região do Cotinguiba. Herdeiro do Engenho do Topo casou-se, em 1884, com Aurélia Almeida Dias Coelho Melo, herdeira do Engenho Escurial e filha do Barão de Estância (Antonio Dias Coelho), um dos maiores produtores de açúcar da região de Estância. Assim, ele uniu a produção de açúcar do vale do Cotinguiba, do qual era um dos proprietários, por meio do Engenho do Topo, com a produção de açúcar da região do Vaza-Barris, e por meio da relação com o sogro, proprietário do engenho Escurial.

Iniciou o curso de medicina na Bahia e concluiu no Rio de Janeiro, no ano de 1881. Ao retornar dos estudos no Rio de Janeiro para sua terra natal, assumiu o cargo de delegado de higiene em Japarutuba e no mesmo ano foi eleito deputado provincial. O cargo de delegado de higiene, em geral, representava o primeiro degrau de uma carreira política; mas foi por intermédio do sogro (Antônio Dias Coelho) que Gonçalo intensificou sua participação na vida política, tornando-se importante chefe político em Japarutuba, município onde construiu sua base política. Mais adiante sucedeu o sogro na liderança do Partido Liberal, elegendo-se vice-presidente da província e, logo em seguida, presidente. A liderança ocorria, por um lado, por meio das alianças locais e, por outro, pelas alianças regionais com dirigentes dos partidos. No caso de Gonçalo,

liderou, no âmbito local, a oposição aos irmãos Maciel em Japaratuba, aliando-se a outros chefes locais, e, no âmbito regional, fez alianças familiares com o sogro (presidente do Partido Liberal) e com um tio, aliado político do sogro e um dos mais “expressivos líderes do Partido Liberal” (DANTAS, 2009). Tais alianças é que lhe deram as condições de liderança política.

Outro elemento constitutivo das alianças regionais eram as alianças estabelecidas fora do estado, com políticos federais que poderiam dar suporte nas lutas locais. Essas eram formadas durante o exercício dos mandatos de deputado federal ou senador ou durante a realização dos cursos de graduação. No caso de Gonçalves, no senado da República fez amizade e estreitou laços com o senador Nilo Peçanha, de quem obteve apoio em diferentes situações. Uma dessas situações foi o movimento de Reação Republicana, que representava os ideais de Nilo Peçanha e que em Sergipe teve como chefe local, eleito por Nilo, Gonçalves Rollemberg (NASCIMENTO, 2007).

Assim como muitos dos seus contemporâneos, exercia a medicina clínica eventualmente, chegando a produzir alguns artigos sobre hepatite e anestesia. Seu investimento concentrou-se na administração do engenho da família e na política, como deputado, senador e, posteriormente, governador. Dando curso a sua carreira política, tornou-se vice-presidente da província e presidente, em 1894.

Três outros médicos ainda se tornariam presidentes da província no final do século XIX e início do século XX. São eles: João Vieira Leite, José Rodrigues da Costa Dória e Felisbelo Freire. O primeiro nasceu em 1867, no Engenho São Félix, neto do coronel João José de Oliveira Leite (Barão do Timbó) e irmão do também médico Berilo Leite. O Engenho São Félix se destacou na região como um dos principais mantendo alianças familiares e políticas com outros engenhos da região, como o Engenho Antas, da família Costa Carvalho. Inicialmente, o engenho constituiu-se a partir da união das

famílias Souza Vieira e Leite por meio do matrimônio entre Joaquina Hermelina Vieira e José de Oliveira Leite (Barão de Timbó). Ambos eram viúvos com seis filhos cada. As alianças matrimoniais múltiplas caracterizaram os Leite de Estância, como o casamento de três filhos de Joaquina com três filhos de João Leite, o que contribuiu para fechar os Leite em si mesmos. Filho de uma dessas alianças múltiplas, João Vieira Leite se formou na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1890, e iniciou sua carreira atuando em consultório, na cidade de Estância. Contudo, foi em cargos políticos que se destacou. De um lado, cargos eletivos como o de deputado estadual, exercido por duas legislaturas, seguido de presidente da Assembleia e intendente municipal, nos anos de 1897 e 1898, e presidente de Sergipe; de outro lado, cargos públicos como o de delegado de polícia, delegado de higiene e diretor do hospital no município de Estância. Tais cargos foram proporcionados tanto pelas alianças endógenas da família quanto pelos vínculos estabelecidos por meio do Jornal “A Razão” de propriedade de Augusto Ramos Gomes, seu cunhado. Ele compunha, portanto, a parentela dos “Leite de Estância” para a qual o jornalismo desempenhou um papel importante de influência e força política.

O segundo, José Rodrigues da Costa Dória, era opositor político de Gonçalo Rollemberg e vinculado a parentela de Olímpio Campos e do grupo dos chamados “cabaús”⁷. Membro de uma família de coronéis e chefes políticos de Propriá, formou-se em 1882, pela Faculdade de Medicina da Bahia e exerceu a clínica médica por dois anos na cidade de Laranjeiras, centro político e econômico

7 “Cabaús” e “Pebas” foram consideradas duas grandes facções que surgiram em Sergipe no final do século XIX, decorrentes das mudanças nas relações de força provocadas pela República, e que levaram a constituição de duas fortes lideranças: Olimpio Campos e Valladão. De um lado, os “cabaús” que se reuniam na região dos engenhos e representava os senhores de engenho, de outro, os “pebas” que estavam ligados aos grupos e lideranças locais republicanas que se reuniam em Aracaju (DANTAS, 2009).

do estado. Em seguida, foi aprovado em concurso para vaga de catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, onde atuou de 1885 até 1891. Com a criação da Faculdade de Direito do estado da Bahia, tornou-se também catedrático de medicina legal no recém-criado curso (ABREU, 2001; SANTANA, 2009). Retornou a Sergipe para ocupar o cargo de deputado federal pelo estado, em 1897. Sua entrada na política foi marcada, por um lado, pelos acordos locais do qual seu grupo familiar pertencia, de outro, pelas redes capazes de construir no período acadêmico e pelos acordos a nível federal que soube investir.

Sua passagem pela Faculdade de Medicina da Bahia lhe permitiu formar suas próprias redes de relações sociais e as conectar com seu estado de origem. Dessas amizades e desses laços, resultaram convites para ocupação de cargos e apoios políticos. Como exemplo, podemos citar a relação estabelecida com Severino Vieira, político do Partido Conservador baiano, e Luis Tarquino, empresário, que resultou no convite para atuar como conselheiro municipal de Salvador (SAAD, 2013). Outra importante relação foi a firmada com Manuel Vitorino, político baiano e catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, com quem pôde contar no momento da sua candidatura para deputado federal por Sergipe, uma vez que este era presidente da República na referida ocasião. Tais vínculos lhe permitiram dedicar-se exclusivamente à política, como deputado federal por quatro legislaturas e como governador do Estado, em 1908. Foi dentro do espaço acadêmico e da política que seu investimento ocorreu. Por um lado, como catedrático em medicina legal, pôde circular com facilidade entre a medicina, o direito, o jornalismo e a política, participando dos debates que marcavam a intelectualidade deste contexto. Isso lhe rendeu o reconhecimento nacional como um dos primeiros responsáveis por estudar e publicar os efeitos da maconha na população africana, tendo seu trabalho apresentado em congressos internacionais no momento

e se integrando aos debates racialistas que marcaram sua geração (SAAD, 2013). Por outro lado, seu intenso investimento na política, como deputado e governador, permitiu-lhe intensificar seus contatos com o governo federal, o que garantiu sua participação na criação do Ministério de Instrução e Saúde, nos debates sobre a necessidade de manicômios judiciais e na Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.

O terceiro, Felisbello Freire, também se formou em 1882, na Faculdade de Medicina da Bahia. Originário de um grupo familiar proprietário de um engenho de pequeno a médio porte, retornou a Sergipe logo depois de formado e passou a exercer a medicina em Laranjeiras, um dos principais centros políticos e econômicos do estado nesse período. Em seguida, inseriu-se no movimento republicano, fundando em 1888, o Manifesto Republicano, alguns jornais e, em seguida, o Partido Republicano. Sua carreira política iniciou-se no movimento republicano, junto com o seu tio, o Coronel Baltazar Góis, Josino de Menezes e Fausto Cardoso, elegendo-se governador do estado no início da República. Contudo, devido às divisões surgidas no interior do partido, Felisbello foi destituído do cargo por não incluir na chapa para senador um político prestigiado por Deodoro da Fonseca. Foi deputado federal e ministro dos negócios estrangeiros na presidência de Floriano Peixoto, no período de 22 de abril a 30 de junho de 1893, e também ministro da Fazenda, de 30 de abril de 1893 a 18 de agosto de 1894 (ABREU, 2001; SANTANA, 2009).

A intensa valorização na diversificação do capital social constitui a marca fundamental das estratégias das parentelas caracterizadas pela extensão das redes de relações. Os investimentos nos títulos, diplomas e na formação dos filhos garantiram um trunfo fundamental convertido facilmente em capital político (mandato de deputado, senador, governador). A partir do momento em que eles se deslocavam para os grandes centros urbanos, seja para se formar

médico, seja para atuar na política como senador ou deputado, eles ampliavam o capital social das suas famílias promovendo uma valorização dos membros não parentes para as alianças políticas locais.

Apoiando-se nas trajetórias de alguns médicos sergipanos e nas genealogias, procuramos traçar um padrão geral das relações entre família, política e medicina e das práticas sociais e políticas, padrão esse que se estende até o início do século XX. Tais trajetórias tiveram como princípio básico as relações sociais firmadas a partir do sistema de parentela, uma vez que é esse sistema que fornece os critérios de recrutamento para a carreira médica. Por essa razão, uma das principais características dessa elite era seu alto grau de segmentação e fragmentação naquele período. Nesse sentido, “ser médico” era se distinguir dentro de uma parentela, a partir da qual era possível ocupar postos públicos e investir numa carreira para a política. Esse padrão de carreira permitiu a entrada de tais ofícios na política estatal e o reconhecimento do saber médico para a formação do Estado.

Alguns se limitaram ao âmbito local, restringindo sua atuação ao município e, no máximo, ao estado; outros, entretanto, tornaram-se importantes chefes políticos regionais expandindo suas alianças políticas para fora do estado. Em todo caso, pode-se afirmar que esses médicos têm suas carreiras marcadas pelo inicial e passageiro investimento na clínica médica e, em seguida, na ocupação dos cargos dominados pelas parentelas e de indicação dos chefes políticos locais como delegado, chefe de hospitais, inspetor de higiene, e, como consequência, a dedicação à carreira política parlamentar no plano estadual. Assim, eles representavam chefes políticos tradicionais, para os quais a medicina exerceu uma força agregada à posição política da família.

Além disso, outro elemento constitutivo desses percursos foi a atuação no plano federal como uma maneira das parentelas ampliarem as alianças políticas, diversificando as redes para com isso interferir

na política regional com mais força. Num contexto de forte concorrência com os saberes tradicionais (curandeiras, benzedadeiras) e de uma intensa atuação na política, esses bacharéis investiram na medicina como uma estratégia para manter a força de suas parentelas.

Conclusão

Este estudo trouxe para o primeiro plano de análise a sociogênese do ofício médico a partir da relação entre as formas de organização dos grupos dirigentes e as carreiras dos profissionais. O estudo do caso de Sergipe procurou evidenciar, como contribuição à literatura acadêmica, que o título de médico não se constituiu apenas como um certificado simbólico de prestígio político, já que, na prática, a maioria não exercia o ofício, mas esse teve um papel determinante na expansão do capital social das famílias dirigentes.

A análise permitiu destacar dois conjuntos de questões. O primeiro diz respeito ao padrão de conexão entre as famílias que ocupavam posição dominante no espaço político e econômico e o investimento em títulos acadêmicos. Trata-se, portanto, do papel que a educação universitária e algumas profissões exerceram, sobretudo as liberais, na constituição do espaço político e da reprodução e manutenção da condição de famílias dirigentes. As famílias procuravam garantir aos filhos um diploma que lhes proporcionasse acesso a cargos políticos, viabilizando a sobrevivência política do grupo. Além disso, um filho médico alargava a rede familiar que, por sua vez, se tornava importante trunfo político nas lutas locais. Dessa forma, o investimento em títulos escolares constitui-se como uma importante estratégia, por um lado, de manutenção da condição de grupo dominante no espaço político e no controle dos postos, por outro de diversificação dos investimentos das parentelas na política. O processo denominado aqui de “conversão dos títulos” representou um movimento de renovação e recomposição das elites políticas locais.

Foi, contudo, o caráter extenso das relações familiares dos membros das oligarquias locais que permitiu a reconversão dos títulos em capital político. Isso porque, como mostra Saint Martin (1995, p. 1035), “são os detentores de todo tipo de recurso que tem maior probabilidade de empreenderem uma reconversão”. Assim, as possibilidades de reconversão se ampliam para aqueles que diversificam seus recursos. As estratégias familiares que se apoiavam nos filhos, por meio das alianças matrimoniais, dos títulos acadêmicos e das profissões liberais são dependentes de um sistema aberto de parentesco com uma capacidade de incluir os de fora para dentro do sistema. Este sistema aberto, denominado de “sistema de parentela”, tornou-se um fenômeno complexo envolvendo a política municipal e uma rede de compromisso, troca e favor.

O segundo conjunto de questões está associado ao perfil da elite médica e às condições de possibilidades de exercício médico e à forma como os profissionais, inseridos num sistema de dominação de chefes políticos locais, construíram suas carreiras. Dito de outro modo, o caminho possível para aqueles que almejavam a medicina e a respectiva progressão na carreira dependia do investimento em alianças familiares e políticas e da situação em que se encontravam tais relações e vínculos constitutivos da parentela. Apesar de constituir uma elite homogênea, em termos de origens sociais, espaços de consagração e treinamento, era ao mesmo tempo uma elite fragmentada, uma vez que os médicos estavam distribuídos em parentelas, muitas vezes, concorrentes.

Portanto, esse conjunto de questões que serve de conclusão, permite demonstrar a pertinência de uma gênese social das profissões que não ignore os processos históricos particulares e, no caso específico das profissões dominantes como a medicina, coloque em evidência a formação e configuração de suas elites.

Referências

ABREU, A. A. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALBUQUERQUE, S. Aspectos do Baronato Sergipano (1848-1889). **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe**, n. 22, 2002, p. 105-127.

ADORNO, S. **Os Aprendizes do Poder**. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BECKER, H. **Boys in white**: student culture in medical school. Chicago: The University of Chicago Press, 1961.

BLONDEL, J. **As Condições Sociais da Vida Política na Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1957.

BOCHNER, M.; MOREIRA, R. Teses de Doutorado da Faculdade de Medicina da Bahia produzidas entre 1853 e 1935: principais temáticas e problemas de saúde pública. **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)**, 2015.

BORGES, D. **The Family in Bahia, Brazil 1870-1945**. California: Stanford University Press, 1992.

BOURDIEU, P. **La Noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem**: A Elite Política Imperial. Rio de Janeiro, 3ª. ed. Civilização Brasileira, 2007.

CHARLE, C. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balance crítico da historiografia contemporânea. In:

HEINZ, F. (org.). **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 18-39.

CANDIDO, A. The Brazilian Family. In: SMITH, T. L.; MARCHANT, A. (publishers). **Brazil, portrait of a continent**. N. Y.: The Dryden Press, 1951.

CANEDO, L. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, jan./jun. 2011.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORADINI, O. L. Grandes famílias e ‘elite profissional’ na medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, III (3), 1996, p. 425-466.

CORADINI, O. L. **As Elites como Objeto de Estudos**. Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, p. 7-18.

DANTAS, I. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: O Patriarca do Serra Negra e a Política Oitocentista em Sergipe (1825-1909)**. Aracaju: Criação, 2009.

DANTAS, I. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DULONG, D. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République. **Politix**, n. 35, 1996, p. 109-135.

DEZALAY, I.; GARTH. B. A Construção Jurídica de uma Política de Notáveis: o jogo duplo da elite do judiciário indiano no mercado de virtude cívica. **Revista Pós Ciências Sociais**, v, 12, n. 23, 2015, p. 37-59.

EDLER, F. A. Medicina Brasileira no Século XIX: um balanço historiográfico. **Asclepio**, vol. L2 1998, p. 169-186.

EDLER, F. A. Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil. **História, Ciência, Saúde/Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 9(2):357-85, maio-ago. 2002.

FREIDSON, E. **Profissão Médica**: um estudo da sociologia do conhecimento aplicado. São Paulo: UNESP, 2009.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2003.

GUARANÁ, A. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Ponghetti, 1925.

GRILL, I. G. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: SEIDL, E; GRILL, I.G. (org.). **As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 103-140, 2013.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HUGHES, E. The making of a physician: general statement of ideas and problems. **Human Organization**, v.14, n.4, 1956, p. 21-25.

KARADY, V. A Conversão Socioprofissional das Elites: dois casos históricos na Hungria. **Revista Pós Ciências Sociais**, v, 12, n. 23, 2015, p. 19-36.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

LEVINE, R. Pernambuco e a Federação Brasileira. In: FAUSTO, Boris et al. **História Geral da Civilização Brasileira (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 130-171.

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOVE, J. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris et al. **História Geral da Civilização Brasileira (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 111-138, 2006a.

LOVE, J.; BARICKMAN, B. J. Elites Regionais. In: HEINZ, F. M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006b, p. 77-98.

LUZ, M. **A arte de curar versus a ciência das doenças**: história social da homeopatia no Brasil. São Paulo: Dynamis, 1996.

NASCIMENTO, S. R. Representação da Reação Republicana em Sergipe: A campanha oposicionista do Jornal do Povo ao governo Pereira Lobo (1921-1922). **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**, n. 36, 2007, p. 109-134.

NETO, A. C. DOS SANTOS. **Sob o Signo da Peste**: Sergipe em tempos de cólera (1855-1856). 2001. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. 2001.

OFFERLÉ, M. Professions et Profession Politique. In: OFFERLÉ, M. (dir.). **La Profession Politique: XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999, p. 7-36.

OLIVEIRA, V. S. Conflitos internos em Sergipe: a instabilidade política e a consolidação da autonomia (1824). **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe**, n. 34, p. 75-102, 2005.

OLIVEIRA, W. J. F. Engajamento Político, Competência e Elites Dirigentes do Movimento Ambientalista. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 16, p. 167-186, 2008.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil. In: **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 1976.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. ET all. **História da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 172-214.

PETRARCA, F. R. Esfera política e processos de consolidação dos saberes profissionais. In: SEIDL, E; GRILL, I. G. (org.). **As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 103-140.

PETRARCA, F. R.; REIS, E. T. Profissões e o Espaço da Política: potencialidades de uma agenda de pesquisa. **Revista Pós Ciências Sociais**, v, 12, n. 23, 2015, p. 11-18.

PETRARCA, F. R. De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900). **Revista Brasileira de História** (online), v. 37, n. 74, 2017, p. 89-112.

PANG, E. S. **Coronelismo e Oligarquia (1889-1943)**. A Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SAAD, L. G. **Fumo de Negro**: a criminalização da maconha no Brasil (1890-1932). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2013.

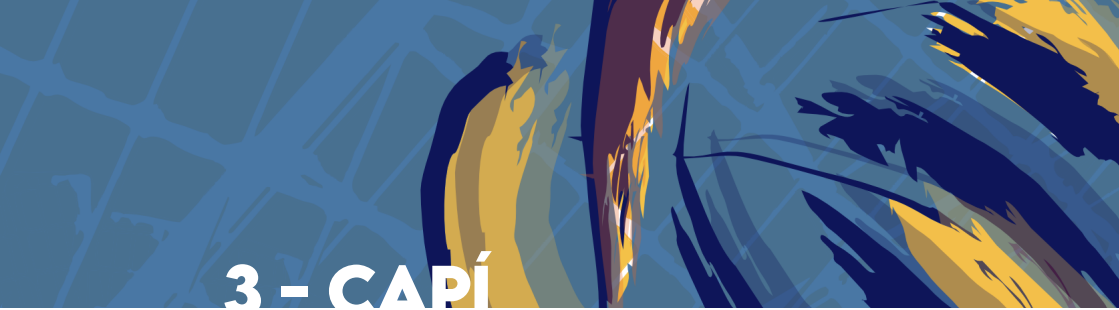
SANTANA, A. S. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju: O Autor, 2001.

SANTANA, A. S. **Dicionário Biográfico de Médicos de Sergipe**: séculos XIX e XX. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009.

SANTOS, L. C. dos. Práticas de Cura e Terapeutas Populares em Salvador no Início do século XIX. **Anais do III Encontro Estadual de História: poder, cultura e diversidade**. 2006.

SAINT MARTIN, M. Une Grande Famille. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**. 1980, n. 31, p. 4-21





3 – CAPÍTULO

TULO

Uma Engenharia de “saude e rusticidade” no século XX: regionalismo e obras contra as secas na biografia de Eurípedes de Oliveira

VALDÊNIO MENESES

Introdução

Este artigo analisa uma relação de valores produzida durante o século XX: o regionalismo nordestino e os modelos de engenharia de obras contra as secas. Para tanto, propõe reconstruir sociologicamente uma trajetória biográfica ligada a classes dominantes e profissionais dessas obras de infraestrutura: a do engenheiro e jornalista Eurípedes Floresta de Oliveira. Nascido em Canhotinho, Pernambuco (1896), Oliveira construiu carreira como engenheiro do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e também como colunista da imprensa nordestina. Entre as décadas de 1970-90, escreveu para revistas Paraíba Pecuária e Agropecuária Tropical ligadas a associações de pecuaristas nacionais (ABCZ) e suas filiais dos estados nordestinos. Nesse período ainda teve

coluna no Diário da Borborema, jornal de Campina Grande- PB, cidade onde morou maior parte de uma centenária vida até os primeiros anos do século XXI. Nesse recorte, a pesquisa que originou este artigo tomou como principais fontes:

- *Eurípedes Oliveira, Jornalista e construtor de açudes* – escrito em 1999 pelo jornalista e professor André de Sena, bisneto de Oliveira. Além de ter sido feito a partir de depoimentos de Eurípedes Oliveira, o livro também usa trechos das colunas do suplemento cultural (1977-1979) do engenheiro no jornal Diário da Borborema de Campina Grande;

- dezoito textos publicados na coluna que Eurípedes de Oliveira manteve nas revistas *Paraíba Pecuária* (de 1976-1979) e *Agropecuária Tropical* (de 1980 até 1987);

- como fonte secundária, o livro *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo*, do jornalista Josué Sylvestre (1993), que usou de um depoimento dado por Eurípedes Oliveira no início da década de 1990;

- entrevistas realizadas com filhos do terceiro casamento de Eurípedes Oliveira e responsáveis pelos arquivos e memórias do pai. As rodadas de conversas com os Srs. Tadeu Floresta (residente em Campina Grande-PB) e Eurípedes Floresta Filho (residente em Mossoró-RN) foram realizadas em plataformas virtuais no início do mês de junho de 2021;

- dissertações sobre processos históricos, culturais, sociais, políticos e arquitetônicos na cidade de Campina Grande entre as décadas de 1920-1950. Todas utilizaram, mesmo que brevemente, fontes relacionadas à biografia de Eurípedes Oliveira (QUEIROZ, 2008; GAUDÊNCIO, 2019; JERONIMO, 2017; SOUZA, 2015). Foram utilizadas também informações de pesquisas das áreas de engenharia ambiental, feitas nos açudes construídos na chefia de Eurípedes Oliveira (MORAIS et al., 2020; FONSECA, 2019; SOUZA; GUEDES, 2020).

Cabe um breve comentário teórico quanto à análise de trajetórias biográficas e elites. No acúmulo de disputas entre escolas e teorias, pode-se afirmar que as ciências sociais já possuem recursos de reflexão e pesquisa para tecer explicações válidas utilizando das análises biográficas – e sem cair em armadilhas comuns a esse tipo de estudo. Dentre essas armadilhas, pode-se citar a tendência a ler os registros de vida na amarração de determinismos, como se indivíduos fossem seres robotizados, totalmente tutelados pelas estruturas sociais. Por outro lado, analisar biografias também traz o risco de “abraçar” certas exaltações ou voluntarismos, como se a simples vontade, carisma ou habilidade de indivíduos fossem suficientes para mover ordens institucionais, históricas, políticas e sociais.

A superação desses dilemas e o debate sobre fontes biográficas aconteceram de diferentes maneiras em clássicos das ciências sociais¹. Dentro da sua ideia de conhecimento em termos de ruptura com o senso comum (*doxa*), a perspectiva da ilusão biográfica de Pierre Bourdieu ([1986] 2006) propõe sempre observar as abstrações e rituais de instituições que “filtram” fluxo das realidades sociais e biológicas do vivido e, assim, constroem a artificialidade do nome próprio e da biografia (BOURDIEU, [1986] 2006, p. 187). O autor segue um olhar crítico e de ressalvas ao uso das “histórias de vida” no risco de o pesquisador referendar o senso comum ao usá-las como material empírico (BOURDIEU, [1986] 2006, p. 185). Por sua vez, de uma forma “menos destrutiva” em relação à biografia está o viés de Norbert Elias (1995). Utilizando como fonte as correspondências de Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791), Elias (1995) analisa transformações e interdependências de um outsider na posição social de artista na sociedade de corte vienense.

1 Há outras abordagens biográficas igualmente interessantes em outras áreas das ciências humanas. Para uma revisão dos usos das biografias nas estratégias de pesquisa da psicologia, ver Rosenthal (2006). Já no caso da historiografia, ver Levi (2006).

O viés de biografias também alcança estudos sobre elites, os quais se expandiram em avanço recente da pós-graduação de ciências sociais no Brasil, concebendo uma rede de pesquisadores e centros regionais e, em consequência disso, circulação de ideias, problemáticas teóricas e avanços metodológicos (FERREIRA; PETRARCA, 2018). Esse acúmulo de estudos de elites no Brasil trouxe também dilemas de teoria e pesquisa relacionados justamente à leitura de singularidades locais e nacionais e o grau de importação de conceitos de teorias de raiz francesa: como o caso do já citado legado de Pierre Bourdieu, bastante influente no estudo de elites, o que pode ser visto no registro de “elite” em dicionários especializados.

No *Dicionário das Ciências Humanas* (DORTIER, 2011, p. 165-166), o termo elite é tratado desde teorias de Pareto e Mosca, na Itália, até Wright Mills, em estudos das elites dirigentes dos EUA. Por sua vez, o *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, editado por William Outhwaite e Tom Bottomore (1996), traz também um caminho da 1ª metade do século XX: da teoria das elites clássicas, com os acréscimos da teoria dos partidos de Robert Michels e uma relação entre Weber, Mills até Karl Mahheim. Aqui o mote é a ideia de estudos sobre a “elite governante” e sua relação com a democracia (BOTTOMORE, 1996, p. 236). Um pouco mais atualizado, o *Dicionário de Políticas Públicas* (GIOVANNI; NOGUEIRA, 2018) apresenta o verbete elite no roteiro “Pareto-Michels-Mills”, com importantes acréscimos: primeiro, da crítica marxista de Antônio Gramsci a Nicos Poulantzas, a relação de dominação, elites, governos e sistema capitalista; menciona ainda uma crítica da própria ciência política – de linha institucionalista do autor George Tsebelis – sobre comportamentos políticos das elites não pela origem social, mas pela escolha racional. Em segundo lugar, retomam a visão de Pierre Bourdieu acerca das posições objetivas que os indivíduos ocupam em determinados campos da elite e frações das classes dominantes (PERISSINOTO, 2018, p. 299).

Ao consultar essas teorias – tentando evitar ao máximo a armadilha de um encaixe sem rigor de conceitos nas fontes –, é importante enfatizar que este artigo tem seu principal foco em dar continuidade a uma série de estudos de biografias “nordestinas”. Trata-se de uma pesquisa inicialmente ligada a uma tese de doutorado concluída em 2018². Dessa pesquisa já saíram dois estudos sobre biografias que reivindicam “valores de nordestinidade”: uma de criadores pecuaristas – da Paraíba e Bahia – tidos como “notáveis” no trabalho de raças adaptadas a secas na pecuária nordestina (MENESES, 2018a). E outra com descendentes de famílias detentoras de centenárias fazendas da região do Cariri paraibano, que também são defensores da ideia de convivência com as secas (MENESES, 2018b). Guardadas as especificidades de cada artigo, a proposta geral está em reconstruir como os valores regionalistas nordestinos – e sua ampla relação de categorias de rural-urbano, poder, Estado, visão sobre as secas, região, nação, etc. – estão inscritos na formação de biografias de pessoas oriundas de estratos dominantes que, por vezes, coincidem com famílias políticas e de frações de classes agrárias e pecuaristas do Nordeste (MENESES, 2021).

Acompanho também uma estratégia e agenda de pesquisa com biografias (re) aberta por cientistas sociais que estudam temas como redes de poder, terra, família e política no Nordeste e Brasil, como, por exemplo: Garcia Jr. (2007; 2011) a Monteiro (2017); Costa de Oliveira, Goulart, Vanali e Monteiro (2017), dentre outros. O esforço em analisar biografias que evocam o tema das secas e seu lugar no imaginário regional – um destino de vida feito na “nordestinidade” ou uma “sertanidade” – alimenta o debate com

2 Trata-se da tese *Saúde e Rusticidade: reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano*. A tese foi apresentada no CPDA/UFRJ (2018) e foi vencedora do Prêmio Capes de Tese 2019 (Área Sociologia). Para consulta ao trabalho completo ver: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6584492. Acesso em: 11 mai. 2022.

autores e obras que trataram da gestão do Nordeste brasileiro em processos sociais, políticos e econômicos. Correa de Andrade (2011); Francisco de Oliveira (1981) e Durval Albuquerque Jr. (2011) – o que se pode chamar “os três do Nordeste” – são autores que, de maneiras distintas, colocaram a agenda do poder, dominação, identidade, secas e regionalismo nordestino (VESENTINI, 2012).

O artigo está dividido em duas partes, que, não necessariamente, formam uma análise linear da biografia de Eurípedes Oliveira. Trata-se mais de dois eixos que “vão e voltam” nas camadas de narrativas e temporalidades registradas nas fontes biográficas. A primeira parte liga a reconstrução da linhagem materna e paterna de Eurípedes de Oliveira até sua entrada nos quadros da engenharia e nas disputas políticas na Paraíba e no Rio Grande do Norte de 1930 até 1950. Da origem rural familiar à escolarização no engenho da família materna (Accioly), no interior de Pernambuco, além das disputas oligárquicas e políticas de Eurípedes Oliveira nos conflitos armados da revolução de 1930. Seguem também memórias do período do Estado Novo e da inserção de Oliveira nos círculos intelectuais e políticos da Paraíba dos anos 1940. Fala da escolarização e da entrada nos quadros da engenharia de estradas, ferrovias e obras contra as secas no chamado “Polígono das Secas” e atuação política de Eurípedes Oliveira na região do açude Pataxó, cidade de Ipanguaçu no Rio Grande do Norte. A segunda parte analisa o relato autobiográfico e o “revestimento” simbólico e nostálgico que Eurípedes deu à sua experiência de vida nas colunas de revistas e jornais após a década de 1970. Nas considerações finais, um diálogo teórico e empírico sobre como o ideal de modernização técnica das engenharias de obra contra as secas fica “enlaçado” a uma evocação de “saúde” ligada a uma ideal ordem social rural de fazendas pecuarista.

O “Menino de Engenho”, a engenharia das secas e as engenhocas na política

Estudar a escolarização dos oriundos das classes dominantes rurais do início do século XX é uma estratégia possível para compreender formas de poder e distinção que adentram o Brasil republicano. Segue aqui uma perspectiva que vai do tema clássico da formação bacharelesca dos estratos dominantes em Direito (HOLANDA, 1995; QUEIROZ, 1969) até os filhos dos cafeeiros e canavieiros que ingressaram nas recém criadas escolas de agronomia nas primeiras décadas da república (MENDONÇA, 1998). Para além da socialização “distinta”, a escolarização dos estratos dominantes também indica as entradas nos quadros e formação de instituições de Estado e do ofício da política (CANEDO, 2002).

No caso de elites pecuaristas e canavieiras do interior da Paraíba, há um lugar social e educacional comum em nomes que se destacariam na política estadual e nacional e nos círculos intelectuais como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Argemiro de Figueiredo dentre outros. Trata-se quase de um “rito de passagem”: sair dos engenhos e das fazendas da família, para transitar entre adolescência e vida adulta nos ginásios em internatos e escolas de engenharia até direito, geralmente na cidade de Recife (MENESES, 2018a, p. 264). Um outro fator importante vem antes da formação de bacharel, ou seja, na alfabetização dos garotos e garotas “de berço”: o aprendizado da leitura e da escrita nas escolas dentro das fazendas e dos engenhos. Local que passa em enredos nos livros de José Lins do Rego, a escola própria da fazenda, além do aprendizado das “primeiras letras”, colocava o processo básico de escolarização e aprendizado da escrita para dentro do universo da casa da família, em que circulam pai e mãe e outros parentes, mas também os trabalhadores (amas de leite, cozinheiras, serviçais, ex-escravos, moradores, jagunços dentre outros)

(GARCIA JR., 2011). Transformadas em literatura, essas memórias e esses dramas de “meninos de engenho” foram matéria-prima de um mercado editorial que abrigou um campo de escritores e também de leitores que consagraram, por exemplo, políticos e escritores regionalistas da década de 1930 (GARCIA JR., 2011, p. 27).

Nascido em 1896, o garoto Eurípedes Floresta de Oliveira seguiu padrão dessa trajetória de alguém oriundo das frações dominantes, primeira alfabetização na escola na fazenda, até o ginásio em cidades maiores. Seus primeiros anos de vida foram no engenho da família da sua mãe, em Canhotinho-PE. Isso foi resultado de vários fatores. O principal deles foi que o pai Severino Henrique de Oliveira – nascido na Bahia e engenheiro de ferrovias – estava aguardando pagamento vindo de obras da estrada de ferro Recife-Itabaiana-Parahyba (atual João Pessoa) (SENA, 1999, p. 31). Na incerteza dos pagamentos, a família do engenheiro Severino Oliveira – já com quatro filhos – foi morar no engenho da família de sua esposa, Amélia Acciolly – cuja família construiu sólidas redes políticas de Ceará e Pernambuco no século XIX até metade do século XX (ALENCAR, 2008). Eurípedes, quarto filho homem, foi educado no interior do engenho, em momentos de distância e proximidade do pai, que passava temporadas ausente, devido às viagens das obras nos sertões. Assim, a alfabetização básica de Eurípedes Oliveira (até os 13 anos) era tida como estímulo da educação católica da mãe, o interesse da leitura ampla e do rigor da caligrafia investido pelo pai. Toda essa formação ainda aconteceu em convivência com ex-escravos que moravam no engenho.

Em algumas anotações feitas a margem de cálculos e datadas do início do século (1902) o pai registrou com candura que Eurípedes, então com seis anos, já tinha aprendido a primeira lição da cartilha abecedária, até a letra G [...] Oriundo de um lar de influência católicas, recebeu sua primeira educação, como era costume na época, de sua genitora uma se-

nhora dedicada em lhe ministrar conhecimentos úteis acerca das coisas, em especial de história e religião. Um modelo de dona-de-casa, exemplar de mãe-de-família. Instruído com a moderação de uma vida simples, sem grandes requintes, não na austeridade do mandonismo, mas na austeridade do amor (SENA, 1999, p. 31).

Dai inicia-se um segundo momento da escolarização de Eurípedes Oliveira, que, adolescente, viveu na cidade de Campina Grande, em 1909, ocasião em que a cidade registrava um *boom* da exportação de algodão e da expansão da linha férrea (ARANHA, 2001). Nesta cidade, Severino Henrique Oliveira foi enviado e lotado em escritório do IOCS (Instituto de Obras de Combate as Secas). Tendo contato com figuras importantes desse instituto – como Arrojado Lisboa³ – o pai de Eurípedes de Oliveira também foi chamado para projetos de ferrovias, estradas e açudagem, tendo, inclusive, correspondência com lideranças políticas regionais – de Pe. Cícero até o presidente Nilo Peçanha –, chegando a tratar de obras e canais no rio São Francisco.

Em Campina Grande, Eurípedes Oliveira encerraria uma segunda fase de sua escolarização, sendo aluno do professor Clementino Procópio, uma figura que concentrou produção discursiva de fontes e de toda cultura educacional – da hierarquia, das primeiras letras até a palmatória –, incorporada nos quadros da elite até uma nascente classe média urbana da cidade de Campina Grande no início do século XX (JERONIMO, 2017). Unindo a formação da escola do engenho com a rígida formação da escola urbana do prof. Clementino Procópio, Eurípedes Oliveira chegaria à idade dos vinte anos como topógrafo, primeiro emprego na Inspetoria de Obras de Combate à Seca (IOCS), e depois como agrimensor

3 Miguel Arrojado Lisboa (1873-1932) foi engenheiro e geólogo, nascido no Rio de Janeiro. No início do século XX, foi figura marcante nas primeiras expedições científicas e formação dos quadros do IOCS e da engenharia de grandes obras hídricas.

atuando em obras da prefeitura de Campina Grande até regiões do Rio Grande do Norte.

Além de ponto de apoio e morada no início da vida profissional adulta, a cidade de Campina Grande seria também lugar de inserção de Eurípedes Oliveira no turbulento momento político paraibano e nacional do final da década de 1930. Já experiente na construção de grandes obras – uma rodovia entre Macaíba e Caicó e levantamentos da barragem de Coremas (SENA, 1999, p. 44) –, Eurípedes Oliveira utilizaria seu conhecimento da engenharia também no conflito armado na Revolução de 1930.

O ano de 1930 anunciava o acirramento de um conflito que dividia “novas e velhas” alas da política nacional e estadual. As tensões já estavam em curso a partir da reorientação nas relações econômicas entre o governo estadual de João Pessoa com os líderes e famílias de poder local, fazendeiros pecuaristas e algodoeiros do interior da Paraíba. Além disso, João Pessoa estava alinhado ao movimento de Getúlio Vargas (então governador do Rio Grande do Sul), em franca oposição às oligarquias paulistas que dominavam o cenário presidencial. Daí um grande objeto de disputa foi a política fiscal dinamizada pelo mandato do presidente João Pessoa, iniciado em 1926. Este decretou novos impostos no transporte do algodão para o porto de Recife, o que indicava perda de favorecimentos e influência política de latifundiários no governo, algo garantido desde alianças traçadas pela liderança nacional do presidente Eptácio Pessoa até a gestão do governador João Suassuna (1920-1925). Os acirramentos políticos e tributários desaguardam na violência armada no momento do levante do Coronel José Pereira na cidade de Princesa Isabel. Iniciada em março de 1930, Pereira comandou uma revolta armada contra as forças da polícia estadual.

Diante de um cenário violento, o jornal governista a União, em 23 de março de 1930⁴, publica uma mensagem de solidariedade de representantes da sociedade campinense contra o “cangaceirismo ressurgente em nosso Estado” (A UNIÃO, 1930, p. 5). Entre os signatários dessa mensagem, estava Eurípedes de Oliveira. Durante obras de um açude em Princesa Isabel, Oliveira já tinha entrado em atritos com o Cel. José Pereira em razão de ameaças de coiteiros nas imediações da obra (SENA, 1999, p. 52). Assim, também Eurípedes iria para as frentes contra Pereira, estando do lado liberal nos conflitos da Revolução de 1930. Tendo Campina Grande como posto estratégico de disputa entre as forças aliadas do governador João Pessoa e os rebelados do alto sertão, o prefeito Lafayette Cavalcanti escalou Oliveira – então agrimensor municipal – para coordenar a construção de um “aeroporto” improvisado numa área de terras nas imediações da cidade, pertencentes ao prof. Clementino Procópio – ex-professor de Eurípedes, pai do delegado Severino Procópio e também simpatizante da causa liberal (SYLVESTRE, 1993, p. 88). A ordem dada era que o aeroporto iria receber uma aeronave de aliados mineiros para luta armada.

Numa segunda etapa do plano, Eurípedes teria de, em algumas horas depois do pouso, fazer “desaparecer” o avião, desmontando-o com ajuda dos pilotos e mecânicos campinenses. A terceira etapa era adaptar a “engenhoca” e transportar a máquina desmontada para Piancó, posto avançado de lutas da polícia estadual contra os rebelados de José Pereira. O avião foi utilizado como bombardeio, mas também como meio de distribuição de mensagens em panfletos na cidade de Princesa (SYLVESTRE, 1993, p. 91). Outro incidente na Revolução de 1930 registrado na biografia de Eurípedes Oliveira foi uma explosão na fábrica de munições, na

4 A edição na íntegra está disponível nos arquivos do Jornal União. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/dec-30/1930/marco/a-uniao-23-03-1930.pdf/view>.

atual região do bairro do Monte Santo, em Campina Grande. No dia 22 de maio de 1930, um incidente causou uma grande explosão matando várias pessoas. Eurípedes sobreviveu embora tenha ficado ferido por um estilhaço (SENA, 1999, p. 67).

Passada a intensa violência dos meses de julho até outubro de 1930 – período em que foram assassinados o governador João Pessoa e o ex-governador João Suassuna –, a dinâmica política da década de 1930, na Paraíba e no Brasil, entraria em “pacificação” através da interventoria de Argemiro de Figueiredo, iniciada em 1935, e da presidência de Getúlio Vargas, que se tornaria ditador após 1937. Nesse período, Oliveira conciliou a atividade da engenharia com a participação em círculos intelectuais locais, uma “cultura impressa” na cidade de Campina Grande nas décadas de 1930 a 1940 (GAUDÊNCIO, 2019), ingressando na Sociedade Beneficente dos Artistas e na fundação de um jornal chamado o Rebate. Simpático ao ideal integralista⁵, Eurípedes chegou a ser preso uma vez, em março de 1938, ficando 32 dias sob cárcere em razão de críticas feitas ao interventor em coluna d’O Rebate (SENA, 1999, p. 75)

No acervo biográfico de Eurípedes Oliveira, há ainda uma menção a um grande prestígio político obtido pela sua atividade da engenharia – ligado ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e ao Banco do Brasil – na região do açude de Pataxó, na cidade de Ipanguaçu – RN, local onde conheceria também sua terceira esposa (Julia de Souza) com quem teve 5 filhos. Nessa região, em 1954, após desavenças com um chefe político local – Major Manoel Montenegro –, Oliveira sofreu acusações relativas ao furto de rolos de arame farpado nas obras. Segundo entrevistas dos filhos de Eurípedes de Oliveira e o relato do próprio, extraído por Sena (1999), esse episódio foi fruto de uma acusação falsa e

5 A pesquisa da dissertação de mestrado de Souza (2015, p. 167) mostra uma fotografia de Eurípedes Oliveira e o líder integralista Plínio Salgado tirada em Açú-RN (1958).

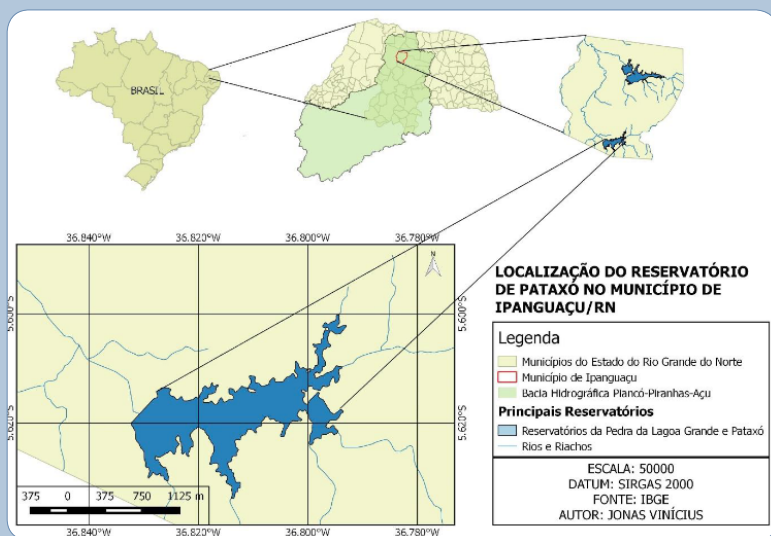
infundada. O objetivo era desgastar a popularidade que Oliveira tinha com a população da região – enquanto benfeitor e construtor não apenas de açudes, mas também do grupo escolar, cemitério e igreja de São Pedro próxima ao Pataxó. Mesmo sob ataque na sua reputação, Eurípedes ainda se candidatou a vice-prefeito, na chapa de um adversário de Montenegro – Severino José de Massena –, mas não obteve sucesso. A biografia de Sena (1999, p. 59) e os filhos de Eurípedes Oliveira relatam que esse sentimento de injustiça em Ipanguaçu – que seria redimido décadas depois com título de cidadão concedido – fez o pai desistir de tentar carreira política e também diminuir a vida itinerante nas obras contra as secas. Mesmo ainda tendo um patrimônio de propriedades rurais no Rio Grande do Norte, Eurípedes, a partir da década de 1960, teria fixado morada novamente em Campina Grande, momento que se dedicou integralmente à atividade do jornalismo.

Uma Engenharia de Saúde e Rusticidade

Durante década de 1920-40, os orçamentos voltados para obras contra as secas ganharam mais espaço do que o de ações emergenciais em ministérios como o da Viação e Obras Públicas. Após a Revolução de 1930, o ministro paraibano José Américo de Almeida tentou capitalizar politicamente esse aumento orçamentário (DANDARO; MARCONDES, 2018). Nesse contexto de aumento de investimento público em infraestrutura voltada para as secas, Eurípedes Oliveira esteve à frente de obras de estradas até açudagem em áreas rurais e urbanas do Nordeste. Entre 1915 e 1925, também são mencionadas a rodovia entre Macaíba e Caicó e as estradas de rodagem de Campina Grande a Sousa, Cajazeiras e Princesa Isabel (SENA, 1999, p. 53). Também nessa época são mencionados estudos de uma grande barragem na região de Coremas. Quanto às obras hídricas de maior porte, são citadas por Sena (1999, p. 53-54): Açude Macapá (Princesa Isabel, 1923), Açude Santa Quitéria (Ceará, por volta

de 1920), Açude Menubim (Assu, RN, 1959) e Açude Moxotó (Ipanguaçu, 1954). O Pataxó é tido como principal obra da carreira de engenheiro de Oliveira. O reservatório interliga a bacia do Piancó-Piranhas-Açu (MORAIS et al., 2020), sendo construído em meados de 1951 e 1954, pelo DNOCS. A escavação do açude encontrou vestígios dos índios Pataxós (artesanatos, armas, dentre outros). Por consequência desses acontecimentos, sobreveio a denominação Pataxó ao manancial (Figura 1) e à comunidade anteriormente chamada de Juazeiro (SOUZA; GUEDES, 2020).

Figura 1 – Açude Moxotó em Ipanguaçu-RN



Fonte: Fonseca (2019).

As obras urbanas também tiveram participação de Eurípedes Oliveira enquanto agrimensor e engenheiro lotado na prefeitura de Campina Grande-PB, principalmente durante a gestão do prefeito Lafayette Cavalcanti, na década de 1930. Nessa função, Oliveira esteve à frente do trabalho de nivelamento e calçamento de ruas, além de abertura de novas vias de saída da cidade, principalmente para região do Cariri e do sertão. No mapa apresentado na Figura 2 constam as seguintes obras:

A. Adutora entre Campina Grande e Puxinanã com chafarizes no bairro do Monte Santo (1930) (SENA, 1999, p. 54);

B. Levantamento topográfico e limpeza do “mato” e construção de casas na rua Índios Cariris (QUEIROZ, 2008) e abertura e articulação de novas saídas do centro comercial de Campina para o “sertão” na construção das novas ruas Getúlio Vargas, João Pessoa e João Suasuna (entre 1930-1950), durante as profundas reformas urbanas nas gestões do prefeito Vergniaud Wanderley⁶ (SENA, 1999, p. 54). Na rua Getúlio Vargas, Eurípides também construiu uma casa onde residiu durante maior parte da sua vida;⁷

C. Construção da Rua Peregrino de Carvalho (1920-25) (SENA, 1999, p. 53);

D. Abertura da “Rua do Algodão”, atual Marques do Herival (SENA, 1999, p. 54); e

6 As gestões de Wanderley foram responsáveis por profundas mudanças na malha urbana e arquitetura da cidade de Campina Grande na década de 1940. Para estudo aprofundado desse período, ver Queiroz (2008) e Bezerra de Sousa (2003).

7 Também projetou uma casa na esquina para o genro, que ficou conhecido como médico e psiquiatra Dr. Maia A fotografia da casa está nos arquivos de Tadeu Floresta de Oliveira e foi publicada no blog CG Retalhos. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2013/05/registros-do-passado-casa-na-avenida.html>. Acesso em: 12 mai. 2022.

Figura 2 – Obras na cidade de Campina Grande coordenadas por Eurípides de Oliveira (1915-1940)



Estar em uma rede de obras de açudagem e estradas de rodagem nos quadros da engenharia do DNOCS fez com que Eurípedes Oliveira criasse círculos de amizades entre médios e grandes criadores da pecuária nordestina. Por isso, a partir de 1970, Oliveira foi convidado para compor o quadro fixo de colunista das revistas Paraíba Pecuária e da Agropecuária Tropical ligadas à Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) e suas filiais estaduais. Daí que nessas revistas e em suas colunas no jornal Diário da Borborema entre as décadas de 1970 e 1980, Eurípedes Oliveira revestiu seus relatos autobiográficos da engenharia das secas em um forte regionalismo e em defesa de uma ordem social rural da “civilização do couro”. Os arquivos da ABCZ mostram a publicação de dezoito colunas de 1976 até 1987 (Quadro 2 e Quadro 3).

Quadro 2 – Colunas de Eurípedes de Oliveira na revista Paraíba pecuária

TÍTULO DA COLUNA	EDIÇÃO	ANO
O Boi e o Homem	1	1976 (Agosto – Setembro)
O Brasil, o Boi e a Liberdade	2	1977
O boi pé duro	3	1977
Terra dos Borboremas	4	1978 (Maio)
Os pecuaristas do Nordeste	6	1978 (Setembro)
O Nordeste dos Nordestinos (o que falta no Nordeste)	7	1978 (Novembro)
A verdade nordestina	8	1979 (Dezembro)
As veias abertas do Nordeste	9	1979 (Março)
A história real do blefe sobre as obras contra as secas	13	1979 (Novembro)

Fonte: Paraíba Pecuária (1976-1979) – Arquivos da ABCZ.



Quadro 3 – Colunas de Eurípedes de Oliveira na revista *Agropecuária Tropical*

TÍTULO DA COLUNA	EDIÇÃO	ANO
Lições Esquecidas	14	1980 (Janeiro)
O Nordeste ainda vai se reerguer	16	1980 (Maio)
O Blefe sobre o Nordeste	18	1980 (Setembro)
A verdade sobre as secas	21	1981 (Fevereiro)
O patrono Vivi (Homenagem ao pecuarista Virgo- lino Coronado)	24	1982 (Fevereiro)
Desunir não! Lutar Unidos	28	1982 (Novembro)
O destino do Brasil está no Nor- deste	32	1983 (Abril)
A nova república...como sempre	46	1986 (Março – Abril)
O Sertanejo nordestino e a pulha colonialista	52	1987 (Janeiro)

Fonte: Revista *Agropecuária Tropical* (1980-1987) – Arquivos da ABCZ.

Na chamada das primeiras colunas, a descrição de Oliveira é tida como:

Autodidata, conhecedor do Nordeste brasileiro, palmo a palmo. Presenciou as grandes secas e seu conhecimento sobre a História do Nordeste vai muito além dos livros convencionais, constituindo-se, hoje, num patrimônio vivo cultural (OLIVEIRA, 1977, p. 4).

Essa descrição mudaria mais adiante para “homem com sabor do Nordeste”, que enfrentou secas de três gerações (OLIVEIRA, 1980, p. 38). Isso se alinha o fato de que vários temas tratados por Eurípedes giram em torno de um núcleo: o regionalismo e o sau-

dosismo, sempre em defesa de que o Nordeste rural vai se reerguer de uma decadência sofrida durante século XX. Um exemplo dessa operação “nordestinizante” está no relato dos trabalhadores das obras de açude. Esses achavam estranho o pagamento de salários: habituados com a lógica da moradia e trabalho rural das fazendas, a lógica assalariada era uma novidade – assim registra Oliveira, no conto “Patriotismo”, suplemento cultural do Diário da Borborema⁸, em 1977 (SENA, 1999, p. 85). Reconstruindo sua memória na experiência dessas obras, Eurípedes expressa sua “nordestinidade” em um conto publicado no suplemento cultural do Diário da Borborema, em 1977, citado por André de Sena (1999):

Sinto nas veias o sangue nordestino. Com os meus irmãos de raça sofri a vida rude dos dias de sol ardente no esforço de abrir caminhos e fazer barragens pra guardar a água das chuvas. Mais do que os bocados que comia e os abrigos onde me agasalhava, que recebia como recompensa do meu trabalho, eu queria, como fruto do meu esforço, a redenção de minha gente (SENA, 1999, p. 27).

A grande energia nostálgica, segundo as colunas de Oliveira, viria necessariamente da pecuária e do “resgate” de uma ordem social encouraçada feita da “rusticidade” do vaqueiro e do boi pé duro “original” do sertão. É o que aponta na coluna “Boi Pé Duro”, na edição única da Paraíba Pecuária, no ano de 1977:

Um velho vaqueiro há bem poucos anos, cheio de despeito, vendo uma porção de gado selecionado, desabafou comigo dizendo que acontecia com aquele gado o mesmo que com os moços que iam para o estudo. Voltavam cheios de letras, mas bem poucos aguentavam o repuxo da terra. Adoeciam até por apanhar um chuvisco e não tinham mais a coragem

8 Esteve no plano de pesquisa deste artigo a consulta aos arquivos do Diário da Borborema na Biblioteca Atila Almeida da Universidade Estadual da Paraíba (Campus Campina Grande-PB). Contudo, em razão do agravamento da pandemia da covid-19 na cidade os arquivos estiveram fechados à consulta pública.

de passar um dia montando num cavalo [...] O gado selecionado melhorou a rapidez, mas a mestiçagem lhe fez perder a resistência adquirida em quatro séculos de aculturação. Se o nosso boi Pé-Duro, me disse ele, recebesse a boa alimentação e cuidados como dão aos importados, ele também se desenvolveria; devemos aproveitar a base de raça e melhorar, assim como fizeram com o milho e demais produtos selecionados (OLIVEIRA, 1981, p. 68).

O vaqueiro também é exaltado como desbravador e construtor de currais e núcleos da nação (OLIVEIRA, 1981, p. 22), por isso, a preocupação com a ausência dos cavaleiros encourados pela estrada (OLIVEIRA, 1981, p. 21). Segundo Oliveira (1981), no texto “As Veias Abertas do Nordeste”, os grandes adversários do Nordeste – e que destroem o legado saudoso da pecuária e da civilização do couro – são os tecnocratas “de gabinete” e estrangeiros que não conhecem o clima da região. Outro problema que Eurípedes Oliveira acusa no texto “Verdade sobre as secas” é que, após 1960, houve desmonte do DNOCS e a entrada do país em um projeto industrial que “nada tem de nordestino” (OLIVEIRA, 1981, p. 11). No texto “Lições Esquecidas”, de 1983, Oliveira reforça essa visão acusando também grupos econômicos internacionais. Aqui tem quase um manifesto “euripiano”: uma revisão nostálgica – com exaltação da nordestinidade como reduto de originalidade brasileira –, quando remete ao período de 1930-60, que fez parte dos quadros do DNOCS:

Esses grupos [poderosos grupos econômicos internacionais] sabem que aqui no Nordeste existem riquezas em potencial e estão se aproximando numa tentativa para dominar o derradeiro reduto da nacionalidade brasileira. [...] Os trabalhos foram confiados a profissionais de reconhecido valor que logo abandonaram o conforto dos gabinetes e as regalias da corte e vieram percorrer as veredas do Nordeste, fazendo levantamentos de geologia, hidrologia, meteorologia e cartográficos. Saíram do Nordeste os primeiros mapas brasilei-

ros com as exigências do plano internacional. Muito trabalho foi feito a partir de 1932 até a década de 1960. Centenas de barragens, milhares de hectares de campo irrigados, um Instituto de Pesquisas que pretendia entrosar irrigação no ambiente físico, econômico e social do sertão, afirmando que o Nordeste, além de outras, tem a peculiaridade de ter de praticar em áreas relativamente restritas. Depois da década de 1960 o DNOCS foi desativado [...]. Trouxeram técnicos estrangeiros que aplicaram os métodos aprendidos nos campos vastos, de terras diferentes, empregando aqui em reduzidas áreas selecionadas, métodos de cultivo de climas, terras e economia diferente da nossa (OLIVEIRA, 1981, p. 38).

Modernidade e saudosismo como “vocação”: senso de missão para engenharia de obra contra as secas

Da análise do acervo biográfico de Eurípedes Oliveira,   possível reconstruir uma legitimidade profissional para a engenharia próxima a uma visão legitimadora de Nordeste. Aí, nota-se um aparente paradoxo entre “a saudade e rusticidade”. Aparente, mas não superficial nem trivial, pois ganha pleno sentido como arma de disputas de poder e distinção social em diferentes estratos: da política, ao senso de missão dos quadros de engenharia até ingresso nos círculos pecuaristas. Trata-se de recursos sociais que, por mais que carreguem saudosismo, não são produtos de tradições, mas são valores estritamente modernos: a evoca  o do Nordeste como extensão de uma ordem social passada, mas que também deve ser espaço de empreendimentos modernizantes via engenharia das obras contra as secas e estradas de rodagens. Nesse movimento – passado/futuro, modernidade/tradição, etc. – de uma “saude e rusticidade” imagéticas de seca, pecuária, rural e Nordeste “v  o e voltam” a realidade da prática, ou seja, são tanto incorporadas e operadas por agentes na constru  o de uma realidade.

O que reafirmo – baseado na pesquisa deste texto dentre outras (MENESES, 2018a; 2018b; 2021) – é que há um lugar da prática e da agência, que tende a ficar obscuro nas teses centrais e clássicas sobre regionalismo nordestino produzidas na 2ª metade do século XX. A “engenharia” saudosa e regionalista de um passado “idealizado”, jamais correspondente a condições objetivas, que faz Eurípedes Oliveira, quando reconstruída sociologicamente, desafia certos limites tanto de visões marxistas (OLIVEIRA, 1981; SILVEIRA, 1984), quanto na perspectiva dos discursos de saber e poder sobre o Nordeste, secas e o semiárido (ALBUQUERQUE JR., 2011). No geral, essas análises seguem o caminho de autonomizar um imaginário regionalista ao ponto que fica a impressão de que o Nordeste brasileiro – enquanto construção social e política – chega tal qual uma “nuvem” no horizonte e desaba não chuvas, mas imagens de secas e regionalismos sobre as cabeças de agentes sociais sem capacidade de agência. Se é inegável que as estruturas econômicas ou os discursos de saber e poder condicionam formas de dizer e saber, origens, corpos, valores e comportamentos, também resta dúvida acerca de onde está o vivido, o maleável e o contraditório da vida social, algo inerente a trajetória de todos os agentes sociais. A aparente ambiguidade dos valores que orientam as percepções do engenheiro Eurípedes Oliveira – uma vocação de servidor de obras do Estado que mistura o moderno na engenharia e técnica com saudoso regionalismo de um ideal rural de Nordeste – não é produto apenas de “estruturas fechadas” determinadas, de ideologias de classe ou dizibilidades e saberes discursivos. Se, de fato, Oliveira foi socializado em um tempo-espço de categorias sócio-históricas e políticas inscritas no termo “Nordeste”, não se deve negar na leitura de sua trajetória social biográfica um grau de maleabilidade que essas estruturas incorporadas e dinamizadas nas práticas sociais.

Conclusão

O trato sociológico da biografia de Eurípedes Oliveira e sua singular relação de regionalismo nordestino e a visão de modernidade de obras contra as secas permitem confrontar certas visões dos clássicos do tema do regionalismo e da construção do Nordeste no imaginário da nação. Reconhecidas suas inúmeras contribuições e seus méritos, os clássicos dos estudos sobre regionalismo e Nordeste também trazem “pontos cegos” que precisam ser explorados. Na agência, práticas e sentidos dos atores sociais podem ser compreendidos no fluxo “vivido” através das frestas e porosidades dentre estruturas inevitáveis da vida social. Daí que um estudo biográfico possa construir evidências válidas sem recorrer a destinos previamente marcados por determinismos ou voluntarismos ingênuos e heroicos. A essas dimensões emocionais e identitárias é que deve estar atento quem for pesquisar esse resiliente significado de Nordeste no imaginário político, econômico e regional do Brasil.

Referências

ALBUQUERQUE JR. D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, M. **À sombra das palavras: a oligarquia acciolina e a imprensa (1896-1912)**. 2008. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2008.

ANDRADE, M.C. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ARANHA, G. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba: tramas político-econômicas e culturais**. 2001. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BEZERRA DE SOUSA, F. G. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, p. 61-92.

BOTTOMORE, T. Teoria das elites. In: OUTHWAITE, W. BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1996, p. 235-237.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica (1986). In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-193.

BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CAMPINA GRANDE manifesta sua total solidariedade ao presidente João Pessoa. **A União**, Parahyba do Norte, ano 39, n. 68. p. 5. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/dec-30/1930/marco/a-uniao-23-03-1930.pdf/view. Acesso em: 30 jun. 2022.

CANEDO, L. Gestão familiar da escola e aprendizagem das habilidades para o ofício da política. In: ALMEIDA, A.M; NOGUEIRA, M.A (org.) **A escolarização das elites: um panorama internacional de pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 76-100.

DANDARO, F.; MARCONDES, R. Obras públicas no contexto regional: secas e gastos no Nordeste brasileiro (1860-1940). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, 49, jul./set. 2018, p. 113-127.

DE OLIVEIRA, R. C; GOULART, M.; VANALI, A.; MONTEIRO, J. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de sociologia**, v. 5, 2017, p. 165-198.

DORTIER, F. **Dicionário das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELIAS, N. **Mozart: Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FERREIRA, W. J; PETRARCA, F. R. Inovações Temáticas, “Guinadas” Teóricas e Tradição Intelectual no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 06, n. 14, set. Dez/2018, p. 34-62. DOI: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.411>.

FONSECA, J. **Avaliação do uso e ocupação do solo na área de preservação permanente do açude Pataxó- RN**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

GARCIA JR. A. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: Ed. UFC, v. 38 (02), 2007. p. 74-87.

GARCIA JR. A. **Meninos de engenho: tradições e dramas familiares feitos símbolos de brasilidade**. **Antropolítica**. Niterói, n. 30, 2011, p. 21-47.

GAUDÊNCIO, B. **Da Academia ao bar: círculos intelectuais e cultura impressa em Campina Grande-PB (1913-1953)**. Campina Grande: Editora Leve, 2019.

JERONIMO, R. A. **Entre séculos: a construção identitária nos discursos produzidos sobre Clementino Procópio em Campina Grande-PB**. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M.M; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 167-182.

MENDONÇA, S. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENESES, V. F. Mestres sertanejos e os santuários das raças nativas: biografias e recursos de poder entre grandes pecuaristas do nordeste. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 15, 2018a, p. 253-278.

MENESES, V. O Semiárido do “patriarca”. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, 38(2), 2018b, p. 7-22.

MENESES, V. **Saúde e rusticidade**: sentidos da convivência com o semiárido em fazendas do Cariri paraibano. Recife: Editora Linceu, 2021.

MONTEIRO, J.M. **A política como negócio de família**: para uma sociologia das elites e do poder político familiar. São Paulo: Liberars, 2016.

MORAIS, M.A; GOMES, F.; LEMOS FILHO, L.; SÁ FREIRE, G; FREITAS SILVA, G.; FACUNDO, A. L. Qualidade de água como instrumento para a gestão da bacia hidrográfica Piranhas-Açu (Rio Grande do Norte, Brasil). **Revista Brasileira de Gestão Ambiental Sustentável**, v. 7, n. 17, 2020, p. 1563-1573.

OLIVEIRA, E. F. de. O boi e o homem. **Revista Paraíba Pecuária, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 1, Ed. 1, ago. - set. 1976, p. 32.

OLIVEIRA, E. F. de. O Brasil, o Boi e a Liberdade. **Revista Paraíba Pecuária, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 2, n. 2, 1977, p. 67-69.

OLIVEIRA, E. F. de. A verdade nordestina. **Revista Paraíba Pecuária, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 4, n. 8, jan. 1978, p. 35.

OLIVEIRA, E. F. de. Terra dos Borboremas. **Revista Paraíba Pecuária, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 3, n. 4, mai. 1978, p. 64-65.

OLIVEIRA, E. F. de. Os pecuaristas do Nordeste. **Revista Paraíba Pecuária, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 4, n. 4, set. 1978, p. 62-63.

OLIVEIRA, E. F. de. O Nordeste dos Nordestinos (o que falta no Nordeste). **Revista Paraíba Pecuária, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 3, n. 7, nov. 1978, p. 45-46.

OLIVEIRA, E. F. de. As veias abertas do Nordeste. **Revista Paraíba Pecuária, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 4, n. 9, mar. 1979, p. 5-6.

OLIVEIRA, E. F. de. A história real do blefe sobre as obras contra as secas. **Revista Paraíba Pecuária, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 4, n. 13, nov. 1979, p. 47-50.

OLIVEIRA, E. F. de. Lições esquecidas. **Revista Agropecuária Tropical, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 5, n. 14, jan. 1980, p. 38-40.

OLIVEIRA, E. F. de. O Nordeste ainda vai se reerguer. **Revista Agropecuária Tropical, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 5, n. 15, mar. 1980, p. 15-16.

OLIVEIRA, E. F. de. O Blefe sobre o Nordeste. **Revista Agropecuária Tropical, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 5, n. 18, set. 1980, p. 10-12.

OLIVEIRA, E. F. de O patrono Vivi (Homenagem ao pecuarista Virgolino Coronado). **Revista Agropecuária Tropical, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 6, n. 24, 1981, p. 28.

OLIVEIRA, E. F. de. Desunir não! Lutar Unidos. **Revista Agropecuária Tropical, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 7, n. 28, 1982, p. 14.

OLIVEIRA, E. F. de. O destino do Brasil está no Nordeste. **Revista Agropecuária Tropical, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 8, n. 32, abr. 1983, p. 7.

OLIVEIRA, E. F. de. A nova república...como sempre. **Revista Agropecuária Tropical, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 11, n. 46, jan. - mar. 1986, p. 14.

OLIVEIRA, E. F. de. O Sertanejo nordestino e a pulha colonialista. **Revista Agropecuária Tropical, Sociedade Rural da Paraíba**, Ano 12, n. 52, jan. 1987, p. 22.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 2a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERISSINOTO, R. Elites. In: GIOVANNI, G. NOGUEIRA, M. (org.). **Dicionário de Políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNIFESP, 2018, p. 297-300.

QUEIROZ, M. I. **O mandonismo local na vida política brasileira** (Da colônia a 1ª república). Ensaio de Sociologia Política. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação, Arquitetura e Urbanismo, USP, 2008.

ROSENTHAL, G. A. estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, M.M; AMADO, J.(org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 193-198.

SENA, A. W. **Eurípedes Oliveira**: Jornalista e Construtor de Açudes. Campina Grande: UFPB, 1999.

REGISTROS do passado: Casa na Avenida Getúlio Vargas. In: **Blog Retalhos Históricos de Campina Grande**, 09 de maio de 2013. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2013/05/registros-do-passado-casa-na-avenida.html>. Acesso em: 12 mai. 2022.

SILVEIRA, R. M. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional.** São Paulo: Moderna, 1984.

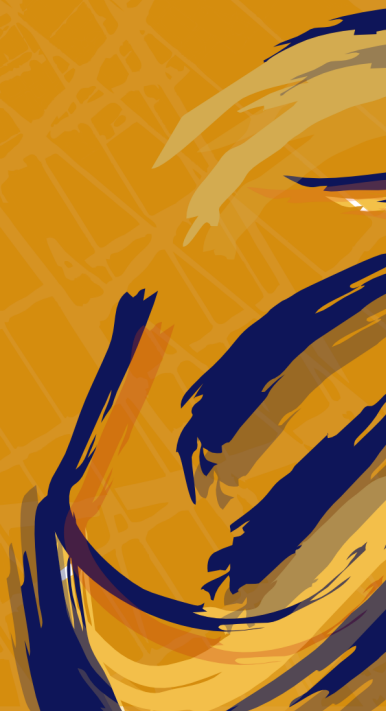
SOUZA, R. E. **A cultura política integralista em cena na Paraíba (1933-1938).** 2015. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

SOUZA, Y. K. L.; GUEDES, J. A. Percepção ambiental sobre o Reservatório de Pataxó (Ipanguaçu/RN). **Revista Presença Geográfica**, v. 7, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36026/rpgeo.v7i1.4989>.

SYLVESTRE, J. **Da revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945).** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

VESENTINI, J. W. O conceito de região em três registros. Exemplificando o Nordeste Brasileiro. **Confins: revue franco-brésilienne de géographie**, 34, 2012, p. 1-13. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/7377>. Acesso em: 17 mai. 2022.





Seção 2

SOCIALIZAÇÃO, CULTURA E
CARREIRA PROFISSIONAL



4 – CAPÍTULO

Análise da carreira de modelo: formatos de inserção, habilidades profissionais e recursos de consagração

KARINA GARCIA SANTOS CRUZ

Introdução

Esta pesquisa apresenta resultados de investigação desenvolvidos no âmbito do doutorado. O objetivo foi fundamentalmente analisar como grupos femininos inserem-se no universo profissional, adquirem recursos sociais durante suas trajetórias de carreira e convertem tais habilidades e recursos acumulados em conquista de espaços de poder e consagração social. Inserem-se, portanto, entre estudos sociológicos que se dedicam ao processo do tornar-se profissional, centrados em literaturas do Interacionismo Simbólico (HUGHES, 1994; 1981; BECKER, 2008; MATHIEU, 2007; PRYEN, 1999; SUTHERLAND, 1937; WACQUANT; 2000; BARREIRA, 2008). Concentram seus esforços em interpretar centralmente como indivíduos se inserem, adquirem habilidades, apreendem os códigos profissionais, desenvolvem estratégias e habilidades de ascensão.

A carreira de modelo, objeto de pesquisa aqui apresentada, trata-se de uma profissão inerente ao mundo da moda e possui como características a efemeridade, também a efervescência, a qualidade cíclica irrefreável, o sentido pluralizado, multidisciplinar. Por esta última via, alguns analisam o fenômeno à luz do método relacional, assim como fizeram Wittgenstein (1968), Cassirer (1971), Elias (1984), Bourdieu (2007), Lewin (1963), que buscaram entender as relações ocorridas entre os elementos próprios do universo, da configuração da sua engrenagem.

A justificativa da pretensão investigativa se sustenta na razão de que através desta pesquisa se revela um conjunto de mecanismos como: princípios indizíveis de estratificação social através da economia da moda, violências que recebem o corpo feminino para a manutenção da engrenagem da moda, a relação da mulher com o mercado de trabalho, demandas impostas hierarquicamente que alteram as lógicas do jogo e colocam as modelos como peças de sujeição.

Originalmente, a carreira de modelo emerge como resultado da demanda do mercado da moda. Situa-se no polo das profissões não convencionais, distante das formalizações acadêmicas, da necessidade da posse dos títulos como pré-requisitos para imersão profissional. Aproxima-se dos boxeadores, garis, ladrões profissionais, jogadores de futebol (FREIDSON, 1995). Caracteriza-se pela efemeridade, pelas exigências constantes sobre o corpo da modelo, sobre as expressões que seguem princípios profissionais singulares a cada grife. Importa mencionar que no universo da moda há um número diversificado de papéis de atuação. São funções distribuídas entre estilistas, costureiros, *designers*, marqueteiros de moda, jornalistas especializados, figurinistas, fotógrafos de moda e modelos.

A carreira de modelo, que emergiu no início do século XX, tem como objetivo central exhibir as novas coleções de vestuários que

devem seguir para o consumo final entre as lojas e mercados de roupas e acessórios. Cabem-lhes a atribuição de qualificações: a distinção, a democratização, o poder, o *status* da mercadoria ao vestir as peças nos corpos. Destaca-se criticamente a supressão da individualidade da modelo para supervalorização da mercadoria, o uso do corpo da modelo restrito à mera função de pendurar produtos do mercado da vestimenta. Entre os defensores, a modelo se constitui como peça fundamental para sustentação subjetiva da roupa, do despertar dos desejos, representa poder feminino, independência e liberdade sexual, poder de consumo.

No Brasil, as demandas iniciais que contribuiriam para forjar a carreira datam precisamente do ano de 1926, com desfiles que ocorriam na sobreloja *Mappin Store*, primeira loja de departamentos em São Paulo. Nessa época, as modelos eram recrutadas pelas próprias funcionárias e treinadas pelo cenógrafo e vitrinista Edward Couch. Os desfiles de passarela constituíam-se imprescindíveis aos olhos dos proprietários e se destinavam aos públicos mais distintos. Destacam-se, nesse período, a Casa Canadá, situada no Rio de Janeiro, e a Madame Rosita, em São Paulo (BONADIO, 2004).

Os anos de 1950 apresentam quadro marcado pelas primeiras exigências da categoria profissional envolvendo regulamentação da carreira, salários fixos, assinatura da carteira de trabalho, melhores condições de atuação, reconhecimento social e prestígio. Por outro lado, as empresas também passaram a exigir diversos atributos ainda mais exigentes para a ocupação dos cargos das modelos: cobranças de habilidades expressivas na atração de olhares, de movimentos de quadris, além do estabelecimento de um padrão de comportamento considerado ideal, uma vez que as meninas estariam com suas imagens e reputações intrinsecamente atreladas às marcas desfiladas. Dessa maneira, nota-se que a regulamentação, o prestígio e o reconhecimento formal da categoria vieram acompanhados por diversas limitações e regras que

transformaram as modelos praticamente em reféns das empresas contratantes. Desvios de conduta, transgressões de algumas regras estipuladas em torno do comportamento, ou qualquer ação que colocasse em xeque a reputação da marca, convertiam-se em punições (BONADIO, 2004; HANSEN, 2014).

Se entre os anos de 1950 e 1960 o corpo não se apresentava como elemento basilar para inserção, na década seguinte, contudo, ele converteu-se como pré-requisito central para imersão dos grupos de mulheres nessa prática. Nos anos que se sucederam, o mercado da moda através das agências lançou padrões cada vez mais rigorosos para que a carreira fosse possível apenas para um número restrito do grupo feminino. Dessa maneira, a manutenção no posto constituiu-se como um grande desafio para a maioria das meninas que adentravam o universo, mormente para essas que se esforçavam para emagrecer em função do encaixe forçoso no arquétipo idealizado pelo mercado.

Hoje, as agências responsabilizam-se pelo recrutamento, informam os perfis, administram horários, aconselham sobre os castings¹, sobre as formas de se vestir, acerca da construção da imagem, além de apresentarem e representarem as modelos junto aos fotógrafos, às agências de publicidade e propaganda e aos departamentos de marketing. Segundo ranking difundido pelo site oficial Models Brasil², as principais agências localizadas no país são a Ford Models, a Mega Model Brasil, a Major Model Management, a L'equipe Agence e a Way Models. Seguindo a lógica efêmera do âmbito da moda, a carreira geralmente se inicia ainda na adolescência, por volta dos 14 anos, e se encerra entre os 28 e 29 anos de idade. Os padrões ideais exigidos para modelo de passarela são de no míni-

1 O termo refere-se às seleções realizadas pelos clientes para a contratação de modelo.

2 Disponível em: <http://www.modelsbrasil.com/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

mo 1,74m de altura, com busto, cintura e quadril medindo respectivamente 86cm, 60cm e 86cm. O arquétipo perfeito do corpo de modelo conjuga aspectos como firmeza, ausência de gordura e de bronzeamento.

Contudo, vale dizer que o recurso da aparência não sustenta ou consolida o espaço da modelo na profissão. Para que esse mecanismo de consagração funcione como o almejado, a modelo precisa assimilar e introjetar as habilidades necessárias para a ocupação no cargo, lançar estratégias para ascensão profissional, assim como participar de seleções promovidas por agências internacionais, aprender novos idiomas, fazer uso das redes sociais para demonstração e portfólio para o mercado.

Com a finalidade de interpretação do fenômeno, esta pesquisa embasou-se em entrevistas aplicadas com oito modelos sergipanas, diário de campo e observações. Antes da apresentação dos resultados da imersão no campo de pesquisa, traz a lume quatro momentos principais: além desta explanação, o segundo descortina o processo de organização e divisão do trabalho no mundo da moda e a lógica de funcionamento da carreira de modelo. O terceiro momento trata dos formatos de inserção, mobilização de recursos e formatos de manutenção e consagração social. E, por último, são abordadas as conclusões chegadas por intermédio da pesquisa.

A agência no mundo da moda: estruturação, arranjo profissional e habilidades

Esta seção apresenta o formato de estruturação do mundo da moda com ênfase na composição das agências de modelos, na demarcação das atividades no interior deste mundo, na designação das funções e dos cargos exercidos, na gramática profissional e nos significados atribuídos. O gerenciamento da carreira da modelo começa assim

que ocorrem os processos de aprovação e cadastramento, momento de identificação de medidas, encaminhamento ao tipo ideal do segmento da carreira que cabe nos perfis exigidos pelo mercado, aconselhamento dos cuidados com a pele, cabelo e alimentação, perpassando, *a posteriori*, para os treinamentos de passarela, expressão, fotografia, até às comercializações e aos contratos.

O arranjo das carreiras em que a modelo atravessa até tornar-se uma profissional preparada para atuação é composto pelo *scouter*, responsável pela descoberta de *new faces* durante exploração em vias públicas, shoppings, festas, escolas, universidades, redes sociais e que deve possuir boa aparência, habilidades de compreensão das demandas do mercado internacional, de identificação dos perfis das modelos, a capacidade de comunicação e até persuasão para aproximação e realização do convite, a negociação com a possível *new face*, a noção de que deve trabalhar munido da fita métrica, da máquina fotográfica e dos cartões da agência pela qual está contratado; e pelo *booker*, que cumpre a função do auxílio analítico da construção da imagem das modelos através da definição de medidas, do comportamento, da expressão, e responsabiliza-se pela lapidação das aspirantes tendo em vista a obtenção da aparência comercializável. Vale considerar que as habilidades dos *bookers* dizem respeito à lapidação da modelo, ao gerenciamento do físico, à instrução de imagem, à intermediação, ao estabelecimento de boas relações com indivíduos influentes, por isso devem construir *mailings*³ estratégicos. As relações de amizade estabelecidas com clientes privilegiados conjugadas às modelos já trabalhadas e preparadas para o mercado constituem-se cruciais para a contratação e para a possível ascensão das modelos, contribuindo, por consequência, para a consolidação do *booker* no mercado da moda (PETRARCA, 2007; 2008).

3 Os *mailings* são espécies de banco de dados que acoplam nomes, endereços e informações adicionais dos clientes e *prospects* (clientes potenciais).

Outro profissional presente na divisão das atividades da agência é o *manager*. Esse é o representante que faz parte da gestão executiva, responsabiliza-se pelas finanças, zela pelos interesses contratuais da modelo em conjunto com o *booker*. As habilidades de um *manager* são relativas ao fechamento do contrato. E, para isso, avalia, acompanha, promove acordos, negocia os cachês, prima pela parte burocrática, investe nas seletivas para a descoberta das *new faces*.

Já os fotógrafos de moda têm como função central captar as imagens que irão construir os portfólios da modelo e da agência. Para isso, identificam o melhor perfil, orientam quanto aos melhores ângulos, expressões, roupas. As habilidades do fotógrafo englobam o *feeling* artístico relacionado à moda, à dominação do aparato de registro, à capacidade de orientação das modelos quanto aos melhores perfis. Além disso, exercem suas funções conjuntamente com maquiadores, cabelereiros, diretores de arte, produtores, produtores executivos, os *stylists*⁴ e os assistentes de fotografia. O registro das imagens da modelo geralmente ocorre da seguinte maneira: o fotógrafo de moda reúne-se com o diretor de arte, que conhece de perto o conceito estético, a linguagem, a história, uma vez que participou do *briefing* e demais reuniões com o cliente, e depois repassa o conjunto das determinações que deve fazer parte da montagem para a produção final.

O instrutor de passarela colabora para o alinhamento da postura da modelo, para o desenvolvimento de técnicas de expressões faciais, para a coordenação dos braços e pernas, para o desfile com o sapato de salto. O procedimento acontece da seguinte forma: o profissional solicita que a modelo caminhe como de costume, depois é realizado diagnóstico, para, *a posteriori*, serem efetuadas as correções. Dentre as habilidades do instrutor de passarela, temos a compreensão dos movimentos exigidos para o desfile, a capa-

4 *Stylist* é o criador da imagem da moda que se pretende transmitir.

cidade de correções da postura, da expressão e da harmonia das passadas com saltos (BECKER, 1999; BARREIRA, 2008; MATHIEU, 2007; WACQUANT, 2000).

A análise da carreira de modelo

Esta seção tem como objetivo apresentar as características mais generalizadas da composição social das modelos que desenham o quadro da profissão. Para esta seção, foi retirada uma amostragem composta por oito meninas, as que aceitaram o convite da entrevista. Apenas modelos da Bellatrix Modeling School (BMS), agência situada em Aracaju, corresponderam ao proposto. O quadro é formado por garotas que possuem faixa etária entre 14 e 21 anos de idade, com experiências profissionais que variam entre três meses a dois anos de atuação. Algumas dividem as carreiras de modelo com outras atividades, como graduação em enfermagem, atendente de farmácia, ou ainda estão tentando se inserir em cursos de graduação através de vestibulares. Um dos casos das meninas selecionadas já galgou espaço em agências internacionais através de seletiva.

Nas descrições e análises das entrevistas a seguir, são colocadas apenas as iniciais dos nomes a fim de que sejam preservadas suas identidades. A colaboração das entrevistadas constituiu-se de suma relevância para a construção desta seção, para a compreensão da carreira. As entrevistas foram realizadas na própria agência e, como já foi mencionado, sob a devida liberação da agenciadora. Seguindo a lógica revelada, as variáveis tratadas a seguir apresentam os modos de inserção na carreira, a aquisição de recursos sociais, o desenvolvimento de habilidades, os principais desafios enfrentados pelas modelos, também os dramas, critérios e modos de ascensão profissional.

Modos de inserção na carreira de modelo e a produção da profissão

Os formatos de inserção na carreira de modelo carregam definições de caráter físico, corpóreo, que indicam imediatamente quem se encaixa ou não no perfil. Nessa profissão, a aparência e os aspectos fisiológicos são fundamentais durante toda a trajetória na carreira. A partir do material bruto, ou seja, o corpo da menina, é que começam os planejamentos de como se encaixa melhor, se segue na carreira como modelo de passarela, ou como modelo fotográfica, etc. A modelo de passarela, que é preponderante para esta pesquisa, deve ter um mínimo de 1,74m de altura, ter idade mínima de 14 anos, deixar o corpo o mais natural possível, sendo que depois são passados os ajustes. Caso tais critérios já estejam de antemão dentro dos padrões mínimos exigidos, cabe-nos, então, uma pergunta que é crucial e ainda precedente: o que desperta o interesse de uma menina em se inserir e seguir na carreira de modelo?

Inserção através do fetiche profissional

As entrevistas realizadas apresentaram variáveis de inserção e motivações resultantes da elaboração da fetichização da profissão de modelo, decorrência do empenho dos agentes construtores das estratégias de montagem das ilusões observadas nas publicidades, formulação das crenças no poder e no *status* usufruídos com a ocupação e o título.

Entrei pela glamourização do mundo das modelos. Eu sempre quis estar lá, fazer parte desse meio. Desde pequena gostava muito de ficar tirando fotos. Desde sempre tive àquele desejo guardado em mim. Sempre vi na TV modelos desfilando na passarela, e ficava querendo fazer parte daquilo que via. Nunca tive apoio dos meus pais pelo receio de que hou-

vesse picaretagem. Mas, minha mãe por fim vem apoiando agora. Entrei na carreira por indicação de uma amiga que me mostrou a *Bellatrix* e acabei ficando (Entrevista com SS, em fevereiro de 2018).

Do excerto podemos extrair que o mundo da glamourização funciona como um gatilho mental para atrair, em medida variada, as meninas para a carreira. A maior parte da representação da menina que se insere nesse meio remete a um universo cercado por fotógrafos, maquiadores, *bookers*, jornalistas com intenções de estamparem capas de revista, *outdoors*, realizar campanhas publicitárias.

Inserção pelas redes de amizade e graus de intimidade

Forma destacada de inserção revelou-se ancorada pelas redes de amizade e de círculos mais próximos de socialização. Desponta-se o formato de inserção através do incentivo não apenas pela interação, pelo convite verbalizado, mas também pelo incentivo visualizado através da expressão indizível. Ou seja, realizado indiretamente pela héxis corporal do indivíduo que já introjetou a cultura profissional, que possui certo domínio e experiência na carreira de modelo.

As redes de amizade também colaboram para a inserção no sentido da apresentação das agências de moda que mais se sincronizam com as características e os perfis das aspirantes à carreira. Tal colaboração se estende com a indicação, o encaminhamento, o assessoramento que equaciona a individualidade da pretendente à carreira com as instituições de moda por intermédio do conhecimento adquirido pelas modelos previamente imersas na profissão.

Minha prima me chamou para conhecer certa agência que prefiro não citar o nome. Fui passando pelas etapas e, depois que fui aprovada, me disseram quanto tinha que pagar para fazer o *book* e seguir na carreira. Era um valor altíssimo. Nunca tinha pensado em trabalhar como modelo até então. Aca-

bei não ficando porque não tinha como pagar. Depois vim para a Bellatrix, acabei ficando e entendendo como funcionava. Inclusive de que não deveria pagar o book ou qualquer coisa para entrar (entrevista com CB, em fevereiro de 2018).

Apesar de não conter um interesse prévio de imersão na carreira de modelo, vale considerar em ambos os casos o fator da rede de amizade se configurar como variável de destaque para esse impulso. Embora haja ou não esse interesse prévio, é através dessas redes que a aproximação, o contato com o universo vai acontecendo. No caso anterior, uma amiga foi tida como referência, ou o elo. E, neste caso, o convite da prima se constituiu como fator distinto.

Estratégias e habilidades de manutenção na carreira de modelo

Há diversos desafios que devem ser superados pelas modelos para que haja permanência na carreira. Inicialmente, o principal deles é estar de acordo com os padrões, depois, assegurar que tais padrões – e até a certificação das novas mudanças, como diminuir as medidas do quadril ou melhorar o aspecto da pele – estejam de acordo com as exigências do mercado e das agências.

Habilidade carismática

O carisma na moda é instrumento de atração. Vem somada à comunicação corporal relacionada à satisfação que promove o encantamento. Isso porque, minimamente, a modelo necessita expor felicidade por estar ou fazer parte de campanhas da moda, apresentar a excitação por representar determinadas marcas, mesmo que na realidade a satisfação esteja disfarçada num tipo de felicidade forçada pelo mercado. Dessa forma, o carisma é elemento fundamental na manutenção da modelo na carreira, e a expressão que emana tal entendimento, que pode se configurar

uma contradição, uma violência contra si, um sufocamento das emoções reais, possui valor inestimável na disputa pela sobrevivência na profissão.

Manter a beleza é muito importante, mas isso sozinho não é suficiente para uma modelo se manter na agência e ser contratada. Um dos principais elementos é o carisma. É preciso ter simpatia, saber andar com salto, se portar. Mas o carisma é essencial para seguir com a carreira, porque se a gente não sorrir e tratar bem os possíveis clientes, com certeza eles não vão nem olhar (Entrevista com CB, em março de 2018).

Há dois elementos preponderantes que devem ser ensinados pelas agências e devidamente incorporados pelas modelos: a *hexis* corporal e a simpatia. A primeira diz respeito às práticas de comportamento, habilidades desenvolvidas com a socialização profissional para o manejo do corpo. Tal introjeção e desenvolvimento das habilidades corporais contidos nas passadas, modos de colocar os braços, manutenção da inexpressividade, devem ser conjugados com o que as modelos designam de simpatia, que é a capacidade de ser educada, de realizar as demandas, de manter ausências de reclamações que podem ameaçar a carreira.

Acrescenta-se também a capacidade de incorporação dos papéis para o desfile e fotografias, aproximando-se bastante da profissão de atriz. Interessa refletir sobre o corpo no sentido de entendê-lo e interpretá-lo como um elemento que apresenta diversas informações que envolvem disposições e esquemas classificatórios, observados na forma de caminhar, tom de voz. Nele se contém o mundo social expresso, a trajetória, inclusive sua modificação depois da lapidação realizada pelas agências através da figura do booker, como bem se mencionou precedentemente (BOURDIEU, 2008; LE BRETON, 2011).

Habilidade de lidar com rejeições

Os exames das entrevistas apontaram a habilidade de lidar com as rejeições como um sintoma relativo à resiliência. Masten e Coatsworth (1998) correlacionam a emergência da inteligibilidade conceitual de resiliência nos anos de 1970 em contexto sócio-histórico norte-americano, no momento em que taxas de divórcios, problemas relativos a abusos, à gravidez na adolescência, entre outros fatores, comprometiam diretamente o desenvolvimento social. Os indivíduos que apresentavam quadros relacionados à capacidade de lidar com riscos, de superar situações abruptas e traumáticas, fraquezas e circunstâncias de vulnerabilidade foram identificados como resilientes.

Estas rejeições são trabalhadas durante as aulas nas agências, principalmente quando passam pelos conselheiros, como no exemplo do *booker*. Contudo, o excesso de não's sinaliza também o fechamento de portas do Mercado de Trabalho, demanda atualizações de visual, informa em tipo de perfil o mercado se interessa no momento. Tais não's envolvem também a carga de preconceitos por parte dos agentes selecionadores ou mesmo de equipes de maquiagem como nos casos fortes de racismo.

Os *castings* são a parte mais complicada, principalmente para modelos negros, que no meu caso foi bem pesado. Vários episódios racistas que passei sem poder falar nada porque modelo nunca tem voz. Todos da moda sabem bem quem são os clientes racistas, mas os modelos quando se manifestam publicamente, sendo que não são famosos, eles se queimam no mercado e fica mais difícil ainda. Então, temos que engolir o racismo sempre para continuar trabalhando (Entrevista com EV, em agosto de 2019).

Inversamente, como mencionado, a incapacidade de lidar com as negações consecutivas pode gerar frustração e provocar abando-

no da profissão. Isso inclui a capacidade de lidar também com as pressões das agências para corresponder com os perfis requisitados, até mesmo se pensarmos nas exigências sobre peso corpóreo, cortes de cabelo, incorporação mais fidedigna dos papéis das campanhas publicitárias, profissionalismo, entre outras. A resiliência da modelo, portanto, reside na sua habilidade da modelo em administrar as rejeições, os gestos de desaprovação e a verbalização depreciativa emitida pelas autoridades da moda.

O fenômeno da internacionalização profissional da carreira da modelo como sinônimo de consagração

As modas internacionais geralmente inculcam as novas coleções principalmente porque os grandes estilistas, os consagrados, possuem controle e exercem enorme poder tanto sobre o universo da moda quanto servem de pauta para os meios de comunicação que potencializam seu status, fama e poder. Exemplo disso é Karl Lagerfeld, que assumiu as coleções da Chanel desde o ano de 1983, ocupando o cargo de diretor artístico.

A seção precedente nos mostra que as ações e acúmulo de recursos envolvem: incorporação do espírito profissional da modelo; domínio da *hexis* corporal; apreensão dos códigos simbólicos; manutenção da beleza; ter carisma; cumprir com obrigações de horários; compreender e desenvolver competências para o correto manuseio das TICs e redes sociais; desenvolver habilidade de identificação dos riscos e más intenções dos agentes que circundam a carreira. Somemos a estas competências a habilidade da apreensão das línguas estrangeiras, mormente o inglês.

Recebi proposta de agência de Milão, Miami e Chile. Vieram scouts fazer a seleção e fui aprovada nestas, mas vou para a agência do Chile porque entendo melhor a língua. As outras se comunicam em inglês, aí ainda não me garanto tan-

to. Mas quem sabe depois, não é? Assim que eu tiver segura para falar inglês (Entrevista com JS, em maio de 2018).

A entrevistada já recebeu contrato de agência internacional depois de um *casting* que reuniu modelos de diversas agências do Brasil. Ela acompanhou, junto com outras modelos da BMS, desfiles da *São Paulo Fashion Week*, um dos eventos mais importantes da área de moda em *ranking* mundial. Assim, adquiriu mais recursos para projeção e para compreensão do universo da moda, da sua própria carreira, uma que vez observou a elite da moda em nível importante de proximidade.

O evento é bastante restrito, apenas alguns convidados recebem convite, assim como blogueiras, jornalistas de moda consagradas, estilistas, empresários e empresárias de moda, etc. Indivíduos que ocupam posições de poder na hierarquia da moda, ocupam lugares de destaque, que influenciam e que controlam direta ou indiretamente a engrenagem do mundo da moda. A aquisição desses recursos traçados acima, juntamente com o requisito atual do mercado da moda, forneceu respaldo para que JS ocupasse uma das vagas no âmbito do mercado internacional. No entanto, importa interrogar se apenas ocupar espaço nesse cenário se constitui suficiente para realocar a modelo na posição de elite? A resposta é não. Muito pelo contrário, esse novo universo é apenas o começo de uma longa trajetória a ser enfrentada pela modelo.

Conclusão

O estudo aponta a carreira de modelo como demanda do mercado de moda na escolha de profissionais que comercializam as coleções de vestimentas lançadas neste tipo de capitalismo. As alterações frenéticas e disputas reforçam também a necessidade das mudanças no que tange às habilidades apreendidas pelas profissionais. A força estruturante impõe à modelo o lançamento de novas estratégias para inserção e ascensão na carreira.

O mercado de moda brasileira inicia-se em eixos como São Paulo, Rio de Janeiro, acentuando a internacionalização, com léxico afrancesado, gramática e processo de importação de modelos e processo de formação organizacional visto em outras realidades. Os estrangeirismos trazem no bojo o próprio *modus operandi* de agências como a *Ford Models* e *Elite Models Management*.

A partir da formalização da carreira e do processo de engajamento profissional objetivando conquista de direitos, as modelos passaram a receber todas as instruções através das agências. Estas são entendidas de forma análoga aos locais de desenvolvimento de carreiras e ensinos, de treinamento de pessoas para atuação no mercado. O arranjo profissional, e isso envolve equipes de *scouters*, *bookers*, estilistas, instrutores de passarela, fotógrafos, *managements*, acompanham todo o processo de ensino-aprendizagem, repassam as formas de conduta das modelos, como devem proceder nos processos seletivos dos desfiles e campanhas de moda.

Ancorada na literatura e pesquisa de campo, representando a conjugação teórico-metodológica da linha da Sociologia dos Grupos Profissionais, a inserção e aplicação dos métodos de pesquisa supracitados, vimos que as inserções das modelos aconteceram principalmente por motivações relativas ao Fetiche Profissional promovido pelas mídias, os quais injetam desejos de pertencimento, de glamourização, de montagem das ilusões, valores e crenças que fazem referência ao poder e *status*, ao alcance dos principais patamares sociais. Outra motivação de inserção diz respeito aos instigantes convites realizados por amigas e pessoas presentes nas principais redes pessoais.

As habilidades destacadas, tratando-se da Carismática e de Saber Lidar com as Rejeições, fornecem respostas importantes no sentido de observar em ambas a resiliência de saber enfrentar, inclusive com abusos sofridos, para conseguir ocupar espaços de poder.

Na Carismática, as modelos aprendem a sorrir de maneira forçada, um estado emocional que violenta o desejo natural, demandando a habilidade de atuação. A simpatia, o sorriso manifestado no momento oportuno, as expressões de satisfação são essenciais para a conquista de espaços entre os *castings*. Na habilidade de lidar com as rejeições, o relato nos mostra os episódios de racismo que muitas delas enfrentam, mormente quando se trata de desfile em países formados predominantemente por brancos. Essa habilidade coloca a modelo como refém das expectativas, e a introjeção dessas violências simbólicas pode gerar prejuízos irreparáveis, frustrações capazes de impactar nos mais diversos setores da vida da modelo, cabendo a interrogação sobre a naturalização destas práticas e a intervenção pelos setores responsáveis.

Por último, a pesquisa aponta para a internacionalização como instância central no processo de consagração. Assim, a modelo que pretende ascender na carreira prepara-se com estudos de línguas estrangeiras que vão compor o diferencial. Desfile representando marcar internacionais, estampar revistas como a *Vogue* ou estar circulando com imagens em campanhas publicitárias, constrói o imaginário de conquista de poder e *status*.

Os recursos, habilidades e estratégias lançadas funcionam como elementos essenciais para ascensão. Entre todas elas, observamos claramente a linha tênue que divide a consolidação na carreira e o perigo, também o drama de enfrentamento com o perfil mais áspero da carreira: lidar com a aceitação, alterar a alimentação e a cultura da vaidade para satisfazer as necessidades do mercado, de estampar e transmitir códigos simbólicos avessos ao que o corpo quer verdadeiramente transmitir. Isso reforça a demanda sobre as autoridades responsáveis no que tange ao acompanhamento da lógica de funcionamento e práticas dos agentes que regem esse setor.

Referências

BARREIRA, C. **Crimes por encomenda**. Violência e pistolagem no cenário brasileiro. RJ: Relume Dumará, 2008.

BECKER, H. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BONADIO, M. C. Dignidade, celibato e bom comportamento: relatos sobre a profissão de modelo e manequim no Brasil dos anos 1960. **Cadernos Pagu** (22) 2004: p. 47-81. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a04.pdf. Acesso em: 01 jul. 2022.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASSIRER, E. **Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neuere Zeit, Band**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, [1 ed. 1906] 1971.

ELIAS, N. **What is sociology?** Utrecht: Spectrum, 1984.

FREIDSON, E. **Para uma análise comparada das profissões**. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais (Versão revista). 19º Encontro Anual da ANPOCS em Caxambu, MG, em 19 de outubro de 1995.

HANSEN, C. Sobre telas e passarelas: conexões entre a significação em filmes e desfiles. In: 4º Encontro Nacional de Pesquisadores de Moda, 2014, Florianópolis. **Anais do 4º Encontro Nacional de Pesquisadores de Moda**. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014. v. 1.

HUGHES, E. **On Work, Race and the Sociological Imagination**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

HUGHES, E. **Men and their work**. Wesport: Greenwood Press Reprint, 1981.

LEWIN, K. **Feldtheorie in den Sozialwissenschaften**. Ausgewählte theoretische Schriften, 1963.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MASTEN, A. S.; COATSWORTH, J. D. The development of competence in favorable and unfavorable environments: Lessons from research on successful children. **American Psychology**, 53(2), 1998, pp. 205-220.

MATHIEU, L. **La condition prostituee**. Paris: Les Editions Textuel, 2007.

MODELS Brasil. Melhores agências de modelos – Ranking oficial. In: MODELS Brasil. **O site oficial dos profissionais da moda brasileira**. Disponível em: <https://modelsbrasil.com/melhores-agencias-de-modelos>. Acesso em : 20 mai. 2022.

PETRARCA, F. R. **O Jornalismo como Profissão**: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

PETRARCA, F. R. Elites Jornalísticas, Recursos Políticos e Atuação Profissional no Rio Grande do Sul. In: Dossiê Sociologia do Poder e das Elites. **TOMO**, Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, n. 13 jul/dez., 2008.

PRYEN, S. **Stigmate et métier**: Une approche sociologique de la prostitution de rue. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 1999.

SUTHERLAND, E. H. **The Professional Thief**. Annotated and interpreted by Edwin Hardin Sutherland. Chicago, University of Chicago Press, 1937.

WACQUANT, L. Putas, escravos e garanthões: linguagens de exploração e de acomodação em boxeadores profissionais. **Mana**, vol.6 n.2, Rio de Janeiro Oct. 2000, p. 127-146. Disponível em: www.scielo.br/pdf/mana/v6n2/3300.pdf. Acesso em: 01 jul. 2022.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

Entrevistas:

CB. [Entrevista cedida a] Karina Garcia Santos Cruz. Aracaju, fevereiro de 2018.

CB. [Entrevista cedida a] Karina Garcia Santos Cruz. Aracaju, março de 2018.

EV. [Entrevista cedida a] Karina Garcia Santos Cruz. Aracaju, agosto de 2019.

JS. [Entrevista cedida a] Karina Garcia Santos Cruz. Aracaju, maio de 2018.

SS. [Entrevista cedida a] Karina Garcia Santos Cruz. Aracaju, fevereiro de 2018.



5 – CAPÍTULO

Recursos sociais e inserção de chargistas no espaço da imprensa escrita em Sergipe

ALEX MENEZES DE CARVALHO

WILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA

Introdução

Este artigo analisa as condições sociais de entrada e de atuação dos chargistas no jornalismo impresso. Mais especificamente, trata-se de mostrar a importância de inserções prévias no universo jornalístico e de atuações na produção de desenhos artísticos para a obtenção, por parte dos produtores de charges, de recursos passíveis de serem utilizados para a sua inserção nos jornais.

O material que serviu de base para a construção do artigo consistiu de uma pesquisa desenvolvida sobre um conjunto de chargistas que desenharam ou já desenharam para jornais em Sergipe¹. Entre outras coisas, esta pes-

¹ Esta pesquisa foi realizada para a conclusão de uma dissertação de mestrado de título *Jornalismo em forma de desenho: recursos sociais e inserção dos chargistas no espaço do jornalismo impresso*

quisa demonstrou que o sucesso como produtor de charges para jornais está associado à posse de um conjunto de recursos e competências derivado das esferas jornalística e artística (de desenho artístico, especificamente). O presente artigo, porém, está centrado no exame dos critérios que balizam a entrada dos produtores de charges na imprensa. Nesse sentido, os dados apontam que essa inserção é presidida pelo acionamento de redes de relações e pela mobilização de outros recursos adquiridos pelos chargistas em suas inserções na própria esfera jornalística e na das artes visuais. Por isso, ainda que o trabalho esteja centrado na análise do chargismo de jornais, ele possibilita levantar algumas questões relacionadas às credenciais de entrada na imprensa dos ocupantes das demais posições jornalísticas (repórter, fotógrafo, colunista, entre outros). Com relação à coleta e levantamento dos dados para a presente investigação, a principal fonte de informações foram as entrevistas com os chargistas selecionados para os fins da pesquisa. Por sua vez, essas foram gravadas e realizadas entre os meses de fevereiro e setembro de 2012.

A elaboração do esquema investigativo posto em prática para a compreensão do fenômeno descrito acima enfrentou algumas dificuldades. A principal delas foi a escassez de estudos que contribuíssem para pensarmos as dinâmicas de produção de charges para jornais. Isso porque a maioria dos trabalhos sobre essa temática segue na linha das ciências da linguagem e tem como preocupação a análise da charge do ponto de vista discursivo, analisando o poder comunicativo, o alcance e os usos que podem ser feitos desta forma de expressão imagética. Especialmente no que tange à literatura brasileira sobre o tema, os estudos analisam a charge

em Sergipe e que foi realizada no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFS em 2013, sob a orientação do Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira. Para a construção deste trabalho foram entrevistados oito chargistas, no total.

como forma de manifestação de posicionamentos políticos e dos constrangimentos à liberdade de expressão durante a ditadura militar (1964-1985).

Ao tratar da estruturação do espaço do chargismo e dos critérios de inserção nesse espaço, esse trabalho defrontou-se com uma problemática mais ampla que trata dos processos de constituição e/ou profissionalização de atividades ocupacionais. No tratamento dessa problemática, as análises orientadas pela chamada “sociologia das profissões” constituíram um ponto de partida fundamental. Ocorre que as vertentes sociológicas mais profícuas no estudo das profissões no século XX – as abordagens funcionalistas e interacionistas – naturalizam os processos de profissionalização, o que pode ser percebido pelo fato de a maior parte dos trabalhos tomarem o título acadêmico como critério formal e essencial de recrutamento nas profissões.

No entanto, um dos problemas que não encontrou um tratamento adequado no âmbito de tais abordagens é o que diz respeito à importância de outros recursos que, articulados ao título formal, contribuem para o ingresso em tais atividades. Isso fica claro quando Bourdieu (1989), ao tratar das estratégias de reprodução sociais de cunho educativo, nos demonstra que o rendimento do título escolar pleiteado por um indivíduo depende do capital social (ou mesmo econômico) por ele herdado. Em consonância com isso, alguns trabalhos nacionais sobre espaços diversos (CORADINI, 1996, sobre a medicina; PETRARCA, 2007, sobre o jornalismo; BONELLI, 1999, sobre o espaço do direito) têm demonstrado como o título escolar não é uma garantia exclusiva de acesso ao recrutamento e à seleção no espaço profissional. Pelo contrário, o que esses trabalhos vêm evidenciando é que o valor do título escolar depende da articulação com outros recursos sociais possuídos pelo indivíduo e convertíveis para o espaço profissional pleiteado.

A partir dos anos 1980 e 1990, a sociologia das profissões ganhou um novo foco, na medida em que o processo de profissionalização passou a ser tomado como resultante de estratégias individuais e também coletivas que, por sua vez, estão sujeitas a outras estratégias concorrentes ou complementares para além da definição de um conjunto de saberes próprios, do desenvolvimento de instituições responsáveis pela formação de quadros e da delimitação de um campo de atuação específicos (BOIEGOL; DEZALAY, 1997).

Dessa forma, o processo contínuo de construção das profissões, ou melhor, de definição de suas bases e de delimitação de suas fronteiras se tornou uma linha de investigação nas ciências sociais. É esse sentido que a presente pesquisa busca seguir, ao constatar que o chargismo não se apresenta como uma atividade juridicamente constituída nos moldes das profissões tradicionais (medicina e direito, especialmente) e, portanto, não podemos “transplantar” para nossa investigação um modelo de análise que trata de profissões oficialmente delimitadas. É somente tomando os chargistas de jornais como uma atividade específica que podemos perceber o quanto ela constitui um espaço de atuação profissional com critérios e regras próprias e o quanto a entrada neste espaço é regida por um conjunto específico de credenciais.

Autores como Boigeol e Dezalay (1997) e Bourdieu (2007) demonstram como a construção de um espaço profissional é influenciada pela bagagem social dos agentes que lhes dão vida e, por conseguinte, pelos recursos sociais detidos por estes. Nesse sentido, para tratar das modalidades de entrada no chargismo e, consequentemente, das suas credenciais, faz-se indispensável uma análise dos recursos adquiridos pelos chargistas e que podem ser acionados para a inserção no chargismo jornalístico. Ou seja, defendemos a ideia de que a análise dos condicionantes sociais que conduziram um conjunto diversificado de agentes a desenhar charges para jornais representa uma boa saída para a apreensão

das dinâmicas, ou melhor, das particularidades e das lógicas sociais dessa atividade.

Para a análise das condições de acesso dos chargistas ao jornalismo, fez-se necessária uma investigação de suas inserções e de como elas atuaram no sentido da aquisição de recursos passíveis de serem convertidos em possibilidades de atuação na imprensa. O exame empírico daquilo que importa para a inserção dos produtores de charges nos jornais e de como se dá esse jogo que define suas posições no ambiente de trabalho só foi possível mediante a análise de seus itinerários. Para tanto, a noção de carreira é aqui aceita na forma como Becker (2008) a entende.

Segundo esse autor, a carreira refere-se a duas dimensões da vida de um indivíduo: em sua dimensão objetiva, a carreira compõe-se de uma série de posições e funções claramente definidas e assumidas por um indivíduo; em sua dimensão subjetiva, ela é composta pelos ajustes das percepções e dos sentidos dados por uma pessoa à sua existência e ao significado das suas características, ações e a tudo que lhe aconteceu ao longo de sua vida. Tendo sido desenvolvido originalmente para estudos sobre grupos profissionais, tal conceito foi forjado para dar conta de compreender mais profundamente a sequência de posições ocupadas por um indivíduo num sistema ocupacional, e isso se efetiva por meio da atenção dada aos fatores que regem essa mobilização posicional ou às “contingências de carreira” (BECKER, 2008, p. 35).

O tratamento dos fatores que agem sobre o posicionamento de um agente, num espaço profissional determinado, torna necessário considerar tudo que, direta ou indiretamente, pode interferir no “sucesso” e “crescimento” nesse universo. Ou seja, tanto as aspirações, as motivações e as percepções individuais quanto os recursos (títulos, experiências profissionais, competências, qualificativos, etc.) mobilizados por um agente devem ser considerados em uma investigação sobre um grupo profissional.

Em outras palavras, a análise de carreiras se apresentou como uma prática fundamental para a construção deste trabalho. Esse procedimento metodológico permitiu a apreensão das bases sociais que sustentam a presença dos chargistas na imprensa, bem como a compreensão da importância que os recursos oriundos dessas bases assumem no tocante à inserção e ao posicionamento deles no jornalismo. Essas bases dizem respeito às diferentes esferas sociais nas quais os agentes se vinculam em alguma medida no momento atual de suas trajetórias, mas também àquelas esferas com as quais mantiveram vínculos em outros momentos de suas vidas e que podem ser reatualizadas (CORADINI, 2001).

A ênfase sobre as bases sociais de sustentação dos chargistas na imprensa tem, aqui, uma intenção clara: é demonstrativa da nossa preocupação com relação às regras e aos princípios e critérios de recrutamento/seleção de chargistas para jornais. Muitos são os critérios que, direta ou indiretamente, agem sobre a seleção de integrantes nas diversas atividades. Assim sendo, torna-se necessário tomar os recursos que os chargistas acionam no decorrer de suas carreiras, de forma articulada e não de maneira isolada. Quanto a isso, Bourdieu (2007) demonstra que as chances de proveito numa determinada esfera dependem dos recursos disponibilizados pelos agentes, o que não significa que qualquer recurso, independentemente da origem, pode se constituir num trunfo em qualquer espaço. Em consonância a isso, consideramos que a entrada e o posicionamento de um chargista no jornalismo têm como base um conjunto diversificado de qualificativos e competências sociais por eles possuídos e que podem ser acionados para o universo da imprensa. Em outros termos, isso justifica uma análise do conjunto das inserções/vinculações dos chargistas, pois somente assim se faz possível verificar a importância de cada inserção para a obtenção dos recursos que os qualificaram para a atuação na imprensa.

O “Despertar” para o chargismo no espaço do jornalismo

As discussões que fazem parte deste trabalho dizem respeito às características sociais do conjunto dos chargistas considerados, aos seus trajetos profissionais e ao jogo realizado por eles com os recursos detidos. Nesse sentido, faz-se necessário trazer à luz alguns esclarecimentos acerca de como se constitui este grupo de chargistas, quais são as suas divisões e qual a composição social de tais artistas do traço. O ponto de partida é esclarecer as suas características em termos de idade, sexo e distribuição de funções.

O número de produtores de charges para jornais em Sergipe não é muito grande. Até o ano de 2012, o jornalismo sergipano conta com cinco chargistas distribuídos entre todos os impressos noticiosos do estado². Esse dado foi levantado durante a própria pesquisa visto que, a exemplo da maioria dos estados brasileiros, Sergipe não conta com nenhuma entidade de classe representativa para essa categoria. O número relativamente baixo de chargistas atuantes representa, também, um dado interessante, pois não se trata aqui de uma pesquisa com base estatística, mas de uma análise de um grupo com características particulares. Por isso, outros três chargistas inativos foram incluídos nesta investigação para um melhor entendimento das características do grupo.

Um primeiro aspecto que chama a atenção no universo investigado é a grande homogeneidade dos entrevistados quanto ao gênero e à origem familiar. Todos os oito casos são representados por indivíduos do sexo masculino, revelando um aspecto muito comum ao chargismo em geral, na medida em que quase não se encontram

2 Vale ressaltar, entretanto, que o jornal *Super Popular*, um impresso semanal que começou a circular em Aracaju a partir de janeiro de 2011, contou com algumas colaborações esparsas (“Mamg” confeccionou algumas charges no segundo semestre de 2011, Clécio Barroso publicou algumas gravuras chargísticas em 2012 e Pablo Carranza – assinando às vezes como Lúcio Gregório – o fez entre finais de 2012 e fevereiro de 2013), mas que não foram muito além de uma dezena de gravuras.

chargistas do sexo feminino. Semelhante homogeneidade se encontra também com relação à origem social, na medida em que todos vêm de famílias de origem social baixa ou média baixa.

No entanto, ao se analisar os demais indicadores, o conjunto apresenta traços relativamente heterogêneos. Ao analisar os percursos socioprofissionais dos oito chargistas sergipanos considerados, observamos que a grande maioria está na faixa etária dos 40 anos. Ou seja, 1/8 tem entre 20 e 30 anos e os outros 7/8 têm mais de 40 anos, sendo que destes 3/7 têm entre 40 e 50 anos, 3/7 têm entre 50 e 60 anos e 1/7 tem entre 60 e 70 anos. Em que pese essa predominância da faixa etária, cabe observar que todos eles começaram a produzir charges para jornais na juventude, entre os últimos anos de escola e os 30 anos de idade, sendo que sete dos oito atuaram como chargistas em meados da década de 1980, no período da redemocratização do Brasil, que se consistiu num momento de grande profusão do desenho chargístico nos impressos. Esse último dado é importante porque durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) o jornalismo alternativo (ou imprensa nanica)³ se confundia com a articulação das esquerdas, sendo que a maior parte dos impressos alternativos eram ligados a partidos políticos contrários à ditadura (KUCINSKI, 2003). Muito politizada, essa imprensa tinha o sensacionalismo e o humor político como máximas, de modo que não faltaria espaço para os desenhos de humor e as charges se tornarem a cara da críti-

3 Chama-se jornalismo alternativo a prática jornalística realizada por veículos noticiosos que não estão diretamente vinculados aos grupos políticos e/ou econômicos dominantes num dado período. Isso ocorreu, por exemplo, durante a ditadura militar no Brasil de 1964 a 1985, pois nesse momento floresceu uma modalidade de imprensa diferente da praticada regularmente e que se filiava às esquerdas, com políticas contrárias à ditadura. Essa modalidade de jornalismo também ficaria conhecida como imprensa nanica. Tal nomeação adveio do fato de a maioria dos impressos dessa linha se utilizarem do formato tabloide, aproximadamente 33 x 28 cm, ou seja, dimensões menores que a dos jornais tradicionais.

ca política desse período. Nesse contexto, o desenho chargístico se expandiria, também, para a “grande imprensa” (SODRÉ, 1999) criando um terreno profícuo para a atuação de chargistas no jornalismo em todo o país.

Outro dado que deve ser examinado juntamente com esse, diz respeito ao momento do trajeto profissional em que é iniciada a carreira de chargista. Dos oito artistas do traço contatados sete só se iniciaram no chargismo e só começaram a desenhar charges para jornal após experiências profissionais anteriores no próprio espaço jornalístico. Desses, cinco começaram nos impressos como ilustradores, um como publicitário e um como diagramador. Esse dado é duplamente importante porque é demonstrativo de que o chargismo é mesmo muito ligado à prática jornalística e aponta para o fato de que o trabalho de produção de charges para jornais é uma atividade ligada a agentes que se inserem no espaço da imprensa em posições periféricas. Esta última afirmação é também validada quando nos debruçamos sob as titulações destes desenhistas, apenas dois deles têm formação acadêmica na área jornalística, sendo que um deles depois de formado deixou de produzir charges para se dedicar a outras funções dentro das redações.

Seguindo essa última assertiva acerca das funções atualmente desempenhadas pelos chargistas contatados, quatro deles desenvolvem atuações no universo artístico (pintura e desenho artístico mais precisamente), todos eles desempenham outras atividades remuneradas para além do chargismo e apenas cinco deles desenhavam atualmente para jornais, sendo que um desenha para dois impressos simultaneamente. Desses, dois são contratados por empresas jornalísticas somente para confeccionar charges, dois têm participação como sócio da empresa para a qual desenha e, por isso, não é remunerado por sua atuação chargística, e um desempenha outra função no impresso além de chargista, sendo a primeira a principal. Outra informação importante com relação às

atividades profissionais dos chargistas considerados é que apenas um deles tem/teve o chargismo como atividade principal: trata-se de um produtor de charges para quem o chargismo de jornais representou sua atividade principal e que compõe o conjunto dos três chargistas hoje inativos, fato que ocorreu entre 2001 e 2011. Com relação aos rendimentos, seis chargistas são ou já foram remunerados por seu trabalho com charges. Desses, três têm/tiveram esses rendimentos representando em torno de 40% do seu orçamento, dois têm/tiveram como complemento de renda e um tem/teve esses rendimentos como fonte de renda principal. Com relação aos rendimentos totais dos chargistas considerados, somando todas as suas atividades remuneradas, temos quatro com renda até cinco salários mínimos atuais (até R\$ 3.390,00), dois com renda de cinco a dez salários (até R\$ 6.780,00) e dois com rendimentos maiores que dez salários (maior que R\$ 6.780,00).

Como todos esses dados indicam, o conjunto analisado é relativamente heterogêneo em quase todos os indicadores lançados. Eles permitem vislumbrar que os atuais postos de chargistas de jornais são ocupados por desenhistas de charges que comungam de percursos socioprofissionais muito próximos, como origem social baixa, despertar para o chargismo posterior à entrada no jornalismo e atividade chargística representando ocupação e fonte de renda secundárias.

Todo esse esforço acerca das características socioprofissionais do grupo estudado nos traz informações valiosas a respeito do “mundo dos chargistas de jornais”. Porém, para que esses dados tenham valor para o presente trabalho, eles precisam estar associados a outros indicadores, tais como espaços profissionais percorridos, contatos realizados e a relação mantida por todos esses indicadores nos diferentes contextos. Nesse sentido, os dados acima analisados são expressão de uma dimensão importante da emergência e da consolidação do chargismo no Brasil e sua estreita relação com o espaço do jornalismo.

Chargismo: uma forma de atuação jornalística

Pensar em chargismo é pensar em uma forma de atividade ligada ao espaço da imprensa e à prática jornalística. Em primeiro lugar, ele é herdeiro do jornalismo ilustrado surgido na Inglaterra e na França entre a segunda metade do século XVIII e inícios do XIX. Em segundo lugar, o desenho chargístico guarda em si características estruturais (de construção e de realização) que são próprias aos constructos jornalísticos, sobretudo no que diz respeito aos textos opinativos: uma charge pode funcionar num jornal tal como uma matéria ou mesmo um editorial⁴. Ou seja, tomada por esse viés a atuação do chargista nos jornais se aproxima à do jornalista. Segundo Melo (2003), a imprensa é o “verdadeiro” lugar da charge, pois é nesse espaço que ela adquire todo seu sentido.

A chegada do desenho chargístico ao Brasil data dos anos 1800, mas somente no século seguinte é que ele passou a ser praticado em larga escala em nossos jornais. Disseminando-se pelo país na virada do século XIX para o XX, o chargismo brasileiro adquiriu muitas de suas principais características durante o regime militar de 1964 a 1985 na chamada imprensa alternativa ou nanica. Altamente politizada e sensacionalista, essa imprensa tinha como característica o humor político que era expresso, entre outros recursos, pelas charges. Com relação à inserção dos chargistas no jornalismo, a produção de charges para jornais esteve ligada até a década de 1980 a uma “categoria profissional” de vital importância para os impressos noticiosos de até então: os desenhistas manuais ou ilustradores⁵. Diante da inexistência ou baixa difusão de recursos

4 O editorial é o texto de jornal ou de outra mídia que passa para os leitores a opinião oficial do meio de comunicação que o veicula, da sua direção ou mesmo da equipe de redação. Esse texto é veiculado sempre nas primeiras páginas internas de um impresso e não se atém a critérios como imparcialidade ou objetividade.

5 Os produtores manuais de gravuras ou ilustradores representavam para o jornalismo impresso de até finais dos anos 1980 a possibilidade de veiculação de

técnicos de confecção de gravuras ou desenhos, a elaboração de todo arsenal gráfico (gráficos, logotipos, *layouts*, anúncios, charges e outros desenhos, etc.) dos jornais até esse momento era um trabalho realizado à mão. Ou seja, até esse período os trabalhos de confecção de charges e de outros tipos de ilustrações para as folhas se confundiam e era isso que garantia a presença de desenhistas de charges na imprensa. Porém, com a assimilação de recursos informacionais de produção gráfica pela mídia impressa, os ilustradores perderam muito do seu espaço e uma reordenação no setor jornalístico de produção iconográfica ocorreu.

Tal reordenação contribuiu para a delimitação e especialização das atividades ligadas à confecção de gravuras para jornais. Com a assimilação dos recursos da informática gráfica pela imprensa quase todo o trabalho de elaboração de recursos gráficos passou a ser dominado pelo uso de técnicas e procedimentos informatizados, somente a elaboração de desenhos humorísticos permaneceu nas mãos dos artistas do traço. O espaço jornalístico de criação ilustrativa passou a dividir-se em dois: aquele dedicado à confecção de gravuras para a apresentação do jornal (logotipos, desenhos publicitários, ilustrações para as matérias, gráficos, tabelas), espaço que ficou sob os cuidados dos infografistas ou designers gráficos; e aquele destinado à elaboração de charges e de outros desenhos crítico-humorísticos que, por sua vez, restou a cargo dos desenhistas manuais: chargistas e cartunistas⁶. Diante

desenhos e gravuras, pois até esse momento poucas tecnologias de produção gráfica tinham sido desenvolvidas e difundidas na imprensa. Desenhistas polivalentes, esses “profissionais” realizavam uma vasta gama de produções gráficas (anúncios comerciais, mapas, gravuras ilustrativas para as matérias, desenhos humorísticos) e, dentre elas, charges.

- 6 A exemplo dos chargistas, os cartunistas também são produtores de desenhos de humor. Porém, diferentemente dos primeiros, não possuem ou não se utilizam de competências jornalísticas em seu trabalho. Ou seja, os cartunistas produzem desenhos de humor com temáticas variadas diferentes da política como tiras e cartuns.

desse contexto, houve também um processo de diferenciação entre os chargistas e os cartunistas. Como resultado disso tivemos a constituição de um espaço de atuação próprio para os produtores de charges para jornais, sendo que a sua inserção na imprensa passou a ser balizada por um conjunto de credenciais específico.

Apresentando-se como uma atuação quase sempre secundária na vida dos que a ela se dedicam, o chargismo de jornais não é uma atividade que conte com grande espaço de atuação: em média, há espaço para uma dezena de chargistas atuarem na imprensa de uma capital brasileira com três ou quatro milhões de habitantes. Além do mais, inexistem critérios formais para o recrutamento desses desenhistas para os impressos. Do mesmo modo como ocorre em alguma medida nas seleções das demais atividades e/ou profissões, a inserção no mercado de trabalho para os chargistas também é pautada pela necessidade de utilização de um conjunto diverso de experiências e/ou recursos sociais. A inserção num impresso na posição de produtor de charges é garantida àqueles que, para além do domínio da arte de desenhar, podem lançar mão de recursos sociais passíveis de serem utilizados para esta inserção. Mas, quais seriam esses recursos e como eles agem nas colocações dos chargistas na imprensa?

Para responder a essa questão, discorreremos sobre as modalidades de ingresso no chargismo de jornais e sobre os fatores que balizam esse ingresso. Mais especificamente, trata-se de mostrar o jogo realizado entre os recursos advindos de inserções intra e extrajornalísticas para a atuação e o reconhecimento enquanto chargista de jornais. Nesse sentido, foi observado que a inserção em diferentes espaços e a capacidade em mobilizar os recursos oriundos dessas inserções apresentou-se como uma possibilidade de desenvolver uma carreira como chargista dentro de jornais. Dentre os espaços e os recursos mobilizados, estão aqueles relacionados ao desenho e à pintura artísticos e, especialmente, ao in-

terior das próprias redações jornalísticas. As análises dos trajetos profissionais dos chargistas serão direcionadas, portanto, ao tratamento das relações existentes entre a posse de recursos oriundos dos universos artístico e jornalístico com o exercício do chargismo de jornais. Mais especificamente, busca-se compreender os mecanismos e as formas de reconversões de recursos sociais para a definição do chargista profissional e seu sucesso no espaço da imprensa. A principal tarefa a partir de agora é analisar as modalidades de ocupação da posição de chargista de jornal e os seus respectivos princípios de legitimação.

Inserção dos chargistas nos jornais: combinações de recursos e conversões

Historicamente, o espaço de atuação jornalístico tem como característica uma maior flexibilidade com relação às suas credenciais de entrada e atuação profissional. No Brasil, mesmo depois da regulamentação da profissão jornalística e do consequente estabelecimento da exigência de título acadêmico específico como critério objetivo para a atuação na imprensa, a atuação neste universo ainda é plenamente possibilitada a não detentores desta titulação (estudantes, pesquisadores, profissionais liberais, religiosos, artistas, entre outros). Segundo o Decreto-lei nº 83.284, de 13 de março de 1979, lei que regulamenta o exercício profissional jornalístico no Brasil desde então, as funções de ilustrador, repórter fotográfico, repórter cinematográfico, diagramador e algumas condições especiais⁷, também outras funções dispensam formação na área jorna-

7 De acordo com Art. 5º desse decreto-lei, o Ministério do Trabalho concede, desde que satisfeitas as exigências constantes deste mesmo decreto, registro especial para o desenvolvimento de atividades dentro dos jornais a não graduados na área jornalística. Os casos previstos são: a - colaborador, ou seja, aquele que mesmo sem relação de emprego, produz trabalhos de cunho técnico, científico ou cultural veiculado com créditos para o autor; b - funcionário público titular de cargo cujas atribuições legais ajustam-se às dos jornalistas; c – provisionado (BRASIL, 1979).

lística. Tais fatores, juntamente com o fato de, em muitos estados brasileiros, os primeiros cursos superiores para a área em questão somente terem sido fundados nas décadas de 1980 e 1990, sem mencionar as disputas jurídicas em torno da exigência de tal titulação ao longo dos últimos anos, aumentaram ainda mais as oportunidades de atuação na imprensa para os “não jornalistas”.

Diante disso, fica-nos uma questão: o que faz pertinente e reconhecida a atuação dos colaboradores nos jornais? Ou melhor, já que estamos tratando de chargistas, o que faz legítima e diferenciada a presença e a atividade desses desenhistas num impresso? A resposta está nos recursos acumulados pelos chargistas e que podem ser convertidos para o espaço jornalístico. Segundo Bourdieu (2007), a “construção” de um espaço profissional não se dá de forma unívoca e nem independente de outros espaços, mas envolto em disputas internas em torno dos mecanismos de legitimação. Esse processo, ou melhor, essas disputas por pertencimento e reconhecimento não se dão somente no âmbito profissional, mas acabam comprometendo os recursos que os agentes acumularam ao longo de toda a sua vida e que resultam de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade (BOIGEOL; DEZALAY, 1997; BOURDIEU, 1984; 2007; BOLTANSKI, 1982).

Assim, e admitindo que os recursos sociais são “os poderes” que balizam as probabilidades de sucesso num espaço dado (BOURDIEU, 2007), entendemos que no processo de entrada e estabelecimento na esfera da imprensa os recursos arrecadados pelos chargistas em suas inserções diversas são acionados para definir a sua posição enquanto integrantes desse universo. Com relação à natureza desses recursos, o que alguns trabalhos acerca da profissão jornalística (RIEFFEL, 1984; PETRARCA, 2007) têm demonstrado é que, entre outros, os recursos advindos do investimento

profissional nas redações e as redes de relações desempenham forte papel na ocupação de cargos e posições na imprensa. Em se tratando do chargismo de jornais, a análise das carreiras consideradas também segue nessa linha e destaca os recursos advindos do investimento na própria esfera jornalística e as redes de relações sociais como preditores do sucesso de atuações chargísticas em jornais, isso sem falar na importância dos recursos originários do universo artístico nesse sentido.

As passagens pelas redações e a aquisição de recursos para a inserção na imprensa

O papel desempenhado pela socialização profissional dos chargistas na imprensa, no tocante à arrecadação de recursos acionáveis para atuações nesta mesma esfera, é explícito. Trata-se de qualificativos que os chargistas adquirem em inserções no meio jornalístico e que não podem ser apreendidos de outro modo, tais como reconhecimento por atuações chargísticas na imprensa, habilidades em lidar com os limites de liberdade de expressão impostos aos chargistas pelos gestores de impressos, capacidade de definir o que é digno de ser tratado numa charge destinada a jornais e como isto deve ser tratado, entre outros. Ou seja, estamos tratando de qualidades que só podem ser assimiladas na prática jornalística e que podem servir para recolocações e/ou remanejamentos dentro do próprio jornalismo. E isso fica evidente até para os próprios chargistas, conforme relato a seguir do chargista João⁸.

O chargista ele vive assim como se ele tivesse embaixo de chuva [...] então é isso, é como se fosse uma chuva ... tudo que a gente pensar ele entra aqui e já descortina, e principalmente quando a gente adquire uma prática de quarenta anos de jornalismo.

8 Visando a preservar a identidade dos chargistas entrevistados, eles foram identificados ao longo do texto por nomes fictícios escolhidos pelo autor.

Pergunta: Nessa produção sua de charges, nesse tempo todo nos jornais, você já sofreu algum tipo de censura ou constrangimento à sua produção?

Censura eu passo sempre né, sempre [...] tem jornalista aqui em Sergipe que tem medo de político, tem medo de todo mundo aí às vezes eles censuram alguma charge minha, mas é besteira porque depois eu... eu guardo [...] depois eu publico em outro jornal, mas não adiantou nada. [...] Porque o jornalista aqui em Sergipe ele ainda é um pouco assim comandado pelo dono do jornal [...] ‘ó porque isso aqui não pode... porque eu sou amigo de fulano, fulano é meu amigo’ (Entrevista com João, 2012).

Conforme podemos ver neste depoimento, João possui competências indispensáveis ao chargismo de jornais e reconhece o papel desempenhado pela sua experiência na imprensa para o desenvolvimento das mesmas. Para deixar essa afirmação mais clara, vale ressaltar que o desenhista em questão tem 62 anos de idade, ilustra jornais em Sergipe desde meados da década de 1970 e já produziu charges para a maioria dos impressos sergipanos dos últimos quarenta anos e até para a televisão e, para isso, teve que se adequar às condições de atuação chargística ao longo de toda a sua carreira, que já dura quase quatro décadas. Ou seja, teve que se adaptar aos limites de atuação para desenhistas de gravuras satírico-políticas no universo jornalístico, teve que adquirir habilidades fundamentais para o desenvolvimento da atividade de chargista de jornais e tudo isso lhe serviu e lhe serve como um recurso, ou melhor, como um dos pilares de sua extensa carreira chargística na imprensa.

Outra forma de percebermos a importância da experiência profissional no jornalismo como promotora de recursos acionáveis para reinserções neste mesmo universo pode ser a observação das condições históricas de desenvolvimento do setor de produção de recursos imagéticos para impressos. Tomando a realidade da im-

Inicialmente, esses desenhistas eram ilustradores polivalentes, ou seja, eles eram responsáveis por todos os tipos de trabalhos relacionados à confecção de recursos imagéticos para as folhas (charges, anúncios comerciais, desenhos ilustrativos para as matérias, vinhetas, etc.), porém, essa realidade se alteraria drasticamente entre finais dos anos 1980 e inícios dos 1990. A disseminação das tecnologias de computação gráfica no jornalismo nesse período acabou por restringir a atuação dos desenhistas manuais nos impressos, e quase toda a parte referente à criação imagética res-
tizou pautada pelo uso de tal tecnologia, ou melhor, ficou sob os cuidados dos seus operadores: os infografistas. Diante disso, boa parte do espaço dos desenhistas manuais na imprensa foi retirado. Esse contexto teria outro desdobramento, qual seja, balizou a especialização do trabalho de produção imagética para jornais dando origem a modalidades específicas de desenhistas, dentre elas, a do chargista.

Nesse primeiro momento de profissionalização do chargismo jornalístico, o trabalho de criação de charges ficou sob a responsabilidade de desenhistas que já vinham atuando nos impressos como ilustradores polivalentes. Graças aos recursos jornalísticos e/ou gráfico-jornalísticos adquiridos pela atuação na imprensa, muitos ilustradores de jornal passaram a ser reconhecidos enquanto chargistas e, com isso, puderam continuar atuando onde já trabalhavam ou migraram para outros impressos ocupando a posição de chargista. Nesse quesito, mais uma vez, o percurso profissional de João vai nos servir de elemento clarificador. Iniciando sua carreira no Jornal da Cidade em 1975, e tempos depois passando a desenhar para di-

versos jornais de Sergipe, esse desenhista produziu durante anos diversas modalidades de gravuras para impressos, sobretudo publicitárias. Porém, com a informatização dos setores de produção imagética dos jornais e com a consequente redução das possibilidades de atuação dos ilustradores nessas empresas, esse desenhista se especializou na confecção de charges. Foi nesse momento que os recursos adquiridos por ele em sua passagem pelo jornalismo fizeram a diferença, já que foi baseado neles que ele se diferenciou de tantos outros desenhistas de jornais e se transformou num dos chargistas mais afamados do jornalismo sergipano.

Diante disso, pode-se perceber que atuações na imprensa são, pelas características da atividade e do espaço de produção de charges para jornais, fornecedoras de recursos fundamentais para o sucesso de um chargista profissional. Muitas competências chargísticas só podem ser desenvolvidas através de inserções no jornalismo e essas habilidades funcionam como fatores de distinção no momento da entrada nesta atividade. Experiências nas redações dos jornais podem ser convertidas numa espécie de “capital de reconhecimento” na “tribo jornalística”, numa demonstração de que referenciais de pensamento para trabalhar são compartilhados e isso acaba pesando na hora de um chargista ser aceito num impresso.

As atuações gráfico-artísticas como credenciais para o chargismo jornalístico

Dentre as facetas do chargismo, uma das mais evidentes é a de que ele representa uma modalidade de arte. Nesse sentido, uma das entradas para a análise das condições de seu exercício é pensar seus praticantes em relação ao universo artístico. Assim procedendo, foi verificado que alguns integrantes do corpo dos chargistas considerado também possuem outras inserções no universo artístico para além do chargismo, especificamente nas

artes gráficas (pintura, grafite, etc.). O fato de um chargista também praticar outra modalidade de arte, especialmente quando se trata de artes gráficas, traz a possibilidade de um reconhecimento interno ao jornalismo da posse de competências/qualificativos passíveis de serem convertidos em recursos para a entrada na imprensa na posição de chargista. E isso pode ser notado nos excertos a seguir (o primeiro é uma fala da Diretora Geral do *Jornal Povão*, um impresso da cidade de Aracaju e o segundo é um trecho do texto de apresentação de um chargista por parte do *Portal Lagartense* – versão digital do *Folha de Lagarto*, um jornal da cidade sergipana de Lagarto e, portanto, expressão oficial desta empresa de mídia).

Pergunta: O *Jornal Povão* conta com charges?

Olhe, aqui em Sergipe nós só temos três chargistas que são Edidélson, Álvaro e Alcosa [estes três nomes integram o corpo dos oito chargistas considerados nesta pesquisa] que são verdadeiros artistas... quem não gostaria de contar com artistas do porte de Edidélson, Álvaro e... e Alcosa?, mas no momento não temos condições (Entrevista com Maria⁹, 2012).

Semanalmente estaremos publicando charges e desenhos do grande artista lagartense Rogério Bonifácio. Os desenhos publicados em sua maioria serão ilustrações que abordam o cotidiano da grande cidade Lagarto e região. Rogério também está escalado para o *Jornal Impresso*. Seja bem-vindo à equipe, Rogério!¹⁰.

Como podemos ver nesses excertos, o fato de um produtor de charges ser reconhecido como artista representa um diferencial, um qualificativo que importa aos gestores dos jornais no ato da sua contratação. Vale ressaltar, entretanto, que os recursos que

9 Diretora Geral do *Jornal Povão*.

10 Texto de apresentação de um chargista por parte do *Portal Lagartense* (apud CARVALHO, 2013, p. 72).

um produtor de charges pode tirar de suas atuações na imprensa podem se confundir com os recursos jornalísticos que esses mesmos desenhistas podem adquirir em experiências de naturezas diversas no jornalismo. Para ser mais específico, não se está tratando aqui dos recursos que um desenhista pode adquirir em atuações na imprensa como forma de reconhecimento, por parte da própria imprensa, de sua posição enquanto artista, mas sim de como atuações artísticas extrajornalísticas possibilitam a aquisição de recursos convertíveis em credenciais para colocações no universo jornalístico.

Isso não significa dizer, contudo, que trabalhos gráficos (desenhos humorísticos e outras produções imagéticas) publicados em jornais que tenham seu valor artístico reconhecido por organizações não jornalísticas não se configurem como “fontes” de recursos artísticos para chargistas. Esse é o caso de três dos desenhistas de charges contatados para esta pesquisa: Antônio, chargista de 59 anos de idade e larga experiência na imprensa escrita aracajuana; José, chargista e artista plástico de 43 anos de idade e que atua na imprensa sergipana desde a década de 1980; e Pedro, chargista e também artista plástico de 60 anos de idade, mas que atualmente não produz mais charges para jornais. Antônio ficou com o 2º lugar no 33º Salão Internacional de Humor de Piracicaba-SP de 2006; José ficou com o 1º lugar em três edições não sequenciais do Prêmio Banco do Brasil de Jornalismo¹¹ na categoria charge; e Pedro desenhou a charge agraciada com o primeiro lugar no 1º Salão Sergipano de Humor. Outra atuação que também contribui para a aquisição do *status* de artista por parte de um chargista é a ilustração de livros. Em se tratando desse requisito, todos os oito produtores de charges entrevistados preenchem o perfil, já que todos eles já ilustraram ao menos um livro, conforme se pode ver

11 Concurso de produções do jornalismo sergipano realizado anualmente por iniciativa do Banco do Brasil e do Sindicato dos Jornalistas de Sergipe (SINDIJOR-SE).

em: *Tupinanquim: humor gráfico, antologia sergipana*, de Araújo e Cardoso (1984); *A liberdade da expressão*, de Nunes (2006); *Pequeno manual da corrupção*, de Barros e Belém (2000); e *A cerca de vidro*, de Barbosa (2009).

Ainda com relação às fontes de reconhecimento das habilidades artísticas dos chargistas, a análise empírica demonstrou que elas vão além das atuações na imprensa e das ilustrações de livros. Pois, dos chargistas contatados três desenvolvem atuações significativas em artes gráficas: Marcos, Pedro e José. Marcos, um chargista de 29 anos e que também trabalha com grafite sobre papel, já conta em seu currículo com um amplo acervo de obras que lhe rendem grande prestígio artístico em sua cidade natal – Lagarto, interior de Sergipe – conforme podemos observar no trecho a seguir:

Neste sábado, 09, a partir das 20h30, acontece, na Praça da Igreja, a Mostra Plástica [...]. Nela estarão expostas publicamente obras do artista lagartense [cujo nome foi suprimido]. As obras do também chargista inspiram um mundo imaginário extremamente interessante: a realidade material se mistura com um surrealismo impressionista elaborado com técnicas de grafite que surpreendem aos olhos. Ele certamente é um dos mais talentosos artistas de Sergipe. E o melhor: teremos uma oportunidade única de prestigiar e valorizar o melhor da arte e da cultura lagartense¹².

Já com relação aos chargistas Pedro e José, seus nomes constam de compêndios de biografias de artistas plásticos (pintores e/ou escultores) que desenvolvem ou desenvolveram atuações artístico-visuais em Sergipe como, por exemplo, o dicionário *Dois Séculos de Artes Visuais em Sergipe*¹³:

12 Divulgação de mostra artística por parte do Portal Lagartense (apud CARVALHO, 2013, p. 74).

13 Esse catálogo é resultado de um projeto realizado pelo governo do estado de Sergipe em parceria com a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), o Ministério

[Pedro]. Nasceu em Rio de Janeiro-RJ em 31 de outubro de 1953. Trabalha com charges e caricaturas desde os dezoito anos. [...] Além de chargista e caricaturista é também pintor e escultor, realizando diversas exposições coletivas e individuais (AZEVEDO, CHOU; SANTOS, 2008, p.75).

[José]. Nasceu em Aracaju-SE em 19 de novembro de 1966. Em 1988 expôs pela primeira vez na Galeria Florival Santos – Cultart/Universidade Federal de Sergipe-SE na sua individual “Figuras Surrealistas”. [...] Muralista experimenta várias técnicas e suportes, a exemplo dos painéis do Balneário do SESC/Atalaia, do Terminal Fernando Sávio, da Codise, do Centro de Convenções CIC, do Deso. Em 1990, ganhou o Prêmio Horácio Hora no *II Salão de Artes Plásticas do Festival de Arte de São Cristóvão – FASC/São Cristóvão-SE* (AZEVEDO, CHOU; SANTOS, 2008, p. 26-27).

Como visto acima, os chargistas tratados possuem ampla atuação na esfera artística, pintam, ilustram, fazem decoração artística, sendo que um deles chega até a confeccionar máscaras e bonecos gigantes e a realizar esculturas em areia. Um desses dois casos merece ser mais bem explorado aqui: trata-se do itinerário artístico de José. Expondo suas telas desde os 16 anos de idade, esse artista plástico já participou e foi premiado em mostras artísticas realizadas em diferentes cidades brasileiras, tais como Salvador (1992), Brasília (?), Santos (1991) e também no exterior (Providence, Rhode Island, Estados Unidos, 1992).

Em Sergipe, além de várias exposições recebeu o prêmio Horácio Hora de Artes Plásticas¹⁴ em quatro ocasiões e venceu o concurso A Cara da Cidade¹⁵ em 1995. Ao longo dos anos 1990, produ-

da Cultura e a Sociedade Semear.

14 Concurso realizado pela galeria sergipana de arte Horácio Hora.

15 Concurso e mostra artística realizada pela prefeitura de Aracaju por ocasião do aniversário de 140 anos da capital sergipana em 1995.

ziu painéis-murais para o Balneário do Serviço Social do Comércio (SESC), situado na Orla de Atalaia em Aracaju, para a Companhia de Saneamento Básico de Sergipe (DESO), para o Departamento Nacional de Trânsito, seção Sergipe (DETRAN/SE) e para alguns viadutos da cidade de Aracaju, isso sem falar do projeto Caju na Rua¹⁶ de 2011. Como chargista de jornais, iniciou em finais dos anos 1980, e ao tomarmos seu itinerário chargístico, teremos uma noção de como sua posição no chargismo jornalístico cresceu em importância juntamente com o desenvolvimento de sua carreira artística. Vejamos o relato a seguir:

[...] na Gazeta [no jornal Gazeta de Sergipe] eu comecei fazer muito tempo... até sem receber, depois comecei receber como tituleiro e muito tempo, muitos anos depois é que teve uma brecha aqui..., lá no sindicato e regularizou, eu tava pronto, fazendo charge, mas ganhando como tituleiro, salário mínimo, né. Aí eles... depois de muitos anos viu, foi que chegou uma senhora chamada Valéria [...] no jornal aí se sensibilizou com minha situação, gostou de mim também aí acabou que ela mandou regularizar minha profissão. Aí eu passei a ganhar como jornalista ilustrador (Entrevista com José, 2012).

As atividades de José no *Gazeta de Sergipe* se deram entre 1988 e 2004 e, conforme relato, em seus primeiros tempos neste impresso suas atuações com charges não eram recompensadas financeiramente. Essa situação só mudaria anos depois quando, mesmo sem fazer títulos, ele foi contratado como tituleiro¹⁷ e passou a ser remunerado como tal (um salário mínimo). Contudo, sua atuação

16 O projeto que se dá pela implantação de estátuas de caju enormes pintadas por artistas locais em diferentes pontos da cidade, a ideia da prefeitura (organizadora do projeto) é transformar Aracaju num museu a céu aberto.

17 Ocupação relacionada à impressão dos títulos nos jornais. Essa atividade tinha lugar no Brasil até os anos 1990, quando as tecnologias usuais de impressão exigiam o trabalho manual de reprodução dos títulos das matérias jornalísticas, letra por letra, nos suportes de papel em que os jornais eram montados para a posterior reprodução.

chargística nesse jornal só passou a ser melhor remunerada “depois de muitos anos”, mais precisamente em finais da década de 1990, quando ele teve sua situação profissional regularizada. Ou seja, quando adquiriu o registro de jornalista por tempo de atuação na imprensa¹⁸, foi registrado na empresa como jornalista (mas para exercer a função de chargista) e passou a receber o referente a esta profissão.

O que chama mais a atenção nesse caso é que o reconhecimento, em forma de um progressivo aumento de remuneração vivenciado pelo chargista em questão no *Gazeta de Sergipe*, aconteceu, conforme dados apresentados neste tópico, justamente no mesmo período em que esse agente experimentou um reconhecimento elevado de sua atuação artística. Não se está com isso querendo dizer que os rendimentos econômicos são a única manifestação de reconhecimento que uma empresa jornalística pode oferecer a um chargista, mas sim que eles se convertem em um bom indicador disso. O fato é que à medida que o trabalho artístico de José foi ganhando projeção a sua posição no *Gazeta de Sergipe* foi mudando: pouco a pouco ele foi deixando de ser um colaborador (aqui entendido como aquele que não é remunerado por serviços prestados), passou a receber uma baixa remuneração e depois se tornou um chargista bem pago.

Enfim, os dados mobilizados neste tópico nos levam a entender como atuações artísticas por parte de um chargista podem interferir no reconhecimento, por parte das empresas jornalísticas e do pró-

18 Trata-se do jornalista que, mesmo não possuindo uma titulação acadêmica na área de jornalismo, adquire o registro de jornalista junto ao Ministério do Trabalho. Tal prática se tornou comum nas décadas de 1970 e 1980 devido a criação de uma lei (Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, alterado pelo Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979) estabelecendo a necessidade de um título acadêmico específico para a atuação na imprensa. Essa mesma lei, entretanto, deixava brechas para que aqueles que já atuavam nos jornais antes da promulgação dessa lei solicitassem o registro de jornalista por tempo de serviço.

prio espaço jornalístico, da sua atuação chargística nos jornais. Mais especificamente, foi demonstrado que em se tratando dos produtores de charges outras atuações artísticas podem fornecer recursos convertíveis para inserções no espaço da mídia como, por exemplo, consagração por parte da imprensa do reconhecimento artístico experimentado pelos trabalhos extrajornalísticos dos chargistas.

A importância das redes de relações

Conforme demonstrado por Rieffel (1984) e Petrarca (2007), as redes ou o “capital de relações” são fundamentais na atividade jornalística para o acesso privilegiado a determinados espaços, para o reconhecimento dentro do próprio jornalismo e para maiores possibilidades de ascensão profissional. Além do mais, quanto maior é a rede de um profissional da imprensa e quanto maior é a sua capacidade em mobilizá-la, mais chances ele tem de ocupar posições mais altas numa empresa jornalística e/ou no espaço da imprensa. Nesse sentido, sendo o chargismo de jornais uma “profissão jornalística” as premissas citadas acima sobre o poder das redes de relações para o jornalismo também lhe são válidas em alguma medida, e é justamente sobre este tema que discorreremos neste tópico.

Uma “rede social”, conforme demonstrada por Pierre Mercklé (2004), constitui-se por um conjunto de unidades sociais de tamanhos variáveis (indivíduos, grupos de indivíduos informais, associações de classe, entre outros) e das relações que, direta ou indiretamente, estas unidades mantêm umas com as outras: desde relações mais impessoais (transações bancárias, por exemplo) até interações mais próximas (interações verbais, por exemplo). Ou seja, o que nos deve ficar claro é que as redes de relações sociais se convertem em um “espaço” de interação entre indivíduos e de estabelecimento de novas interações com outros indivíduos ou grupos.

Dentre as muitas possibilidades de mobilização das redes que os produtores de charges podem realizar no espaço jornalístico, uma se destacou na análise do grupo estudado: aquela que age no sentido da entrada destes desenhistas nos jornais. Possuir e manter muitos vínculos é muito importante para quem atua na imprensa, pois como demonstra Rieffel (1984) o jornalista competente não é, *a priori*, o mais escolarizado, mas aquele que melhor souber investir em seus vínculos, crescer e se beneficiar por meio deles e frente a eles. Para os produtores de charges, manter “boas relações” funciona muito bem como um fator diferenciador entre os bons chargistas (e que devem desenhar para jornais) e os produtores de charges “menos qualificados” que não encontram espaço no jornalismo.

Porém, diferentemente do caso dos jornalistas em que o esforço em constituir um caderno de endereços (ou em ampliar suas fontes de informação) se converte em uma competência profissional fundamental, a situação dos chargistas é um pouco diferente. O importante para o chargista não é estabelecer contatos nas diversas esferas ou ter fontes de informação privilegiada, isso é assim porque sua principal função num impresso não é buscar informações ou “produzir notícias”, mas opinar a respeito delas. Assim sendo, o que interessa ao produtor de charges é a constituição de vínculos com integrantes do círculo da imprensa que possam funcionar como um recurso para a sua entrada no espaço jornalístico e não o estabelecimento de redes como competência profissional.

Conforme já salientado neste texto, o espaço para a atuação de desenhistas de charges na imprensa é reduzido (oito ou dez chargistas atuam no jornalismo de uma grande cidade brasileira), nesse sentido apenas os chargistas mais bem dotados de recursos convertíveis para o jornalismo é que são admitidos. Além das competências jornalísticas e em desenho e dos recursos acumulados na própria imprensa e no universo das artes visuais, os char-

gistas necessitam constituir elos entre eles próprios e os impressos que possibilitem tornar visíveis seus qualificativos por parte do jornalismo. Somente assim é que os produtores de charges podem transformar suas competências e suas experiências em credenciais para a inserção em jornais e revistas. Nesse sentido, que contatos melhores os chargistas poderiam manter do que os estabelecidos com integrantes do círculo da imprensa? Conforme podemos ver nos relatos a seguir, cultivar relações no jornalismo garante aos produtores de charges maiores possibilidades de atuação nos impressos.

No Correio do Povo eu comecei quando teve a intervenção [intervenção estadual que destituiu o prefeito de Aracaju Jackson Barreto em 1988]. Quando teve a... a intervenção aí rompeu, teve um... um grupo com Almeida Lima, Bosco Mendonça que eu trabalhava com ele, que eu trabalhava na SMTT [Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Aracaju] na época que ele era diretor-superintendente [...]. Então essa turma fez um, um, um jornalzinho né [o Correio do Povo], pra combater [...] pra defender a, a... ideologia deles, o grupo né. Então, Bosco Mendonça viu que eu fazia uns desenhos [...] uns desenhos verdes lá do, do mural “catraca felina” [...] um jornal mesmo caseiro nosso [dos funcionários da SMTT à época], um mural mesmo. Aí Bosco viu e mandou eu ir lá pra conversar com Luís Adelmo [um dos responsáveis pelo Correio do Povo] [...] Fiz algumas charges, mas nunca tive problema [...] Aí dona Conceição que trabalhava comigo conversou com Nailson [um jornalista da Gazeta de Sergipe]: ‘leve [o chargista em questão] pra Gazeta que não tem chargista lá’ [...] aí quando cheguei lá falei com Braynner [editor do jornal à época] aí eu comecei (Entrevista com José, 2012).

Tinha um panfleto que a gente fazia aqui [bairro Getúlio Vargas, Aracaju] para denunciar a corrupção que envolvia a polícia [...] eu desenhava as situações, quadrinhos... e distribuía. Na hora de distribuir a gente levava a partido político que naquela época todos [os funcionários dos partidos políticos]

tinham uma pontinha dentro de um sindicato [...] acho que é José Araújo o nome dele [...] ele era do movimento sindical [na verdade ele foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Sergipe e Editor Chefe do jornal *Correio de Sergipe*] [...] ele me fez o convite pra trabalhar no *Correio de Sergipe* (Entrevista com Paulo¹⁹, 2012).

Como podemos perceber através desses relatos, é muito comum para os chargistas se inserirem em impressos por meio de “indicações” ou “convites”. Contudo, essa não é uma característica específica do chargismo de jornais e é comum, na verdade quase uma regra, também para os outros segmentos da atividade jornalística. Para ser mais específico, assim como outros profissionais da imprensa, os produtores de charges se inserem e se posicionam no jornalismo auxiliados pelos usos que eles podem fazer das redes de relações tecidas com integrantes do círculo da imprensa.

Ainda com relação à importância das redes como credenciais para o chargismo jornalístico, ela fica ainda mais clara quando atentamos para os itinerários jornalísticos de alguns dos desenhistas contatados. Um desses casos exemplares é o de José que, conforme relato acima, entrou nos jornais *Correio do Povo* e *Gazeta de Sergipe* por meio de relações estabelecidas com integrantes do universo da imprensa, já que foi também através desses contatos que ele passou a desenhar charges para outros três impressos. Tomando seu trajeto no jornalismo, esse chargista atuou no *Gazeta de Sergipe* de finais da década de 1980 até 2004 (ano da falência desse impresso), período em que estreitou laços com os promotores de sua entrada no jornal (Naílson Socorro e Diógenes Brayner, jornalistas do *Gazeta de Sergipe*) e ampliou sua rede de vínculos no jornalismo sergipano. Com o fim da *gazeta*, este artista do traço passou a desenhar para outros dois impressos: *Gazeta New* e *Jor-*

19 Chargista e músico de 43 anos que desenhou charges para o *Correio de Sergipe* durante a década de 2000.

nal do Dia. Sua entrada no primeiro impresso não foi cercada de grandes dificuldades, já que ele foi fundado por ex-colegas seus dos tempos da *Gazeta de Sergipe* que logo o convidaram para uma nova parceria. Com relação ao *Jornal do Dia*, impresso para o qual desenha desde 2006, sua entrada se deu através de Gilvan Manoel, um jornalista que trabalhou com o chargista em questão na *gazeta* e que, ao assumir a editoria geral do *Jornal do Dia*, convidou-o para integrar a equipe na posição de chargista.

Outro itinerário chargístico que também contribui para um melhor entendimento do papel das redes de relações, no tocante à entrada e à migração de chargistas no jornalismo, é o de João. Ao procurar a diretoria do *Jornal da Cidade* em 1975 e apresentar-lhe alguns trabalhos em desenho, esse desenhista foi contratado para integrar o setor de produção de ilustrações do impresso e ficou responsável pela confecção de charges de outras gravuras, especialmente publicitárias. Sendo o impresso em questão adquirido, ainda nos anos 1970, por uma tradicional família sergipana com larga inserção na política, na indústria e no ramo das comunicações locais (além do *Jornal da Cidade*, a esta família pertencem a *Rádio Atalaia* e as emissoras de televisão *TV Sergipe* e *TV Atalaia*), o chargista tratado pôde diversificar seus vínculos e expandir seu raio de atuação com charges na imprensa.

Eu comecei a fazer charges animadas na televisão por intermédio de... de Carlos Mota [...] e ele era um dos editores aqui do *Jornal da Cidade* e disse ‘vamo fazer uma charge animada pra a TV Atalaia? Vamo mexer com esse povo? Você tem como fazer isso?’ E eu disse ‘vou fazer’ [...] e aí pronto, aí eu fiz um tempo na TV Atalaia e a TV Sergipe aí me chamou. Na época eu acho que o editor era... Luis Antônio Barreto, só sei que eles me chamaram e eu fui pra a TV Sergipe (Entrevista com João, 2012).

Conforme relato, através das suas vinculações com agentes bem situados no espaço jornalístico sergipano esse chargista atuou em outros suportes midiáticos da família Franco. Porém, sendo um dos precursores do chargismo em Sergipe, esse desenhista conseguiu transpor os limites de atuação num grupo familiar e, graças às suas ligações com integrantes do universo jornalístico local, produziu charges para quase todos os jornais sergipanos de seu tempo: *Jornal da Manhã* (atual *Correio de Sergipe*), *Cinform*, *Jornal de Sergipe*, *Gazeta de Sergipe*, jornais alternativos (a maioria das décadas de 1980 e 1990), entre outros.

Enfim, pelos dados apresentados e discutidos nesta seção, fica claro que as redes de relações dos chargistas desempenham papel importante no desenvolvimento das suas carreiras no jornalismo. Apresentando-se especialmente sob a forma de um “trunfo” ou um algo a mais, as redes de relações podem se converter em um recurso utilizável por parte dos produtores de charges para inserções na imprensa. Mais precisamente, o que queremos deixar claro é que determinados vínculos podem ser acionados como um fator de diferenciação ou como um qualificativo eficaz para a entrada de um chargista num impresso. Enfim, atuando em alguma medida nas diversas atividades e/ou profissões, os vínculos ou as redes sociais se apresentam como um recurso social de extrema valia para os chargistas de jornais, sobretudo no tocante ao processo de diferenciação e inserção destes desenhistas nos impressos.

Conclusão

Focando em itinerários diferentes, este artigo atentou para as credenciais de entrada no chargismo jornalístico. Por se tratar de uma atividade com critérios de entrada e exercício diferentes dos de profissões juridicamente constituídas, ou melhor, por não possuir uma definição formal das suas credenciais de entra-

da e atuação e nem instâncias²⁰ institucionalmente direcionadas ao seu fornecimento, nosso foco recaiu sobre os qualificativos, detidos pelos chargistas, passíveis de serem acionados para a inserção no jornalismo. Ou seja, tratar dos recursos/qualificativos possuídos pelos produtores de charges que desenham para impressos foi a forma encontrada para entender como estes profissionais do desenho conseguem se inserir na imprensa e desenvolver uma carreira nesse espaço. Assim procedendo, foi percebido que passagens anteriores pelas redações e o desenvolvimento de atividades gráfico-artísticas (desenho e pintura artísticos, especificamente) por parte dos chargistas, juntamente com as redes de relações estabelecidas nessas inserções, apresentaram-se como grandes fornecedoras dos recursos balizadores da inserção desses desenhistas num jornal.

O chargismo é uma atividade que tem como meio de realização o desenho artístico, sendo assim, certos recursos ligados à atuação dos chargistas com artes visuais podem servir para a inserção destes no espaço jornalístico. Conforme visto, competências e/ou reconhecimento social relacionados à confecção de gravuras artísticas ou a atuações com trabalhos iconográficos (pinturas artísticas e ilustração de livros, especificamente) se apresentam como valiosas credenciais para a entrada dos produtores de charges nos impressos. Nesse sentido, um dos direcionamentos do exame dos itinerários “profissionais” dos chargistas entrevistados foi a compreensão de como esses qualificativos atuam nas colocações e nos posicionamentos desses desenhistas no espaço da imprensa. Como resultado, ficou demonstrado que a detenção, por parte dos chargistas, desses recursos/competências ligados a experiências artístico-visuais é consagrada pelo jornalismo. Ou seja, repre-

20 Ou seja, instituições dedicadas à formação de quadros ou espaços em que – mesmo sem um direcionamento ao ensino do ofício – a passagem represente o reconhecimento da arrecadação de competências chargísticas.

senta um atributo de diferenciação que importa aos gestores de empreendimentos jornalísticos no tocante à contratação de um produtor de charges.

Em contrapartida, se o chargismo jornalístico tem como forma de apresentação o desenho, sua realização requer o domínio de certas competências indispensáveis à atuação na imprensa. O que a análise dos percursos profissionais dos chargistas contactados também deixou claro é que determinadas habilidades próprias ao espaço jornalístico são fundamentais para a atuação como chargista de jornais. Com relação à apreensão dessas habilidades, eles têm na vivência interna ao próprio jornalismo sua principal forma de assimilação. Ou seja, isso transforma experiências anteriores, em posições diversas e muito diferentes da de chargista, no universo da mídia em fontes de recursos importantes para a inserção e para o desenvolvimento de carreiras na imprensa por parte dos chargistas.

Com relação à natureza desses recursos, eles podem assumir tanto a forma de alguns saberes fundamentais à atuação no jornalismo quanto se manifestar sob alguma modalidade de reconhecimento interno ao espaço da imprensa do pertencimento ao grupo. O conhecimento das regras gerais de produção e de atuação no jornalismo e o fazer-se “conhecido” no círculo da imprensa (de uma cidade, um estado, uma região) pretendida para atuação representam credenciais valiosas para a entrada dos chargistas na imprensa. E isso fica ainda mais claro quando nos debruçamos sobre os dados já discutidos aqui: através deles podemos ver que os produtores de charges para impressos são, em sua maioria, desenhistas em cujo histórico profissional figuram outras inserções no espaço da mídia anteriores ao chargismo.

Por fim, o chargismo jornalístico é uma forma de atuação que se realiza na imprensa e, nesse sentido, algumas características da

atividade jornalística também se estendem ao chargismo como, por exemplo, o papel das redes de relações como integrante das credenciais de inserção no espaço de atuação jornalístico. Conforme demonstrado por autores como Rieffel (1984) e Petrarca (2007), o conjunto dos vínculos e/ou redes sociais tecidos pelos jornalistas atuam, entre outras frentes, no sentido do reconhecimento e do posicionamento desses profissionais na imprensa.

Consonante a isso, vimos aqui como as vinculações dos chargistas com integrantes do jornalismo local funcionaram como “pontes” muito eficazes entre eles e gestores de empreendimentos midiáticos diferentes, pois uma vez acionadas essas vinculações, elas criaram oportunidades de trabalho para os desenhistas de charges quase inacessíveis por outros expedientes. Nesse sentido, o que este trabalho vem a demonstrar é que, atuando dentro do universo jornalístico, os chargistas também têm nas suas redes de relações um recurso profissional importante.

Enfim, nosso foco de atenção aqui foi demonstrar o papel desempenhado por recursos advindos das instâncias jornalística e artística, juntamente com as redes de relações tecidas em espaços diversos, como credenciais para o chargismo jornalístico. Desenhar charges e as veicular em suportes diversos (panfletos, livros, sítios da Internet) é prática relativamente comum para muitos desenhistas, porém, fazê-lo na imprensa é algo bem menos comum e a posse dos recursos citados é que representa o principal diferencial dos produtores de charges que atuam nos jornais. Enfim, o que ficou demonstrado é que o sucesso de uma empreitada como produtor de charges para jornais é intimamente dependente da aquisição de um conjunto variado de qualificativos sociais e do jogo realizado com esses recursos.

Referências

ARAÚJO, J. A.; CARDOSO, M. A. A. **Tupinanquim Humor Gráfico Antologia Sergipana**. Volume I. Aracaju: MASSAPÊ, 1984.

AZEVEDO, S. S.; CHOU, J. W. T.; SANTOS, E. (org.). Dois séculos de artes visuais em Sergipe: **Dicionário de artes visuais**. Sergipe – Secretaria de Estado da Cultura. Aracaju-SE: Sociedade Semear, 2008.

BARBOSA, A. C. **A Cerca de Vidro**. Aracaju: J Andrade, 2009.

BARROS, A. C.; BELÉM, N. de O. (Il.). **Pequeno manual da corrupção**: a milenar arte ao alcance de todos. Aracaju: Notlia, 2000.

BECKER, H. **Outsiders**: estudo de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

BOIGEOL, A.; DEZALAY, I. De l'agent d'affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, nº 27, p. 49-68, juin. 1997.

BOLTANSKI, L. **Les Cadres**. La formation d'un groupe social. Paris: Minuit, 1982.

BONELLI, M. G. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, nº 39, p. 61-81, fevereiro de 1999.

BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 1984.

BOURDIEU, P. **La noblesse d'État**: grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, cap. II e VI.

BRASIL. **Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979**. Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978. Brasília, DF: Presidência da República, 13 de março de 1979. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=83284&ano=1979&ato=234EzaU5EMrRVT783>. Acesso em: 24 mai. 2022.

CARVALHO, A. M. de. **Jornalismo em Forma de Desenho: Recursos Sociais e Inserção dos Chargistas no Espaço do Jornalismo Impresso em Sergipe**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

CORADINI, O. L. Grandes famílias e elite ‘profissional’ na medicina no Brasil. In: **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, v.3, nº 3, p. 425-466. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MELO, J. M. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3 ed. Campos de Jordão-SP: Mantiqueira, 2003.

MERCKLÉ, P. **La sociologie des réseaux sociaux**. Paris: La Découvert & Syros, 2004.

NUNES, C. C. **A liberdade da expressão**: [fragmentos das colunas publicadas no portal www.infonet.com.br durante o período eleitoral de 2006 no Estado de Sergipe]. Aracaju: J. Andrade, 2006.

PETRARCA, F. R. **O Jornalismo como profissão**: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). UFRGS, Porto Alegre, 2007.

RIEFFEL, R. **L'élite des Journalistes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Entrevistas:

João. [Entrevista cedida a] Alex Menezes de Carvalho. Aracaju, julho de 2012.

José. [Entrevista cedida a] Alex Menezes de Carvalho. Aracaju, julho de 2012.

Maria. [Entrevista cedida a] Alex Menezes de Carvalho. Aracaju, julho de 2012.

Paulo. [Entrevista cedida a] Alex Menezes de Carvalho. Aracaju, julho de 2012.



6 – CAPÍTULO

TULO

Carreiras militantes, redes de sociabilidade e formas de engajamento na luta contra AIDS em Sergipe

MARIA RITA RIBEIRO

FERNANDA RIOS PETRARCA

Introdução

Este artigo analisa a relação entre percursos sociais, formas de socialização e recursos individuais que marcam as carreiras de militantes e as formas de engajamento na luta contra a AIDS. Trata-se de examinar, mais especificamente, os atores que estão reunidos em torno da problemática da AIDS em Sergipe, as conexões entre eles e o conjunto de laços sociais que mobilizam e que os conduzem ao investimento militante. Partimos do princípio que as dinâmicas próprias das carreiras determinam, em certa medida, as formas de engajamento na luta contra a doença. Tal trabalho resulta, por um lado, de uma pesquisa mais ampla¹ sobre a relação entre dinâmicas de atuação profes-

1 Esta pesquisa, denominada “Atuação Profissional e Engajamento Militante na Defesa de Causas Sociais no Estado de Sergipe” (PE-

sional e engajamento na defesa de causas sociais em Aracaju e, por outro, de uma dissertação de mestrado que teve como problemática central as carreiras daquelas pessoas que se engajaram na luta contra a doença na capital de Sergipe (RIBEIRO, 2014).

Uma das principais constatações da primeira pesquisa realizada é que a luta contra a AIDS se tornou um caso particular de articulação entre diferentes atributos e ativismo (PETRARCA, 2015). Nela podemos perceber um discurso bastante afiado no que diz respeito ao peso que exercem certas categorias profissionais, como os médicos, por exemplo, e diversos outros profissionais voltados para a área da saúde, assim como também o papel dos ativistas (dos movimentos homossexuais e LGBTQIA+) e dos soropositivos, o que torna uma causa peculiar na articulação entre usos do conhecimento e a mobilização. Assim, o exame da luta contra a AIDS é revelador da diversidade e pluralidade de saberes que podem ser mobilizados em seu favor. Cabe destacar que não estamos nos referindo exclusivamente ao conhecimento acadêmico, mas toda forma de saber que se produz, seja por uma relação direta com a doença, como no caso dos soropositivos, seja pela atuação em associações e militâncias anteriores ou pela própria prática médica.

Este tipo de pesquisa tem apontado como problema central o exame dos atores que estão prontos a investir no universo das causas, enfatizando as características sociais destes ativistas, os recursos que mobilizam para entrada nesta causa e consequente investimento, bem como as redes de relações das quais fazem parte. Entretanto uma análise dos atores precisa ainda incluir um exame do contexto no qual estão inseridos e sua importância para produção de significados. Portanto, os tipos de atores que inves-

TRARCA, 2012), contou com o financiamento do CNPq por meio do edital Universal. Uma versão mais ampla sobre essa pesquisa pode ser encontrada em Petrarca (2013; 2014) e um estudo sobre a luta contra a AIDS no Brasil pode ser obtida em Petrarca (2015).

tem na causa da AIDS, assim como em outras causas sociais, não são definidos por características a priori, mas eles se constituem no curso das suas intervenções públicas e nos contextos de interação nos quais se engajam. Como bem já frisou Becker (2007), o entendimento das pré-condições não significa que um fato determinado acontecerá ou que um engajamento ocorrerá. Os atores agem com base nas situações que se apresentam e são elas que geram novas possibilidades de ação.

Nesse sentido, é uma sequência de eventos, situações e fatos que produzem um determinado resultado e criam possibilidades de ação, colocando em jogo as experiências acumuladas dos atores, permitindo o acionamento de determinadas competências e a mobilização das redes de relações. Estas situações (eventos, contextos, espaços de interação) permitem conectar os atores, tornando possível o acionamento das redes de relações e a mobilização de conhecimentos².

Alguns trabalhos, lançados recentemente, têm se preocupado em destacar que a mobilização de um conjunto de propriedades sociais que um indivíduo carrega para entrada e investimento num espaço determinado de mobilização não é o suficiente para explicar os processos de engajamento. É necessário ainda considerar o peso que exerce a mediação de conhecidos, parentes, amigos, que funcionam como intermediários fundamentais para garantir a entrada e a permanência no espaço de mobilização (SAWICKI; SIMÉANT, 2011; PASSY; GIUGNE, 2001; PASSY, 1998; OLIVEIRA, 2010a; 2010b). Além disso, é importante que se considere a posição que a pessoa ocupa nessa rede de relações, pois é dela que resultarão convites, indicações e até mesmo as motivações necessárias para a entrada na causa.

2 Uma análise mais detalhada e aprofundada sobre a definição da situação pode ser encontrada em Fornel e Quéré (1999).

Nessa direção, a análise das redes nos permite compreender tanto a natureza do laço acionado no processo de mobilização quanto o impacto que possam ter nos níveis de engajamento. Por um lado, a natureza nos permite identificar a característica central desta rede, se ela é formal (produto de vínculos com grupos e instituições) ou informal (produto de laços de amizade, familiares ou relações de trabalho). Por outro lado, ela possibilita o exame das oportunidades que as relações sociais oferecem para o processo de mobilização e que influenciam nas tomadas de decisão, podendo inclusive dar um sentido ao engajamento ou até mesmo reforçar identificações com a causa. Dessa forma, elas podem fazer o papel de mediação entre a causa e os aspirantes à militância.

Uma das maneiras de dar conta empiricamente desse conjunto de questões é através da análise biográfica. Por meio dela, é possível apreender os diferentes espaços sociais em que os ativistas estão inseridos e as múltiplas histórias de vida utilizadas para dar um sentido ao seu engajamento. Nesse sentido, o método biográfico e o enfoque nas carreiras, percursos, itinerários, permitem recorrer às biografias individuais ou coletivas, construídas segundo modalidades muito diferentes e presentes em pesquisas com objetivos e problemas diversos (PUDAL, 1994; PENEFF, 1994; BECKER, 2008). Nesta pesquisa, as narrativas biográficas e os relatos de vida tornaram-se as fontes principais dos dados, contando-se ainda com um conjunto de materiais divulgados na internet sobre a biografia dos ativistas. O principal procedimento metodológico adotado foi, portanto, a realização de entrevistas biográficas.

Tomando como referência a noção de carreira, tal como adotada por Becker e Goffman e aperfeiçoada por outros autores, os relatos biográficos são reveladores, de um lado, de uma sequência de posições (sociais, familiares, escolares, profissionais, políticas) ocupadas pelo indivíduo ao longo da sua vida em espaços sociais e profissionais diversificados, dos laços que ele estabelece e das redes

de relações que tece. De outro, eles expressam reconstruções do passado e revelam visões de si e do mundo, remetendo a diversos mundos sociais e formas identitárias (DUBAR; TRIPIER, 1998a).

A análise das carreiras permite evitar aquilo que Péchu (2001) chama de “hipótese da desclassificação”, a qual consiste em perceber o investimento em espaços militantes apenas como uma estratégia para evitar a desclassificação social e profissional. Mais do que isso, o exame das carreiras permite dar conta das relações entre lógicas situacionais³, lógicas subjetivas (as reconversões ideológicas) e um conjunto de redes de relações, competências e recursos acumulados ao longo do itinerário individual.

Nosso material empírico consistiu num conjunto de entrevistas com militantes que ocupam posições em diferentes espaços da luta contra a AIDS em Aracaju/Sergipe. O conjunto de problemas anteriormente citados nos permitiu organizar este texto em dois eixos fundamentais. O primeiro permite apreender a configuração do espaço da luta contra a Aids em Sergipe, uma vez que a forma como está organizado este espaço influencia as carreiras que nele se desenvolvem. Os perfis de carreiras se manifestam e ganham forma dentro de uma determinada configuração e se ajustam a redes de instituições. O segundo eixo se concentrará nos padrões de carreira observados a partir de um conjunto de relatos individuais. Tais padrões se diferenciam, fundamentalmente, pelas redes de relações que conduzem ao engajamento na causa da AIDS.

3 Esse é o caso das configurações sociais, políticas e profissionais que estruturam a oferta militante, assim como das situações que se apresentam aos atores sociais e que podem ser estimuladores para ingressar na defesa de causas e permanecer engajados (COLLOVALD, 2002).

Espaços de mobilização da luta contra a AIDS em Sergipe

Em Sergipe os principais grupos a se mobilizarem em torno da AIDS foram, inicialmente, o movimento homossexual e, em seguida, determinados setores da medicina, sobretudo aqueles vinculados à saúde pública. A intensa atuação da mídia nacional – associando a AIDS aos homossexuais – e seus respectivos estilos de vida tiveram um impacto decisivo nas formas de atuação do movimento homossexual, o qual se tornou um dos principais atores na construção da doença em um problema social. Ao responsabilizar os homossexuais pela doença, a mídia contribuiu para organizar a experiência destes protagonistas que se viram no papel de reagir frente às acusações midiáticas (PETRARCA, 2015).

É a partir disso que explode, em todo o país, um conjunto de mobilizações protagonizadas pelos movimentos homossexuais. No caso de Sergipe, tais mobilizações antecedem o aparecimento do primeiro caso de AIDS no estado e se organizam em torno de palestras, discussões e atividades direcionados para o público homossexual. Um dos precursores foi o grupo Dialogay, fundado em 1981, o qual se tornou um dos principais protagonistas na luta contra a epidemia, lançando campanhas, promovendo eventos e realizando atividades de conscientização e informação sobre a doença. Esse grupo teve um papel destacado no cenário nacional, conforme observa Galvão (2000), influenciando na forma como a doença seria tratada. Junto com o Grupo Gay da Bahia ele conseguiu conjugar a luta contra o preconceito, e em busca da legitimidade dos homossexuais, com a construção de uma resposta à epidemia (GALVÃO, 2000; FACCHINI, 2005).

A atuação do movimento homossexual na resposta à epidemia foi tão forte que, já no início dos anos 1980, tornava-se difícil distinguir a militância do movimento homossexual e o engajamento na luta contra a AIDS. A pauta do movimento foi afetada profundamente

pelo combate à AIDS e voltada a luta por políticas de saúde que prestassem serviços de assistência ao doente e que permitissem um tratamento adequado aos portadores do vírus. Se antes o movimento estava centrado em mobilizações contra o assassinato de homossexuais e em campanhas de conscientização e afirmação dos direitos dos homossexuais, agora suas pautas são completamente absorvidas pela problemática da AIDS (PETRARCA, 2015).

Um dos principais desafios, naquele momento, era a luta contra o preconceito associado a uma falta de conhecimento sobre a doença. Isso fez com que as organizações, sobretudo aquelas voltadas a temática da homossexualidade, investissem em campanhas direcionadas aos aspectos sociais da AIDS, como falta de leito, dificuldade dos pacientes em conviver com a família, amigos e no espaço do trabalho, dentre outros dilemas pessoais e sociais. Em meio ao aparecimento de vários casos de Aids no estado, foi criado em 1987 o programa estadual DST⁴/AIDS, tendo como seu principal representante um médico que já realizava um trabalho voltado às ISTs com prostitutas em bairros da periferia de Aracaju. Sua atuação anterior na medicina pública lhe permitiu a formação de uma rede de contatos com lideranças de movimentos sociais e prostitutas que foram essenciais para seu investimento no programa estadual de combate à epidemia. De início, o programa consolidou uma frente de atuação a partir da relação com o movimento homossexual, centrando na distribuição de preservativos e na criação de leitos para os doentes.

Os anos 1990 são marcados pela diversidade de atores, com a fundação do Grupo de Apoio a Pessoas com AIDS (GAPA/SE), com a participação da Associação Sergipana de Prostitutas e com a fundação da UNIDAS, essa última voltada para os transexuais. O GAPA, fundado pelo médico coordenador do programa estadual, desta-

4 Em 2016 a terminologia DST foi alterada para IST.

cou-se durante um período por ser uma associação composta por médicos e advogados e por prestar assistência aos soropositivos. Porém, sua vida foi curta e, em seguida, a associação foi extinta.

Esse momento na história da luta contra AIDS no Brasil foi marcado pelo intenso investimento do Estado nos movimentos sociais e isso promoveu uma transformação no perfil dos militantes que precisavam se adequar às exigências para concorrer aos editais e obter os financiamentos públicos para seus projetos (PETRARCA, 2015). Dentre essas exigências estava a capacidade técnica da instituição de contar com profissionais qualificados que podiam assumir os projetos. Isso incluiu médicos, assistentes sociais, psicólogos, advogados, dentre outros. Tal fato levou ao desaparecimento de muitas entidades que não conseguiram se adequar aos critérios e, ao mesmo tempo, permitiu o surgimento de outras. Entretanto, o aparecimento de muitas instituições motivado pelos editais e organizado em torno da prestação de serviços profissionalizados não constituiu garantia de permanência no espaço da mobilização. Dois exemplos podem ser citados. O primeiro é o caso do GAPA/SE, que, por conflitos internos e denúncias de irregularidade no uso de verbas públicas, não conseguiu se manter. O segundo é o caso do Dialogay, que teve um papel destacado na construção de espaços de luta contra a AIDS, mas que por denúncias de irregularidades e dispersão das lideranças foi extinta no início dos anos 2000.

A extinção desses grupos conduziu a uma reorganização dos atores no espaço da mobilização. O Dialogay, por exemplo, participou da fundação do Fórum Permanente de AIDS em 2001, estando à frente desta instituição nos seus três primeiros anos de existência. Além disso, dois dos seus antigos dirigentes fundaram a Associação de Defesa Homossexual de Sergipe (ADHONS) e outro membro fundou a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com AIDS. A fundação das organizações voltadas especificamente à temática da AIDS partiu,

de um lado, de lideranças do movimento homossexual. E, de outro, de pessoas infectadas pelo vírus e que pela experiência com a doença se tornaram ativistas no combate à epidemia. O espaço catalisador para o aparecimento das ONGs/AIDS em Sergipe é, fundamentalmente, o movimento homossexual e, posteriormente, o transexual, atualmente sintetizados na sigla LGBTQIA+. Tal predomínio do movimento LGBTQIA+ nas organizações voltadas especificamente à questão da AIDS, manifesta-se na direção das entidades. Das cinco entidades que estiveram à frente do Fórum nesses 12 anos de existência, três são voltadas à militância LGBTQIA+. Atualmente, está à frente a Astra, entidade voltada à defesa de pessoas transexuais, dos direitos humanos e cidadania LGBTQIA+.

Uma das explicações possíveis para tal configuração está relacionada ao desenvolvimento e expansão do movimento homossexual em Sergipe. Frequentemente apresentado pela literatura (MELO, 2011; COSTA, 2013) como um dos mais antigos do país, sua emergência data o início da década de 1980. Antes disso, contudo, já é possível identificar, no curso da década de 1970, as primeiras formações e os agrupamentos. O aparecimento da AIDS deu novo impulso ao movimento, contribuindo para sua expansão e consolidação. Enquanto a década de 1980 voltava-se para o preconceito e crime contra homossexuais, as décadas seguintes concentraram a atividade em torno da temática da AIDS.

Podemos citar como exemplo as campanhas de valorização dos homossexuais e em defesa de sua autoestima, como a campanha liderada pelo grupo Dialogay, cujo slogan: “É Legal ser Homossexual”. Além de panfletos e folhetos informativos alertando para crimes contra os homossexuais. Tais panfletos visavam a promover denúncias de crime e dicas de proteção para os homossexuais, como o “Manual de sobrevivência: dicas para evitar a violência antigay: Gay vivo não dorme com o inimigo”, divulgado pelo Dialogay. Os anos 1990, sobretudo, foram os anos de combate à

epidemia e de intensa inserção das organizações nas políticas de combate à Aids no Estado. Iniciativas como a organização do I Seminário sobre DSTs/Aids em Sergipe, em 1987, e a criação do “Comitê de Apoio às Vítimas da AIDS” – ambas impulsionadas pelo grupo Dialogay – ilustram essa questão.

Atualmente, a luta contra AIDS se consolida em Sergipe institucionalmente nos seguintes espaços: esfera estatal com programas estaduais e municipais, esfera dos movimentos sociais e espaços organizados, sobretudo no movimento LGBTQIA+ e nos grupos voltados à temática da AIDS - como o Fórum de ONG/AIDS, Rede de Mulheres Cidadãs Positivas (RMP+), Rede de Pessoas Vivendo com AIDS (RNP+) e Rede de Jovens Vivendo com AIDS (RNJ+). A RNP+ foi fundada por uma liderança do movimento homossexual e a RMP+ e a RNJ+ surgiram de dentro da RNP+, constituindo uma setorialização da mesma. Esse movimento também ocorreu em nível nacional.

Cabe destacar que do conjunto de 33 entidades que compõem a relação de ONGs do programa estadual de luta contra a AIDS, 12 são vinculadas ao movimento LGBTQIA+ e 3 destinadas especificamente à questão da AIDS. As demais se dividem em temas diversos, tais como: a causa da saúde, defesa das mulheres, direitos humanos. Por um lado, a fragmentação sofrida pelo movimento homossexual – que também pode ser observada no cenário nacional – e sua dispersão em outros grupos (como mulheres e pessoas negras homossexuais ou transsexuais) que não se sentiam representados pelas organizações homossexuais, levou muitas organizações à divisão e consequente extinção. No que diz respeito ao espaço nacional, a dispersão entre os grupos se tornou tão intensa que dos 22 grupos atuantes no país em 1980, restaram quatro em 1985 e três em 1986 (FIGARI, 2007).

Por outro lado, a política nacional de AIDS criava as condições para que grupos específicos voltados à causa da AIDS compusessem os

projetos na luta contra a doença. O enfraquecimento das organizações voltadas à causa homossexual e ao aparecimento de grupos que se fortaleceram a partir do vínculo com os projetos estatais, nacionais e políticas de AIDS, marcam esse momento do ativismo. Acordos entre os governos e órgãos internacionais para fins de financiamento, estimularam a criação de ONGs/Aids em todo o país. O período que se estende de 1992 até 1997 é apresentado como um momento de intenso envolvimento dos programas estaduais e federais com as organizações não governamentais, o que estimulou a criação de muitas delas. Em 1992 existiam no país 82 ONGs/AIDS e em 1994 mais de 250 foram constituídas no país (FIGARI, 2007).

As redes que conduzem ao engajamento: formas de ingresso e carreiras militantes

Para melhor apresentar os dados dos percursos individuais, organizamos o material biográfico em três padrões e selecionamos os casos que mais ilustram as formas de investimento na causa. Primeiro, estão aqueles cujas carreiras profissionais foram atravessadas pelo aparecimento da AIDS, cujo caso representativo é o do atual coordenador do Programa Estadual de AIDS. A questão central neste caso são as redes profissionais que conduzem ao engajamento. Segundo, estão aqueles para os quais a AIDS representa uma das causas com as quais se envolveram ao longo dos seus itinerários e cujas carreiras militantes são marcadas pelo pertencimento simultâneo a vários espaços de mobilização. Portanto, a característica central, aqui, são as múltiplas redes (formais e informais) derivadas do investimento em várias causas e movimentos sociais. E, por fim, aquelas carreiras cuja marca central é ter sido contaminada pelo vírus da AIDS. Esses três padrões de carreira envolvem dinâmicas próprias, dilemas específicos, mas em todos eles podemos perceber o peso das redes de relações não só para fazê-los investir na causa, mas para, sobretudo, fazê-los permanecer.

“Doutor Camisinha”: redes profissionais, paixão e luta contra a AIDS

O caso que utilizaremos, aqui, para ilustrar o papel das redes profissionais no envolvimento e combate à AIDS, é a do coordenador do Programa Estadual de Combate à AIDS e ISTs de Sergipe. Há 34 anos atuando como coordenador do referido programa, desde sua criação em 1987, o médico entrevistado representa uma carreira profissional estruturada, inicialmente, em torno das doenças sexualmente transmissíveis e, posteriormente, em torno da AIDS. Sua atuação como médico de saúde pública e sua experiência profissional com as doenças de origem sexual lhe renderam inúmeros apelidos: “Dr. das Putas”, “Dr. dos Bichas” o mais conhecido deles: “Dr. Camisinha”, conforme ele mesmo explicita. Contemplado com diversos prêmios em nível nacional, destacou-se na mídia pelas suas ideias criativas no combate à epidemia. A primeira a se destacar foi o “Bloco da Prevenção”, criado em 1994 durante o evento do Pré-Caju⁵ e que se constituiu como uma ideia “bem-humorada” de prevenção. Tratava-se de um bloco que acompanhava alguns trios e que distribuía panfletos sobre DSTs e AIDS, além de divulgar o uso de preservativo. O bloco chegou a desfilar com 5.000 pessoas. A segunda foi o Camisildo: uma Kombi sob a forma de uma camisinha que puxou o “Bloco da Prevenção” durante o Pré-Caju. Essa iniciativa foi premiada com a 4ª Edição do Prêmio AIDS de Responsabilidade Social Saúde. O Camisildo circula durante eventos populares e funciona divulgando informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e AIDS e distribuindo preservativos. A terceira, e a mais recente delas, é um ônibus itinerante que realiza testes de DSTs e AIDS de forma gratuita.

5 Evento que ocorria em Aracaju no mês de janeiro e que antecipa as comemorações do carnaval na cidade.

Natural de Aracaju e de origem social “humilde”, como declarou em entrevista, enfrentou todas as dificuldades de um aluno cujos pais carecem de recursos econômicos. Com seus pais e irmãos – mãe costureira e pai caminhoneiro – passou a infância “de menino pobre” no bairro Santo Antônio⁶. Sua formação escolar, desde os primeiros anos de estudo até o curso universitário, ocorreu toda em escola pública. Contudo, é importante frisar que as escolas públicas, no contexto de sua formação, eram também frequentadas por grupos sociais com capital econômico elevado. Esse é o caso da escola Atheneu Sergipense⁷, um importante colégio estadual da cidade que se tornou palco de formação de políticos e de lideranças estaduais.

Assim como ele, quase todos os seus colegas ingressaram na Universidade Federal de Sergipe, sobretudo no curso de medicina. A experiência no colégio Atheneu teve um peso significativo na sua trajetória escolar, uma vez que nessa escola conheceu professores que o incentivaram a continuar os estudos e colegas que, mais tarde, tornaram-se importantes aliados. É exemplo disso a fundação, em 1974, do curso pré-vestibular Visão, do qual participou juntamente com outros colegas da UFS e também do Atheneu. Nesse curso, ministrava a disciplina de biologia e com o salário conseguia manter as despesas que a formação em medicina exigia. Dessa

6 O bairro, que surgiu no topo de uma colina, é um dos mais antigos da cidade. No início do século XX, passou a ser ocupado por grandes casarões coloniais que se situavam no alto do morro. Contudo, com a expansão da cidade na década de 1960 o bairro apresentou sinais de estagnação econômica e passou a ser ocupado por grupos de baixa renda.

7 Essa escola teve um papel importante na formação de muitos médicos, escritores, políticos e advogados nas décadas de 1940 a 1980. Considerada uma das mais importantes escolas do estado neste período, teve um papel destacado na formação de grupos dirigentes em Sergipe. São exemplos de dirigentes que se formaram nela: Graccho Cardoso (governador do Estado); José Calazans (escritor e intelectual).

forma, o ingresso e investimento no colégio Atheneu se constituiu como um passo importante da sua carreira, visto que dentro desta escola pôde estabelecer laços sociais que seriam importantes no seu percurso social e profissional.

Ingressou no curso de medicina em 1974 e concluiu em 1981, com um ano de atraso, pois precisou trancar a faculdade por conta dos gastos onerosos. A intensa atividade no curso Visão, onde ministrava disciplinas no turno da manhã, associada aos custos do curso de medicina o levou a trancar o semestre. Formado, enfrentou as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e pôde perceber que até mesmo para médicos “empregos não caem do céu”. Os dois primeiros anos de formado foram dedicados ao ensino de biologia. Afirmo que foi um “[...] período muito difícil, momento de angústia. Queria trabalhar, mas não tinha oportunidade. Sendo uma pessoa calada, sem saber pedir, continuei na minha maneira de ser” (Entrevista com AS, 2013).

Esse relato permite compreender, primeiro, que o acesso ao mundo dos empregos depende de um conjunto de laços sociais estabelecidos e mantidos e que, até mesmo para os ofícios mais institucionalizados, como a medicina, eles são imprescindíveis. São eles, portanto, que conduzem à inserção no mercado de trabalho e sua respectiva ascensão. Segundo, é preciso desenvolver habilidades para conquistar e acessar estes laços. A capacidade para firmar relações e expandi-las depende de um intenso investimento pessoal.

Na tentativa de dar prosseguimento a sua carreira médica, com o auxílio econômico do pai, montou um consultório junto com outro colega. Nesse mesmo momento, ingressou no Estado como médico clínico, concentrando sua atuação em um Posto de Saúde situado no bairro Santos Dumont⁸. Nessa época o médico, para

8 Considerado um dos bairros mais pobres da cidade, com elevados índices de violência e criminalidade, está situado na periferia de Aracaju.

atuar no serviço público, fazia uma espécie de inscrição, escolhia o bairro e depois era chamado. Já na sua inscrição fez a opção para atuar em qualquer bairro da cidade, “de preferência o pior”, conforme relatou na entrevista, o que lhe garantiu o emprego logo em seguida, pois a vasta maioria dos seus colegas não tinha interesse neste tipo de trabalho. No referido posto de saúde, começou o contato com as famílias que viviam na comunidade por meio de campanhas – como as de vacinação – e do tratamento de doenças que exigiam um maior envolvimento do profissional de saúde e um conhecimento sobre a vida do paciente. Essa experiência lhe permitiu o desenvolvimento de um conjunto de habilidades que mais tarde lhe foram úteis, tais como: capacidade de negociar com a comunidade, estreitar laços, estabelecer vínculos, fazer contatos com lideranças locais, atuar coletivamente e comandar um grupo profissional.

Ao mesmo tempo, seu consultório crescia rapidamente aumentando cada vez mais o número de pacientes. Contudo, a possibilidade de associar medicina pública com medicina privada começou a ser prejudicada a partir do momento em que se intensificava o envolvimento com o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis. Seus investimentos nessa área tiveram início durante uma campanha de vacinação da poliomielite em que resolveu percorrer o bairro para melhor divulgar a necessidade da vacina. A vacinação fora do posto não era comum naquela época e sua iniciativa gerou simpatia por parte dos moradores da comunidade. Nessa visita à comunidade, deparou-se com inúmeras casas de prostituição, o que o estimulou a realizar também diversas campanhas de prevenção e tratamento da sífilis e de outras doenças sexualmente transmissíveis recorrentes. Afirma: “Eu descobri que o Santos Dumont era um bairro que tinha muitos prostíbulos. Fiz um mapa do bairro e comecei a visitar um por um, atendendo às prostitutas, solicitando exames de sífilis” (Entrevista com AS, 2013).

Essa realidade lhe aproximou das prostitutas da comunidade que passaram a frequentar o posto para ter acesso aos preservativos que evitariam as doenças sexuais. A experiência como médico clínico nesse posto de saúde e o investimento em doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo voltadas a um público determinado – as prostitutas – redirecionaram seus investimentos profissionais, contribuindo para fortalecer o seu comprometimento e engajamento na medicina e criando um espaço de atuação profissional: a medicina pública. Além disso, esse investimento não lhe permitiu associar medicina privada, em consultórios, com medicina pública. O investimento em ISTs e, em especial, a AIDS, deixou uma marca difícil de ser ultrapassada.

Perdi o consultório. Tentei por duas vezes. Na primeira vez, tentei um consultório no edifício Paulo Figueiredo, mas o que recebia não dava para pagar o aluguel. Muita gente não ia porque dizia assim: para o doutor Almir só vai quem tem AIDS. Muita gente que não me conhecia, gostava, voltava e quando descobria a verdade, chegava a me perguntar: o senhor é aquele médico da AIDS? (Entrevista com AS, 2013).

Quando os primeiros casos de AIDS começaram a aparecer em Sergipe, ele já era conhecido em Aracaju como um médico que tratava infecções sexualmente transmissíveis na periferia, sobretudo sífilis. Como não havia médicos que se disponibilizassem a tratar tais pacientes – uma vez que o medo do contágio era grande –, eles lhes eram enviados. A partir desse momento, passou a se envolver intensamente com o tema participando de eventos, fazendo cursos, divulgando informações sobre formas de contágio da AIDS e investindo na relação com os movimentos sociais, sobretudo o movimento homossexual, bastante ativo em Aracaju, e a Associação das Prostitutas. Foi por meio da participação nesses eventos que ocorreu a primeira aproximação com o movimento homossexual, posteriormente fortalecida e intensificada. Esses

dois grupos se constituíram, no início da epidemia, como os principais grupos de risco e alvo de inúmeras formas de discriminação e preconceito. Portanto, tornaram-se seus importantes aliados. Nesse momento, dois personagens se tornam essenciais na sua relação com estes dois grupos: Wellington Andrade, do Dialogay, e Candelária⁹, que na época representava as prostitutas. Foi com esses dois ativistas que, mais tarde, fundou o Grupo de Apoio aos Portadores de AIDS (GAPA/SE).

Com o avanço da doença e a criação do Programa Federal de Luta contra a AIDS, os estados da federação criaram também os seus programas estaduais. De início, seu nome foi cogitado para organizar e conduzir o Programa Estadual na Luta contra AIDS. Podemos perceber, portanto, que as redes de relações decorrentes da sua atuação profissional na luta contra as ISTs como médico de saúde pública sustentam sua entrada, e posterior permanência, na causa da AIDS.

Inicialmente seus contatos estavam centrados nos grupos e movimentos sociais na tentativa de intensificar as campanhas de saúde e permitir uma maior aproximação com determinados setores. Posteriormente, com a atuação no Programa Estadual, fortaleceu seus vínculos com políticos (desde governadores a primeiras-damas) e com as famílias dos doentes. Com os políticos, a citação abaixo, extraída da sua entrevista, releva a natureza dos vínculos e a forma como foram sendo estabelecidos:

Com os políticos eu respeito a todos, eu não quero nem saber qual é o partido, eu atuo, eu sempre procurei ter uma posição assim. Tenho os meus votos, mas no meu trabalho não tenho tendência, embora já fui muitas vezes confundido. E continuo na luta. Cada governo é um trabalho de convencimento. E quando coloca secretário de fora de Sergipe que

9 Na década de 1990 fundou a Associação Sergipana de Prostitutas (ASP).

não conhece até a minha história. [...]. Eu sempre fui bem com as primeiras-damas. Eu sempre militei todas. [...](Entrevista com AS, 2013).

Sua relação com os políticos – ao longo de 28 anos num cargo que é de indicação do governo do estado – requer cautela e ao mesmo tempo habilidade. É assim que as primeiras-damas se tornaram importante aliadas. Questionado sobre como essa relação é estabelecida ele revela:

É o seguinte: você é a primeira-dama, eu chego para você e digo: seu município tem tantos casos de AIDS, vou explicar o que é a AIDS. Se você não ajudar é pior. Aí eu vou mexendo... Eu já pedi a esposa do DEDA [...], eu disse: olha você está me devendo [...]. Eu procuro, quebro hierarquia, furo fila. Eu adoro furar fila (Entrevista com AS, 2013).

A estreita relação estabelecida, ao longo de duas décadas, com o universo da política, e em especial com as primeiras-damas, garantiu a Sergipe o acesso aos primeiros medicamentos de controle da doença. O HAART, como foi chamado o coquetel da AIDS, chegou ao estado por meio da esposa do então governador Albano Franco, Leonor Franco, que na ocasião era presidente do Conselho Nacional do Serviço Social e da Indústria (SESI), cargo que exerceu de 1994 até 2003. Leonor, que chegou a ser presidenta da Legião Brasileira de Ação Social (LBA) e ministra da Ação Social do governo Itamar Franco entre 1993 e 1994, fez a primeira compra do HAART do Brasil por meio do SESI.

Assim, a gestão das relações políticas se torna fundamental para compreensão do seu engajamento na luta contra a AIDS, uma vez que ela contribui para o aprofundamento e intensidade da sua militância na causa. O investimento nessas relações garante o acesso à política, o que vai desde conseguir leitos, medicamentos, internamento para pacientes e assistência às famílias, até a ma-

nutenção de sua função no cargo. Além disso, tais investimentos contribuem também para exercitar e desenvolver o que se costuma denominar como “artes da política”¹⁰. As habilidades para a política, sobretudo estas que um cargo como o de coordenador estadual de uma política pública exige, são, portanto, desenvolvidas no decorrer de longos anos e são apreendidas por um processo de intenso investimento pessoal.

Tais investimentos como médico clínico e, posteriormente, como gestor de política de AIDS, permitiram-lhe, por um lado, adquirir conhecimentos sobre saúde pública, por outro lado, uma habilidade para negociar com grupos e com a própria comunidade. Segundo afirma, seu envolvimento ultrapassa o saber médico e envolve desde o contato com lideranças comunitárias até a busca pelo atendimento das necessidades mais amplas dos pacientes (conseguir leitos, cesta básica, resolver conflitos familiares, etc.). Além disso, seu comprometimento com a medicina se intensifica, contribuindo para dar um sentido à sua atuação profissional.

Eu tenho uma vivência que é diferente de um médico normal. Eu sou um médico anormal. Tem coisas hilariantes e tem coisas tristes. [...] O lado financeiro é uma desgraça. Mas eu me vejo como um médico que amo o que eu faço. Eu abracei esta causa e amo o que faço. [...] Eu adoro a saúde pública. Eu acho que eu sou mais importante com a massa, porque é mais fácil você ter um médico no consultório do que no posto de saúde. Eu gosto de ajudar os outros (Entrevista com AS, 2013).

Pode-se dizer que o aparecimento dos primeiros casos de AIDS em Sergipe, associado ao investimento que esse médico já fazia com doenças sexualmente transmissíveis, tornaram-se eventos cruciais e que marcaram não só sua entrada na luta contra AIDS, como também seu comprometimento com a medicina. Procuramos destacar, neste caso, que o investimento profissional na de-

10 Essa expressão é utilizada por Canedo (2003).

fesa de causas, em especial a luta contra a AIDS, não consiste apenas em uma estratégia para acumular relações suficientes capazes de serem reconvertidas em recursos políticos, permitindo uma ascensão no universo profissional, mas tal investimento se caracteriza, principalmente, por oferecer um novo sentido ao investimento profissional e por caracterizar uma reconversão ideológica. O engajamento na luta contra a AIDS é, portanto, o encontro entre condições objetivas de realização – tais como as redes de relações, os contatos estabelecidos, o investimento na saúde pública e a concentração em doenças sexualmente transmissíveis – e as lógicas subjetivas (percepção da atuação profissional, princípios de identificação com a causa). O principal desafio neste tipo de pesquisa é associar uma análise dos recursos sociais e das formas de socialização que caracterizam a entrada e permanência na defesa de causas com um exame das lógicas subjetivas que marcam tais ingressos e engajamento.

A pluralidade das redes: o multiengajamento e seus diversos caminhos

A segunda modalidade definida é caracterizada pelo engajamento em vários espaços de atuação, causas e movimentos sociais. O caso que serve de suporte para esta modalidade é a de uma liderança que ocupou o cargo de coordenador do programa municipal de combate à AIDS em Aracaju. Formado em história e especialista em Gestão de Saúde Coletiva, esse ativista se caracteriza pela atuação em diversos movimentos sociais. Sua entrada nos espaços de mobilização tem início na adolescência, ainda no final da década de 1980, através de passeatas, caminhadas e manifestos. Em seguida, ingressou no Grêmio estudantil, compondo parte da União dos Estudantes Secundaristas e da União da Juventude Socialista e filiando-se ao PC do B.

No início dos anos 1990, começou a participar do Grupo Dialogay, no qual atuou durante um curto período, uma vez que precisou se afastar da cidade de Aracaju para trabalhar no interior do Estado. No seu retorno à Capital investiu em vários cursos no mundo das artes, como dança e teatro, atuando assim em diversas frentes. Segundo ele: “tinha vontade de ser artista”. E foi assim que conheceu a Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania (SACI)¹¹, através da qual teve a oportunidade de se aproximar do movimento negro e das religiões de matrizes africanas.

O que se percebe é que o envolvimento com os movimentos GLBTT e negro foram fundamentais na constituição de um “eu militante”, pois foi assim que ele assumiu a sua homossexualidade e a sua cor, rompendo maneiras de ser e pensar associadas a experiências anteriores. Com a intensa militância nestas organizações pôde ter acesso a um conjunto de atividades, eventos, debates que conduziam a uma promoção da identificação racial e homossexual. Dessa forma, a participação no universo da defesa de causas e a inserção em redes de ativistas tiveram impacto significativo nas formas de percepção de si e no engajamento moral¹².

Em 95 eu participei de algumas oficinas de um projeto chamado *Oué*, que significava comunidade na língua *ioruba* que era da SACI (Sociedade Afrosergipana de estudos e cidadania) e a partir daí, criei vínculo com o movimento negro, co-

-
- 11 Vale ressaltar que a ONG SACI representava no cenário do movimento negro sergipano umas das mais importantes associações, concentrando, no final dos anos 1990, um orçamento anual de R\$200.000,00. Além disso, esta entidade, que desfrutava de importante visibilidade pública e acionava um conjunto de equipes técnicas, foi uma das principais articuladoras do Fórum de Entidades Negras do Estado de Sergipe.
- 12 O engajamento moral é entendido aqui como um engajamento de si, como expressa Collovald (2002), uma reconversão identitária. Em outras palavras, trata-se da forma como as experiências no universo militante promovem uma mudança nas visões de si mesmo e do mundo.

mecei a questionar o racismo, comecei a me identificar enquanto homem negro e a querer contribuir com essa luta, fui conhecer o candomblé, a umbanda, as religiões de matrizes africanas né! Que até então eu tinha muito preconceito e, foi o movimento negro que me resgatou essa identidade ancestral, eu comecei a me aproximar (Entrevista com AL, 2011).

Através da SACI e da socialização na cultura afro, promovida por esta entidade¹³, esse ativista passa a se reconhecer como homem negro e a se identificar com a causa racial, direcionando, portanto, suas habilidades de liderança – apreendidas nos espaços anteriores (movimento estudantil, partidos políticos) – para as lutas pela igualdade racial. Além disso, esse tipo de investimento lhe permitiu construir um sentido para sua ação militante, intensificando seu engajamento nesta causa. Mas sua atuação na SACI lhe permitiu também um contato maior com outros movimentos sociais, o que contribuiu para acumular funções em outras entidades e promovendo, ao mesmo tempo, engajamento político-partidário, ocupando inclusive cargos em todos os seguimentos:

Em 99 eu me reaproximei do grupo Dialogay de Sergipe, fui convidado pra fazer parte da diretoria e entrei pra diretoria e, logo em seguida eu fui convidado pra ser vice-presidente em 1999, naquele momento aquilo foi muito importante porque era o segundo grupo mais antigo do Brasil, de homossexuais, tinha todo um respaldo em cima do nome do grupo Dialogay de Sergipe, quando a gente ia pros eventos nacionais que discutia a questão LGBT, assim como também as ações relacionadas a saúde, principalmente a prevenção de DST e AIDS, aí em 2002 o Dialogay foi extinto e nós fundamos o ADHONS que é a Associação de Defesa dos Homossexuais de Sergipe (Entrevista com AL, 2011).

13 Dentre as atividades promovidas pela entidade estavam cursos de dança, teatro, arte, em geral, direcionadas para a questão afro.

Com a inserção no Dialogay, a discussão sobre a questão da AIDS se intensifica, pois o grupo, como já foi dito, encabeçou as campanhas no combate à doença no Estado. Ou seja, o cargo ocupado na diretoria do Dialogay acarretava em um duplo engajamento: o primeiro no combate à homofobia e o segundo na luta contra a Aids. Esse último lhe rendeu um cargo na secretaria de saúde como coordenador do programa municipal de DST/AIDS da prefeitura de Aracaju. O primeiro vínculo com políticas de AIDS surgiu como mediador do programa com os movimentos sociais em função da sua inserção em organizações e entidades. Com a saída do coordenador, ele acabou sendo o nome escolhido para ocupar o cargo de coordenador.

Eu cheguei aqui graças a esse histórico de atuação dentro da luta contra a epidemia, dentro da luta em defesa dos direitos humanos, porque o trabalho com DST/AIDS também tá muito relacionado com os direitos humanos, porque o preconceito ainda é muito forte, então você trabalha muito combatendo o preconceito (Entrevista com AL, 2011).

Além disso, seu investimento na luta contra a AIDS, por meio da participação no Dialogay, contribuiu significativamente para seus investimentos profissionais, uma vez que é para intensificar e fortalecer o engajamento nesta causa que ele fez um curso de especialização em Gestão de Saúde Coletiva. Portanto, suas carreiras – profissional e militante – aparecem como indissociáveis e são construídas de forma entrelaçadas, garantindo o acesso a um conjunto de cargos e funções que contribuem para intensificar seu papel profissional e seu investimento no universo das causas. Concomitante à AIDS, outros investimentos e cargos já haviam sido feitos e conquistados. Um deles foi o cargo ocupado na Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes (FUNCAJU), como chefe da sessão de etnias, um trabalho que está vinculado ao engajamento no movimento negro. Todo o saber que foi sendo adquiri-

do dentro da militância foi fundamental para a ocupação dos cargos na FUNCAJU e na Secretaria Municipal de saúde.

Essa relação entre movimentos sociais e Estado foi muito presente no combate à AIDS, tornando a marca da luta contra tal doença no Brasil o motivo para que a resposta no combate à epidemia fosse tão positiva. O que se pode perceber é que o saber apreendido dentro dos movimentos sociais é fundamental para fazer essa ligação entre Estado, profissionais e sociedade civil.

Então essa relação dos programas tanto nacional, como estaduais, como municipais é muito forte com os movimentos sociais, nós sempre dizemos que, nós precisamos deles e que eles precisam de nós, no meu caso que eu fico meio lá, meio cá, eu preciso de todo mundo e todo mundo precisa de mim, porque eu sou meio movimento, meio gestor, mas assim a gente reconhece a importância desses atores até porque, o profissional de saúde ele tem a sua formação acadêmica e muitas vezes não vê os conteúdos necessários pra sua atuação, pra lidar com tantas diversidades (Entrevista com AL, 2011).

É importante perceber o caminho percorrido por esta liderança até a sua inserção no combate à AIDS. Com essa diversidade de movimentos e todo um saber acumulado em mais de 25 anos em movimentos sociais, o entrevistado foi de grande importância para um papel de mediação entre a secretaria de saúde e os movimentos que combatem a AIDS. O que se pode perceber é que existe um conjunto de saberes e investimentos, que são ao mesmo tempo profissionais e militantes, que foram agregados ao combate à doença e que são fundamentais para compreender o acesso ao cargo que atualmente ocupa. De um lado, são as redes de relações construídas no âmbito de múltiplos investimentos militantes que o levaram à causa da AIDS, de outro, tais investimentos foram fundamentais para redirecionar não só seu engajamento como também sua atuação profissional.

Conclusão

O desafio principal deste texto consistiu, de um lado, em demonstrar as condições objetivas que conduzem ao engajamento. Centramos, para tal, no exame das redes de relações que podem se converter em recursos militantes. Nesse sentido, pôde-se observar as redes de relações profissionais, as redes de base múltipla e aquelas decorrentes da experiência com a doença como as que mais se destacaram no acesso à causa. Como espaços privilegiados de comunicação e informação, as redes aumentam as chances de acesso a determinados universos e pessoas, transformando-se em uma forma específica de recursos. De outro lado, o desafio se concentrou em destacar que as reconversões ideológicas são tão importantes quanto às demais se constituindo como sustentáculo da ação militante. Esse duplo desafio permite compreender que as redes não se resumem a um extenso caderno de endereços, mas elas envolvem um comprometimento, um laço relativamente duradouro e uma forma particular de vínculo social que requer certa continuidade e que conduz a uma reorientação nas formas de perceber a si mesmo e aos outros.

Assim, para dar conta destes dois elementos centrais na construção do problema de pesquisa, a análise das carreiras se tornou fundamental, uma vez que por meio dela foi possível compreender como alguém se torna um ativista levando em consideração a forma como os contextos contribuem para criar tanto as condições da ação militante, quanto às mudanças nas concepções de si e nas maneiras de ver o mundo. Portanto, ela permite apreender os itinerários a partir de uma lógica situacional e processual. É desse modo que as redes se tornam dispositivos analíticos e metodológicos interessantes, pois são observadas no exame das carreiras, estando atreladas às situações e aos eventos e ligando o ator ao universo de defesa de causas e aos “engajamentos de si”.

Outros trabalhos têm apostado nessa mesma problemática (OLIVEIRA, 2010a; 2010b), apontando a pertinência do conceito de carreira para apreender as dinâmicas das interações e dos espaços de sociabilidade que conduzem a formação de redes, as quais se tornam fundamentais para compreender o engajamento. As redes de relações não só conectam o ator às causas como também contribuem para dar um sentido à ação militante. Esse sentido, muitas vezes, extrapola a esfera do engajamento e atinge outras esferas sociais, como profissional, familiar, pessoal, contribuindo para promover uma mudança nos rumos profissionais, nas relações de amizade, como observado nos casos estudados.

Para o caso específico dos estudos sobre engajamento, uma literatura recente (PASSY, 1998; PASSY; GIUGNI, 2001; McDAM; PAULSE, 1993) tem demonstrado como os laços de sociabilidade e as redes de relações contribuem para criar oportunidades de engajamento. Além disso, é muito importante conectar essas questões com a dinâmica da sociedade estudada, para que possamos compreender o peso que os laços sociais têm nas diferentes esferas de vida (desde a pessoal ao espaço do trabalho) quando comparados com outros princípios de hierarquização.

Um conjunto diversificado de estudos, desde os mais clássicos aos mais contemporâneos, já apontaram a importância que exerce, na dinâmica social brasileira, o conhecido, o amigo, o parente, no acesso a diferentes mundos sociais, desde a política até o mundo do trabalho e como as carreiras individuais se movem através das redes de sociabilidade (LEEDS, 1964; LEWIN, 1993; BEZERRA, 2013; OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2010b). Consequentemente, o estudo das redes, como instrumento teórico e metodológico, precisa incluir as configurações históricas particulares para compreender a dinâmica e a importância das alianças e dos laços na construção dessas redes.

Referências

BECKER, H. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECKER, H. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEZERRA, M. O. Representantes políticos, relações pessoais e reputação. In: SEIDL, Ernesto; Grill, I. G. (org.). **As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, v. 1, p. 279-318.

COLLOVALD, A. Pour une Sociologie des Carrières Morales. In: COLLOVALD, A. **L'humanitaire ou le management des dévouements**. Presses Universitaires de Rennes, p. 177-225, 2002.

CANEDO, L. Gestão amiliar da Escola e Aprendizagem das Habilidades para o Ofício da Política. In: ALMEIDA, A. M.; NOGUEIRA, M. A. **A escolarização das elites**. Petrópolis: VOZES, 2003, p. 76-100.

COSTA, S. L. M. Aids: a construção de uma síndrome. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais...** 04 a 07/09 de 2013.

DUBAR, C.; TRIPIER, P. **Sociologie des Professions**. Paris: Armand Colin, 1998.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FIGARI, C. **As outras cariocas:** interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FORNEL, M.; QUÉRÉ, L. **La logique des situations**. Paris: Editions EHESS, 1999.

GALVÃO, J. **AIDS no Brasil: A agenda de construção de uma epidemia**. Rio de Janeiro: Editora 34, ABIA, 2000.

GOFFMAN, E. A Carreira Moral do Doente Mental. In: **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 111-143.

GRUPO GAY DA BAHIA. Manual de sobrevivência: dicas para evitar a violência antigay: Gay vivo não dorme com o inimigo. In: **DHNET**, 1995. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/manual.html>. Acesso em: 29 nov. 2013.

LEEDS, A. Brazilian Careers and Social Structure: An Evolutionary Model and Case History. **American Anthropologist**, p. 1321-1346, n. 66, 1964.

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MCDAM, D.; PAULSE, R. Specifying the relationship between social ties and activism. **American Journal of Sociology**, p. 640-667, 1993.

MELO, M. R. O engajamento no combate à “homofobia” em Aracaju: trajetórias, redes sociais e expertização. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL. **Anais...** Curitiba, 2011.

OLIVEIRA, W. J. F. Representações Biográficas, Identidades Militantes e Atuação Profissional em ONGs. **Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, v. 4, p. 79-94, 2010a.

OLIVEIRA, W. F. O. Posição de classe, Redes Sociais e Carreiras Militantes no Estudo dos Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)**, v. 3, p. 49-77, 2010b.

OLIVEIRA, W. J. F. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 51, p. 751-777, 2008.

PASSY, F. **L'action altruiste**. Geneve: Droz, 1998.

PASSY, F.; GIUGNI, M. Social Networks and Individual Perceptions: explaining differential participation in social movements. **Sociological Forum**, vol. 16, n. 1, p. 123-153, 2001.

PÉCHU, C. Les Générations Militantes à Droit au Logement. **Revue Française de Science Politique**, volume 51, n. 12, pp- 73-103, évrier-avril 2001.

PENEFF, J. Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française. **Politix**, n. 27, 1994, p. 25-31.

PETRARCA, F. R. Ativismo Jurídico e Usos Militantes do Direito na Luta pela Igualdade Racial. **Revista de Antropologia** (USP. Impresso), v. 56, p. 111-145, 2013.

PETRARCA, F. R. A luta pelos direitos humanos: profissionalização de causas e politização do direito. **Cadernos CRH** (UFBA. Impresso), v. 27, p. 181-199, 2014.

PETRARCA, F. R. A Luta contra a AIDS: uma causa, múltiplos saberes. **REPOCS** (Revista Pós Ciências Sociais), v. 12, n. 23, jan/jun, p. 91-114, 2015.

PUDAL, B. Du biographique entre “sciences” et “fiction”. Quelques remarques programmatiques. **Politix**, n. 27, 1994, p. 5-24.

RIBEIRO, M. R. **A construção de uma causa**: institucionalização da Aids em Sergipe. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.

Entrevistas:

AL. [Entrevista cedida a] Maria Rita Ribeiro. Aracaju, dezembro de 2011.

AS. [Entrevista cedida a] Fernanda Rios Petrarca e Maria Rita Ribeiro. Aracaju, março de 2013.



7 – CAPÍTULO

Como se forja um cangaceiro: uma análise da carreira do bando de Lampião

FELIPE TRINDADE DE SOUZA

Introdução

Este trabalho objetiva explicar como alguns homens do sertão nordestino, entre as décadas de 1920 e 1930, tornaram-se cangaceiros do bando de Lampião. E, diferente de outras propostas com o mesmo objetivo, este exame centra-se no movimento de conversão de paisanos a cangaceiros, não dando destaque a questões sociopolíticas e econômicas. Evidencia critérios de entrada e permanência, demonstrando como integrantes do bando mobilizavam os diversos elementos da cultura profissional para manter-se em seu ofício e eventualmente ascender a posições de comando. O texto parte da perspectiva de que o bando de Lampião tornou o cangaço um meio de vida e, para isso, os cangaceiros precisavam dominar a cultura profissional – que é um conjunto de conhecimentos necessários para o exercício das atividades cangaceiras¹.

¹ Para uma discussão mais ampla sobre a cultura profissional e o ofício cangaceiro ver Souza (2020).

Durante a análise dos dados, buscamos dar ênfase aos dilemas desenvolvidos no contexto do exercício do ofício de cangaceiro: motivações para entrada, atributos exigidos, formas de recrutamento, problemas enfrentados e o domínio do repertório de saberes construído socialmente. Assim, evidenciamos como as carreiras no cangaço desenvolviam-se.

Por esse motivo, utilizamos o conceito de carreira, que possui uma posição consolidada na sociologia e é útil para evidenciar o percurso percorrido por pessoas ao longo da vida. Para Becker (2009), a carreira é um modelo sequencial que busca padrões de comportamento que se desenvolvem de maneira ordenada ao longo do tempo. Foi através dessa perspectiva que Becker (2009) investigou o comportamento dos usuários de maconha. Em seu estudo, ele demonstrou que esses indivíduos passavam por uma sequência de estágios que expunham uma mudança gradativa de suas condutas desviantes (p. 33-34). Semelhantemente, identificamos cinco etapas na carreira cangaceira, são elas: as pré-condições, a admissão no grupo, o batismo de fogo, a subida de patente e o final da carreira. Consideramos, assim como Becker (2009), que a explicação de cada um dos estágios é a explicação do modo de viver final (p. 34).

Pré-condições: psíquicas e físicas

Não há consenso a respeito do número de integrantes que passaram pelo bando de Lampião ao longo de quase vinte anos. Para o soldado de volante, João Gomes de Lira, teriam lutado mais de quinhentos homens ao lado de Lampião (apud PERICÁS, 2010, p. 191). Já o oficial de volante Optato Gueiros (1956), que perseguiu o bando por anos, possui a estimativa mais ampla. Para ele, somente em Pernambuco foram mortos e presos mais de mil cangaceiros das “hordas de Virgulino” (1956, p. 15). Esse número elevado de cangaceiros é pequeno se levarmos em consideração a população total

do sertão pernambucano e as considerações de alguns estudos do cangaço, que taxaram esse período de “epidêmico”. Bismarck Martins (2012), em seu dicionário biográfico do cangaço, catalogou noventa e quarenta cangaceiros e sessenta e duas cangaceiras do bando de Lampião que provinham de todos estados nordestinos. Novamente, podemos aludir o mesmo argumento e afirmar que a maioria dos sertanejos não foram cangaceiros e nem mesmo consideraram se tornar um. Tinham restrições morais a respeito daquele tipo de vida. Muitos, como revelou o cangaceiro Volta Seca, eram sujeitos “pacatos”, que não tinham coragem de se vingar de uma afronta sofrida, por exemplo (GOMES, 1958a, p. 1).

Por esse motivo, entendemos que, assim como o usuário de maconha, que só inicia sua carreira quando anseia experimentar a droga (BECKER, 2009, p. 54-55), o sertanejo das décadas de 1920 e 1930 só começava sua carreira no cangaço quando considerava a vida dentro de um bando de cangaceiros algo moralmente aceitável. Consequentemente, denominamos esse sujeito de aspirante a cangaceiro, visto que ele julgava viável sua entrada no cangaço. Independentemente da motivação, considerava que, em algum momento da sua vida, poderia viver juntamente com um bando de “foras da lei” escondido nas caatingas de maneira nômade. Contudo, como propôs Sutherland (1937), uma inclinação para roubar não é uma explicação suficiente da gênese do ladrão profissional (p. 212). Assim, o aspirante a cangaceiro antes de ingressar no cangaço deveria realizar uma autoavaliação para saber se possuía os critérios psíquicos para a atividade. Cangaceiros, costumeiramente, apontavam a valentia e a coragem como predicados fundamentais para a vida no cangaço.

Volta Seca, por diversas vezes, afirmou em entrevistas o papel central desse binômio no cangaço. Segundo ele, a valentia era o principal predicado moral avaliado na admissão de um aspirante a cangaceiro no grupo de Lampião. Afirma que o sujeito valente era

“admirado” e até “invejado” dentro do bando (GOMES, 1958b, p. 1-2). Muitos eram conhecidos pela valentia e a coragem, mas, Medalha, Chumbinho, Bom Divera e Esperança, o cunhado de Lampião, eram considerados por Volta Seca os mais destacados (GOMES, 1958c, p. 1-2). Entretanto, quando algum cangaceiro era vencido pelo medo, ele sofria chacotas dos colegas. Os “covardes” quase sempre desistiam do cangaço (OLIVEIRA, 1970, p. 157). Eram homens que para Volta Seca não tinham “vocaçãõ para o cangaço”; Coqueiro e Baliza eram exemplos. O primeiro entrou para o bando por ter sido acusado de ser coiteiro e, por isso, era perseguido pela polícia. Passou poucos meses no grupo, desistindo por entender que “não era para o cangaço”. Baliza que era irmão do “valente” Ferrugem, porém, era “frouxo” e não conseguia participar dos combates (GOMES, 1958c, p. 1-2). Por conta disso, Lampião afastou-o das funções bélicas e determinou que ele fosse o cozinheiro do bando (OLIVEIRA, 1970, p. 144). Baliza, portanto, é o único caso conhecido de cangaceiro que passou anos no bando sem possuir os predicados da coragem e da valentia. É provável que só era admitido no grupo porque não comprometia a integridade dos outros cangaceiros.

Dito isso, devemos esclarecer o porquê de os cangaceiros serem cobrados pela valentia e a coragem. Como diversos estudos apontaram, houve uma supervalorização da valentia e da coragem na cultura sertaneja nordestina, tornando-os dois elementos centrais (MELLO, 2004; BARROS, 2000)². Consequentemente, não é de se estranhar que esses princípios fossem enaltecidos em um modo de vida tão beligerante. Até Lampião não escapou de ser avaliado por seus subordinados. Por diversas vezes, o Rei do Cangaço era tido

2 Esse traço também se faz presente na gesta sertaneja. Barreira (1998) ao examinar a literatura de cordel que versa sobre o cangaço, percebeu que as qualidades mais acentuadas de um cangaceiro eram a valentia, a ousadia, a coragem, a força e o espírito aventureiro (p. 140-141).

como um exemplo. Declara-se que quando ordenava o avanço no campo de batalha era o primeiro a ir na frente (PACOTILHA, 1938, p. 2-5). E, para Volta Seca, Lampião era um homem valente que “não tinha medo de nada, nem ninguém” (GOMES, 1958d, p. 5). Posteriormente, valentia e coragem também foram valorizadas em outro grupo desviante, a dos pistoleiros (BARREIRA, 1998, p. 89).

Não obstante, além do alinhamento psíquico, da valentia e da coragem, o aspirante a cangaceiro deveria possuir um excelente condicionamento físico. O cangaço era um ofício hercúleo, que exigia dos integrantes constante mobilidade. Como afirmou Antônio Ferreira, irmão de Lampião, cangaceiro não sabe dizer “donde vem nem prá onde vai; cangaceiro vive chegando, saindo, andando e nunca pára [sic]” (GUEIROS, 1956, p. 36). Volta Seca enfatiza que o bando sempre se deslocava em “disparada”, pois estavam permanentemente “fugindo das forças volantes” (O RADICAL, 1938, p. 3). Em razão disso, evitavam estradas, algumas fazendas e sempre dormiam vestidos, equipados da cabeça aos pés, visto que “nunca se sabia como seria o despertar, se com luz do sol ou com o pipocar das balas da volante” (GOMES, 1958e, p. 1-2). Ilda Ribeiro (1997), a cangaceira Sila, conta que a vida de correrias impedia até mesmo as relações sexuais entre cangaceiros e cangaceiras e, em muitas ocasiões, na iminência da chegada de uma volante, os cangaceiros tiveram que deixar a comida que estavam preparando para os policiais. Por vezes, andava-se doze léguas sem parar³, mal conseguindo comer e descansar. Segundo Labareda, certa vez o bando andou nove dias seguidos, “só parano prá cumê, i drumí [sic]” (LIMA, 1965).

3 Segundo Souza (1997), a distância total aproximada equivalia a 75 quilômetros (p. 31). Para Mello (2004), os cangaceiros andavam em média cinco a seis léguas por dia e, na exigência, facilmente faziam onze ou doze (p. 323).

A maior parte do deslocamento era realizado a pé, raramente andavam montados. Cavalos ou burros só eram usados para viagens longas, quando se pretendia “encurtar distâncias”, entrar em cidades ou, ainda, quando estavam sendo perseguidos pelas volantes. Os animais tinham vida curta no cangaço devido as longas distâncias percorridas. Para completar, entre 1934 e 1938, Lampião proibiu o uso deles porque julgava que chamava muita atenção (OLIVEIRA, 1970, p. 150).

Sila defende que as dificuldades impostas pelas correrias só foram superadas, mesmo quando gestante, porque ela era jovem e forte (SOUZA, 1997, p. 66). E, de fato, essas características eram decisivas na continuidade dos indivíduos no cangaço. A maior parte dos cangaceiros era composta por homens jovens. Na década de 1930, a maioria dos cangaceiros era de nascidos por volta de 1918. Havia até cangaceiros crianças, como foi o caso de Volta Seca, que entrou no bando com 11 anos. Criança e Oliveira também são exemplos, tinham 15 e 16 anos, respectivamente. Isso não significa dizer que não houve a presença de homens mais velhos no cangaço, existiu, mas esses eram a minoria. Pai Velho, por exemplo, tinha 71 anos (OLIVEIRA, 1970, p. 157).

O esforço físico, como observou o oficial Optato Gueiros (1956), era prejudicial à saúde do cangaceiro, afetando principalmente o estômago, em virtude da má alimentação e da péssima água ingerida (p. 167). Segundo Mello (2004), até mesmo Lampião – conhecido pelo seu excelente preparo físico⁴ –, já veterano, queixava-se de reumatismo e de dores renais, estas últimas intensificadas por longos períodos sem beber água (p. 323-324).

4 Em entrevista ao *Jornal O Globo*, de 8 de novembro de 1958, Volta Seca afirmou que Lampião possuía “resistência espantosa”, podendo caminhar por longos períodos sem parar, comendo mal e bebendo pouca água, o que lhe rendeu a alcunha de “a alpercata mais ligeira do sertão”.

Para dificultar ainda mais as coisas, o cangaceiro tinha que carregar tudo o que possuía. Em geral, sua carga resumia-se a: um rifle ou fuzil, um revólver ou pistola, munição levada em duas cartucheiras cruzadas ao peito, punhais, entre dois a quatro bornais com roupas, mantimentos e objetos diversos, dois cantis e cabaças para se levar água. Conforme Pericás (2010), o peso completo das roupas e dos equipamentos chegava a aproximadamente trinta quilos (p. 83)⁵. Em consequência desse elevado peso que carregavam, segundo Mello (2004), os que se dedicaram de maneira integral ao cangaço tinham o chamado “calo de bernal”, que consistia numa deformação na parte superior dos ombros. Essa marca era tão denunciadora que o policial quando suspeitava da existência de cangaceiros infiltrados na cidade procurava por ela nos homens (p. 73).

Surge dessa necessidade de se carregar todos os pertences uma das explicações para a origem da palavra cangaço. Para Câmara Cascudo (2001), a palavra era derivada de canga ou cangalha, que já no século XIX designava a armação de ferro ou de madeira que sustentava e equilibrava a carga das bestas. Logo, a expressão comparava bandoleiros a bestas de carga, pois sempre levavam consigo todos os bens que possuíam (CASCUDO, 2001, p. 104)⁶.

Assim sendo, a luz de tudo que foi dito, fica claro como o preparo físico era uma característica fundamental no cangaço. Por essa razão, Mello (2004) defende que o requisito preliminar de entrada do candidato no cangaço era ter um corpo sadio. Imposição de um modo de vida árduo e errante. Fato que afastou a presença acentua-

5 Segundo Mello (2018), o peso oscilava de vinte a vinte cinco quilos, mas podia chegar aos trinta quando o cangaceiro realizava viagens mais longas. Em todos os casos o peso ultrapassava a prescrição dos manuais militares de infantaria da época (p. 40-41).

6 Não pretendemos aqui nos aprofundar nas discussões a respeito da origem do termo cangaço. Para maiores informações acerca do tema, consultar Pericás (2010, p. 13-16).

da de velhos e doentes nos bandos (p. 323-324). Como ele mesmo chegou a afirmar, “cangaceiros são bailarinos: como estes, morrem de velho muito cedo” (MELLO, 2018, p. 272). Mesmo assim, o desejo de entrar ou formar um grupo de cangaceiros seduzia homens de diversas idades. Billy Chandler (1980) examinou cinquenta integrantes do bando de Lampião e demonstrou que havia uma grande variação de idade, com a presença de meninos e homens com 70 anos, embora a maioria tivesse entre 18 e 35 anos (p. 279).

Apesar de tudo que pontuamos aqui, é certo que alguns aspirantes a cangaceiros só perceberam que não possuíam coragem, valentia e/ou as exigências físicas para o ofício quando já estavam dentro de um grupo de cangaceiros. Esses indivíduos tenderam a não permanecer no bando e, consequentemente, não ocupar posições de destaque. Como pondera Howard Becker (2009), alguns fatores de ordem objetiva e/ou subjetiva interferiam na mobilidade dos indivíduos em sua carreira. Esse processo é denominado de contingência de carreira (p. 35). Como veremos nas etapas a seguir, houve muitas outras contingências quando se prosseguia na carreira.

Admissão no grupo

Essa segunda etapa da carreira cangaceira é caracterizada pela entrada do aspirante a cangaceiro em um bando. Assim como em outros grupos desviantes, como ladrões (SUTHERLAND, 1937) e prostitutas (SILVA, 2015), para que essa etapa pudesse ser concretizada, o aspirante a cangaceiro precisava ter contato com alguém de um grupo estabelecido. Ou, então, ele mesmo poderia formar um grupo com outros aspirantes que compartilhavam desejos comuns. Além dessas duas maneiras de entrada no cangaço, vale ressaltar que as relações familiares constituíram um importante elemento no recrutamento de indivíduos no cangaço. O bando de Lampião tinha

uma altíssima capacidade de recrutamento. Para termos uma ideia, Volta Seca relata que quando entrou no grupo no final de 1928, havia apenas oito cangaceiros, tempos depois, o bando contava com noventa e cinco homens (GOMES, 1958e, p. 1-2).

A admissão individual no bando de Lampião ocorria de duas maneiras. Primeiro, através de um encontro fortuito, na qual o aspirante a cangaceiro poderia ser convidado ou manifestava interesse em incorporar-se ao grupo. Já a segunda forma de contato acontecia quando o próprio aspirante buscava o bando ou, ainda, um coiteiro. Esse último seria o mensageiro que poderia comunicar ao chefe do grupo o desejo do aspirante em entrar para o cangaço. Dito isso, demonstremos como ocorria a admissão individual.

Antônio Luís Tavares, que viria a ser conhecido por Asa Branca, nasceu em 1908, em Cajazeiras do Rio do Peixe, Paraíba. Conta ele que seu pai foi assassinado quando ainda tinha dois meses de nascido. O crime havia sido praticado pelo então chefe político local, Luís Pedro. Aos 13 anos, sua mãe pediu para que o jovem Antônio se vingasse da morte do pai. O menino não titubeou e vingou-se, porém, teve que fugir dali para não sofrer retaliações. Foi procurar refúgio na fazenda do coronel Isaías Arruda, em Aurora, no Ceará, tornando-se uma espécie de capanga mirim do chefe político. Pouco tempo depois, nos primeiros anos da década de 1920, Lampião e seu bando estiveram na fazenda de Isaías Arruda. Lampião logo gostou do menino, deu-lhe um mosquetão e pediu que ele desse um tiro, o menino acertou o alvo, então, Lampião convidou-o para juntar-se ao grupo. O menino aceitou o convite e seguiu com o bando (OLIVEIRA, 1970, p. 427).

Outro jovem cangaceiro que foi convidado a ingressar no bando de Lampião foi Volta Seca. Ao longo dos anos ele deu versões distintas do seu primeiro encontro com o grupo, mas há pontos em comum em suas declarações. Nascido em 18 de março de 1918, em

Itabaiana, Sergipe, batizado de Antônio dos Santos, era o sexto de treze filhos. Morou num sítio que “dava para sustentar a família”. Sua mãe, Arminda Maria dos Santos, faleceu quando ainda tinha 9 anos. Três meses depois seu pai já estava com outra mulher. O novo relacionamento do pai gerou uma série de desentendimentos entre o menino Antônio e a madrasta, visto que ela passou a bater nos seus irmãos e provavelmente nele também. Revoltado, o menino fugiu de casa e buscou uma nova vida. Estabeleceu-se em diversos locais de Sergipe por um curto período de tempo. Passando por Aracaju, São Cristóvão, Simão Dias e, por fim, fixou-se na fazenda de Seu Danilo, em “Arraial de Goloso”, em Antas, Bahia (GOMES, 1958f, p. 1-2). Foi nesse lugar que ocorreu o encontro do menino Antônio de 11 anos com bando de Lampião. Na ocasião, “dois homens” o levaram até Lampião, que pediu para que ele lavasse os cavalos e burros do bando. Terminado o serviço, foi remunerado. Lampião o dispensou, mas seus homens o aconselharam a levar o garoto, já que ele sabia lavar os animais (GOMES, 1958g, p. 1-2). Decidiu, então, convidá-lo: “você quer ir comigo? Eu tenho cavalos muitos e dinheiro para você. Vamos nos imbora. Monte na garupa daquelle companheiro... [sic]”. O menino Antônio aceitou o convite e entrou para o bando (O RADICAL, 1938, p. 3).

Antônio Ignácio da Silva, o futuro Moreno, também se encontrou com o bando de Lampião casualmente, mas, diferente dos casos anteriores descritos nessa etapa, ele mesmo manifestou interesse em entrar para o grupo. Natural de Tacaratu, Pernambuco, Antônio era um trabalhador rural de 21 anos que prestava serviços nas fazendas da região. Numa dessas propriedades, trabalhou para um senhor chamado André. Tudo corria bem até que a sobrinha de André se enamora de Antônio. Segundo Antônio, uma agregada da propriedade conhecida como Antoninha passou a espalhar o boato de que a moça não era virgem. Primeiro, revelando a ele e depois contando ao patrão que Antônio era quem estava compartilhando

a intriga. Para solucionar a questão, o fazendeiro resolveu reunir os empregados. Durante a reunião, Antônio se exaltou e agrediu Antoninha com um soco, o marido da agredida, furioso, partiu para cima de Antônio que sacou uma peixeira e desferiu um golpe no peito do homem que caiu morto. Antônio fugiu e passou a trabalhar em diversas fazendas. Ainda em 1930, em uma dessas propriedades, encontrou-se com Virgínio, Luiz Pedro, Maçarico, Fortaleza e Medalha. Os cangaceiros ficaram na fazenda durante três dias e nesse período estabeleceram amizade com Antônio, que manifestou o interesse em segui-los (FREITAS, 2008, p. 45-49). Antes de todos partirem, submeteram-no a um teste de fogo⁷.

Já Ângelo Roque da Costa, que recebeu o apelido de Labareda, foi admitido no bando após ir ao encontro dos cangaceiros. Ângelo conta que tudo iniciou quando o soldado Horácio, vulgo Couro Seco, começou a cortejar sua irmã, Sabrina Roque da Costa, de 15 anos. Contudo, o soldado era casado e conhecido como mulhengo na região. Ângelo Roque ao tomar conhecimento de uma carta em que o soldado convidava sua irmã para fugir de casa com ele, resolveu buscar a justiça. O juiz da comarca, porém, disse que nada podia fazer. No dia seguinte, Ângelo resolveu “acertar as contas” com Horácio e o executou com um tiro. O pai do soldado, André Caboclo, tentou vingar-se, mas também foi morto por Ângelo. A polícia impôs forte perseguição a Ângelo e durante os conflitos, seu irmão, João de Deus, e sua mulher, Osama, foram executados. Ângelo Roque buscou esconderijo na fazenda de um coronel conhecido do seu pai, permanecendo ali por um período com seu filho, mas vez ou outra entrava em conflito com a polícia (LIMA, 1965, p. 177-180). Acossado pelas circunstâncias, buscou contato com cangaceiros. Ao encontrar-se com Corisco e Arvoredo, os dois o aconselharam que a única alternativa seria entrar no cangaço (SILVEIRA, 1944).

7 Na próxima etapa, o batismo de fogo, discutiremos o caso de Antônio Ignácio.

Na avaliação dos cangaceiros, Ângelo Roque já era um homem experimentado na vida das armas. Ter executado dois policiais e sustentado tiroteios com a polícia demonstrava que ele era um homem corajoso e valente. O indício desse julgamento fica claro na descrição feita pelo próprio Ângelo sobre seu primeiro encontro com Lampião. Na ocasião o Rei do Cangaço teria dito a ele: “você num discunhece a vida de ispingarda, praquê você já tá feito nela [sic]” (LIMA, 1965, p. 181). Lampião percebeu de imediato que Ângelo Roque era um recruta diferente, já era um conhecedor da vida de correrias com a polícia. Já Asa Branca e Volta Seca provavelmente eram tidos como recrutas inexperientes, que precisavam apreender o conjunto de conhecimentos próprios do ofício. Isso principalmente pelo fato de que os cangaceiros ainda eram crianças quando entraram no bando⁸.

Voltemos a discutir a admissão individual de cangaceiros no bando de Lampião. Os aspirantes a cangaceiros que foram ao encontro do bando de Lampião em determinado momento puderam ser admitidos em locais específicos. Devido à perseguição que o governo de Pernambuco impôs ao cangaço, Lampião, em 1928, atravessou o rio São Francisco e reorganizou seu bando em estados nunca explorados por ele – Sergipe e Bahia. Nesse contexto, Optato Gueiros (1956) diz que Lampião passou a se fixar na Fazenda Três Barras, Bahia, fazendo do local um verdadeiro “quartel general”. Permanecendo ali por seis meses, realizando festas, mas também recrutando homens. Na fazenda, incorporou diversos “foras da lei” ao bando, como Corisco e Antônio de Engracia. O efetivo cresceu rapidamente, passando de cinco para mais de cem homens (GUEIROS, 1956, p. 131-132). Para o historiador Luiz Bernardo Pericás (2010), isso também ocorreu na fazenda Paus Preto, no mesmo estado. A

8 O recrutamento de crianças no bando era comum, não só porque Lampião gostava da presença delas, mas porque eram úteis como espiões. Eles chamavam menos atenção do que adultos ao se infiltrarem numa cidade (CHANDLER, 1980, p. 184).

propriedade pertencente a um coiteiro de Lampião, o chefe político Petronilo de Alcântara Reis, o local se constituiu em uma “escola de guerra”, onde os aspirantes a cangaceiros foragidos e perseguidos pela polícia recebiam fardamento, armas, munição, treinamento militar e aprendiam técnicas de batalha (PERICÁS, 2010, p. 81).

Vale pontuar que, em alguns casos, as relações familiares entre aspirantes e cangaceiros foram importantes elos para a entrada desses primeiros indivíduos no cangaço, isso porque o aspirante a cangaceiro detinha uma proximidade muito maior com um grupo de cangaceiros do que a maior parte dos sertanejos. Se um dia o aspirante parente do cangaceiro resolvesse entrar para um bando, ele sabia que tinha fácil acesso ao grupo em que seu familiar estava. Semelhantemente, no mundo “prostitucional”, ter conhecidos como parentes, vizinhos e amigos é um recurso para entrada neste espaço (SILVA, 2015, p. 102).

Esse foi o caso de José Aleixo Ribeiro da Silva, o Zé Baiano, que recorreu aos familiares quando decidiu entrar no cangaço. Possuía vários parentes no cangaço, entre alguns, seu pai, Faustino “Mão de Onça” e seus irmãos Ambrósio, Silvestre, Rafael, Arvoredo e Manoel Pé de Meia. Além desses, tinha vários primos que eram ou vieram a se tornar cangaceiros (OLIVEIRA, 2012, p. 284). Para Volta Seca, foi por isso que José entrou para o cangaço, principalmente depois que seus primos, Antônio de Engrácia e Cirilo, cometeram alguns crimes e se tornaram cangaceiros. Por conta disso, José passou a ser perseguido pelas forças volantes, que pretendiam que ele informasse onde estavam seus primos. A violência da polícia motivou José a procurar seus primos e entrar no bando deles. Posteriormente, os três se juntaram ao bando de Lampião (GOMES, 1958h, p. 1).

A perseguição aos Engracia também influenciou a entrada de José Ribeiro Filho, o Zé Sereno, no cangaço. Segundo Ilda Ribeiro (1997), a mãe de José, Lúcia Maria da Trindade, era irmã de Antônio e Cirilo.

Além deles, José tinha primos e tios no cangaço. Por isso, volta e meia a polícia aparecia em sua casa em busca dos parentes, sempre de modo violento. Em determinado momento, a família de José foi obrigada a se mudar de cidade para não dar “guarida naquelas bandas” aos parentes cangaceiros. José resolveu, então, procurar seus tios e primos e entrar no cangaço (RIBEIRO, 1997, p. 34-35).

Assim como as relações familiares se constituíram num importante elemento na admissão de recrutas, o mesmo pode ser considerado no que se refere aos elos entre cangaceiros e coiteiros. Vejamos os exemplos de Isaías Vieira, o Zabelê, e de Benedito do Alves dos Santos, o Saracura. O primeiro afirmou que costumava realizar comércio com os cangaceiros e, em razão disso, foi julgado pela polícia em razão de ser coiteiro do bando de Lampião. Após tomar uma surra dos policiais, decidiu entrar no grupo (OLIVEIRA, 1970, p. 420). O motivo da entrada do menino Benedito também foi semelhante. Labareda conta que a polícia aplicou uma surra no pai do menino porque ele era suspeito de ser coiteiro; Benedito escapou da violência porque estava cuidando dos animais da família. Diante disso, o menino decidiu entrar no subgrupo de Lampião comandado por Labareda (LIMA, 1965, p. 241).

Todos esses casos ilustram como a violência policial poderia estimular a entrada de aspirantes em bandos armados. A violência das volantes era um recurso comum durante as perseguições aos cangaceiros⁹. O algoz de Lampião, o oficial João Bezerra (1940), descreve a ação dos policiais em seu livro. Segundo ele: “se ninguém pode amansar burro sem espora como será possível apriar bandidos sem ameaças a terceiros para que se obtenha

9 Até mesmo Lampião teve vários parentes perseguidos pelas volantes. Todavia, ao contrário da maioria dos seus subordinados, os parentes de Lampião podiam gozar de seu prestígio e ficar na fazenda de algum coiteiro influente. Antônio da Piçarra contou que duas tias e alguns primos de Lampião após serem perseguidos pela polícia permaneceram alguns meses em sua fazenda (OLIVEIRA, 1970, p. 297).

notícias?” (BEZERRA, 1940, p. 7). Ou, ainda, como julgava também o oficial Optato Gueiros (1956): “Todos os meios são lícitos para a eliminação de indivíduos da espécie de Lampeão [sic]” (p. 201).

Isso não significa que replicamos, aqui, a máxima popular de que “todo cangaceiro tinha uma vingança a ser cumprida”. Em geral, esse argumento era um artifício retórico de alguns cangaceiros para explicar seu comportamento desviante, isto é, seu escudo ético. Dito isso, não descartamos a ideia de que, após uma afronta sofrida, alguns homens decidiam entrar num grupo de cangaceiros. Entretanto, não foram experiências isoladas que determinavam que um sertanejo se tornasse cangaceiro. Era preciso uma série de elementos, que já foram apontados aqui, como o julgamento de que a vida no cangaço era algo moralmente aceitável para o aspirante e o contato com um grupo organizado.

Diversos afrontados nunca entraram nas fileiras do cangaço. O caso mais célebre é o de José Ferreira, irmão de Lampião. Durante vários anos foi perseguido pela polícia e até preso por um ano e nove meses sem ser julgado. Mesmo assim, nunca participou de lutas com seus irmãos (OLIVEIRA, 1970, p. 38). Por isso, ao contrário de muitas interpretações do cangaço, levamos em consideração o papel de agência dos indivíduos.

O recrutamento também podia ocorrer em pequenos grupos estabelecidos. Esse recurso ocorria eventualmente quando Lampião precisava de um contingente maior para uma ação. Então, cooptava-se homens em grupos menores que se subordinariam ao Rei do Cangaço. Villela (2004) denominou esse movimento de flutuações intergrupais. Nota-se isso no relatório de 1928 enviado ao chefe de polícia de Pernambuco, Eurico de Souza Leão. No documento,

o cangaceiro Bom de Vêras, a princípio, é comparsa de Lampião e depois aparece como chefe de grupo¹⁰ (VILLELA, 2004, p. 51-52).

Optato Gueiros (1956) afirma que além da admissão de bandos menores, Lampião também podia recorrer a “efetivos de reserva” de “cangaceiros mansos”¹¹ em várias localidades do Nordeste. Destacando duas regiões pernambucanas, Pajeú e Navio. O oficial de volante afirma, ainda, que os dois locais eram ricos em recursos hídricos. O que contraria boa parte da literatura do cangaço, que relaciona a seca a proliferação do cangaço. Ademais, salientamos que ocorreu nas duas localidades célebres lutas entre parentelas. Nesse sentido, acreditamos que a origem dos cangaceiros e os embates entre parentelas não constituíram uma mera coincidência. Como apontou o cronista Luiz Luna (1963), proprietários de terras e políticos locais ao organizarem seus “exércitos particulares” recrutavam vaqueiros e almocreves da região. E, muitas vezes, ao término do conflito, esses homens não retornavam ao “trabalho honesto”. Organizavam e/ou integravam grupos de cangaceiros, “passando a matar, roubar e incendiar por conta própria” (p. 93). Desse modo, como Maria Isaura (1977), defendemos que o cangaço independente por vezes se misturou às lutas políticas.

10 Mello (2004) demonstra esse aspecto fluído de integrantes do bando em um levantamento realizado com processos crime no ano de 1926. Segundo ele, em 2 de março o bando entra em Barbalha (CE) à frente de quarenta e nove homens; alguns meses depois, em 19 de agosto o grupo invade a cidade de Tacaratu (PE) com noventa homens e, poucos dias depois, em 26 de agosto, ataca a fazenda Tapera no município de Floresta (PE) com cento e vinte componentes (p. 187-188). Mello (2004), porém, não percebe essas evidências de que cangaceiros eram indivíduos fluídos e denomina Lampião como um chefe “congregador” e “federalizante”.

11 Podemos afirmar que o cangaceiro manso era um cangaceiro intermitente, já que ele só atuava esporadicamente. Quando convocado, realizava alguns assaltos, assassinatos, sequestros, mas terminado o “serviço”, voltava para o trabalho em suas terras ou nas do seu patrão.

Uma vez incorporado ao grupo, o agora cangaceiro neófito precisava se adaptar aquele estilo de vida do cangaço. Como notou Becker (2009) em seu estudo sobre usuários de maconha, gostar da droga não era condição fundamental para que o usuário desenvolvesse um padrão estável de uso (p. 69). De modo semelhante, considerar o cangaço moralmente aceitável, ser valente, corajoso e possuir vigor físico não eram condições necessárias para permanecer no ofício. Para isso, era preciso que o cangaceiro gostasse do que fazia no bando. Por isso, certamente houve indivíduos que entraram em choque com o que esperavam do cangaço e o que de fato era o cangaço. Antônio Gurgel (2006), que conviveu alguns dias no bando, notou como a vida no grupo era simples. Os cangaceiros jogavam cartas até tarde da noite, dançavam e bebiam muito, principalmente cachaça. Ainda assim, quem permanecia gostava do cangaço, principalmente os líderes. Logo após a admissão de Volta Seca, Lampião falou que a vida no cangaço “era uma beleza”, tem “comida muita, festa muita, a gente é dono de tudo...” (PACOTILHA, 1938, p. 2-5). Propaganda enganosa? Para aqueles sujeitos que passaram anos no cangaço provavelmente não.

Batismo de fogo

Nessa etapa da carreira cangaceira, o novato tinha suas habilidades guerreiras colocadas à prova. Comumente, o chefe do bando avaliava valentia, coragem, astúcia, crueldade e manejo com as armas dos iniciados. O batismo de fogo poderia ocorrer a partir de uma ação ordenada pelo chefe do grupo ou em episódios contingenciais, como um combate inesperado com uma força volante. Por esse motivo, era fundamental que o cangaceiro neófito demonstrasse o *know-how* guerreiro de sua cultura profissional de modo eficiente. Em alguns casos, como em um combate, a hesitação e/ou o medo poderiam custar a vida do iniciado.

Vejamos o desempenho de alguns cangaceiros nessa etapa da carreira cangaceira.

O primeiro caso é do cangaceiro Volta Seca. Ao longo do tempo, ele apresentou duas versões para o seu batismo de fogo. Porém, ambos os testes foram ordenados por Lampião. Primeiro, numa entrevista em 1938, Volta Seca afirmou que três ou quatro meses após o seu ingresso no bando, ele participou do seu “primeiro fogo” em “Mirandella”, na Bahia. Nesse episódio, os cangaceiros haviam sido surpreendidos por uma força policial, mas os primeiros estavam em maioria e acabaram vencendo o confronto. Ao final da luta, ainda havia soldados da polícia feridos no campo de batalha. Sem demora, Lampião sangrou¹² um e ordenou que Volta Seca sangrasse outro dizendo: “anda cá, moleque. Fura aqui este macaco pra tu te acostumá [sic]” (O RADICAL, 1938, p. 3). Conforme Pericás (2010), essas práticas eram comuns no bando, já que entre as muitas funções desempenhadas pelas crianças, também se exigia que elas participassem de combates e, claro, executassem soldados das volantes (p. 49). Posteriormente, em 1952, Volta Seca contou outra versão do seu batismo de fogo. Segundo ele, logo após ser admitido por Lampião no bando, foi encarregado de assassinar um fazendeiro que havia abusado sexualmente da filha de um coiteiro. O cangaceiro mirim cumpriu sua missão e levou as orelhas da vítima para Lampião para provar o feito¹³.

Moreno contou que também teve sua coragem e valentia testadas pelos cangaceiros. Como descrevemos no tópico anterior, após passar três dias com Virgínio, Luiz Pedro, Maçarico, Fortaleza e Medalha numa fazenda em que ele trabalhava, Antônio Ignácio

12 Segundo o memorialista Ranulfo Prata (2010), a sangria era a execução do inimigo com um longo punhal cravado na região “supra clavicular”, também conhecida no sertão como “saboneteira” (p. 169-170).

13 O famoso “Volta Seca”, caçula do bando de Lampeão, obtém a liberdade e jura não cometer mais crimes. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de março de 1952. p. 1.

manifestou interesse em ingressar no grupo. Assim, os cangaceiros queriam uma demonstração de sua valentia. Eles tinham capturado um coiteiro que havia denunciado os cangaceiros à polícia. A sentença da traição no cangaço era uma só: a morte. Então, entregaram para Antônio um fuzil mauser e pediram que ele fizesse o serviço. Antônio segurou a arma, mirou no peito do homem e atirou. Após a execução, Luiz Pedro se aproximou de Antônio e afirmou convicto: “Você vai com a gente. E de agora em diante seu novo nome será Moreno”. Estava, assim, selado o ingresso de Moreno no bando (FREITAS, 2008, p. 45-49).

O cangaceiro Guilherme Alves, o famoso Balão, teve suas habilidades colocadas a prova em um tiroteio com uma volante. Guilherme Alves conta que tinha dezenove anos e “615 balas” quando participou do seu batismo de fogo. Na ocasião, o bando estava nas caatingas quando se chocou com a volante de Manoel de Souza Neto, o célebre nazareno Mané Neto. O combate foi duro e prolongado. Ao término, o cangaceiro e Lampião tiveram uma conversa; o Rei do Cangaço perguntou onde estavam “as balas”, Guilherme então disse: “Só tenho 5”; “E as outras?”, perguntou Lampião, Guilherme prontamente respondeu: “Por aí, voando atrás dos macacos”. Lampião sorriu e o admitiu (REALIDADE, 1973, p. 45).

O depoimento do cangaceiro a respeito da quantidade de munições de que dispunha parece um tanto exagerado. Primeiro porque os cangaceiros eram orientados a fazer um uso racional da munição. Além disso, geralmente, os cangaceiros recebiam de duzentas a trezentas cápsulas de munições e só os considerados “mais capazes” que chegavam a receber até quinhentas cápsulas (OLIVEIRA, 1970, p. 111). Ângelo Roque, o Labareda, quando ingressou para o cangaço já era considerado pelos seus companheiros um homem experimentado na luta contra as volantes. Conta Ângelo que em seu primeiro encontro com Lampião, o Rei do Cangaço “deu um parabellum e 50 munições” a ele (LIMA, 1965,

p. 181). Provavelmente Ângelo Roque só recebeu uma quantidade de cápsulas considerada baixa para cangaceiros destacados, porque o bando estava com estoque reduzido. Ponderado o exagero no depoimento de Balão, fica claro que Lampião aprovou o seu desempenho na luta contra a volante do temido nazareno.

Percebemos, assim, que o bom desempenho do cangaceiro neófito no batismo de fogo demonstrava que o novato possuía as qualidades necessárias para permanecer no cangaço. Além do que o seu comportamento poderia até deixar boas impressões com o chefe do grupo. Nesse momento, é provável também que o iniciado se autoavaliava e percebia se possuía ou não as capacidades para o desempenho do ofício. E, tendo percebido que as possuía, permanecia no grupo. Assim, o cangaceiro continuava apreendendo a cultura profissional do ofício. Esse conhecimento era um exercício contínuo, visto que os cangaceiros estavam constantemente inovando em suas técnicas de combate (FERREIRA; AMAURY, 2009, p. 53).

Subida de patente

As hostes de Lampião eram organizadas e hierarquizadas. Eventualmente, alguns cangaceiros ascenderam a postos de chefia no bando. E com isso, cumpriam uma função de comando, mas ainda permaneciam subordinados ao Lampião. Obediência observada tanto nos primeiros anos do bando como depois de 1927, quando Lampião para dificultar o trabalho das volantes, dividiu o bando em subgrupos, delegando o comando aos homens de confiança e que julgava mais capacitados.

Segundo Volta Seca, em uma das primeiras conversas que teve com Lampião assim que foi admitido, o Rei do Cangaço afirmou que todos eram iguais dentro do bando, com exceção dele, que era o chefe. Lampião teria dito que no grupo “num tem ás, reis”, mas ele era “o chefe que manda”. Contudo, logo Volta Seca perce-

beu que havia uma hierarquia mais complexa ali. Dado que havia homens “promovidos” por Lampião para cumprirem funções táticas específicas de combate, como “vanguarda” e “retaguarda”. Durante esses episódios, os cangaceiros “promovidos” deveriam tomar conta de outros homens. Além disso, o líder possuía responsabilidades para com Lampião, pois se os seus subordinados “fizesse alguma coisa mal feita” durante a missão, Lampião cobraria do líder (O PASQUIM, 1973). Havia, então, uma hierarquia mais elaborada, com gradações de lideranças.

Antes de aprofundarmos no tema da subida de patente, vale assinalar que, ao longo do tempo, o bando de Lampião se organizou de dois modos. A princípio, entre 1922 e 1927, Lampião comandou um grupo numericamente fluído. O contingente de homens variava de acordo com a ação. Quando a missão exigia um número maior, incorporava-se novos homens, quando não era necessário, dispensava os “efetivos de reserva” (GUEIROS, 1956, p. 82). Por essa razão, em alguns períodos o grupo chegou a ter mais de cem homens. Nessas ocasiões, como explicou Volta Seca no parágrafo acima, Lampião delegava funções de comando para os homens mais destacados. Labareda, em depoimento a Estácio de Lima, disse que esses líderes, que ele denomina de “os grandes do cangaço”, poderiam ter origem nos “grupinhos” recrutados¹⁴, visto que em cada grupo havia um “chefe prestigioso” entre seus componentes (LABAREDA, 1965 apud QUEIROZ, 1977, p. 174). Porém, Lampião centralizava as decisões, mas arquitetava planos de ação juntamente com seus irmãos e “os grandes do cangaço” (OLIVEIRA, 1970, p. 50).

Posteriormente, entre 1927 e 1938, Lampião dividiu o bando em subgrupos de modo a confundir e dificultar o trabalho das volantes que, a partir daquele momento, deveriam se espalhar na ca-

14 Segundo o levantamento de Mello (2004), entre 1919 e 1927, havia quarenta e quatro grupos de cangaceiros atuando no Nordeste (p. 190).

çada aos cangaceiros. Conforme Optato (1956), nesse período o bando oscilava de sessenta a cem homens, fracionados em pequenos bandos de oito a doze homens (p. 16). Para Labareda, a ordem de Lampião era: “Quanto mais volante, mais us grupo da gente divia sê menó [sic]” (LIMA, 1965, p. 245). Essa estratégia facilitava a locomoção dos grupos. Ilda Ribeiro (1997), a Sila, afirmou que os subgrupos gozavam de certa autonomia, uma vez que Lampião não intervinha neles e respeitava as decisões dos chefes. Se um cangaceiro quisesse trocar de grupo, por exemplo, era respeitado e não sofria retaliações.

Levando tudo isso em consideração, questionamos o que era necessário para que um cangaceiro ascendesse no bando. Vejamos alguns relatos das qualidades de liderança de Lampião e outros cangaceiros para entendermos melhor esse tema.

Para Optato Gueiros (1956), Virgulino no início de sua carreira no cangaço teria tomado a liderança do bando dos Ferreiras do irmão mais velho, Antônio, por conta das suas habilidades de combate e do seu “dom” de “pressentimentos” (p. 169). Já o cronista Luiz Luna (1963) argumenta que essa mudança de liderança entre os Ferreiras ocorreu porque o ainda Virgulino demonstrava possuir qualidades de comando, de “sentido prático” nos combates e por traçar planos que davam certo. Por todos esses motivos, Antônio foi rebaixado a condição de subalterno, mas sem qualquer ressentimento (LUNA, 1963, p. 30). Nos depoimentos de cangaceiros sempre se ressaltam a capacidade de liderança de Lampião, descrevendo-o como alguém “inteligente” e “enérgico”. No campo de batalha demonstrava essas qualidades ao delegar as posições de luta de “vanguarda”, “meio” e de “retaguarda” aos mais destacados. Sabia também ser cauteloso e perspicaz, quando percebia que seu grupo estava sendo cercado pelas forças volantes, por exemplo, estudava sempre uma saída, já que a desvantagem poderia ser fatal (OLIVEIRA, 1970, p. 48).

Estácio de Lima (1965) conheceu diversos ex-cangaceiros e, para ele, uma das qualidades que o líder deveria possuir era a “capacidade de liderança”. Homens como Ângelo Roque, o Labareda, demonstrava ter essa característica até no aperto de mão. Outros chefes de subgrupo também possuíam essa característica, “inclusive o tôrvo Zé Baiano” (LIMA, 1965, p. 312). Corisco também se destacava por saber chefiar (GOMES, 1958i, p. 6-7). Para Aglae Oliveira (1970), que também conheceu vários ex-cangaceiros, Lampião tendia, geralmente, a escolher os “mais corajosos” e “capazes” para ser chefe de subgrupo (OLIVEIRA, 1970, p. 49).

Nesse sentido, a subida de patente representava o longo processo de interiorização dos repertórios apreendidos da cultura profissional. O cangaceiro que detinha inteligência, capacidade de liderança, coragem e outra série de atributos demonstrava estar apto a se tornar um dos “grandes do cangaço”. Lampião certamente avaliava todas as características do cangaceiro em consideração antes de promovê-lo.

Embora não mencionado, não é incorreto deduzir que todos os cangaceiros que foram alçados a postos elevados – seja nos primeiros anos do bando ou depois da divisão em subgrupos – precisavam ter também a confiança de Lampião. Havia entre os membros do Estado-Maior de Lampião uma relação de respeito e amizade. Luiz Pedro e Zé Sereno costumeiramente chegavam a pedir a bênção de Lampião. Na presença do Rei do Cangaço tiravam seus chapéus e ajoelhavam-se em sua frente para pedir a bênção. Lampião e Maria de Deá, inclusive, eram padrinhos do primeiro filho de Zé Sereno e Sila (SOUZA, 1997). Virgínio, o Moderno, gozava de tanta confiança com Lampião que chegou a ser seu tesoureiro (OLIVEIRA, 1970, p. 175). Esse tipo de afinidade demonstra que havia entre aqueles homens uma relação de lealdade. Esses vínculos eram percebidos nos modos de tratamento entre os “grandes do cangaço”. Labareda revela que “você” e

“compadre” eram os termos usados entre os membros do Estado-Maior de Lampião. “Compadre”, além de indicar a alta patente do cangaceiro, também revelava o nível das relações mais íntimas. Já os membros de nível inferior no bando chamavam seus chefes de “senhor” e Lampião de “seu capitão”¹⁵ (LIMA, 1965 apud QUEIROZ, 1977, p. 174-175)¹⁶.

Com a divisão do bando em subgrupos, o Estado-Maior ampliou-se. Nos momentos iniciais era constituído apenas por Antônio Ferreira, Luiz Pedro e Sabino. Posteriormente, ao recrutar novos homens, passou a contar também com novos líderes, como Corisco e Antônio de Engracia (LUNA, 1963, p. 71). Nesse contexto, ocorreu a subida de patente de Corisco, Labareda e Moreno.

Cristiano Gomes da Silva Cleto, o Corisco ou Diabo Louro, foi chefe de um dos subgrupos de Lampião. Nasceu em Matinha de Água Branca, Alagoas. Antes de entrar para o cangaço engajou-se no 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe. No Exército, participou do levante de 1924 ocorrido em Aracaju e comandado pelo então tenente Augusto Maynard Gomes. Esse episódio mudou sua vida, já

15 Lampião passou a ser chamado assim após sua visita a Juazeiro (CE), em 1926, quando “recebeu” a patente de capitão ao “integrar” os Batalhões Patrióticos que tinham a missão de lutar contra a Coluna Prestes no Ceará.

16 Labareda não deixou claro como os “grandes do cangaço” se referiam aos integrantes de baixa patente, denomina-os apenas de “cangaceiros” e os de posição mais abaixo de “cabras”. Segundo ele, esses últimos eram, por vezes, tão anônimos que os cangaceiros mais antigos sequer sabiam seus nomes (LIMA, 1965 apud QUEIROZ, 1977, p. 174-175). Mello (2004), porém, defende que o termo “cabra” era usado pelas volantes e pela população geral de maneira depreciativa. Os cangaceiros não gostavam de ser tratados assim. Para ele, os componentes de média e baixa hierarquia do grupo eram chamados de “rapazes” pelos seus companheiros, chefes e coiteiros. E os “rapazes” gostavam de serem tratados assim. Um exemplo é o bilhete de cobrança enviado por Arvoredo a Francisco de Souza, da Bahia, publicado no jornal *A tarde*, de 20 de janeiro de 1931; ao final da mensagem o cangaceiro havia escrito: “Sem mais, do seu criado e obrigado – Hortêncio, vulgo Arvoredo, rapaz de Virgulino” (p. 74).

que as tropas legalistas do governo federal conseguiram sufocar o movimento. Com o fracasso do levante, Cristiano se viu coagido, desertou do Exército e fugiu. Anos depois, procurou Lampião e ingressou no bando. Em pouco tempo de cangaço, Corisco foi nomeado por Lampião para ser chefe de um dos subgrupos (OLIVEIRA, 1970, p. 353-354). Certamente, a experiência no Exército influenciou o Rei do Cangaço na escolha de Corisco como um dos membros do seu Estado-Maior. Para Lampião, Corisco possuía as qualidades de um líder.

Já Ângelo Roque, o Labareda, revelou que certa vez conversou com Lampião e pediu para formar um grupo “como o de Corisco”. Segundo ele, Lampião não “protestou” e o cangaceiro pôde formar um bando juntamente com outros dois cangaceiros. Ficou decidido também que seu grupo atuaria na zona baiana do São Francisco (SILVEIRA, 1944). Ou seja, Ângelo não esperou que o Lampião o reconhecesse e lhe delegasse a função de chefe de subgrupo, resolveu ele mesmo pedir a promoção. Contudo, vale ressaltar que Labareda era um homem experiente no combate. Provavelmente, Lampião não o elevaria a condição de líder de um subgrupo se ele já não houvesse demonstrado suas qualidades de cangaceiro destemido. Quando ainda estava com Lampião no grupo central, costumava liderar outros cangaceiros em ações de luta como nos assaltos a cidades. Um exemplo disso foi a invasão da cidade sergipana de Capela, na qual o bando contava com dezoito homens. Segundo Labareda, Volta Seca e Pretão ficaram tomando conta dos animais e cobrindo a retaguarda do grupo invasor. Enquanto isso, a equipe atacante ficou organizada da seguinte maneira: “Eu levava, cumigo, quatro; Lampião, quatro cum êle; Virginio e Luiz Pêdo, cada um cum u mesmo núm’ro [sic], formando quatro grupo” (LIMA, 1965, p. 196).

Além da promoção efetivada e consentida por Lampião, um evento fortuito como a morte de um chefe de subgrupo poderia tam-

bém tornar um cangaceiro que estava em uma posição abaixo do antigo líder ascender à chefia. Foi exatamente isso que ocorreu com Moreno após a morte de Virgínio, o Moderno. Virgínio foi morto em outubro de 1936, nas proximidades da fazenda Rejeitado, sul de Sertânia, em Pernambuco. Após ter sido atingido por um projétil em seu joelho, seus companheiros não conseguiram estancar a hemorragia. Com a morte do cunhado de Lampião, Moreno assumiu a liderança do grupo (FREITAS, 2008, p. 45-49). Moreno possuía uma posição de destaque no bando e era amigo de Moderno, por isso, era razoável que se tornasse o novo chefe.

O caso de Moreno e Virgínio demonstra que mesmo os subgrupos tendendo a se organizarem em um contingente reduzido, as funções de “vanguarda” e “retaguarda” permaneciam e eram ocupadas pelos cangaceiros “mais destacados”. Ilda Ribeiro (1997) expõe que o grupo de Zé Sereno andava pelas caatingas em coluna dupla. À frente viajava Luiz Pedro, por ser o mais experiente dos homens, serrando fila, o chefe, Zé Sereno. Cabia aos dois evitar surpresas tanto à frente quanto na retaguarda (RIBEIRO, 1997, p. 31).

Vale assinalar que ser promovido no bando não significava apenas obter um reconhecimento de Lampião ou uma mera mudança de *status*. A subida de patente era uma excelente oportunidade para que o cangaceiro pudesse melhorar financeiramente sua vida. Antônio Gurgel (2006), que foi refém do bando de Lampião em 1927, revelou que por ocasião dos saques, cada cangaceiro podia ficar com o dinheiro e as joias de que se apossava “pessoalmente”. No entanto, as grandes quantias provenientes de sequestros eram repartidas entre os chefes de grupo, cabendo a Lampião o “quinho” maior (GURGEL, 2006, p. 89-90). Para termos uma ideia da fortuna dos “grandes do cangaço”, Zé Baiano agiotava dinheiro a juros a ricos fazendeiros e estima-se que sua fortuna ultrapassasse os mil contos de réis. Era um patrimônio considerável para a época, um exemplo é o fato de que o capital declarado do jornal

A Noite, do Rio de Janeiro, era de mil e quinhentos contos de réis (NEGREIROS, 2018, p. 183).

Essa opulência entre os chefes era exibida até nos trajes e, na prática, funcionava como uma espécie de signo de distinção hierárquico do bando¹⁷. O oficial de volante João Bezerra (1940) relatou que se encontrou com bando de Corisco e na fuga dos cangaceiros o Diabo Louro deixou um chapéu em que nas correias “havia seguramente uns dois contos de réis em moedas de ouro” (p. 82). Já no caso de Lampião, após sua morte na Grota do Angicos, em Sergipe, o relatório produzido pela polícia militar de Alagoas enumerou cinquenta peças de ouro em seu chapéu. Em um dos seus dois bornais havia um botão de ouro e outro de prata. Já o segundo bernal continha apenas um botão de prata, mas no suspensório havia nove botões de prata. Existiam enfeites até mesmo na bandoleira da Mauser do Rei do Cangaço, com sete escudos de prata do Império no valor de mil réis¹⁸ (MACEDO, 1975, p. 16-17).

Essa abundância de riquezas dos “grandes do cangaço” contrastava com a miséria de vários cangaceiros de nível inferior. Labare-da contou que certa vez o bando foi convidado para uma festa de São João e o jovem cangaceiro Sabiá disse a ele que não iria à festa “pruquê inda nun tenho ropa. Si u sinhô mi desse u’a roupa, eu ia prô brinquedo [sic]” (LIMA, 1965, p. 209). Por essa razão, Optato Gueiros (1956) considerava que os homens que lutavam com Lampião eram os seus “empregados” (p. 40). Opinião reforçada pelo

17 Outros elementos também possuíam essa função, como os punhais dos cangaceiros. Quanto maior era o punhal, mais destacado era a posição do cangaceiro no bando. Conforme Frederico Pernambucano de Mello no documentário *A Estética do cangaço*, Lampião tinha um punhal de 80 centímetros, já o de Luiz Pedro era de 72 centímetros.

18 Vale lembrar que, ao final do massacre, vários soldados da força liderada por João Bezerra levaram os despojos dos cangaceiros abatidos. Ou seja, certamente havia muito mais itens valiosos nas vestes de Lampião.

cangaceiro Zabelê. Declarou ele que: “Lampião foi o mió home qui tive cumo patrão [sic]” (OLIVEIRA, p. 116, 1970). Logo, na prática os cangaceiros de origem pobre trocavam um patrão por outro (PERICÁS, 2010, p. 51).

Para finalizar, a ascensão a postos mais elevados pareceu não ser possível para a maioria dos homens que passaram pelo bando. Talvez, faltou a esses cangaceiros o que Volta Seca qualificou ser “a noção do que era ser chefe” (GOMES, 1958d, p. 5). Em outros casos, acreditamos que a execução predominantemente de funções não bélicas no grupo pode ter contribuído para a não ascensão. Mello (2004) definiu esses indivíduos de “corpos especiais”, pois desempenhavam tarefas no bando que não estavam ligadas ao combate. Sabonete, por exemplo, era uma espécie de secretário pessoal de Maria de Déa. Cuidava de assuntos pessoais, enviava recados, cuidava de questões financeiras e necessidades farmacológicas. Havia também um conjunto de cangaceiros tratadores de cavalo. Em julho de 1927, quando o bando entrou no Rio Grande do Norte, Childerico Fernandes de Souza notou que: “alguns cangaceiros não passaram de serviçais tratadores de montarias dos chefes” (apud MELLO, 2004, p. 136-137).

Final da carreira: morte, expulsão, abandono ou prisão

Toda carreira possui um fim. Logo, nesta seção vamos explorar quais os fatores provocaram a última etapa da carreira cangaceira. Havia quatro maneiras de um cangaceiro encerrar sua carreira: morte, expulsão, deserção ou a prisão. Evidentemente, após a admissão em um grupo, o final da carreira poderia ocorrer em qualquer uma das etapas da carreira cangaceira. Vejamos agora como foi o final da carreira de alguns cangaceiros do bando de Lampião.

Desde muito cedo Lampião conviveu com mortes provocadas por confrontos contra as volantes. Logo após assumir a liderança do

bando de Sinhô Pereira, em 1922, Lampião já estava lutando na fazenda Taboleiro, na Paraíba. Nesse confronto Lampião saiu ferido, e morreu Vereda. No final daquele ano, em luta contra o major Teófanês, na Serra das Panelas, novamente Lampião saiu ferido e com baixas, dessa vez perdeu dois homens, Cícero Costa e Lavan-deira (GUEIROS, 1956, p. 83).

Assim, estar no cangaço era vivenciar uma rotina de mortes. Ao longo dos anos Lampião conviveu com perdas recorrentes durante sua carreira no cangaço, inclusive, com três irmãos que entraram para o bando. A primeira foi a de Levino Ferreira, o Vassoura, que morreu em 1925 após um confronto com volantes paraibanas na Baixa do Tenório, em Flores, Pernambuco. O embate iniciou quando a volante chefiada pelo tenente Oliveira e o subcomandante, sargento João Guedes, encontrou-se com o bando de Lampião. Travou-se um grande combate; quando os policiais já estavam se retirando, apareceu outra volante comandada pelo capitão José Caetano e o tenente Higino. O socorro reacendeu o conflito que, ao final, levou a morte de Levino (LUNA, 1963, p. 85-86; OLIVEIRA, 1970, p. 39).

Já o irmão mais velho, Antônio Ferreira, o Esperança, diferente dos outros irmãos, morreu acidentalmente em 1926, numa fazenda de um coiteiro perto de Vila Bela, hoje Serra Talhada. Antônio foi brincar com Luiz Pedro que estava deitado numa rede junto com o seu fuzil; a arma caiu no chão e disparou, acertando o peito de Antônio que morreu em seguida (LUNA, 1963, p. 85; OLIVEIRA, 1970, p. 40-41). O último irmão de Lampião a tombar foi Ezequiel, o Ponto Fino. Faleceu em um combate contra a volante do tenente Arsênio, de Sergipe, em 24 de abril de 1931, às 5 horas da manhã, numa fazenda de um coiteiro da Bahia. A volante do tenente Arsênio foi cercada por sessenta homens do bando de Lampião, rapidamente os policiais tiveram baixas, mas logo ofereceram resistência. No tiroteio, Ponto Fino foi atingido com um tiro na per-

na que penetrou sua cartucheira e o abdômen. Esvaindo-se em sangue, conta-se que Lampião sacou a arma e deu um tiro de misericórdia na cabeça do irmão (LUNA, 1963, p. 86; OLIVEIRA, 1970, p. 41-42; GUEIROS, 1956, p. 217).

Além das mortes por enfrentamentos com a polícia, vários cangaceiros morreram de modos diversos. Houve até civis que se organizaram para matar cangaceiros. Foi esse o caso de Antônio de Amélia, em Aroeirinha, Alagoas, que juntamente com seu tio e outros quatro companheiros, atraiu os cangaceiros Medalha, Pancada, Suspeita e Limoeiro para o mato e em seguida os assassinaram (GUEIROS, 1956, p. 162)¹⁹.

Já outras mortes foram praticadas por membros do próprio bando. Um exemplo foi Cirilo que se embriagou e matou seu irmão Antônio após ele se recusar a ceder sua parceira de dança em uma festa na fazenda Vassoura, na Bahia (OLIVEIRA, 1970, p. 166). Outro caso foi o de Antônio Rosas que depois de “peitar” Lampião foi sentenciado a morte (GUEIROS, 1956, p. 223). Volta Seca revelou que várias amizades foram desfeitas no bando por ordens de execução de Lampião. Porém, ressalta ele que Lampião não era de mandar fazer, geralmente, ele mesmo tomava a iniciativa (GOMES, 1958i, p. 6-7).

Azulão teve mais sorte e foi apenas expulso do grupo por ordem de Lampião. Luiz Luna (1963) não revela os motivos da expulsão, mas descreve que na ocasião os companheiros de Azulão apenas retiraram os “arreios do cangaço” dele, isto é, suas armas, cartucheiras, munições e enfeites. Fizeram isso só para “quebrar o orgulho do cabra” (p. 67).

19 Em junho de 1936, civis também se organizaram para abater todo o subgrupo comandado por Zé Baiano. A ação foi realizada por Antônio Chiquinha e mais cinco homens da comarca de Frei Paulo, Sergipe. Posteriormente, Chiquinha entrou para polícia de Sergipe, provavelmente para se proteger de Lampião (CHANDLER, 1980, p. 218-219).

Volta Seca, todavia, depois de ter um desentendimento com Lampião e saber que corria risco de vida, decidiu abandonar o grupo. Ao longo do tempo ele deu três versões sobre o fim da sua carreira no cangaço. Em todas variantes o motivo da saída foi gerado de uma querela com Lampião. A princípio, revelou que brigou com Lampião porque o Rei do Cangaço teria exigido que o cangaceiro mirim matasse Bananeira que havia ficado ferido em combate (VOLTA, 1932, p. 1-3). Posteriormente, falou que o motivo da briga com Lampião se deu em razão do cangaceiro ter respondido agressivamente ao chefe. Os dois pegaram em suas armas, mas foram contidos por Bananeira e Corisco. Desse dia em diante, Volta Seca percebeu que sua vida corria risco. Depois de três ou quatro noites em permanente alerta resolveu fugir na madrugada (O RADICAL, 1938, p. 3). Finalmente, confessou que começou a ter desentendimentos com Lampião após o chefe ter agredido o jovem cangaceiro Pocorante, Volta Seca não gostou da atitude e acabou discutindo com o Rei do Cangaço.

Tempos depois, para piorar as coisas, Lampião ordenou que Volta Seca levasse Bananeira ferido em um lombo de burro. Após horas de montaria, Lampião exigiu que Volta Seca continuasse sua cavalgada para que os policiais não viessem “no rastro” deles, porém, Volta Seca recusou-se a continuar e teve outra discussão com o chefe. Sem condições de continuar no bando, abandonou-o (GOMES, 1958k, p. 1-2). Conseguiu ainda permanecer alguns dias escondido nas caatingas, mas em 18 de fevereiro de 1932 foi preso em uma fazenda em Santo Antônio da Glória, na Bahia, juntamente com sua companheira Bidia. Foi julgado e cumpriu vinte dos cento e quarenta e cinco anos de pena em um presídio de Salvador (OLIVEIRA, 2012, p. 277-278).

Depois do massacre de Angicos²⁰, que vitimou o Rei do Cangaço, sua companheira Maria de Déa e outros nove cangaceiros²¹, vários homens do bando também decidiram largar a vida de foras da lei, entregando-se a polícia. Entre tantos, destacamos a deserção do chefe de subgrupo Português. Ele entregou-se as autoridades e foi enviado para cadeia de Santana do Ipanema, em Alagoas, mas foi assassinado pela própria polícia pouco tempo depois na prisão (OLIVEIRA, 2012, p. 236). Já Gitirana teve mais sorte, entregou-se à polícia e ficou preso na cadeia de Jeremoabo, na Bahia, fugiu e escondeu-se em Sergipe. Veio a falecer de tuberculose muitos anos depois (OLIVEIRA, 1970, p. 177).

Com a morte de Lampião, Ilda Ribeiro (1997), a Sila, afirma que constantemente Zé Sereno recebia cartas com pedidos de rendição. Na ocasião, Zé Sereno reuniu-se com Juriti e Balão e “combinaram que só se entregaria quem assim o desejasse; quem não concordasse voltaria para o mato”. Zé Sereno e Sila, em troca da anistia prometida pelo presidente Getúlio Vargas entregaram-se ainda em 1938 em Jeremoabo. Cumpriram uma pequena pena em um presídio de Salvador.

Vários cangaceiros tentaram estender sua carreira no cangaço após a morte de Lampião, mas nenhum teve sucesso. Corisco resistiu às perseguições até 23 de março de 1940, quando foi executado pela volante de Zé Rufino na fazenda Cavaco, na Bahia (OLIVEIRA, 1970, p. 358). No mesmo mês, Labareda decidiu entregar-se a polícia em Bebedouro, Bahia, juntamente com oito subordinados e quatro cangaceiras. Foi preso e cumpriu pena no mesmo presídio que Volta Seca (OLIVEIRA, 2012, p. 152-154).

20 Ocorreu na Grota de Angicos, Sergipe, em 28 de julho de 1938.

21 A relação dos cangaceiros e cangaceiras que morreram é a seguinte: Luiz Pedro, Quinta-feira, Elétrico, Mergulhão, Moeda, Alecrim, Colchete, Marcela e Enedina.

Conclusão

Percebemos, ao examinar a carreira cangaceira, que para se tornar um cangaceiro era necessário mais do que o desejo, a iniciativa ou o contato para formar um grupo. Era preciso possuir os critérios para admissão e já no exercício do ofício aprender e mobilizar o conjunto de conhecimentos que eram socializados entre os integrantes do bando. Nesse sentido, além de várias contingências, quem não conseguia dominar o arcabouço de conhecimentos tendia a estar mais exposto às adversidades e largar o cangaço. Por outro lado, quem demonstrava maior habilidade e compreensão da cultura profissional conseguia realizar as tarefas com o mínimo de contratempo e, por isso, estava mais próximo de galgar posições elevadas na hierarquia do bando. Ou seja, esses indivíduos obtinham o que a sociologia dos grupos profissionais denomina de sucesso ocupacional. Eles possuíam um *status* diferente, o que, na prática, possibilitava o acesso a riquezas de que a grande maioria dos cangaceiros não dispunha.

Referências

A ESTÉTICA do Cangaço. Direção: Marcelo Peixoto. Roteiro: Frederico Pernambuco de Mello; Marcelo Peixoto. 2000. 1 vídeo (29min36s). Publicado pelo Canal Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zt6LlzfgXX4>. Acesso em: 08 jun. 2022.

BARREIRA, C. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumar, 1998.

BARROS, L. O. C. **A derradeira gesta**: Lampião e os nazarenos guerreando no sertão. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

BECKER, H. **Outsiders**: estudos da sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BEZERRA, J. **Como dei cabo de Lampeão**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1940.

CANGAÇO. In: CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Global, 2001. p. 104.

CHANDLER, B. J. **Lampião**: o rei do cangaço. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1932, p. 1-3.

FERREIRA, V.; AMAURY, A. **De Virgolino a Lampião**. 2. ed. Aracaju: Edição dos autores, 2009.

FREITAS, N. Casal de ex-cangaceiros de Lampião conta como era a vida no cangaço. **Senatus**, Brasília, maio 2008. v. 6, n. 1, p. 45-49.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: II – O destino vai me empurrando. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1958f. p. 1-2.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: III – Meu primeiro combate. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1958g. p. 1-2.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: IV – O amor de Lampião. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1958e. p. 1-2.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: IX – O bando sabia admirar os corajosos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1958b. p. 1-2.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: V – A fera humana. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1958d, p. 5.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: X – Lampião, o “justiceiro”. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1958. p. 6-7.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: XI – O diabo louro. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1958i. p. 6-7.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: XIII – O feroz José Baiano. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1958h. p. 1.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: XVI – Um “cabra” covarde. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1958c. p. 1.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: XXII – A lei do Nordeste. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1958a. p. 1.

GOMES, B. Como se forja um cangaceiro: XVIII – Fugiu de Virgulino para as garras da polícia. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1958k. p. 1-2.

GUEIROS, O. **Lampeão**: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. 4. ed. Edição Progresso: Salvador, 1956.

GURGEL, A. **Nas garras de Lampião**. Org. Raimundo Soares de Brito. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2006.

HUGHES, E. C. Ciclos, pontos de inflexão e carreira. En: **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 1, n. 46, p. 163-173, janeiro, 2005.

JASMIN, E. **Lampião**: senhor do sertão. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2016.

LIMA, E. de. **O mundo estranho dos cangaceiros**. Editorial Itapoã: Salvador, 1965.

LUNA, L. **Lampião e seus cabras**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1963.

- MACEDO, N. **Lampião**: capitão Virgulino Ferreira. Rio de Janeiro: Editora Rennes, 1975.
- MELLO, F. P. de. **Apagando o Lampião**: vida e morte do rei do cangaço. São Paulo: Global, 2018.
- MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa editora, 2004.
- NEGREIROS, A. **Maria Bonita**: sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- O GLOBO. Rio de Janeiro, 25 de março de 1952. p. 1.
- O PASQUIM. Rio de Janeiro, setembro/outubro de 1973. N° 221.
- O RADICAL. Rio de Janeiro. 3 de agosto de 1938. p. 3.
- OLIVEIRA, A. L. de. **Lampião, cangaço e Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1970.
- OLIVEIRA, B. M. de. **Cangaceiros de Lampião**: de A a Z. Campina Grande: Mídia Gráfica e Editora, 2012.
- PACOTILHA. São Luiz, MA, 5 de agosto de 1938, p. 2-5.
- PERICÁS, L. B. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PRATA, R. **Lampião**. Natal: Sebo Vermelho, 2010 [1934].
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas cidades, 1977.
- REALIDADE. São Paulo, novembro de 1973. n. 92, p. 45.

SILVA, S. V. O. A. da. **Profissionais desviantes no condado**: um estudo sobre carreiras. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SOUZA, F. T. de. **O cangaço como ofício**: uma análise da cultura profissional e da carreira no bando de Lampião. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

SOUZA, I. R. de. **Angicos**: eu sobrevivi – confissões de uma guerreira do cangaço. São Paulo: Oficina Cultural Monica Buonfiglio, 1997.

SUTHERLAND, E. H. **The professional thief**. Chicago: Chicago Press, 1937.

VILLELA, J. M. **O povo em armas**: violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

VOLTA Secca, as suas mentiras e as suas verdades. **Diário da noite**, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1932, p. 1-3.



Seção 3

O OFÍCIO DA POLÍTICA: RECURSOS
SOCIAIS, PROFISSIONALIZAÇÃO E
COMPETIÇÃO ELEITORAL



8 – CAPÍTULO TULO

Rede de base familiar em Sergipe: disputas partidárias, alianças e profissionalização política

PÂMELLA SYNTHIA SANTANA SANTOS

Introdução

O presente capítulo constitui parte de uma grande pesquisa (SANTOS, 2020) cujo objeto é a relação entre política profissional, recurso familiar e agrupamentos políticos, tendo como caso os deputados estaduais e federais eleitos em 2014 e 2018 no estado de Sergipe. O objetivo deste texto é analisar a construção direta da profissionalização política, alinhada às relações familiares de atores políticos que ocuparam o mandato eletivo de Governador – a partir da redemocratização até 2015 – e no Senado Federal – ocupantes eleitos a partir de 2010 –, tendo em vista que esses se encontravam no centro da dinâmica política sergipana e direcionavam, assim, os enquadramentos para a organização dos agrupamentos. Para compreender essa rede, foi necessário um levantamento

histórico-social dos que vieram a compor o espaço político sergipano, pensando principalmente em analisar a história social dos agrupamentos familiares na política em Sergipe e, assim, examinar as condições que possibilitam a esses agrupamentos e famílias se perpetuarem na política profissional.

Dessa maneira, a fundamentação se encontra na análise desses atores, com a finalidade de compreender a questão familiar na política em Sergipe levando ao entendimento da organização política e das condições do desenvolvimento de saberes e habilidades político-profissionais dos atores dessas famílias. O marco inicial do recorte desta pesquisa é o período da redemocratização, mais especificamente de 1983, e o marco final é 2014. Esse recorte contempla atores políticos que permanecem no cenário atual, mesmo que dentro de redes de relações diferentes, visto que o jogo político nunca é mesmo; abarca desde os governadores eleitos a partir do início da redemocratização brasileira, até os senadores eleitos nos pleitos de 2010 e 2014. Assim, busca-se identificar como foram feitas e desfeitas algumas das redes de base familiar que contribuíram para a ascensão dessas famílias na política local nas cidades às quais pertenciam e também a sua participação na conjuntura política do Estado, principalmente no momento em que algumas famílias e alguns agrupamentos se encontravam no comando de determinados partidos.

Seguindo essa lógica, o primeiro momento será utilizado para compreender a governança sergipana no período da redemocratização com o intuito de analisar as relações e alternâncias entre os atores políticos, as famílias e os seus agrupamentos. No segundo momento, será analisada as carreiras desses atores que ocuparam o cargo de governador, pois eles ainda se encontram presentes no cotidiano da política sergipana, além de estarem à frente e, de certa maneira, controlarem as redes de relações e apoios. Para embasamento empírico, foram utilizados documentos históricos,

artigos, livros, monografias, dissertações, como também o dicionário histórico-biográfico brasileiro do CPDOC/FGV.

A leitura-base deste capítulo é a de Pereira de Queiroz (1976), com o conceito de parentela. Partindo desse conceito, a autora caracterizou a sociedade brasileira, até meados da década de 1950, como uma sociedade tradicional, cuja base social fundamental da vida política era a solidariedade familiar, isto é, as relações hierárquicas de cunho pessoal e afetivo, constituídas pela obrigatoriedade da reciprocidade de favores. A obra de Pereira de Queiroz (1973, 1976) buscava compreender os mecanismos sociais que fariam com que as crises na sociedade brasileira tradicional ficassem restritas ao plano organizacional e não atingissem a estrutura social brasileira. Por estrutura, a autora designa o tipo de estratificação que os grupos e indivíduos constroem entre si; por organização, as normas e padrões sociais que se vinculavam à estrutura social brasileira e que orientam o comportamento dos grupos e indivíduos. O conceito de parentela é resultado de uma análise que observa a conjugação dessas duas instâncias.

Assim, neste trabalho, não serão analisadas especificamente as parentelas, visto que o período que foi escolhido para o artigo não se enquadra nesse contexto, mas será levado em consideração o que contribuiu para a formação das atuais redes de relações, pois, como será possível visualizar mais a frente, os mesmos atores políticos continuam circulando a cada eleição, seja estadual ou municipal.

Governo sergipano, redemocratização e atores políticos

Como falado anteriormente, o foco deste capítulo encontra-se nos atores políticos que contribuíram com contexto histórico-social a partir do período da redemocratização, mais especificamente de 1983 a 2014, visto que foi em 1983 o primeiro mandato eleitoral após o período de tutela militar. De acordo com os atores selecio-

nados (deputados e senadores), vê-se que a circulação desses nas redes de relações dos ex-governadores do Estado perpassa gerações. Nesse primeiro momento, serão demonstradas algumas conexões entre esses atores a partir dos governadores do Estado.

Ao todo, são 7 atores que consagraram sua carreira política no governo do Estado e que possibilitaram a abertura de participação de outros atores, conforme se pode notar no Quadro 1:

Quadro 1 – Governadores do Estado de Sergipe

ANO DO MANDATO	GOVERNADOR ELEITO	PARTIDO	VICE-GOVERNADOR	PARTIDO
1983	João Alves Filho	PDS	Antonio C. Valadares	PDS
1987	Antonio C. Valadares	PFL	Benedito de Figueiredo	PMDB
1991	João Alves Filho	PFL	José Carlos Teixeira	PMDB
1995	Albano Franco	PSDB	José Carlos Machado	PSDB
1999	Albano Franco	PSDB	Benedito de Figueiredo	PMDB
2003	João Alves Filho	PFL	Marília Mandarino	PFL
2007	Marcelo Déda	PT	Belivaldo Chagas	PMDB
2011	Marcelo Déda	PT	Jackson Barreto	PMDB
2013	Jackson Barreto	PMDB	-----	-----
2015	Jackson Barreto	PMDB	Belivaldo Chagas	PSB

Fonte: BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral.

É perceptível, nesse quadro, a frequência da repetição dos nomes dos governadores eleitos. É válido salientar que eles acabaram passando por outros cargos quando não se encontravam no maior cargo estadual – prefeitura da capital, deputado, senador

–, visto que essa é uma estratégia comum no jogo político, além da diversificação nas suas alianças partidárias. Alves, Valadares e Franco são famílias que conseguiram expandir na política, como também utilizando o seu próprio nome, como também através dos apadrinhamentos e casamentos.

O recrutamento de novas lideranças no seio da própria elite política e a consequente transmissão do poder entre membros da mesma família ou de uma mesma rede de base familiar apresentam-se como um dos caminhos de resgate ou perpetuação do reconhecimento, pois a reclamação da qualidade de “especialista político” está diretamente ligada aos movimentos de retenção de “tradições familiares” dentro do espaço político (GRILL, 2004; 2008). Como exemplo, cita-se a família Valadares, que tem uma grande trajetória na política sergipana e na história política do município de Simão Dias, onde vários integrantes almejaram o cargo de prefeito do município, mas que foram além, já que, através de mandatos como os de deputado estadual e federal, conseguiram alcançar os cargos de governador e, atualmente, um alto posto eletivo, o de Senador Federal.

Para ir além da herança política, Canedo (2002) faz uma distinção entre “hereditariedade política”, isto é, socialização na política, fundada na interiorização, pela “impregnação familiar”, de predisposição para a ação política, e “transmissão”, por adoção ou cooptação, de uma rede de relações, mais conhecida como “apadrinhamento”. Em uma comparação rápida (ver Quadro 2) com os atuais senadores de Sergipe, o reaparecimento de antigos nomes do governo do Estado não demonstra surpresa:

Quadro 2 – Atuais Senadores de Sergipe

NOME	PARTIDO	MANDATOS	FAMILIARES NA POLÍTICA
Antônio Carlos Valadares	PSB	1- mandato como deputado estadual, 1- mandato como deputado. federal, 1- mandato como governador e 3- mandatos como senador	Pais: Josefa Matos Valadares e Pedro Almeida Valadares (ambos ex-prefeitos); Sobrinho: Pedrinho Valadares (ex-deputado federal); Irmão: José Matos Valadares (ex-prefeito); Filho: Valadares Filho (deputado federal).
Maria do Carmo Alves	DEM	3- mandatos como senadora	Esposo: João Alves (prefeito e ex-governador); Irmão: José Alves Nascimento (senador).
Eduardo Amorim	PSDB	1- mandato como deputado federal e 1- mandato como senador	Não tem

Fonte: CPDOC.

Exemplos como os de Antônio C. Valadares e Maria do Carmo Alves são comuns na política brasileira, e revelam intensa impregnação familiar. Entretanto, o exemplo de Eduardo Amorim também não viria a ser um ponto fora da curva. Todos os três citados se encontram nas redes de relações dos ex-governadores, visto que um dos nossos senadores também é ex-governador, mas não só isso. Como é visto nesse quadro acima, esse estadista faz parte de uma família que investe na herança política; o caso dele será explicitado na segunda parte deste trabalho.

Casada com o ex-governador de Sergipe e ex-prefeito de Aracaju, João Alves Filho, Maria do Carmo tem formação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe e iniciou a sua carreira política se candidatando pela primeira vez à prefeitura de Aracaju em 1996,

entretanto, não houve sucesso para chegar a se eleger. Em 1998, concorreu ao Senado e conseguiu alcançar a sua primeira vitória eleitoral, chegando ao seu terceiro mandato e estando presente da 51ª até a próxima 55ª legislatura, que se encerrou em 2019. Além de ter seu esposo dentro da política, há também seu irmão, José Alves do Nascimento, formado em medicina pela Universidade Federal de Sergipe, o qual foi diretor do pronto-socorro do Hospital das Clínicas Dr. Augusto Leite, de 1974 a 1975, e médico do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), de 1975 a 1983. No governo de João Alves Filho (1983-1987), o cunhado do governador assumiu a Secretaria de Saúde, voltando depois ao exercício da profissão, no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), órgão que sucedeu ao INPS. Na gestão de João Alves (1987-1990), José Alves foi representante da Secretaria de Habitação e Ação Comunitária do Ministério do Interior, de 1988 a 1989. Além disso, esteve como suplente do senador Albano Franco na legenda do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em outubro de 1990, e no ano seguinte assumiu o cargo de secretário-chefe do Gabinete Civil, no segundo governo de João Alves Filho (1991-1995), permanecendo até outubro de 1994, quando Albano Franco tomou posse como governador do estado. Ao ingressar no Senado, em janeiro de 1995, já estava filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL).

Além de exercer o mandato de Senadora, Maria do Carmo alternava-o com o cargo de Secretária de Ação Social da Prefeitura de Aracaju, onde seus suplentes tinham a oportunidade de assumir. O seu último suplente que chegou a substituí-la durante o último ano do mandato de João Alves na Prefeitura de Aracaju foi Ricardo Franco, filho de Albano Franco, também ex-governador de Sergipe, e que passou por momentos de alianças e desavenças com João Alves. No último pleito estadual, em 2014, ambos se aliaram para tentar eleger Eduardo Amorim, atualmente senador, ao governo.

Esse último não se encontra em uma família política tradicional ou em um matrimônio com alguém que tenha um histórico político familiar. Amorim graduou-se em medicina na Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus de São Cristóvão, em 1989. Fez residência médica em anesthesiologia no Centro Integrado de Campinas (SP) entre 1990 e 1992 e especialização em tratamento de dor no Hospital Clinic de Barcelona, na Espanha, em 1993. O investimento forte na profissão possibilitou uma abertura política para ele, principalmente pelo ofício médico já ter um histórico de envolvimento com a política, citando o caso sergipano (PETRARCA, 2017), como também por ser uma profissão já consagrada no meio social. Além disso, ocupou cargos dirigentes, tendo sido diretor científico da Sociedade de Anesthesiologistas do Estado de Sergipe entre 1994 e 1996 e presidente da Sociedade Sergipana de Anesthesiologistas e da Cooperativa dos Anesthesiologistas, na capital sergipana, entre 1998 e 2002. Nesse último ano atuou como coordenador do centro de oncologia do Hospital João Alves Filho em Aracaju.

Chegou a ser médico anestesista no mesmo hospital e, assim, teve as portas abertas para assumir a Secretaria Estadual de Saúde em 2003 e 2004, durante a gestão de João Alves Filho no Governo de Sergipe. Entre 2003 e 2006, foi conselheiro da Companhia de Saneamento e da Companhia Estadual de Habilitação e Obras Públicas de Sergipe, e em 2004 fez especialização em Direito na Universidade Tiradentes, também em Aracaju. Filiou-se ao Partido Social Cristão (PSC) em 2005, e nessa legenda se candidatou, no ano seguinte, à Câmara dos Deputados (SEIDL, LEANDRO, 2012). Na eleição para governador, o PSC integrou a coligação partidária que apoiou a candidatura de João Alves Filho, do Partido da Frente Liberal (PFL), que foi derrotado por Marcelo Déda, do Partido dos Trabalhadores (PT). Vinculou sua campanha à da médica Angélica Guimarães, candidata a deputada estadual, e ambos foram eleitos. Nas eleições realizadas em outubro de 2010, concorreu a

uma das vagas sergipanas em disputa para o Senado Federal. Na ocasião, em coligação composta por 10 partidos da base aliada ao governo federal, recebeu mais de 600 mil votos, tendo sido eleito como o mais votado do estado.

A menção à Angélica Guimarães merece atenção neste trabalho, pois ela também não tinha nenhuma relação familiar dentro da política e conseguiu se eleger à prefeitura de Japoatã, assumindo de 1993 a 1996 e, posteriormente, foi deputada estadual por 4 vezes, de 1998 a 2010. Não se candidatou novamente, mas lançou o seu esposo, o também médico Vanderbal Marinho, ao mandato de deputado estadual, o qual também conseguiu alcançar a vitória. Entretanto, não ficou só por isso, pois antes mesmo de encerrar o seu último mandato na Assembleia Legislativa, Angélica Guimarães assumiu o cargo de Conselheira no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, vaga que tinha sido aberta devido a aposentadoria de Reinaldo Moura, ex-deputado estadual e pai do atual deputado federal André Moura, em que este último e Vanderbal Marinho estavam juntos na mesma coligação que Eduardo Amorim.

Outra conexão com um dos nossos ex-governadores, seria Reinaldo Moura e Albano Franco: o primeiro foi vereador em Aracaju de 1977 a 1978 e deputado estadual do Estado de Sergipe de 1978 a 2000. Como parlamentar participou e presidiu comissões como a de Redação Final e a de Serviço Social, de Justiça, de Finanças, de Serviço Civil e foi líder do Governo por seis anos, em dois governos. Foi vice-presidente da Assembleia Estadual Constituinte (1989) e da Assembleia Legislativa, em 1988 e 1989; membro da Comissão de Elaboração do Regimento Interno da Constituinte, 1988, presidiu a Assembleia Legislativa de 1993 a 1994 e de 1999 a 2000, onde chegou a assumir o Governo do Estado por duas vezes: de 24/04/1993 a 27/04/1993 e de 10/10/1993 a 17/10/1993. Foi, a partir de 2001, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, onde, posteriormente, foi Corregedor Geral, de 2005 a 2007, tornando-se presidente desse órgão, de 10/03/2009 a 03/2011.

Por isso que é pertinente usar a noção de redes – colocada por Queiroz (1976) e Lewin (1993) –, principalmente no meio político, porque a política sergipana (a brasileira de um modo geral, como estudos que serão mencionados mais à frente poderão afirmar) se fez e se consagrou como uma política de base familiar, não somente de uma família, mas de várias famílias, ligadas por diversos aspectos, seja pelo elo econômico, matrimônios, seja por interesses em comum, que se aliaram para ter a possibilidade de comandar um determinado local (povoados, cidades, Estado). A partir daí, para compreender a dinâmica política estadual que se encontra representada na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados, é importante analisar o *background* dos atores, pelo fato de as redes fazerem o cotidiano da política continuar ávido em suas cidades natais. Separadamente, elas podem não aparentar que fazem alguma diferença na política estadual, mas a questão se encontra no conjunto delas e nas relações que elas estabelecem, pois cada uma tem uma participação efetiva nos municípios que as fizeram ascender.

Carreiras, profissionalização política e disputas

Pelo que foi exposto no tópico anterior, é visível a influência e a presença de especificamente três atores do governo do Estado: João Alves, Antonio Carlos Valadares e Albano Franco. Para chegar às “redes de base familiar”, as leituras de Lewin (1993) e Queiroz (1976) mostram que a parentela, com o passar do tempo, vai se expandindo no momento em que ela deixa de ser uma realidade do meio rural e passa a ocupar o meio urbano atraindo mais redes, mas sem deixar de ocupar o espaço na família, apesar de alguns autores afirmarem que isso só acontece no meio rural, como Palmeira e Goldman (1996) e Palmeira e Barreira (2004) mostram, através de pesquisas realizadas, em sua maioria no meio rural de estados como o de Pernambuco, a presença de facções políticas,

redes de base familiar, ou até mesmo “troca de favores”, como se no meio urbano isso não fizesse parte do cotidiano da política.

Entretanto, para conseguir estabilizar um nome ou um grupo, é necessário o investimento na profissão política (GRILL, 2012), além de alcançar uma rede ampla de contatos e apoios. Os casos dos atores que iremos explorar são exemplos do reconhecimento da importância de se concretizar uma carreira na política para assim abrir espaço para outros atores, assim como para expandir as suas redes de relações.

JOÃO ALVES FILHO

Falecido em 24 de novembro de 2020, João Alves foi o primeiro governador eleito diretamente e que possuía uma carreira política de altos e baixos, sempre apoiado pela sua própria história. Filho do empresário da construção civil João Alves e de Maria de Lourdes Gomes, tinha nesse seio a segurança e a estabilidade técnico-profissional. Assumiu, em 1960, o cargo de diretor técnico da construtora de propriedade de sua família e, um ano depois, acabou ingressando na Escola Politécnica da Universidade da Bahia, pela qual se graduou em Engenharia Civil, em 1965. No mesmo ano, fundou e assumiu a presidência da “Habitacional Construções S.A.”, que viria a ser uma das maiores empresas de construção civil do Nordeste, tendo em vista a grande participação de João Alves na política durante a ditadura militar, que veio a proporcionar um crescimento no setor da construção civil e, consequentemente, beneficiou a empresa da família (DANTAS, 2002). Entre os três governadores do Estado que foi proposta a análise, ele é o único que não se encontra em uma “família política” necessariamente, mas se encontrava dentro de uma rede de relações que proporcionou a sua entrada na política, visto que a sua família já tinha construído o nome dentro do ramo da construção levando,

assim, ao desenvolvimento de demais recursos que viriam a ser úteis à sua carreira na política profissional. O Quadro 3 elenca os mandatos de João Alves:

Quadro 3 – Cargos eletivos de João Alves

CARGO ELETIVO	MANDATO	PARTIDO
Prefeito – Aracaju	1975-1979	ARENA
Governador	1983-1987	PDS
Ministro do Interior ¹	1987-1999	
Governador	1991-1994	PFL
Governador	2003-2006	PFL
Prefeito – Aracaju	2013-2016	DEM

Fonte: CPDOC.

Sua carreira política teve como primeiro passo em 1975, por intermédio do então governador de Sergipe, José Rollemberg Leite, que o nomeou prefeito de Aracaju, pela ARENA. Após o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, entrou para o Partido Popular (PP), tendo sido um de seus fundadores em Sergipe. Pouco tempo depois, afastou-se da vida partidária e voltou às atividades empresariais, sob o argumento de que o PP se tornara inviável no estado. Em fevereiro de 1982, o partido acabou sendo incor-

porado ao PMDB, sucessor do MDB, como forma de enfrentar a situação política decorrente da aprovação pelo Congresso, em dezembro de 1981, do pacote de reformas da legislação eleitoral proposto pelo presidente João Figueiredo. E como já foi exposto no tópico anterior, sua esposa exerce um papel importante ao expandir a influência do nome Alves na política, além de contribuir para a participação de outros integrantes de seu agrupamento ao dar espaço aos suplentes, como também contribui para a aliança entre políticos no interior do Estado (SANTOS, 2016).

Inicialmente aliado de Augusto Franco, pai de Albano Franco, que veremos mais à frente, passou a ter algumas desavenças políticas. Ao final de 1984, a sua popularidade entre os sergipanos começou a ficar mais evidente, fato que contrastava com a falta de apoio da maioria dos políticos pedessistas, inclusive daqueles que o haviam ajudado a se eleger dois anos antes. Segundo Augusto Franco, o descontentamento destes com o governador era motivado pelo não cumprimento de alguns acordos feitos na cúpula partidária antes das eleições de 1982. Em março de 1985, João Alves acabou rompendo politicamente com a família Franco e ingressou no Partido da Frente Liberal (PFL), agremiação originada da Frente Liberal, dissidência do PDS, que se havia unido ao PMDB na Aliança Democrática para apoiar, em janeiro, a eleição presidencial de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral. Mais à frente serão expostas mais algumas situações que resultaram na relação com o antigo PFL.

ANTONIO CARLOS VALADARES

Ex-Governador do Estado, finalizando seu último ano de mandato em 2019, Antônio Carlos Valadares vem de uma família que o ensinou sobre a profissão política desde cedo, visto que saíram de sua casa um prefeito e uma prefeita da sua cidade natal, Simão Dias,

onde também chegou a ser prefeito, sendo esse seu primeiro mandato. Seus pais, Pedro Almeida Valadares e Josefa Matos Valadares, foram os responsáveis por apresentar a política e estabelecer o nome Valadares na política. Seu pai chegou também a ser deputado estadual e vereador por dois mandatos, além de seu irmão e tio de Antônio Valadares, José Matos Valadares, ter sido prefeito do município. Na terceira geração, entra Valadares Filho, atual deputado federal em seu segundo mandato, além do sobrinho Pedro Valadares, ex-deputado federal, falecido no mesmo voo que Eduardo Campos durante a campanha presidencial de 2014.

Além do investimento na política profissional, Antônio Valadares recorreu também ao investimento escolar, tendo se formado em Química Industrial pela UFS no mesmo ano em que foi empossado como Prefeito de Simão Dias, além de ter se formado em Ciências Jurídicas e Sociais, também pela UFS, no ano em que se reelegeu a deputado estadual. A convivência com a ambiência política permite uma absorção intuitiva do “fazer político”, além das habilidades herdadas paralelamente a todo o investimento escolar e profissional empreendido pelos agentes. As disposições sociais, os hábitos do meio em que se processa a formação do indivíduo, o treino social e as atitudes que lhes são mais úteis no dia a dia também são socialmente incorporados, como os saberes que interferem no rendimento escolar e nas escolhas futuras (CORADINI, 2004). Os mesmos saberes não exprimem as mesmas atitudes e não estão ligados aos mesmos valores: enquanto para uns eles provêm da aprendizagem escolar, para outros eles advêm, em primeiro lugar, do meio familiar. Para se valer de algum recurso, a sua reconversão não é algo direto, pois depende das lógicas sociais vinculadas às diferentes esferas, podendo adquirir significados (CORADINI, 2001). O recurso político construído com recursos pessoais é baseado no reconhecimento do próprio indivíduo, em seu prestígio e em sua reputação, que são construídos ao longo de sua carreira

e que serão reconvertidos em trunfos eleitorais. O Quadro 4 elenca os mandatos de Antonio Carlos Valadares:

Quadro 4 – Cargos Eletivos Antonio Carlos Valadares

CARGO ELETIVO	MANDATO	PARTIDO
Prefeito - Simão Dias	1966-1970	ARENA
Deputado Estadual	1971-1979	ARENA
Deputado Federal	1979-1983	ARENA
Vice-Governador	1983-1987	PDS
Governador	1987-1991	PFL
Senador	1995-atual	PST/PSB

Fonte: BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral.

ALBANO FRANCO

Filho de Augusto do Prado Franco e de Maria Virgínia Leite Franco, Albano tem em sua família várias influências para a política. Seu pai foi deputado federal por Sergipe, em seguida senador, depois governador e, mais uma vez, deputado federal. Seu tio, Valter do Prado Franco, foi constituinte, senador e deputado federal. Seu irmão, Antônio Carlos Franco, foi constituinte e deputado federal. Seu filho, Ricardo Franco, é suplente da Senadora Maria do Carmo Alves, esposa de seu antigo rival e hoje aliado, João Alves Filho. Há

também Augusto Franco Neto, seu sobrinho, que foi deputado federal e candidato a vice-governador de Eduardo Amorim em 2014, além de outros integrantes da família que vieram a ocupar cargos eletivos. A influência da família Franco no Nordeste fez-se sentir tanto na esfera política quanto na esfera econômica. O poderio econômico da família centrou-se fundamentalmente na agroindústria do açúcar. Na década de 1990, o grupo Franco passou a ser proprietário também de indústrias têxteis, empresas agropecuárias e uma fábrica de refrigerantes.

Tem formação pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Sergipe e foi nela que Albano Franco começou a exercer sua liderança política, tornando-se, em 1964, presidente do Centro Acadêmico Sílvio Romero. No mesmo ano em que se bacharelou, isto é, em 1966, elegeu-se deputado estadual na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que apoiava o regime militar. Além de político, foi presidente da CNI, cargo no qual permaneceria de 1980 até 1994. Por força do cargo, ocupou também as presidências do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Social da Indústria (SESI) e do conselho superior do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Como político, ocupou vários cargos e além de conseguir reeleições, como mostra o Quadro 5:



Quadro 5 – Cargos eletivos Albano Franco

CARGO ELETIVO	MANDATO	PARTIDO
Deputado Estadual	1967-1971	ARENA
Senado (Suplente)	1978-1979/1982	PDS
Senado	1983-1994	PDS/PRN
Governo do Estado	1995-2002	PSDB
Deputado Federal	2007-2010	PSDB

Fonte: CPDOC.

Vale mencionar também que a sua esposa Leonor Barreto Franco, bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe, chegou a ocupar os cargos de superintendente estadual da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) do Sergipe em 1979, onde dois anos depois assumiu a presidência do Núcleo de Trabalho Comunitário (Nutrac) do Sergipe. Em 1985, afastou-se da superintendência estadual da LBA, mas permaneceu à frente do Nutrac até 1992; em novembro de 1992, tomou posse na presidência nacional da LBA. Durante o ano de 1993, Leonor tornou-se membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conadam) e também do conselho da Fundação Banco do Brasil. Em dezembro do mesmo ano, assumiu interinamente o Ministério do Bem-Estar Social, cargo que acumulou com a presidência da LBA e, em março de 1994, foi confirmada no cargo de ministra que permaneceu até a extinção do Ministério na posse de Fernando Henrique Cardoso em 1995 (CPDOC, s.d.).

Disputas, alianças e o jogo político-partidário

A dinâmica de lutas entre os agrupamentos marca as disputas políticas no Brasil e realça o papel das redes políticas. Pode-se indicar a configuração de teias de relações que são maximizadas pelos indivíduos e que se caracterizam pela confluência de aspectos como: a inexistência de um conteúdo de união incorporado ou de uma ideologia comum; a incerteza com relação a sua durabilidade; e a organização em torno de interesses, rivalizando com outras facções similares (LANDÉ, 1977; PALMEIRA; GOLDMAN, 1996). Devido à conjuntura partidária brasileira bastante diversa, a utilização de redes de apoio e alianças de diversos tipos é necessária para uma família ou até mesmo para várias famílias almejem postos eletivos.

Quando há luta entre os “caciques”, a situação pode complicar muito para as relações entre partidos e entre aqueles que os compõem. Antes mesmo da posse do presidente Collor, o então governador Antônio Carlos Valadares já começava a estabelecer contatos com as principais lideranças políticas do quadro situacionista do Estado, objetivando a montagem de uma chapa consensual com vista ao pleito de 1990. Todavia, o grande problema inicial era a existência de dois postulantes a chefe do executivo estadual sem que nenhum deles parecesse disposto a abrir mão de sua candidatura.

Os nomes eram João Alves Filho (PFL) e Albano Franco (PRN). O primeiro havia deixado o governo em 1987 como já foi mencionado e o segundo tinha apoio de lideranças do interior (DANTAS, 2002) que não desejavam o retorno de João Alves ao governo e foram os mesmos que provocaram Albano para a disputa. O chamado “Acordão” começou a perder espaço, que viria a ser viabilizado por Valadares, principalmente pela relação da família Fonseca com Albano, levando ao abandono a João Alves, pois

principalmente Cleonânio Fonseca se mostrara uma grande influência entre os correligionários do interior. Entretanto, quando passaram a surgir as pesquisas de intenção de votos, João Alves mostrou-se à frente de Albano (DANTAS, 2002). Além da pressão dos seus aliados, Albano ainda tinha em suas costas o presidente da FIESP, que caso houvesse vitória no pleito, São Paulo passaria a controlar totalmente a CNI.

As relações partidárias impossibilitaram um apoio conciso a Albano Franco, visto que muitos estavam dispersos entre os partidos devido ao fato de sua mudança do PMDB para o PRN no momento da campanha, o que inviabilizou que seus apoiadores lhe acompanhassem. Com tudo isso, ainda havia o fato de o presidente Collor não ver com bons olhos o empresariado paulista controlando a CNI. Diferentemente, João Alves demonstrava calma e conforto com sua situação política, pois teve um tempo para ampliar os seus recursos e redes de relações através do cargo de Ministro do Interior, que foi amplamente apoiado por Valadares e, assim, suas bases foram reforçadas.

Apesar de ter rechaçado inicialmente qualquer possibilidade de aliança com o PMDB, controlado pela família Franco em Sergipe, a chapa da qual João Alves fez parte como candidato a governador acabou sendo composta por Albano Franco, que pleiteava uma vaga no Senado. Por intervenção direta de Collor, o PFL e o PMDB formalizaram uma aliança no estado para impedir uma disputa entre Albano e João Alves na qual resultou um jingle que não poderia haver dúvida da aliança (DANTAS, 2002).

Além desse caso, houve também no momento de Albano Franco se candidatar finalmente ao governo, que foi na legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo partido de Fernando Henrique Cardoso, candidato à presidência da República. Albano conseguiu reunir em torno de seu nome a maior coligação

do país – ao todo 12 partidos, incluindo o PMDB, o PFL e o Partido Progressista Reformador (PPR) –, além do então governador de Sergipe, João Alves, e 70 dos 75 prefeitos do estado. O controle que sua família exercia sobre três emissoras de televisão e três importantes jornais de Aracaju foi outro fator que contribuiu para sua campanha. A despeito de toda essa rede de apoios, ao final do primeiro turno, realizado em outubro, a contagem dos votos revelou ligeira vantagem para seu principal adversário, Jackson Barreto, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que obteve 47,61% dos votos contra os seus 47,39%. No segundo turno, contudo, realizado em novembro, saiu vitorioso, graças à ampla vantagem alcançada no interior do estado. Na capital, obteve apenas 38,4% do total de votos válidos. No final de dezembro renunciou ao mandato de senador, e sua vaga foi preenchida pelo suplente José Alves, cunhado do ex-governador João Alves.

Candidato à reeleição em outubro de 1998, com o apoio da coligação integrada pelo PSDB, Partido Progressista Brasileiro (PPB), PMDB, PL e Partido Popular Socialista (PPS), além de agremiações de menor peso político, teve como principais adversários João Alves, candidato do PFL, e o senador Antônio Carlos Valadares, lançado por uma frente de esquerda liderada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). No primeiro turno, alcançou 40,17% dos votos válidos contra 38,7% conferidos a Alves. Esse resultado obrigou a realização do segundo turno, no final de outubro, quando garantiu sua reeleição (DANTAS, 2002).

Em 2006, Albano Franco candidatou-se a deputado federal, decisão de última hora destinada a conquistar apoio e palanque para Geraldo Alckmin, candidato à presidência da República, junto ao PSDB de Sergipe. Por conta do apoio dado a Alckmin, teve que subir no mesmo palanque de João Alves, seu adversário político e candidato à reeleição, em que ambos conseguiram vitória no pleito. No mesmo pleito, João Alves foi candidato pela quarta vez ao

governo do estado numa campanha marcada por discussões entre PFL e PSDB em torno das alianças eleitorais. Aliados em outros estados, os dois partidos enfrentavam conflitos de interesses em Sergipe, na Bahia e no Maranhão, que dificultavam o apoio ao candidato tucano à presidência, Geraldo Alckmin. Em Sergipe, o PSDB de início fez parte da coligação “Sergipe no rumo certo” para reeleição de Alves, que reuniu dez partidos. No entanto, na convenção estadual de junho, o presidente do PSDB no estado, Bosco Costa, rompeu com o PFL, seguido por sua substituta, Maria Mendonça. Os dois deixaram PSDB e passaram a apoiar o candidato do PT, Marcelo Deda. Com isso, acentuou-se a rivalidade política entre pefelistas e petistas sergipanos (DANTAS, 2002; 2004).

Por isso que é interessante recorrer ao termo que Queiroz (1976) e Lewin (1993) utilizam para tratar dessas relações entre famílias e afins: a base familiar. Com ele, é permitido observar para além das ditas “oligarquias familiares”, pois essas famílias não agiam sozinhas, até porque era necessária a ampliação de suas redes e contatos, e o chefe político precisava desses recursos caso quisesse permanecer no poder. Nos casos apresentados aqui, ficou demonstrado que, necessariamente, nunca houve um chefe político em si, mas todos contribuíam para o jogo político estadual, além de não se prenderem especificamente ao seu nome de família, visto que há aqueles que não tinham parentesco com nenhum outro político antes de iniciar na política profissional. Há também de se explicitar que o jogo político depende de alianças, mesmo que sejam feitas com atores que anteriormente não foram leais às suas redes ou interesses. As disputas são recorrentes e não há como preveni-las, pois não depende só de um ator, mas sim de um conjunto, de uma rede, e como seria no caso sergipano, uma rede de base familiar.

Conclusão

Com o propósito de entender a influência de determinados atores políticos na dinâmica partidária-eleitoral no contexto sergipano, tendo em mente que nesse mesmo contexto estão inseridos agrupamentos que necessitam das famílias políticas e seus agregados para poder consolidar as suas redes de relações, o ponto de partida para a análise foram os governadores eleitos a partir do início da redemocratização brasileira, período de 1982 a 2014, fazendo um alinhamento com os senadores eleitos nos pleitos de 2010 e 2014 e assim, sendo possível chegar a três atores em comum, que continuam atuando e intervindo no exercício político.

A profissão da política aqui tratada girou em torno dos mandatos eletivos e delegados e que necessita de vários elementos para ser praticada, visto que não se trata de uma ocupação legitimada no que concerne aos meios de credenciamento, como trabalhada na Sociologia dos Grupos Profissionais. Assim, necessita de elementos que contribuam para que seja reconhecida, apesar de ainda carregar o estigma de “não ser profissão”, sendo a “vocação” ou a vontade de “ajudar” sendo os critérios norteadores da atuação da política no Brasil.

O investimento nas relações familiares e da política profissional se mostrou extremamente importante, tendo em vista que são elas que dão o suporte e colocam os grupos familiares e seus representantes nessa posição de mando. Com isso, criam-se espaços para que esses atores consigam ocupar, o que, consequentemente, viabiliza a ampliação das redes. Isso posto, para lidar com o desenvolvimento dessas redes, esses grupos necessitam alinhar-se aos partidos, sendo colocados em primeiro plano justamente para evitar atritos em uma futura eleição e por acabar ramificando em mais grupos.

Quanto a isso, a análise foi apoiada nos estudos de Queiroz (1976) e Lewin (1993) para compreender como que as famílias conse-

guem sobreviver na política perpassando gerações, que nada mais é a necessidade de ter uma abertura para os agregados, como também, ampliar as alianças não se fechando em seu próprio nome. Assim, como foi visto, o jogo político depende muito de investimento numa profissionalização política e das redes de alianças, além de essas estarem alinhadas com as filiações partidárias, principalmente quando se está em jogo, por exemplo, o governo do Estado e o apoio de políticos maiores.

Foi possível identificar a recomposição política de Sergipe que vem se desvencilhando da imagem dos Franco e dos Alves e construindo uma espécie de “nova-velha rede de base familiar” com novos atores, mas com os mesmos sobrenomes que antes não tinham tanto destaque estadual, levando-se em consideração o abafamento dos grandes cargos que aqueles que ocupavam o Executivo Estadual conferiam aos pequenos grupos interioranos. Por muito tempo, eles serviram somente como base para a estrutura desses agrupamentos. A partir do momento em que esses últimos foram se desgastando e não conseguindo alavancar nenhum grande nome dentre os seus, e por conta da alta diversificação no seio dessas famílias, outros grupos focaram nas articulações entre os pares, possibilitando então uma maior projeção política.

Foi importante aqui realçar a construção da relação entre o recurso familiar, os agrupamentos e a política profissional, tendo em vista a maleabilidade que a política proporciona e, dessa maneira, elas podem ser apresentadas em conjunto, em níveis diferentes, ou somente duas delas acabam tendo maior visibilidade. Esses três elementos têm se mostrado como fundamentais para determinados atores que buscam a construção e/ou manutenção de uma carreira política. Dessa maneira, a conceitualização ajuda a atentar-se a que modalidade o ator está recorrendo caso queira analisar a sua atuação na elaboração do seu *self* político, independente de que fase do “tempo da política” ele esteja.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Augusto Franco Neto**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=99731&tipo=0. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições. **Eleições Anteriores**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-ant anteriores>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CANEDO, L. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pro-Posições** – vol. 13, n. 3 (39) – set./dez. 2002.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

CORADINI, O. L. Relações profissionais e disputas eleitorais. In: PALMEIRA, M; BARREIRA, C. **Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbete Biográfico**. Antonio Carlos Valadares. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-carlos-valadares>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbete Biográfico**. Albano do Prado Pimentel Franco. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albano-do-prado-pimentel-franco>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbete Biográfico**. Eduardo Amorim. Disponível

em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amorim-eduardo>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbetes Biográficos**. João Alves Filho. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alves-filho>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbetes Biográficos**. Leonor Barreto Franco. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonor-barreto-franco>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbetes Biográficos**. Maria do Carmo Alves. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alves-maria-do-carmo>. Acesso em: 03 jul. 2021.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbetes Biográficos**. Valter do Prado Franco. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-valter-do-prado>. Acesso em: 03 jul. 2021.

DANTAS, I. **Eleições em Sergipe**: (1985/2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DANTAS, I. **História de Sergipe**: república (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

GRILL, I. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 10(2): 160, ago. 2004, p. 159-197.

GRILL, I. **“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008.

GRILL, I. “Famílias”, ascensão social e alinhamentos partidários no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, jul/dez, 2012, p. 137-157.

LANDÉ, C. H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S.W. et al. (Eds.). **Friends, followers and factions: A reader in political clientelism**. Berkeley: University of California Press, 1977.

LEWIN, L. **Política e parentela na Paraíba**: Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

PETRARCA, F. De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900). **Rev. Bras. Hist.**[online]. 2017, vol.37, n.74, p.89-112.

SEIDL, E.; LEANDRO, H. Dirigentes políticos em Sergipe: um grupo em mutação? In: SANTOS, M. et al. (org.). **Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil**. São Leopoldo: Oikos; São Luís: EDUFMA, 2012.

SANTOS, P. S. S. **O ofício de cabo eleitoral**: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política. 2016. 116 f. Dissertação de Mestrado

(Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SANTOS, P. S. S. **Em nome das redes:** famílias, amizades políticas e alianças em Sergipe. 2020. 234 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2020.





9 – CAPÍTULO

TULO

Perfis políticos profissionais: os usos dos recursos e habilidades sociais na construção do cargo de vereador

FAGNER DOS SANTOS BOMFIM

Introdução

Este artigo apresenta uma análise sobre o uso dos recursos sociais fundamentais (familiares, escolares, profissionais, institucionais e políticos) e das habilidades que são valoradas para construção do ofício do cargo de vereador. Dessa maneira, compreender como esses recursos e essas habilidades são valoradas para a constituição e a manutenção da carreira política profissional, e a partir dessa compreensão relacional apresentar perfis políticos desses atores sociais – os vereadores. Em outras palavras, visa a apresentar uma análise sobre as modalidades de inserção, os processos de recrutamento e investimentos na construção de um ofício na política.

Trata-se, portanto, de um estudo sobre os princípios e critérios de seleção de um grupo profissional, que se de-

fine, sobretudo, pela construção de suas carreiras profissionais, somando-se ao recurso eletivo: o voto. Assim, nosso universo de análise consiste num bloco de atores políticos – os vereadores –, que atuam na política do município de Três Rios¹, interior do estado de Sergipe, os quais se constituem como estruturas significativas de autoridade municipal, como também participam da distribuição de recursos para a consagração da política local e estadual. Noutro desdobramento, visa a examinar as habilidades acionados e apreendidos no *métier* político (GRILL; REIS, 2015), tendo-se em vista o seu uso na garantia de suas posições de destaque dentro do universo profissional da política.

Compõem o quadro de vereadores do município 09 (nove) atores políticos, os quais foram eleitos para o quadriênio de 2017-2020. Contudo, vale ressaltar que compõe o universo da pesquisa um grupo de 10 (dez) vereadores, pois ao longo do desenvolvimento da investigação científica um dos vereadores licenciou-se do seu cargo para assumir a Secretaria de Juventude, Esporte, Lazer e Turismo do município, transferindo assim, o cargo para o seu suplente. A continuidade desse vereador no universo amostral da pesquisa aconteceu tanto em virtude de ele ter sido um dos atores investigados desde o início da pesquisa, como também por se observar nele uma importância na dinâmica política municipal, tanto no que se refere ao quantitativo de cargos legislativos que apresenta quanto da sua presença nos diversos contextos políticos local, intermunicipal e estadual. Tendo-se esse corpo empírico definido, os vereadores que formam o corpo legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Três Rios, passam a ser identificados como políticos profissionais, tendo-se em vista que esses atores utilizam da representação política para se inserem nesse ofício, utilizando da carga simbólica atribuída aos seus recursos

1 O nome do município foi substituído por um nome fictício. Para efeito deste estudo, apenas o nome do estado é evidenciado.

sociais e às suas habilidades apreendidas para o êxito profissional (PHELIPPEAU, 2001; WEBER, 2001).

Sendo assim, o problema central deste estudo é o de identificar quais são os recursos sociais acionados e apreendidos para a construção do cargo de vereador, bem como compreender como são utilizadas as habilidades adquiridas e reconvertidas para a inserção e ascensão na formatação de uma carreira política. Em outras palavras, este problema nos auxilia a entender como esses recursos sociais se tornam importantes para o entendimento dos processos de recrutamento, seleção e consagração na política e na construção de um ofício na política. Nessa perspectiva, partimos da hipótese de que os recursos sociais e as habilidades adquiridas e reconvertidas na própria investidura do cargo se configuram como importantes instrumentos qualitativos para a compreensão da relação entre política e espaço profissional. Assim, o estudo se inclina aos estudos profissionais, os quais analisam as profissões como objetos de prática cotidiana, numa pluralidade de situações, resultantes de diferentes contextos sociais em que são exercidas as correspondentes atividades laborais (GONÇALVES, 2007).

Nesse sentido, concordamos com o que afirma Petrarca (2015, p. 167) sobre “a necessidade de pensar a atividade profissional como um processo biográfico e indenitário”, numa espécie de identidade profissional. Diante disso, o peso da socialização profissional e do processo de aprendizagem sobre a tarefa desempenhada redesenha a definição de profissão, bem como os caminhos e percursos acadêmicos para a definição e estudo dos grupos profissionais. Nesse propósito de articular processo biográfico e identitário com a composição de uma ocupação profissional, buscamos analisar os saberes e as práticas profissionais que são apreendidos no próprio exercício do ofício da política, neste sentido, as habilidades que esses atores somam para a composição de sua atividade profissional. São esses saberes e essas práticas que desenharam o

pensamento da profissão para além do espaço acadêmico (dos títulos por hora definidos como condicionantes para a estruturação de uma profissão), numa soma de particularidades onde as lógicas históricas e institucionais ganham peso e delineiam a própria formação profissional.

Seguindo esse ponto de vista e fugindo-se do conceito funcionalista de “profissão”, restrito ao peso atribuído aos diplomas acadêmicos e à composição de instituições responsáveis pela formação desse corpo profissional, compreendemos o ofício político como um ofício legítimo, baseada na atuação profissional e na formação de grupos dirigentes (CORADINI, 1997; LOUREIRO, 1997) com atuação na esfera política, na qual a composição e a formatação de carreiras profissionais se legitimam como objeto de análise sociológica. Nesse ínterim, os vereadores ganham destaque nesta investigação, os quais são vistos como atores ou “profissionais” da representação política, cuja legitimidade depende diretamente de processos eleitorais, compelidos a se posicionar diferentemente conforme a esfera de poder político em que atuam, ou seja, mais voltados à legitimação externa ou frente aos “leigos” ou, então, às instâncias decisórias (CORADINI, 2001).

De tal modo, não se trata de compreender apenas as meras relações estabelecidas no exercício profissional do ofício, o uso dos recursos sociais e a apreensão do que podemos chamar de competências e habilidades do “fazer política e ser político”. Trata-se do exame analítico dos imbricamentos dessas realidades cotidianas com outras esferas de atuação e formação de liderança, numa espécie de “transfiguração” da “profissão” e sua conversão em recursos eleitorais e em estratégias de recrutamento, inserção, seleção e consagração na política, ou seja, os processos de reconversão desses recursos em habilidades significativos para o ofício da política.

Nesse sentido, para compreender o uso desses recursos e habilidades desses atores na política, metodologicamente os dados foram coletados por meio da observação participante, que aconteceu tanto na Câmara de Vereadores como também nos espaços de institucionalização em que os atores políticos se faziam presentes, principalmente nas solenidades públicas, festividades, homenagens e velórios de figuras ilustres no município. Somam-se a isso as conversas informais com os vereadores, com seus familiares, assessores, e com os próprios funcionários da Câmara, levando-se em consideração que o auxílio dessas conversas informais possibilitou o acesso a informações e à aquisição de dados necessários à construção da análise interpretativa dos dados, principalmente das habilidades reconvertidas do ofício na política. Outra fonte de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas e a aplicação dos questionários, os quais buscaram apreender os recursos sociais desses atores políticos.

Assim sendo, o presente artigo está dividido em três seções: (i) refere-se as dimensões objetivas para a investidura no cargo de vereador, ou seja, apresenta uma análise qualitativa sobre os recursos sociais dos vereadores, recursos esses que são usados de maneira qualitativa para a construção de um perfil sociográfico desses atores políticos; (ii) por conseguinte, são apresentadas as habilidades as quais os vereadores acionam, reconvertem e apreendem no *métier* da política, e que para esses atores são qualificadas como significativas para a construção do cargo de vereador; (iii) e por fim, apresenta a construção dos perfis políticos profissionais desses vereadores, os quais serão tipificados em três modalidades distintas – os de herança familiar, vinculações institucionais profissionais e os *outsiders*. Esses perfis contribuem para compreensão de como se compõem, comportam e se estruturam politicamente esses atores políticos no ofício da política.

Os recursos sociais utilizados na construção do perfil sociográfico dos vereadores: dimensões objetivas para a construção do cargo

Como se constrói o cargo de vereador dentro de um município? Quais são as características necessárias para a composição desse ofício na política?

É a partir dessas perguntas que tomamos como via analítica dos dados a interpretação dos recursos sociais qualitativos dos vereadores. Tomando os recursos como ponto de partida, podemos compreender como esses atores passam a construir-se como atores políticos e transformar-se em políticos profissionais.

Assim sendo, a dimensão objetiva desses recursos está localizada no entendimento e na formatação do próprio perfil sociográfico desses políticos, o que recai em apreender os seguintes indicadores: a) origem social, como profissão e nível de escolaridade dos genitores, formação escolar, profissão acadêmica; b) indicadores de socialização profissional na política: onde e como iniciou sua participação na política (através de amigos, familiares, parentes, direcionamento partidário, militância partidária, vinculação a movimentos sociais, sindicatos, cooperativas), quais os cargos exerceram na estrutura política do município (secretárias, cabos eleitorais, chefes de gabinete, assessores de vereadores, etc.). Tais indicadores permitiram fornecer pistas a respeito da estrutura de recursos (político, cultural e econômico) e posições sociais dos respectivos militantes.

Como a pesquisa se estende a um universo relativamente pequeno de entrevistados – 10 vereadores –, optou-se pela escolha em não apresentar por coeficientes de porcentagem as análises aqui apresentadas, tendo-se em vista que a ocorrência recairia em porcentagens não tão significativas e, como afirma Becker (2009), as-

sim podemos questionar os modelos matemáticos, tendo-se em vista que nem sempre eles apresentam de fato a realidade exposta. Nesse propósito, apresento os recursos sociais desses vereadores de maneira qualitativa, privilegiando aspectos relacionados: a origem social, ao trajeto escolar, à questão profissional e política desses atores. Essa escolha também contribui para que o leitor possa ter um melhor entendimento e compreensão a respeito da formação dos perfis políticos desses atores, que serão apresentados no final deste estudo.

Desse modo, o corpo legislativo da Câmara de Vereadores do Município de Três Rios é formado pelos seguintes vereadores (ver Quadro 1):



Quadro 1 – Os Vereadores do Município de Três Rios (2017-2020)

NOME DOS VEREADORES*	PARTIDO	QUANTIDADE DE MANDATOS
Virgínia Santos (Virgínia do Sindicato)	PT	3º mandato
Bruno Andrade (Bruno de Seu Andrade)	PMDB (atual MDB)	1º mandato
Luiza Alves (Luiza da Saúde)	PTB	2º mandato
Rômulo Silva	PDT	3º mandato
Remo Silva (Reminho Silva)	PRP	3º mandato
Augusto Azevedo (Augustinho de Zé Azevedo)	PATRIOTA	3º mandato
Guilherme Cravo (Guiminho)	PSD	4º mandato
Benedito Góes (Benedito do Povoado Varjão)	PSD	4º mandato
Josué Campos (Josué da Clínica)	SD	1º mandato
Pedro Barbosa (Pedro de Seu Barbosa)**	PMDB (atual MDB)	4º mandato

Fonte: Organizada pelo autor, 2018.

* Os nomes dos vereadores foram substituídos para manter o anonimato e segurança dos entrevistados.

** Embora tenha alcançado um significativo índice eleitoral, 374 votos, numa diferença de aproximadamente 109 votos em relação ao último colocado, o vereador Pedro Barbosa ficou como suplente, assumindo a vaga logo após o afastamento do vereador Rômulo Silva, que assumiu o cargo de Secretário Municipal da Juventude, Esporte, Turismo e Lazer.

Assim sendo, o quadro legislativo da Câmara de Vereadores (2017-2020), quanto a sua composição de gênero, é formado por (08) oito representantes do sexo masculino e apenas (02) dois do sexo feminino. Historicamente, existiram poucas mulheres no legislativo municipal e principalmente em períodos de ruptura, ou seja, de acordo com os dados das Atas de Posse da Câmara, têm demonstrado que não é uma tradição no município a escolha por vereadoras, numa espécie de sexismo quanto ao gênero feminino, contudo, isso tem se modificado com o próprio desenvolvimento da política local.

Isso se exemplifica quando tomamos como componente significativo a história política local, onde, por exemplo, evidencia que o período em que houve a primeira mulher atuando nesse meio foi a década de 1970 (no período de 1973-1976); posteriormente com uma diferença de aproximadamente 20 anos outra mulher assumiu um cargo de vereadora no município, precisamente na década de 1990 (no período de 1993-1996). Logo em seguida, a partir dos anos 2000 passou a haver, no município, outras mulheres no cargo de vereadora nos períodos de 2001-2004, 2009-2012, 2013-2016 e 2017-2020. Atualmente, o município não apresenta nenhuma mulher no cargo de vereadora, tendo em vista que as duas últimas que fizeram parte desta pesquisa concorreram como vice-prefeitas na campanha eleitoral de 2020. Elas concorreram em duas chapas eleitorais rivais composta por colegas de mandatos de ofício, ou seja, ex-vereadores. Dessa forma, dispuseram-se as seguintes chapas eleitorais: *chapa 1*, composta por Bruno de Seu Andrade e Virgínia do Sindicato, e a *chapa 2*, composta por Augustinho de Zé Azevedo e Luiza da Saúde.

Contudo, mesmo nesse universo de sete mulheres, essas conseguiram se eleger privilegiando-se do recurso social que detinham, ora por serem filhas de ex-políticos da cidade, ora pela profissão que ocupavam – professoras, empresárias e ou ligadas a associações políticas, de saúde e ou sindicais. Segundo um dos entre-

vistados, a política no município é marcada por “uma espécie de machismo político”, onde as mulheres são relegadas aos cargos minoritários da política. E complementa afirmando: “[...] homens não respeitam mulher na política, o machismo prevalece [...] só tivemos uma única mulher presidente da Câmara, rapaz! Isso é demais!” (Entrevista com Virgínia Santos, 2018).

Dando continuidade à investigação dos “dados peculiares a história de vida de cada um desses vereadores”, como nome, idade, naturalidade, sexo e estado civil, obtivemos os seguintes compostos sociais: seis nasceram no município de Três Rios e quatro são naturais do município de Aracaju. Os que nasceram em Três Rios possuem maior faixa etária, 40 (quarenta) a 62 (sessenta e dois) anos, cabendo ressaltar que um deles, com 49 (quarenta e nove) anos, embora seja natural do município, residia em Aracaju, retornando depois a residir em Três Rios em virtude do cargo. Os outros são naturais de Aracaju e compõem o quadro mais jovem da Câmara, 33-39 (trinta e três a trinta e nove) anos, embora residam em Três Rios desde quando nasceram. A existência, no município de Três Rios, de um Hospital de Caridade, equipado com uma maternidade que atendia a toda a população e região circunvizinha explica o fato de a maioria das pessoas, com uma faixa etária de 40 (quarenta) a 80 (oitenta) anos, residentes no município terem nascido nesse mesmo local.

Em relação ao estado civil, todos do gênero masculino são casados, mesmo que alguns não sejam casados oficialmente, ou seja, com certidão de casamento, ou como eles mesmos afirmam: “casados no pró-forma”, com acordos jurídicos de fato. Quando das representantes do gênero feminino, uma delas afirma ser divorciada ou separada e a outra afirma ser solteira, embora ao longo do desenvolvimento da entrevista afirme que tenha um “esposo”. Essa afirmação tem a ver com o fato de só considerar o estado civil de casada quando da vinculação jurídica do termo e não a condição de manter uma união estável.

Na busca por informações relacionadas à profissão dos ascendentes e a sua escolarização, em relação aos avôs paternos e maternos, essas foram as informações mais difíceis de se obter registros, pois poucos conseguiram identificar com precisão a profissão e muito menos a escolaridade de seus ascendentes. Assim sendo, e evitando-se categorizações genéricas, obtivemos os seguintes aspectos: a) profissão dos avôs maternos e paternos e suas específicas escolaridade: não conseguimos identificar precisamente, obtendo-se respostas relacionadas principalmente ao universo rural e ao trabalho doméstico, como: “trabalhador rural”, “doméstica”, “rainha do lar”; quanto à escolarização os dados circundaram em um grande índice de analfabetismo e/ou de ensino fundamental incompleto. Segundo os entrevistados eles afirmavam que esses dados se davam em virtude das escassez de condições financeiras para o provimento escolar de seus ascendentes, afirmando a negação ou quase inexistente possibilidade de acesso às escolas no município, principalmente em virtude do grande número de pessoas que trabalhavam na área rural e/ou que residiam nessas localidades, conforme melhor exemplificavam os entrevistados: “naquela época não se tinha como estudar direito [...] era difícil conseguir vir estudar aqui na cidade [...]” (Entrevista com Rômulo Silva, 2018).

Com exceção dos entrevistados acima, 03 vereadores, os mais jovens, conseguiram identificar as profissões e a escolaridade de seus avôs maternos e paternos, assim identificando-os: um deles, o mais velho e irmão por parte do pai do outro vereador, apresenta a seguinte afirmativa: “meus avôs maternos quase não tenho informações, já dos por parte de meu pai, sim! Eram comerciantes, tinham uma mercearia aqui na praça principal da cidade” (Entrevista com Remo Silva, 2018). O seu irmão, que também é vereador, embora de outro casamento de seu pai, também não conseguiu identificar a profissão de seus avôs maternos, apenas confirmando as informações de seu irmão. Apenas um único vereador, o mais novo dos

10 (dez) entrevistados, conseguiu apresentar todas as informações referentes à escolaridade de seus avôs, descrevendo-os:

Minha avó paterna era dona de casa e meu avô metalúrgico, já minha avó materna é professora estadual aposentada e meu avô era funcionário público municipal, motorista, também foi vereador e prefeito da cidade por dois mandatos, da história do meu avô todo mundo conhece (risos) (Entrevista com Bruno Andrade, 2018).

Quando esse afirma ser a história do seu avô materno bastante difundida no município, é por esse ser neto de um dos principais políticos do município, líder político da família Andrade.

Quando os entrevistados foram indagados sobre a profissão dos pais e respectivamente a escolaridade desses, todos conseguiram identificar dados, apresentando riqueza de detalhes. Quando relacionadas às suas mães, às profissões e à escolaridade circundaram em afirmações como, comerciante, e apenas com o 1º grau do ensino fundamental; trabalhadora rural e analfabeta; agricultora e estudou apenas até a 4ª série do ensino fundamental; doméstica e ensino fundamental. Não foi muito diferente o universo de respostas relacionadas aos pais, apresentando informações como, mecânico, agricultor, trabalhador rural, auxiliar administrativo municipal, gerente administrativo, e a escolarização identificada ficou no universo do ensino fundamental, ensino médio ou nível médio com cursos técnicos. Mesmo a grande maioria dos vereadores não afirmando significativamente que a política se configura como uma profissão, a maioria dos vereadores que têm familiares que já assumiram cargos políticos no município sinaliza os cargos de vereador e prefeito como profissão de seu pai, mas sempre somando-se à outra profissão, como por exemplo, comerciante e vereador, sindicalista e vereador, funcionário público, técnico em edificações e vereador e eletricitista, vereador, prefeito e vice-prefeito.²

2 As informações relacionadas à profissão e ao nível de escolaridade dos pais

A partir desses dados, foi possível apreender que os vereadores fazem questão de referenciar a profissão do pai e/ou de sua mãe quando essa profissão é conivente com a realidade política à qual ele se associa, ou seja, as frentes de trabalho que acionam na dinâmica política, como por exemplo, um dos vereadores cuja mãe foi professora no município fez uso dessa frente como recurso eletivo, ou seja, tornando-se o vereador da educação. Isso se observou embora durante a entrevista esses façam questão de dizerem que a sua notabilidade política está desvinculada da presença de seus pais na política.

Além da significativa dificuldade em encontrar os dados referentes à escolaridade e à profissão dos seus pais, tivemos dificuldade em encontrar dados sobre a atuação militante de seus pais, ou seja, se os seus pais faziam ou fizeram parte de alguma associação ou entidade de classe. Contudo, os vereadores que tinham pais ligados à política sinalizam a vinculação aos partidos políticos, e/ou a entidades sindicais, como por exemplo, identificar que o pai foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Rios, e o outro ao afirmar que a mãe, por ser professora estadual, sempre foi associada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe (SINTESE). Esses dados demonstram que na política municipal a efetiva participação dos pais dos vereadores em associações e/ou sindicatos, de certa forma, não significava um peso efetivo para a disputa eleitoral, tanto porque praticamente a pouca existência de sindicatos e associações no município apontava que os presidentes desses se tornaram, de certa maneira, os “líderes” dessas associações e desses sindicatos.

Quanto ao nível educacional dos entrevistados, obtiveram-se os seguintes dados: 04 (quatro) deles apenas apresentam o nível médio, sendo 02 (dois) deles formados em colégios públicos de Ara-

dos vereadores foram retiradas das entrevistas e dos questionários aplicados aos vereadores.

caju e do próprio município. Importante ressaltar que o município de Três Rios só veio a ter um colégio destinado ao ensino médio nos anos de 1990, mais precisamente na gestão do ex-governador Albano Prado Franco. Um deles afirma ter iniciado o nível superior, mas não conseguiu concluir, pois teve que trancar o curso em virtude do trabalho. Os outros seis apresentam curso superior, em áreas diversas, embora não exerçam efetivamente a profissão de sua formação acadêmica e/ou em muitas das vezes fazem cursos correlacionados com a atividade política, a exemplo, de um que é formado em gestão pública e outro que diz está iniciando também o curso de gestão pública, ambos em universidades particulares (Universidade Tiradentes – UNIT e Estácio-Fase).

Ainda respondendo sobre a formação acadêmica, um dos vereadores afirma ser formado em assistência social e atua hoje na administração de um sindicato no município; um é formado em biomedicina e atualmente cursa bacharelado em Teologia, em virtude de sua ligação religiosa, ou seja, por ser presbítero da igreja evangélica e pelo fato de revelar o desejo em se tornar pastor evangélico. Ambos os vereadores se formaram em universidades particulares de ensino (UNIT e UNOPAR); em semelhante perspectiva educacional, de ser formado em uma área e estar cursando outro curso superior, há um vereador que é licenciado em Física pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e está cursando engenharia civil na UNIT. Apenas um dos vereadores apresenta formação em dois cursos de nível superior, ele é licenciado em História e bacharelado em Advocacia, ambos pela UNIT. Segundo ele, a escolha da primeira formação tem a ver com a tradição educacional que herdou de sua mãe e de suas irmãs e irmãos, que são, em maioria, professores e atuam no ensino público municipal e estadual.

Esses aspectos sociográficos dos entrevistados nos permitiram traçar os compostos sociais nos quais esses atores estão inseridos, principalmente quanto à sua origem familiar e como esses se

reconhecem, bem como na condição acadêmica e os seus entrelaces com a condição atual de vereadores. Contudo, foi possível perceber que, durante a entrevista e a aplicação dos questionários, alguns vereadores não conseguiam entender o objetivo da indagação a respeito da formação escolar e profissional de seus pais e avôs e demonstravam ficar entediados e ou curiosos quanto a essas perguntas, afirmando: “Mas você não está interessado em saber de mim, assim, como se torna vereador? Pensei que as questões seriam apenas sobre mim e sobre o meu mandato?” (Entrevista com Pedro Barbosa, 2018). Essas questões eram apresentadas logo no início da entrevista e quando era explicado que isso contribuiria para uma melhor análise da condição social e de como se constrói o perfil deles, eles ficavam mais “à vontade”, se assim podemos dizer. Após responderem a todas as questões dos blocos relacionados a origens sociais, dados iniciais e trajeto educacional, entramos especificadamente nas questões relacionadas ao *background* profissional e político.

Assim, iniciávamos a entrevista e o questionário com a pergunta relacionada à profissão desses atores, que, quase que por unanimidade, fizeram questão de apresentar sua profissão (as mais variadas possíveis), distanciando-se da ideia de “político-profissional”, exceto um deles, que fez questão de dizer que é vendedor e que atualmente exerce o mandato de vereador já em seu terceiro mandato, ou seja, diz que, como vereador, está nesta “profissão” política, embora quando questionado sobre isso, ou seja, se a política é uma profissão, fez questão de afirmar que não. Isso demonstra, que embora esses atores estejam na carreira política e desejem continuar nela (pelo menos a maioria deles), esses não conseguem classificá-la como uma profissão. Os outros afirmaram logo que não poderiam identificar o cargo de vereador como profissão, pois eram mandatos com período determinado e a profissão era o seu trabalho significativo. Esse trabalho significativo mostra que o cargo de

vereador é temporário e a profissão seria uma espécie de recurso identificador, por exemplo, “[...] sou taxista, e estou atualmente como vereador, mas quando o mandato acabar volto a ser taxista” (Entrevista com Rômulo Silva, 2018). Embora fizera questão de apresentar essa afirmação, o mesmo vereador que pontuou esse aspecto da profissão titulada como marco de importância biográfica, também fez questão de acionar exemplo de personalidades municipais como “políticos”, por exemplo, “[...] foi político e electricista e desempenhou um importante papel na política municipal” (Entrevista com Bruno Andrade, 2018).

Desse modo, temos os seguintes dados em relação às profissões: dois são agentes comunitários de saúde e junto a essa profissão assumem outra profissão, como a de professor – embora afirmem que não estejam exercendo a profissão em tempo –, e o outro como taxista, e executa essa atividade em conjunto com a de vereador. Outro aspecto defendido por esse vereador é relacionado à sua profissão de agente comunitário, anterior à sua condição de político, afirmando que, com o auxílio da sua profissão como agente comunitário, conseguiu iniciar o seu trabalho junto com à comunidade do município e a traçar as metas de iniciação política.

Outros 02 (dois) vereadores são microempresários, um do ramo de lotéricas e o outro é proprietário de um laboratório de análises clínicas, especializado em exames populares. Esse afirma que o trabalho dele na política se vincula diretamente com a sua atividade profissional, ou seja, a população o identifica em virtude do trabalho que desenvolve ligado à sua área de atuação profissional: “[...] as pessoas quando necessitam de algum exame e ou tratamento médico, procuram os nossos serviços. E é para isso que virei vereador, para ajudar como posso nessa área [...]” (Entrevista com Rômulo Silva, 2018). Um deles afirma que a sua profissão é comerciante, embora seja funcionário público e desempenhe atividades ligadas ao ramo frigorífico, principalmente na venda de

carnes bovinas, isso em virtude de seu pai, que antes de ser vereador era marchante (pessoa encarregada de abater o gado e vendê-lo nas feiras públicas próximas).

Em outras profissões há um que é funcionário público, especificamente oficial administrativo estadual, e atualmente exerce a profissão de advogado. Os outros três estão em profissões relacionadas indiretamente ao recurso social que acionam na política, sendo assim, temos as seguintes características: uma é aposentada como professora e exerce a função atualmente de secretária-geral do hospital de caridade da cidade; um é funcionário de uma empresa privada, especificadamente no cargo de supervisor de produção; e o outro é assistente social e vice-presidente do sindicato do qual o seu pai foi um dos fundadores, o sindicato dos trabalhadores rurais do município.

Em virtude do questionamento relacionado à profissão, direcionamos a entrevista para que pudéssemos obter uma resposta relacionada ao que os levou a entrarem para carreira política, tendo em vista que todos possuem profissões e afirmam que se mantêm de suas atividades laborativas. Assim sendo, os atores voltaram a afirmar que não acreditam que o cargo de vereador seja uma profissão, e dizem estar na política para promover uma melhoria no município.

Nesse quesito foram unânimes, afirmando que o município precisa do trabalho por eles desenvolvidos. No entanto, quando incitados sobre qual foi o estímulo para entrarem de fato na política, para além da própria “necessidade municipal”, um deles continuou afirmando que por conta da necessidade de mudança na política municipal, embora, em meio à entrevista, tenha deixado transparecer alguns dos fatores que despertaram nele o interesse pela política: o pai ter sido vereador em vários mandatos no município e o próprio entrevistado ter sido cabo eleitoral e membro do movimento estudantil, além de chefe de turma. Em semelhante resposta, o seu

irmão, que também é vereador, diz que, por estímulo do pai, também vereador, despertou nele o interesse pela política, somando-se ao fato de que seria uma espécie de sucessor do seu pai.

Na mesma lógica, outros dois vereadores afirmam a mesma perspectiva, que o recurso social familiar herdado pelo pai o impulsionou à política; e o outro relacionando ao recurso familiar herdado do seu avô, ou seja, o peso da hereditariedade política dos seus familiares. Contudo, um dos entrevistados foi enfático em dizer que nunca tinha pensado em entrar na política municipal, mas que, atendendo ao pedido de um dos ex-prefeitos municipais, e pela condição de trabalhar na empresa ligada à família desse ex-prefeito, decidiu entrar na política e seguir a carreira política.

Quando questionados em relação às razões que os levaram a seguir a carreira política, as respostas circundaram em sua maioria principalmente na “possibilidade de colaborar com o bem público comum”, juntamente com a “possibilidade de representar o meu grupo social e profissional ao qual faz parte” e principalmente a “possibilidade de representar a cidade onde vive no cenário político municipal e estadual”; apenas dois dos entrevistados sinalizaram a importância de “representar e fortalecer o grupo político que faz parte”. Embora se demonstre na política cotidiana que o fortalecimento do grupo político ao qual fazem parte sejam uma das coisas que mais pesam nas decisões ligadas a vida política desses atores, principalmente em virtude de muitos estarem vinculados a líderes políticos locais.

Tratando-se das questões relacionadas aos apoios direcionados ao acesso e sucesso como político, os vereadores sinalizaram o “apoio familiar” como um dos principais recursos acionados pelos atores, somando-se ao “apoio dos amigos”. Um dos entrevistados fez questão de mencionar que o seu maior apoio foi dos amigos, afirmando que

[...] quando pedir ajuda a um político da cidade e ele me negou, eu desabafando com os amigos – sempre tive muitos amigos – disseram: Por que você não entre para a política, seja vereador? E assim decidi entrar e aqui estou. Foram meus amigos que me estimularam e apoiaram, minha família nunca apoiou, pois achava que não tinha chances de vencer (Entrevista com Rômulo Silva, 2018).

Também sinalizaram a importância das “organizações em que participam e representam”, a exemplo dos sindicatos e ou entidades sociais relacionadas, como igrejas evangélicas, etc.

Como falamos anteriormente sobre a construção de uma carreira política, buscamos saber dos vereadores se ao término deste mandato eles desejariam seguir outro cargo, ou seja, se continuariam na política, em unanimidade afirmaram que desejam sim ser candidatos, desde a reeleição para vereador, como também para o cargo de prefeito e/ou vice-prefeito. Sendo que apenas um dos entrevistados afirmou que não tem pretensão de ter outro cargo eletivo além de vereador, pois não consegue se perceber em outras esferas da política local, quiçá na estadual. Esse vereador afirmou que não tinha nem o desejo de se tornar vereador, tornou-se vereador atendendo a um pedido do seu chefe na empresa que trabalha como supervisor.

De acordo com os entrevistados, o desejo de seguir carreira política é de todos os que são “mordidos pela mosca da política”, entretanto, afirmam que quem decide isso é o povo, ou seja,

[...] lógico que quero exercer outro cargo político, crescer politicamente, mas deixo que o povo nas ruas diga se me quem candidato pra prefeito e ou vice, não adianta só querer, tem que ter trabalho prestado e o povo aclamar nas ruas pra isso [...] os que estão afirmando que vão ser prefeito e tal... hum, eles não estão entendendo nada. O povo decide meu filho! (Entrevista com Virgínia Santos, 2018).

Durante um momento da entrevista o questionamos quanto aos possíveis políticos municipais que podem ser identificados como líderes políticos e/ou políticos nos quais eles se espelhavam ou tinham certa admiração, e serviam como direcionamento para a sua carreira política. Nomes históricos da política municipal de Três Rios foram identificados, como por exemplo, Paulo Andrade (Paulão Andrade) – citado por cinco dos vereadores entrevistados – afirmando ser um dos maiores prefeitos que o município já teve, assim, evidenciando o poderio do seu nome como uma referência política; outros nomes bastante citados foram o dos ex-prefeitos José Azevedo (Zé Azevedo) e Alberto Mesquita.

A identificação desses vereadores com esses políticos históricos demonstra em que estruturas familiares de poder a política local ainda está alicerçada, ou seja, as famílias “Mesquita, Andrade e Azevedo”, as quais de certa maneira continuam sendo memoradas dentro do universo político institucional, eleitoral e comunitário, principalmente através da candidatura de alguns de seus parentes lineares. Somam-se a esses atores políticos o nome de outros dois ex-prefeitos, Prado Gonçalves e a ex-prefeita Maria Clara Mesquita, esposa do ex-prefeito Alberto Mesquita. O curioso nesse questionamento foi que os atores políticos citaram seus pares como líderes representativos, demonstrando uma identificação direta com os seus colegas de Câmara, assim evidenciando que muitos desses atores reconhecem os trabalhos políticos um dos outros na política local.

O desenho que pode ser apresentado através desses recursos sociais mencionados ao longo de todo esse subitem nos permitiu construir e demonstrar como é formado o corpo legislativo da câmara de vereadores dentro das perspectivas objetivas do cargo, visto que nos creditou a conhecer como esses atores conseguem se inserir dentro do universo da política municipal, ora por meio da tradição familiar, ou pelo apoio dos amigos e/ou entidades de

classe aos quais fazem parte, ou até mesmo por indicação direta de seus patrões em amplos universos sociais. Demonstra também, que na política local, a origem familiar dos pais e dos avôs, mesmo que sem definirem por certo as profissões e ou escolarização que possam ter feito parte, esse é um recurso significativo, visto que a comunidade eletiva demonstra ter uma vinculação “clientelista” norteada através dos antigos favores feitos ou adquiridos por esses políticos mais antigos, assim criando uma espécie de “voto por agradecimento”, como por exemplo, quando se ouve dos munícipes afirmações como esta: “[...] eu voto nele por ele ser neto de um grande político do município”; ou “é melhor votar nele, pois o seu pai fez um grande trabalho na prefeitura municipal”; “eles com toda certeza darão continuidade ao trabalho legislativo que seu pai desempenhou no município” etc.³

Permitiu também entender que, dentro do universo político municipal a questão da ligação partidária e posição ideológica na política – esquerda ou direita –, a questão não interfere na dinâmica política local. Segundo os vereadores, o partido apenas serve para creditar a sua candidatura, assim sendo, afirmam que o fato de mudar de partido, na grande maioria das vezes, se justifica pela própria categoria nativa da política local. Ou seja, dentro da política desenvolvida no município a condição de fazer parte de um determinado partido e de ocasionalmente mudar de legenda partidária não tem nenhuma vinculação ideológica, mas sim tem a ver com a conveniência de participar a um determinado grupo e ou agrupamento político liderado por alguns dos principais políticos locais. A vinculação partidária atrelada à condição ideológica, segundo eles, é percebida e sentida como importante apenas no

3 Os argumentos assim mencionados fazem referência a um conjunto de informações adquiridas ao longo da pesquisa e das entrevistas aleatórias, ocorridas no mês de dezembro de 2018, com vários moradores do município, os quais não se identificavam, apenas relatavam o seu desejo em votar em determinado candidato.

cenário político estadual e ou principalmente federal. No cenário político local o que vale é a condição de ligação a uma determinada liderança política, pois, como afirmam, “[...] os eleitores estão mais ligados a questões do trabalho desenvolvido dentro do município, nada de esquerda ou direita. Isso fica a critério do próprio político [...]” (Entrevista com Guilherme Cravo, 2018).

Um ponto importante percebido, tanto em meio as entrevistas quanto na própria aplicação do questionário e que se liga às razões acima mencionadas é a questão entre o posicionamento político desses atores quanto à gestão local, identificando-se como situação ou oposição. Segundo alguns vereadores, “[...] essa posição de ser situação e/ou oposição é importante, pois define como iremos conduzir nosso mandato [...]” (Entrevista com Bruno Andrade, 2018), de acordo com outro vereador, “[...] declarar-se oposição credita o meu trabalho, pois não sou conivente e fiscalizo todas as ações dessa gestão” (Entrevista com Luiza Alves, 2018). Ora, o que se percebe é que os olhares acerca das posições estão no mero jogo político eleitoral, onde estar no poder e não fazer parte dele é para alguma parte da população como crédito eleitoral para um possível futuro político, ou seja, possibilita a continuidade de um trabalho e ou a neutralidade fiscalizadora por esses atores.

De certo, os recursos sociográficos demonstrados ao longo dos questionários e/ou das entrevistas auxiliaram na construção dos perfis políticos dos vereadores. Contudo vale ressaltar que esses dados por si só não conseguem definir a configuração desses atores, sendo então preciso articular esses recursos com as habilidades acionadas e reconvertidas ao longo da própria atuação política. Nesse sentido, o item subsequente visa a apresentar como essas habilidades se somam na configuração do cargo de vereador no ofício da política.

As habilidades acionadas e reconvertidas em trunfos na carreira política

Que habilidades são essas?

Essa foi a reação que obtivemos ao lançarmos a questão referente às possíveis habilidades profissionais dentro da política. Talvez esses vereadores nunca tenham pensado a sua atuação como uma profissão e por conta disso nunca tenham percebido que dentro desse *métier* alguns códigos são apreendidos e ou acionados para o sucesso profissional, ou seja, a sua ascensão e consagração política, por sua vez, um ofício.

De acordo com Hughes (1964), três habilidades são importantes na construção de um ofício: a *aprendizagem*, a *iniciação* e a *conversão*. Essas habilidades quando direcionadas para a construção de um ofício na política pode ser melhor exemplificada da seguinte forma: a *aprendizagem*, que corresponde à socialização, ou seja, o processo de “aprender” o universo da política, o iniciar o percurso de entrada na política; a *iniciação* que corresponde a inserção na política eletiva por meio da campanha eleitoral, ou seja, a iniciação é a etapa na qual o ator político já está imerso na política eleitoral propriamente dita, ou seja, nas campanhas, na participação das eleições partidárias, etc.; e a *conversão*, que é o momento em que o ator já se vê atuando e participando não mais como observador daquele universo político, mas sim, como umas das peças dessa engrenagem.

Nessa lógica, depois de questionados e de reinterpretar a questão para os vereadores, esses apresentaram as suas respostas a respeito das suas habilidades políticas, iniciando-se pela aprendizagem. De acordo com esses atores, a aprendizagem política, muitas das vezes, foi aprendida durante o processo de formação familiar, conforme se demonstrou no subitem anterior, pois grande parte dos vereadores tem vinculação à tradição familiar, ou seja, são políticos de herança familiar e que participaram do universo político do município desde a sua infância ou na juventude.

Segundo um dos vereadores, “[...] brincava nos corredores dessa Câmara, via meu pai conversando, recebendo políticos em casa [...] eu apenas brincava, mas convivia com eles (os políticos) e com os filhos deles” (Entrevista com Remo Silva, 2018). Essa afirmação demonstra que os espaços de aprendizagem política eram o espaço de socialização, onde se iniciava o interesse pela política, mesmo que sem ainda terem noção de fato de como essa dinâmica ocorreria. Em relato semelhante, outro vereador explica que a rotina dele estava ligada intimamente com o dia a dia de seu familiar político, “[...] era pequeno, mas me lembro, quando ele ia atender as pessoas. As pessoas pedindo favores. Tinham até aquelas que nos encontravam na rua e fazia referência a ele, tipo: – Olha ele como está grande [...]” (Entrevista com Bruno Andrade, 2018), ou seja, para esses atores a política estava intimamente relacionada a sua condição social, sendo a sua iniciação condicionada pela própria convivência no meio.

O processo de iniciação desses atores na política está intimamente casado com a sua aprendizagem, segundo eles, a aprendizagem e a iniciação aconteciam simultaneamente. Entretanto, se definirmos como o processo de campanha eleitoral, esses identificam que algumas habilidades tiveram que ser acionadas, a exemplo do uso da oratória e do aprimoramento das relações interpessoais. De acordo com um dos vereadores,

[...] é na campanha que o eleitor começa a criar vinculação com o político, que ele define se gosta ou não de você, então você deve ser o mais sincero possível em suas posições e projetos, como também saber ouvi-los (Entrevista com Josué Campos, 2018).

Para os vereadores do município de Três Rios, a campanha é o palco expositivo de suas qualidades pessoais, em virtude disso, a grande maioria das respostas foram direcionadas a qualidades subjetivas atribuídas aos mesmos, como por exemplo, “honestidade com os eleitores”, “humanidade e amizade com os eleitores”, entre outras. Outras habilidades foram destacadas como acionadas durante o período de iniciação na investidura do cargo, as quais os vereadores

são unânimes em afirmar que “possuírem conhecimento ou um pouco sobre o conhecimento do desenvolvimento da política municipal” (Entrevista com Bruno Andrade, 2018), e que esse é um dos principais atributos e habilidades que todo político deve ter assim que entram em campanha eleitoral, justamente porque será através daí que serão definidos os trajetos e as construções identitárias desses na política e como os eleitores passam a vê-los.

De acordo com os vereadores, quando já na investidura do cargo eletivo, ou seja, na conversão de políticos em políticos profissionais, esses atores sinalizam que a maior habilidade que podem adquirir é o de “saber jogar o jogo da política”. Ora, de acordo com esses atores a política é um jogo onde nem sempre se tem a certeza de ganho, para tal feito é preciso saber lidar com as pressões internas e externas inerentes ao ofício. De acordo com um dos vereadores “[...] essa habilidade se traduz no saber quando falar e ou quando calar-se. No momento de participar ou não de determinado grupo ou situação política. É a arte de negociação. Quem melhor negociar, vence o jogo” (Entrevista com Augusto Azevedo, 2018).

Ou seja, “tudo na política é possível”, então a habilidade defendida por esses atores como cruciais para o sucesso político é obter uma espécie de *expertise* para a própria dinâmica política, o que eles chamam de uma “tática de jogo”. Segundo os vereadores, essa tática de jogo pode ser definida como arte de construir alianças e/ou defender rupturas de acordo com a comunicação e o “linguajar próprio da política”. Assim sendo, quando questionados quanto a esse “linguajar próprio da política”, afirmaram que é o linguajar relacionado ao calar-se e/ou impor-se por força da sua densidade eleitoral, ou seja, a habilidade de compreender o seu peso eleitoral e utilizar esse peso como moeda de negociações. Tendo-se em vista que o partido não apresenta significativa importância, e nem também a sua posição ideológica, o que de fato conta para eles é a propensão à negociação, pois

[...] tudo na política é negociação. [...] Veja você, em um município pequeno como aqui, se você é político e não consegue se manter em um grupo político fortificado, a melhor atuação que

você tem é silenciar e fazer a sua política paralela a que o grupo desenvolve. Não é bater de frente, é negociar. Embora nem sempre isso surta os efeitos que você deseja, mas esse princípio torna-se o principal (Entrevista com Bruno Andrade, 2018).

Embora os políticos locais não se identifiquem como políticos profissionais e/ ou defendam a política como uma profissão, quando questionados em termos de essa ter etapas semelhantes a qualquer outra profissão – aprendizagem, iniciação e conversão – eles afirmam que nesses propósitos ela pode até ser assim chamada, mas não identificada, pois a política é momentânea, datada de períodos e de flutuações.

Quando falaram dessas flutuações, foi mencionado para os atores que o próprio processo de flutuação é uma característica importante em qualquer profissão, desde as que apresentam titulação como também os ofícios, assim sendo, as flutuações são percursos observáveis em quaisquer carreiras profissionais. Mesmo explicando-a, os atores políticos afirmaram que essas flutuações são decorrentes da própria dinâmica política, em outras palavras, para esses atores a política não pode ser equiparada aos outros campos profissionais, pois a própria política é dinâmica e/ ou seleciona os seus “políticos”, relegando a condição do voto como uma espécie de afirmação no mundo político, muito além da própria investidura do cargo.

Mesmo em meio a essa diferenciação proposta pelos próprios políticos, e em meio às entrevistas e na aplicação dos questionários, percebeu-se que o processo de *aprendizagem*, *iniciação* e *conversão* corresponde intimamente à formação do ofício da política, pois essas etapas são amplamente contempladas e justificadas na própria carreira política.

Em suma, possibilitou-se compreender que, quanto ao uso das habilidades adquiridas e/ou acionadas como qualitativos para o exercício do ofício na política, os vereadores demonstraram que as principais dizem respeito às suas capacidades de se manterem no próprio jogo da política, ou seja, a capacidade de conseguir

articular as atribuições formais e legais do cargo com as práticas de assistencialismo e clientelismo advindas com a própria investidura no cargo. As habilidades como oratória, desenvoltura pessoal, desenvolvimento de boas práticas junto ao eleitorado, etc. também são fortes pontos defendidos pelos vereadores, contudo, o maior peso está na sua prática cotidiana através de suas frentes de trabalho, que no município estão direcionadas principalmente ao assistencialismo.

Perfis políticos profissionais a partir do cargo de vereador

Como foram demonstrados anteriormente, os recursos sociais dos vereadores – a sua origem familiar e os seus *backgrounds* políticos e profissionais – somando-se as habilidades políticas acionadas e reconvertidas para o ofício da política, permitiram que pudéssemos construir perfis políticos característicos.

Assim sendo, três perfis políticos foram construídos: os vereadores de herança familiar, os vereadores de vinculações institucionais e os vereadores *outsiders*. Contudo, esses perfis não são engessados, pois em alguns casos pode até haver a existência de vereadores que atuam tanto em uma como ou em outra causa/frente. Entretanto, o que se levou em consideração na construção desses perfis, uma espécie de “tipo ideal” político, foi o resultado de uma soma dos recursos sociais e as habilidades as quais esses atores políticos utilizaram desde o período eleitoral, além de como esses se identificam em sua trajetória política. Dessa maneira, apresentamos os três perfis construídos, conforme demonstra o Quadro 2, e logo em seguida tratamos especificadamente de cada um deles e por que esses atores fazem parte de cada um deles.

Quadro 2 – Perfis políticos dos Vereadores de Três Rios (2017-2020)

TIPOS DE PERFIS POLITICOS		
vereador de herança familiar	vereador de vinculações institucionais PROFISSIONAIS	vereadores ‘outsiders*’
Augusto Azevedo (Augustinho de Zé Azevedo)	Luiza Alves (Luiza da Saúde)	Guilherme Cravo (Guiminho)
Bruno Andrade (Bruno de Seu Andrade)		
Pedro Barbosa (Pedro de Seu Barbosa)	Benedito Góes (Benedito do Povoado Varjão)	
Virgínia Santos (Virgínia do Sindicato)		
Remo Silva (Reminho Silva)	Josué Campos (Josué da Clínica)	
Rômulo Silva		

Fonte: Organizada pelo autor, 2019.

* Em referência ao termo cunhado por Howard Becker (2008). Aqui, o termo está evidenciando uma espécie de “desvio” as características comuns encontradas nos outros blocos de vereadores, ou seja, não possui vinculação familiar, não é apadrinhado por outro político importante na cidade, etc. Maiores informações, consultar Becker (2008).

Vereador de herança familiar

Esse perfil é composto pelos atores políticos cuja trajetória política está vinculada à herança familiar consanguínea, ou seja, descendentes lineares. Esses políticos utilizam-se dessa condição familiar para ter acesso à política partidária e institucional, creditando para si condições de herdeiros diretos da tradição política de seus pais e ou avôs. Seis dos vereadores que compõem o quadro legislativo municipal apresentam essa característica, sendo que cinco deles são diretamente relacionados à figura paterna e apenas um ligado à hereditariedade do seu avô. São quadros representativos desse tipo de perfil político:

I. O vereador Augusto Azevedo, ou Augustinho de “Zé Azevedo” como é popularmente conhecido, é filho do ex-vereador, ex-presidente da Câmara de Vereadores, ex-prefeito e ex-vice-prefeito, José de Azevedo (Zé Azevedo). Segundo o próprio vereador, a sua inserção política teve o intuito de manter a tradição política do seu pai no município, e como o pai, pretende seguir a carreira da política nos mesmos moldes do seu pai, ou seja, dentro do universo local. Segundo o próprio ator, ele não tem nenhuma pretensão a ter cargos maiores na política, tendo em vista que o maior cargo na política municipal é o de prefeito. Augusto Azevedo já foi por presidente da câmara de vereadores por três biênios: 2009/2010, 2011/2012 e 2016/2017, tentou a reeleição para presidência da câmara, mas não conseguiu construir um bloco significativo e nem chegou a candidatar uma chapa. Atualmente é o prefeito do município.

II. Bruno Andrade, ou “Bruno de Paulão Andrade”, era o político mais jovem da câmara de vereadores de Três Rios, sendo o segundo mais bem votado durante a eleição de 2016. De acordo com o próprio vereador, o seu sucesso eletivo ocor-

reu em virtude do trabalho desenvolvido por sua família na história política do município, principalmente em virtude da tradição do seu nome, “Andrade”, em referência a um dos principais políticos do município de Três Rios, Paulo Andrade (Paulão Andrade). Como o vereador estava em seu primeiro mandato, esse tem consciência de que todo o seu referencial político advém de herança familiar, tendo em vista que além de ter um o nome do avô como qualitativo eleitoral, pois esse foi ex-vereador, presidente da câmara e ex-prefeito de Três Rios por duas gestões, também teve na política outros representantes da família, a exemplo de seus tios, Margarida Andrade ou Professora Margarida de “Paulão” (que foi vereadora e presidente da Câmara por dois biênios – 2013/2014 e 2015/2016) e Paulo Andrade Filho, ou Paulinho de Paulão Andrade como é chamado (foi presidente da Câmara durante os biênios 2005/2006 e no final do biênio de 2008). Bruno Andrade concorreu a campanha eleitoral de 2020, sendo derrotado pelo seu opositor, Augustinho de “Zé Azevedo”.

III. Pedro Barbosa, o Pedro de “Seu Barbosa”. A referência atribuída ao seu pai, o ex-vereador André Barbosa (Seu Barbosa, como é conhecido no município) traduz para o seu filho o crédito de acesso à ascensão no cenário político municipal. Seu pai foi por quatro vezes vereador do município (1989-1992; 1997-2000; 2001-2004). O vereador Pedro de “Seu Barbosa” está em seu 4º mandato, sendo que no penúltimo assumiu a legislatura em virtude da licenciatura de Rômulo Silva para assumir a Secretaria Municipal da Juventude, Esporte, Lazer e Turismo. Foi reeleito para o cargo de vereador na última eleição municipal de 2020.

IV. Virgínia Santos ou Virgínia do Sindicato, como é conhecida, afirma que a sua entrada na política ocorreu por indicação direta de seu pai, o ex-vereador Carlos Inácio Santos,

que também foi vereador e presidente da Câmara (1955; 1960/1961 e 1963). Segundo a própria vereadora, a sua entrada e permanência na política foi construída de acordo com o papel desenvolvido por seu pai junto aos trabalhadores rurais do município por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Rios, sindicato esse do qual o seu pai foi fundador e ela já foi a vice-presidente. Virgínia do Sindicato iniciou na política como suplente no ano de 2009 na campanha eleitoral de 2016 foi a vereadora de maior densidade eleitoral. Concorreu na última eleição municipal de 2020 para o cargo de vice-prefeita junto ao ex-vereador Bruno Andrade, o Bruno de “Paulão Andrade”.

V. Remo Silva, popularmente no município é um dos mais jovens políticos do legislativo municipal como o Reminho Silva. Segundo o vereador, a sua entrada na política se deu com o propósito de dar continuidade ao trabalho desenvolvido por seu pai, o ex-vereador Leonel Brito Silva, que foi vereador por seis mandatos, além de presidente da Câmara (1989/1990 e 1993/1994). Reminho Silva foi eleito presidente da Câmara para o biênio de 2019-2020 numa disputa com o ex-vereador e ex-presidente da Câmara Augustinho Azevedo, no ápice do rompimento político no município, configurando-se assim, o início de formação de um novo agrupamento político municipal. Atualmente o vereador foi reeleito ao cargo de vereador (eleição municipal de 2020) e representa o único candidato opositor à gestão atual no município.

VI. Rômulo Silva, o Rômulo, embora não faça referências diretas ao recurso hereditário político de seu pai, o Leonel Brito Silva, iniciou a sua trajetória política sendo cabo eleitoral de seu pai, principalmente na última disputa eleitoral em que o seu pai saiu candidato e perdeu (2000). Utilizando, desde o início de sua trajetória política, apenas o seu primei-

ro nome e sem fazer referências ao pai, o ator passou a utilizar o sobrenome de seu pai já na última campanha eleitoral (2020). Contudo, embora não fizesse utilização direta, todos os munícipes o conheçam como Rômulo Silva. Rômulo foi candidato a vereador sem sucesso em duas disputas eleitorais, vencendo duas delas (2005-2008 e 2017-2018), sendo que nessa última eleição após um ano de mandato decidiu assumir o cargo de Secretário municipal de Juventude, Esporte, Lazer e Turismo, em virtude de essa ser uma das suas linhas de atuação, ou seja, o trabalho direcionado ao público jovem no município – serviços de documental, primeiro emprego, vinculações com esporte etc. Atualmente, Rômulo foi reeleito como o segundo vereador mais bem votado em todo município, que, segundo ele, é resultado da forte adesão política à sua campanha e à “política diária” que ele desenvolve no município.

Vereadores com vinculações institucionais profissionais

Perfil composto pelos atores políticos cuja trajetória política está vinculada a questões profissionais, inclusive em sua própria identificação de campanha e/ou nas principais ações desenvolvidas junto aos eleitores no município. Três vereadores são enquadrados nesse perfil:

I. Luiza Alves ou Luiza da Saúde, embora tenha herança familiar na política através de seu irmão, Diogo Cunha – ex-vereador, presidente da câmara por dois biênios (1985/1986 e 1991/1992) e ex-prefeito municipal (por 08 meses quando da intervenção jurídica na gestão do então prefeito Frederico Bispo) –, a sua inserção na política aconteceu muito em razão do trabalho desenvolvido como secretária geral do Hospital de Caridade do município, o que a tornou mais conhecida pelos seus eleitores como a “Luiza da Saúde”. Foi

vereadora por dois mandatos (2001-2004 e 2017-2020), sempre na condição de oposição as gestões dos “Mesquita” (família política tradicional no município). Atualmente foi eleita vice-prefeita do município na chapa em que concorreu junto com Augustinho de “Zé Azevedo”.

II. Benedito Góes, o vereador Benedito do Povoado Varjão ou Benedito da “Fábrica”. O vereador está em seu quarto mandato – pois foi reeleito na eleição municipal de 2020 e é o atual Presidente da Câmara de Vereadores para o biênio 2021-2022 – e sua atuação política está intimamente ligada à sua condição profissional, ou seja, ao cargo que ocupa dentro da fábrica do Povoado Varjão, empresa essa de propriedade e dirigida por um dos principais líderes políticos do Vale do Cotinguiaba. A fábrica está localizada no povoado Varjão, que é uma pequena povoação que descende do antigo engenho açucareiro, que depois foi transformado em uma fábrica de tecidos e derivados. Esse povoado é composto por uma vila de funcionários da própria empresa. Segundo o vereador, o seu acesso à política foi feito diretamente por indicação de um dos ex-prefeitos do município, primo do diretor geral da fábrica de tecidos.

III. Josué Campos, ou apenas o “Josué da Clínica”, afirma que não tinha pretensões políticas, mas em virtude do trabalho que desenvolve na comunidade – relacionado à ligadura de trompas e outros exames clínicos –, o acesso à carreira política o credita um maior campo de atendimento, pois facilita a criação de rede de relações e de trabalho. Josué é proprietário de um Laboratório de Exames Clínicos no município de Águas Claras e em parceria com sua irmã no município de Terra Roxa. De acordo com o vereador, foi a partir do trabalho de sua irmã no município de Terra Roxa que se iniciou o impulso para o trabalho comunitário de saúde. Josué é presbítero da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Minis-

tério Madureira no município de Três Rios e tem pretensões de chegar ao cargo de Pastor. Tentou a reeleição na última campanha eleitoral de 2020, mas não conseguiu o coeficiente eleitoral necessário.

Vereadores outsiders

Esse perfil é composto pelos vereadores que não apresentam nenhuma vinculação política familiar ou empresarial, destacando-se na política como um vereador que se inicia na política por força dos apoios políticos diversos, das relações com amigos e/ou por reconversão dos recursos sociais das origens sociais como trunfos eleitorais. Dentro do universo analítico da câmara de vereadores de Três Rios (2017-2020), apenas 01 (um) dos vereadores enquadra-se nesse perfil, sendo ele assim apresentado:

I. Guilherme Cravo, o vereador Guiminho, popularmente conhecido pelos munícipes, principalmente por sua trajetória não só pessoal, mas também política, pois já está em seu quarto mandato (2005-2008; 2009-2012; 2017-2020; reeleito para o pleito de 2021-2024). Segundo o próprio, a sua inserção política foi motivada por seus amigos que o incentivaram a entrar na política, principalmente em virtude de decepções políticas quando exercia a função de cabo eleitoral de um dos antigos políticos no município. De acordo com o vereador, tudo ocorreu em virtude da precisão de um favor desse político, o qual foi negado. Dessa feita, ele afirma que foi o estopim para que pudesse pensar e se dedicar a construir uma carreira política.

Conclusão

O objetivo central deste estudo foi apresentar a construção do perfil político profissional dos atores políticos no ofício do cargo

de vereador. Para tanto, foram analisados os recursos sociais fundamentais e as habilidades apreendidas e adquiridas ao longo da investidura no próprio cargo de vereador.

Dessa forma, percebeu-se ao longo da pesquisa que o recurso familiar se apresentou como o principal recurso eletivo acionado pelos vereadores e/ou pelos atores sociais que desenvolvem o ofício de político no município de Três Rios. Em subsequente importância está a vinculação atrelada a alguma atividade institucional e profissional. Em relação às habilidades acionadas e/ou reconvertidas em trunfos políticos, a grande maioria dos vereadores atribui a sua condição de “saber se manter forte no jogo da política”, ou seja, ter a habilidade de conduzir a negociação política a favor da manutenção efetiva e profissional do seu cargo. Em outras palavras, manter-se fiel politicamente a um determinado agrupamento político que lidera a política no município.

Outras habilidades foram evidenciadas pelos vereadores, contudo, habilidades muito mais subjetivas – quando observadas em meio ao jogo da política, como por exemplo, as habilidades de boa oratória, desenvoltura com os munícipes, desenvolvimento de boas práticas junto ao eleitorado (lê-se no próprio chavão dos políticos o “manter o leitorado [...] aqueles que votaram em mim [...]”, etc.). No entanto, o maior peso dado pelos vereadores está no que eles chamam de “prática cotidiana da política ou o velho dia a dia da política no município” através de suas frentes de trabalho, que no município estão direcionadas principalmente ao assistencialismo.

Assim sendo, em virtude da soma desses qualitativos sociais – recursos e habilidades profissionais – foi possível definir perfis políticos profissionais com base no cargo de vereador, identificados principalmente levando-se em consideração a potencialidade atribuída a esses qualitativos tanto pelos próprios atores políticos quanto pela própria comunidade local. Definiram-se, assim, três

tipos de perfis profissionais, são eles: o perfil de vereadores de origem familiar, o vereador de perfil profissional e o vereador *outsiders*. O primeiro tem como característica marcante o peso de sua herança familiar, seja ela em quaisquer níveis dentro da política local – vereador, prefeito e ou vice-prefeito –, o importante é fazer referência a essa vinculação. O segundo é marcado por forçada vinculação institucional e profissional que esses atores estabelecem entre o seu ofício na política e sua profissão e ou instituição a que estão ligados ou são representados. Esses são exemplos tradicionais dentro do município de Três Rios. O último perfil, o *outsider*, ou seja, a “vírgula” fora da curva dentro de toda lógica política do município, pois esse perfil é composto pelos vereadores que negociam as suas articulações, em virtude do próprio acesso deles no cargo. Ou seja, o *outsider* não é um vereador de vinculação familiar e/ou também não milita em uma frente profissional. Sua formação profissional política ocorre meramente pelas relações de amizade e ou apoio diversos, embora se torne uma presa fácil no jogo de articulações defendido por cada grupo que queira o domínio político local.

Dessa forma, construir perfis políticos profissionais na elaboração do cargo de vereador, permitiu-nos compreender que a construção de um político profissional está muito além da sua mera vinculação institucional a um determinado partido e/ou frente de trabalho. Construir o cargo de vereador no município de Três Rios consiste em fazer parte de uma certa “hereditariedade política” de apadrinhamentos e forte revisitar nas tradições políticas locais, numa espécie de continuidade monárquica de descendentes diretos para cargos eletivos. O que se coloca em questão é principalmente a sua vinculação a um desses bastiões familiares, por conseguinte, fazer-se articulado a uma instituição ou negociar a sua manutenção “desviante” dentro do jogo, ou seja, apadrinhar-se por um desses núcleos familiares e apoiar-se em uma instituição profissional.

Referências

BECKER, H. Parábolas, tipos ideais e modelos matemáticos. In: BECKER, H. **Falando sobre sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, H. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

CORADINI, O. L. Grandes Famílias e “Elite Profissional” na Medicina no Brasil. In: **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos, III (3) 425-466, nov. 1996 – fev. 1997.

GONÇALVES, C. M. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. In: **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, 17/18, 2007/2008, p. 177-224. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. A universidade como um “viveiro” de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política. In: **Revista Pós Ciências Sociais**/ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.12, n.23, 2015. 298p. São Luís: EDUFMA, 2015. (61-90).

HUGHES, E. **Men and their Works**. Toronto: Collier-Macmillan Canada, 1964.

LOUREIRO, M. I. O desenvolvimento da carreira dos professores. In: ESTRELA, M. T. (org.). **Viver e construir a profissão docente**. Porto: Porto Editora, 1997. p. 119-159.

PETRARCA, F. R. Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes. In: CODATO, A.; PERISSINOTTO, R. (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. p.151-181.

PHÉLIPPEAU, E. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. **Norbert Elias, a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p.187-208.

WEBER, M. **Ciência e política**: Duas vocações. 3. ed. São Paulo: Martin Claret Ltda., 2001.

Entrevistas:

ALVES, Luiza. [Entrevista cedida a] Fagner dos Santos Bomfim. Três Rios, dezembro de 2018.

ANDRADE, Bruno. [Entrevista cedida a] Fagner dos Santos Bomfim. Três Rios, dezembro de 2018.

AZEVEDO, Augusto. [Entrevista cedida a] Fagner dos Santos Bomfim. Três Rios, dezembro de 2018.

BARBOSA, Pedro. [Entrevista cedida a] Fagner dos Santos Bomfim. Três Rios, dezembro de 2018.

CAMPOS, Josué. [Entrevista cedida a] Fagner dos Santos Bomfim. Três Rios, dezembro de 2018.

CRAVO, Guilherme. [Entrevista cedida a] Fagner dos Santos Bomfim. Três Rios, dezembro de 2018.

SANTOS, Virgínia. [Entrevista cedida a] Fagner dos Santos Bomfim. Três Rios, dezembro de 2018.

SILVA, Remo. [Entrevista cedida a] Fagner dos Santos Bomfim. Três Rios, dezembro de 2018.

SILVA, Rômulo. [Entrevista cedida a] Fagner dos Santos Bomfim. Três Rios, dezembro de 2018.



10 – CAPÍTULO

Estratificação digital e política profissional: a visibilidade nas mídias sociais

SAULO BARBOSA

Introdução

Este trabalho tem como objeto a distribuição de seguidores, em quatro mídias sociais, entre os 329¹ candidatos a deputado estadual em Sergipe nas eleições de 2018. Seu objetivo é analisar a relação entre a visibilidade *on-line*, o sucesso eleitoral e as trajetórias sociopolíticas dos candidatos. Com isso, buscou-se identificar quem são os candidatos que se elegem se beneficiando, dentre outros recursos, das mídias sociais. Desse modo, pode-se entender melhor como as mídias sociais influem no processo eleitoral; através de quais atores isso ocorre e se elas estão associadas a renovação ou reprodução das posições no campo político.

1 Esse número refere-se ao número de candidaturas deferidas durante o período de coleta dos dados: de 26 de agosto de 2018, quando se iniciou a campanha eleitoral, a 02 de setembro de 2018. Portanto, a primeira semana de campanha eleitoral. Contudo, o número oficial de candidaturas deferidas variou, por motivos diversos, após o período de coleta e ao do pleito. A variação é mínima e não compromete os resultados finais.

A pesquisa partirá, como hipótese, da ideia proposta por Vilaça, Von Bülow e Abelin, (2015, p. 5) de que as mídias sociais, mais que meros espaços de livre comunicação e sociabilidades, “constituem espaços políticos, permeados por relações de poder, onde estão em disputa uma série de atores que buscam visibilidade”. Nesse sentido, a análise do número de seguidores aqui proposta justifica-se, pois, este é uma das peças fundamentais na disputa por visibilidade *on-line* na qual se inserem os candidatos, se constituindo-se, simultaneamente, enquanto um produto e uma fonte de notabilidade e prestígio.

A problemática da investigação consiste em analisar a relação entre (A) as carreiras políticas e as posições sociais dos candidatos, (B) os números de seguidores por eles acumulados nas mídias sociais consideradas e (C) o resultado eleitoral que cada um obteve no pleito. Em suma, buscar-se-á entender em que medida a posição social, por um lado, e a carreira política, por outro, explicam os diferentes padrões de volume de seguidores nas mídias sociais apresentados pelos candidatos e como isso se relaciona ao resultado eleitoral. Assim, é possível compreender em que grau as mídias sociais constituem um recurso relevante na reprodução ou renovação do campo político.

A construção dessa problemática foi orientada pelo diálogo com um conjunto de pesquisas que questionam a disseminada tese segundo a qual a Internet e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) transformam radicalmente a atividade e as estruturas políticas das sociedades contemporâneas. Alguns defensores dessa tese apontam os potenciais de inclusão de novos grupos nos espaços formais da política; a quebra do monopólio da comunicação e informação detido pelos meios de comunicação de massa tradicionais, bem como pela abertura dada a novos atores de se fazerem conhecidos pela sociedade civil através da

atuação *on-line*. Estes são os *ciberotimistas*² (e.g. CASTELLS, 2001; 2012; LÉVY, 1994; 1999); Seus opositores, os *ciberpessimistas*, argumentam, ao contrário, que o processo de digitalização da política é inautêntico e alienante, configurando-se, por isso, como uma ameaça à democracia, capaz mesmo de aprofundar sua crise (e.g. BAUMAN, 2009; DEAN, 2005; HAN, 2014; 2016). A despeito de suas diferenças, essas duas tendências compartilham dois pressupostos: a perspectiva de mudanças nas estruturas e práticas políticas e a percepção de que a disseminação da Internet e das NTIC provocariam essa transformação (BARBOSA, 2019; 2020a).

Na contramão dessa perspectiva, alguns trabalhos vêm mostrando que também a política é capaz de “moldar” as novas ferramentas de comunicação digitais a suas próprias lógicas. Em suma: *se a Internet e as mídias sociais podem transformar a política, a política também transforma a Internet*. Essas pesquisas têm concluído, por exemplo, que a trajetória política de indivíduos e a história das instituições às quais eles se vinculam (partidos, movimentos sociais etc) são definidoras dos padrões de usos da Internet enquanto recurso político. Desse modo, notou-se que as assimetrias existentes previamente estabelecidas no “mundo *offline*” tendem a se reproduzir no “mundo *on-line*” (VILAÇA; VON BÜLLOW; ABELIN, 2016; BRAGA, 2011; BRAGA; NICOLÁS; BRECHER, 2013; NICOLÁS; BECHER; BRAGA, 2011). Assim, além de se estabelecer uma desigualdade digital (*digital divide*) entre os atores da política (NORRIS, 2001), observa-se que, na Internet, também é possível reproduzir-se a “política como usual”, isto é, o *on-line* não altera

2 Uso essa denominação, bem como sua contrapartida, *ciberpessimista*, a partir de Braga (2011) e Gomes (2005a, 2005b). Contudo, diferente desses autores, não incluo entre os *ciberpessimistas* aqueles trabalhos que simplesmente questionam a visão otimista das Internet quanto seus efeitos políticos, mas somente aqueles que apresentam a Internet enquanto um fator de degradação e deslegitimação da vida política das sociedades contemporâneas.

de forma necessária e essencial as formas de ação e competição políticas *offline* (MARGOLIS; RESNICK, 2000)³.

Para responder a problemática proposta, construiu-se um banco de dados a partir das informações prestadas ao TSE pelos 329 candidatos a deputado estadual em Sergipe. De cada candidato, coletaram-se os seguintes dados constantes no portal do TSE:

I. Posição social: faixa etária, gênero, cor, ocupação, nível de escolaridade e patrimônio declarado;

II. Carreira política: partido, coligação, número de mandatos eletivos⁴, experiência política prévia, se trata-se de um candidato à reeleição, exercício de mandato durante o pleito e o resultado eleitoral.

Acrescentaram-se a esses dados os números de seguidores possuídos no *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*. Mapeamos, também, o uso de sites ou blogs de campanha pelos candidatos. No levantamento desses dados foram considerados somente os perfis/páginas que apresentaram uso explícito para fins eleitorais, indicados por postagens de conteúdo ligados à campanha. A busca foi realizada pelo nome que o candidato escolheu para aparecer na urna. Esse procedimento se justifica pelo fato de que é através desse nome que o candidato pretende se fazer conhecido e com ele se apresenta para o eleitor. O que interessa aqui, portanto, é a presença digital da *persona* pública do candidato.

3 Nesse sentido, em estudo sobre as práticas eleitorais digitais em Sergipe, constatamos que o uso de mídias sociais nas eleições ocorreu de forma integrada com práticas eleitorais *offline*, o que indica que a incorporação dessas ferramentas pela política não provoca uma transformação radical de suas práticas, mas uma amálgama entre as lógicas próprias dessas duas ordens de atividades (BARBOSA, 2020b).

4 Refere-se aos mandatos exercidos nas duas últimas décadas. Esse é o limite cronológico do banco de dados do TSE a respeito dos pleitos anteriores que cada candidato participou.

A análise dos dados foi efetuada em três etapas. A primeira consistiu no mapeamento dos *recursos digitais de campanha* utilizados pelos candidatos. Considerou-se como recurso digital de campanha a posse de perfis ou páginas em mídias sociais utilizados para divulgar a candidatura, bem como o número de seguidores ou inscritos que o perfil ou página do candidato possuía. Dessa forma, tornou-se possível saber quantos candidatos são adeptos das campanhas *on-line* e em quais plataformas eles se engajam.

O segundo passo foi analisar a estratificação que a posse desse recurso opera entre essa população de candidatos. Para tanto, dividiu-se o universo de candidatos em seis faixas de seguidores⁵, indo dos que não utilizaram as mídias digitais aos que possuíam mais de 10 mil seguidores nelas. Depois calculou-se o percentual de eleitos em cada uma dessas faixas com o intuito de saber se há alguma relação entre visibilidade *on-line* e sucesso eleitoral.

Finalmente, a problemática central desse estudo foi retomada a partir de uma análise de correspondência múltipla (ACM). Com isso, pôde-se compreender quais posições sociais e quais carreiras políticas estavam relacionadas, simultaneamente, ao sucesso eleitoral e às faixas mais altas de seguidores nas mídias sociais. Assim, ao identificar quais atores se elegeram e utilizaram as mídias sociais, pôde-se perceber se o uso dessas plataformas estava associado a renovação da política – na medida em que facultava o acesso ao cargo de deputado a setores da sociedade brasileira tradicionalmente excluídos desses espaços – ou se colaborava com a reprodução dos grupos que tradicionalmente ocupam esses espaços. Em suma, pode-se observar como a “força” das mídias sociais interagia com a “força” das instituições políticas e, assim, entender melhor alguns aspectos dessa *economia da visibilidade política on-line*.

5 Dada a contatância de baixíssima adesão, naquele pleito, ao Youtube e ao Twitter pelos candidatos sergipanos, optou-se por restringir a análise ao Instagram e ao Facebook a partir desse ponto.

Visibilidade nas mídias sociais: um recurso escasso e disputado

Um perfil ou página em uma mídia social pode ser utilizado como um recurso em uma campanha eleitoral, isto é, um meio passível de ser utilizado para se obter os votos necessários para se ocupar um cargo público. Devido às facilidades para se criar uma conta em uma rede social, trata-se de um recurso, em tese, disponível a qualquer um.

De fato, desde os anos 1990, o número de usuários de Internet só vem aumentando. Se em 1996, a taxa global de usuários de Internet era de 3 usuários a cada cem pessoas, em 2017 esse número já é de 48 a cada cem habitantes. Em vinte anos, a taxa multiplicou-se dezesseis vezes. Apesar disso, metade da população mundial ainda não é usuária da Internet. Acrescente-se a isso a diferença gritante entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento – a taxa dos primeiros é o dobro dos últimos, respectivamente, 81 e 41 a cada 100 habitantes (ITU, 2017).

Isso mostra o peso da formação socioeconômica nacional e regional na disponibilidade deste recurso. Assim, Internet e mídia social só se tornam um recurso relevante na política em contextos onde esta tecnologia está amplamente disponível e disseminada, sobretudo quando falamos de eleições. Essa óbvia constatação serve, aqui, tão somente para reforçar a ideia de que a entrada da Internet na esfera política depende desse processo gradual e desigual de disseminação das tecnologias digitais em uma sociedade.

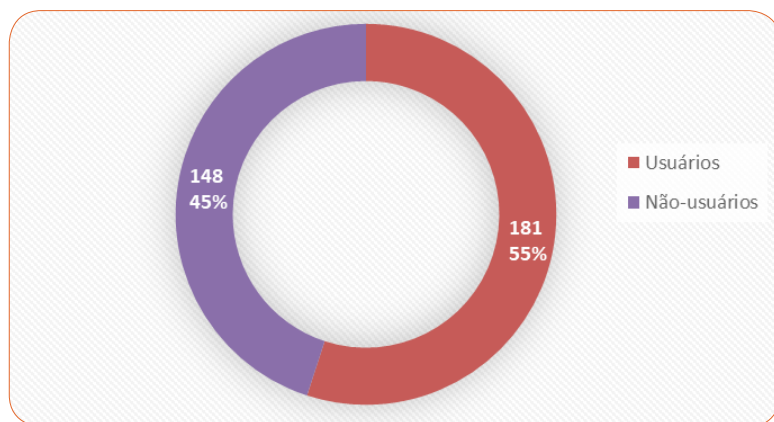
No Brasil, 70% da população possui acesso à Internet (IBGE, 2017). Um percentual que se assemelha aos padrões de acesso observado no mundo desenvolvido, inclusive nas tendências de crescimento (IBGE, 2016). Todavia, de um modo geral, as diferenças socioeconômicas e regionais da sociedade brasileira se refletem na distribuição desse acesso entre os brasileiros.

Sem entrar em detalhes dos números apresentados pelo IBGE (2016), destaca-se que o acesso é maior entre os brasileiros mais jovens e mais escolarizados; maior entre estudantes de escolas particulares, entre os quais o acesso é quase 100%; e maior nas regiões sul, sudeste e centro-oeste. Em relação ao gênero, há uma paridade entre homens e mulheres nos meios urbanos e uma predominância de usuárias no meio rural. Não foram apresentados dados relativos ao número de usuários estratificados por etnia. Contudo, considerando as diferenças socioeconômicas entre brancos, pardos e negros no Brasil, é razoável pensar que muito provavelmente brancos tenham mais acesso que negros e pardos. Por fim, a região nordeste, onde está situado o estado de Sergipe⁶, apresenta um percentual de 58,4% de usuários, estando abaixo da média nacional.

Diante desse panorama, não é estranho que quase metade dos candidatos a deputado estadual em Sergipe esteja fora das mídias sociais. O uso desse recurso na campanha é algo que divide o universo empírico dessa pesquisa. Dos 329 candidatos a deputado estadual em Sergipe, pouco mais da metade fez uso de alguma das quatro mídias sociais consideradas nessa pesquisa. Como mostra o gráfico abaixo (Figura 1), 181 candidatos usaram com fins eleitorais o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* ou *YouTube* – correspondendo a 55% do total de candidatos. Os 148 (45%) restantes formam o grupo dos candidatos não usuários de mídias sociais, ficando de fora das campanhas.

6 O relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em sua modalidade contínua, sobre Tecnologias da Informação e Comunicação, infelizmente, não divulga os dados por unidade da federação. Por isso, dados relativos ao acesso de TIC em Sergipe não foram incluídos aqui.

Figura 1 – Usuários de mídias sociais nas eleições para deputado estadual (SE, 2018)



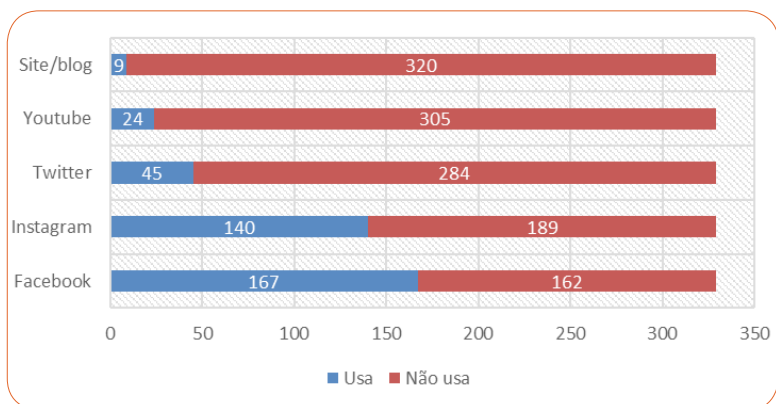
Fonte: Elaboração própria.

O gráfico da Figura 2 apresenta a distribuição desses 181 indivíduos entre as plataformas. De todas, o *Facebook* é a mídia que mais encontra a adesão dos candidatos em Sergipe: 167 usuários. O *Face*, também, é a única plataforma que registra um maior número de usuários em relação a não usuários. Contudo, essa diferença é muito estreita: cinco usuários, apenas, a mais que não usuários (50,7% para 48,3%).

Em segundo lugar, na adesão dos candidatos, próximo ao *Facebook*, o *Instagram* conta 140 (42,5%) usuários entre os pleiteantes ao cargo de deputado estadual; 189 (47,5%) é o número de seus não usuários. As demais mídias possuem baixíssima adesão no universo da pesquisa: 45 candidatos possuíam *Twitter*; 24, um canal no *YouTube* e apenas 9 mantiveram um site ou blog⁷.

⁷ Vale registrar que, durante a coleta dos dados, notou-se que as páginas dos candidatos nessas últimas mídias possuíam, em geral, uma baixa frequência de postagem, ao contrário do que ocorre nas páginas do *Facebook* e *Instagram*.

Figura 2 – Candidatos a deputado estadual por mídia digital (SE, 2018)



Fonte: Elaboração própria.

Isso nos leva a pensar também que não se deve pressupor que as ferramentas utilizadas nos diferentes contextos eleitorais serão sempre as mesmas. Isso pode ser notado se compararmos a disputa pela deputação estadual em Sergipe com a corrida pela presidência do mesmo ano. Nessa última, todos os candidatos possuíam contas no *Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, *YouTube* além de possuírem sites dedicados à divulgação de seus projetos de governo. Pode-se considerar que a combinação dos recursos digitais válidos a serem mobilizados em uma dada disputa estejam relacionados ao cargo em jogo e a história da inserção dessas ferramentas naquele contexto.

O trabalho de Vilaça, Abelin e Von Büllow (2017) é esclarecedor quanto a essa questão. Analisando a adesão do movimento estudantil chileno ao *Facebook*, os autores mostram como isso se dá a partir de um ciclo de protestos ocorrido entre 2011 e 2013. Inicialmente, em 2011, o uso era restrito às grandes federações estudantis, que passam a atuar como porta-vozes do movimento estudantil chileno nas plataformas digitais. Em 2012, ocorre a

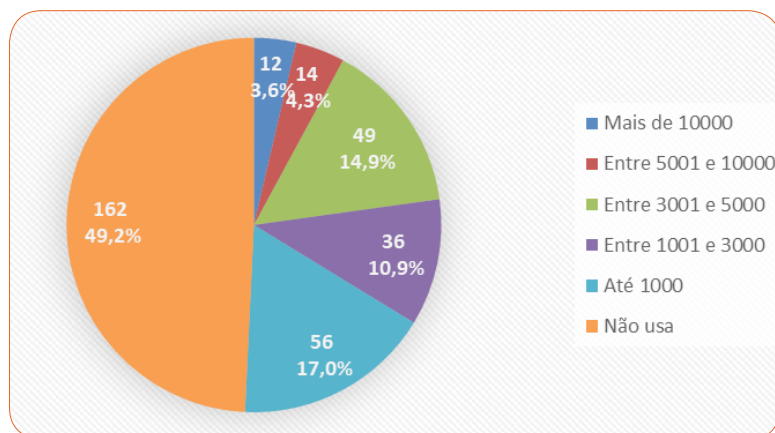
adesão de federações menores e uma disputa pelas narrativas dos protestos. Finalmente, em 2013, ocorre a consolidação do uso do *Facebook* no movimento estudantil chileno: embora existam assimetrias entre as páginas, materializadas em número de seguidores e frequência de postagens, passa-se a ter uma pluralidade de federações atuando nessa mídia social.

Isso nos mostra a importância de se considerar o processo de incorporação das mídias sociais nas atividades dos candidatos. Os dados apresentados pelos autores permitem concluir que a adesão de atores políticos a mídias sociais não é resultado apenas de sua disponibilidade, mas de um processo coletivo de valorização dessas ferramentas enquanto recurso para a atuação política em um dado contexto sociopolítico. E se isso é válido para movimentos sociais, pode ser válido também para políticos e partidos, como, aliás, nossos dados indicam.

Uma vez estabelecidos que as principais mídias sociais usadas em campanha em Sergipe é, a nível de disputa pelo cargo de deputado estadual, o *Facebook* e o *Instagram*, é preciso agora analisar em que medida o número de seguidores nessas duas plataformas pode estratificar os candidatos. Para isso, agruparam-se os candidatos em seis faixas de seguidores. Descobriu-se que pouquíssimos candidatos ultrapassavam a marca de 10 mil seguidores e, por isso, esse número foi tomado como referência na construção das faixas de seguidores utilizadas na análise. Para completar o quadro, acrescentaram-se, ainda, os candidatos que não possuíam mídias sociais.

Os resultados mostram que se a “simples” posse de uma conta em uma mídia social praticamente cinde no meio os 329 candidatos, o número de seguidores possuídos no *Facebook* (ver Figura 3) e no *Instagram* evidencia mais ainda as clivagens existente entre eles.

Figura 3 – Candidatos a deputado estadual por faixa de seguidor no Facebook (SE, 2018)

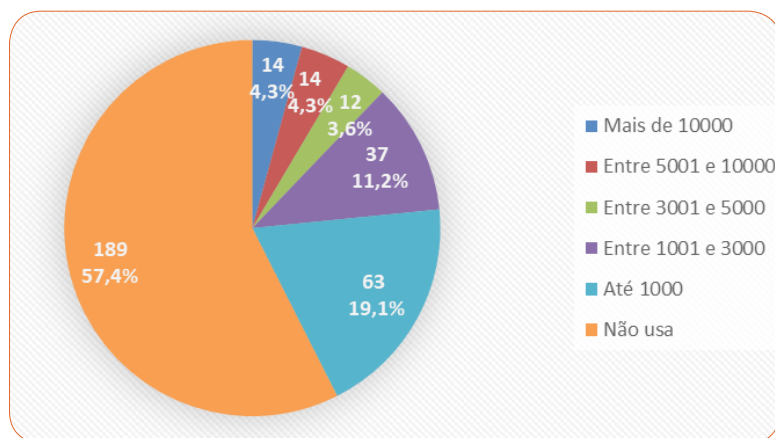


Fonte: Elaboração própria.

No Facebook, apenas 12 (3,6%) candidatos ultrapassam os 10 mil seguidores. Na faixa seguinte, entre 5 e 10 mil, há somente 14 (4,2%) pessoas. A partir daqui as faixas começam a crescer: 49 (15%) possuem entre 3 e 5 mil; 36 (11%) detém entre 1 e 3 mil; e 56 (17%) não passam de mil seguidores. Restando praticamente metade de candidatos que não usaram o *Face* em suas campanhas (Figura 3).

Esse quadro se reproduz de forma um pouco mais acentuada no Instagram. Lá, 28 candidatos ocupam o cimo da pirâmide de seguidores: apenas 14 deles superam a barreira dos 10 mil seguidores, o que equivale a uma pequena “elite” composta por 4,2% da população de candidatos. Abaixo deles, estão outros 14 que acumulam entre 5 e 10 mil seguidores. Em seguida, temos uma base robusta que congrega 141 indivíduos assim agrupados: 12 na faixa de 3001 a 5000 (3,6%); 41 no estrato de 1001 a 3000 (12,5%); 59 possuindo até 1000 seguidores (17,9%). Os 189 restantes (57,4%) dos candidatos não fizeram uso do *Instagram* na campanha de 2018 (FIGURA 4).

Figura 4 – Candidatos a deputado estadual por faixa de seguidor no Instagram (SE, 2018)



Fonte: Elaboração própria.

Tais constatações são muito úteis para se pensar a economia da visibilidade nas mídias sociais. Sobretudo porque o número de seguidores está diretamente ligado ao potencial de produção de visibilidade de uma página ou perfil em uma rede social – entendendo visibilidade, aqui, como a capacidade de fazer conhecido, através da disseminação de postagens, uma pessoa, ideia, produto ou instituição.

Dessa forma, o número de seguidores relaciona-se ao potencial de visibilidade de três formas: direta, indireta e algorítmica ou técnica. Direta, pois possuir um alto número de seguidores possibilita que as postagens cheguem diretamente a mais usuários, ou seja, manifesta a existência de um “público fidelizado”. Indireta, na medida em que os seguidores podem atuar não só como receptores de postagens, mas também como disseminadores através do compartilhamento do conteúdo em sua própria rede de contatos – produzindo, então, um efeito cascata que aumenta multiplicativamente a circulação do post. Por fim, de forma técnica ou algorítmica, uma

vez que os algoritmos que regulam a circulação de conteúdo nessas mídias sociais favorecem os perfis e páginas com maior número de seguidores. Nessa conta, entram também o número de curtidas que recebe uma postagem: quanto mais curtidas, o algoritmo entende que a postagem é mais relevante e, por isso, dá destaque a ela no *feed* dos seguidores da página que a publicou.

Isto posto, como compreender a Internet e as mídias sociais a partir do conceito de Ciberespaço, de Pierre Lévy, e ideias similares? Lévy (1996, p. 46-47) caracteriza a Internet como “um espaço de comunicação navegável e transparente centrado nos fluxos de informação” produzido pela interconexão de computadores em escala mundial. A exclusão digital de quase metade dos candidatos e a rigorosa desigualdade que os estratifica a partir do número de seguidores mostram um quadro bem diverso desse. Com isso, vê-se que as mídias sociais, no que se refere a seus usos políticos, são menos um círculo “cujo centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma” e mais uma pirâmide estruturada por disputas de poder em cujo cimo estão aqueles que concentram e monopolizam os recursos de produção de visibilidade, como já apontaram os trabalhos de Marisa Von Bülow e seus colaboradores (VON BÜLLOW; GARCÍA, 2015; VILAÇA; VON BÜLLOW; ABELIN, 2015).

Diferente dos que pensam que a visibilidade é produzida pelo simples fato de se estar *on-line*, sendo, assim, acessível a todos e qualquer um, a capacidade de fazer-se visto pelo eleitorado, de disseminar ideias, posicionamentos, apoios e alianças é algo exclusivo. A visibilidade nas mídias sociais é, portanto, recurso raro e disputado.

Visibilidade nas mídias sociais: um recurso eleitoral importante

Na disputa pelas cadeiras da assembleia legislativa de Sergipe, como vimos, apenas cerca de 4% dos candidatos concentram o potencial

de produção de visibilidades nas mídias sociais. Compõe, assim, o que se pode chamar de *elite das mídias sociais*. Em que medida esse pertencimento “pesa” favoravelmente, em uma eleição, aos membros desse grupo seletivo? Há, de fato, um uso político-eleitoral eficiente das redes social por parte desses candidatos? Em suma: como a posse desse recurso está relacionada ao sucesso eleitoral?

Para responder a essa questão, calculou-se o percentual de candidatos eleitos por faixa de seguidores tanto no *Instagram* quanto no *Facebook*. Com isso, descobriu-se que existe uma relação de proporcionalidade direta entre o número de seguidores nas mídias sociais e a chance de uma vitória eleitoral. Essa relação foi observada nas duas plataformas.

Eleitoralmente, o *Facebook* pesa mais que o *Instagram*. No *Face*, cerca de 67% dos candidatos com mais de 10 mil seguidores foram eleitos. Esse percentual vai caindo conforme diminui o número de seguidores até chegar a minúscula taxa de 0,62% de sucesso eleitoral entre os candidatos que não possuem um perfil ou página no *Facebook* (Tabela 1).



Tabela 1 – Candidatos eleitos por faixa de seguidores no Facebook (SE, 2018)

SEG. FACEBOOK	CANDIDATOS	ELEITOS	ELEITOS (%)	NÃO ELEITOS	NÃO ELEITOS (%)
Mais de 10000	12	8	66,67	4	33,33
5001 a 10000	14	5	35,71	9	64,29
3001 a 5000	49	7	14,29	42	85,71
1001 a 3000	36	2	5,56	34	94,44
Até 1000	56	1	1,79	55	98,21
Não usa	162	1	0,62	161	99,38
Total Geral	329	24	–	305	–

Fonte: Elaboração própria.

No *Instagram*, essa relação é um pouco mais fraca, mas não irrelevante. A taxa de sucesso eleitoral é de 57% na faixa superior (acima de 10 mil). Esse número cai pela metade entre os que possuem entre 5 e 10 mil (28,5%). Por fim, cai drasticamente nas três faixas inferiores, nas quais o percentual de não eleitos é quase 99% (Tabela 2).

Tabela 2 – Candidatos eleitos por faixa de seguidores no Instagram (SE, 2018)

SEG. INSTAGRAM	CANDIDATOS	ELEITOS	ELEITOS (%)	NÃO ELEITOS	NÃO ELEITOS (%)
Mais de 10000	14	8	57,14	6	42,86
5001 a 10000	14	4	28,57	10	71,43
3001 a 5000	12	3	25,00	9	75,00
1001 a 3000	37	4	10,81	33	89,19
Até 1000	63	3	4,76	60	95,24
Não usa	189	2	1,06	187	98,94
Total Geral	329	24	–	305	–

Fonte: Elaboração própria.

Há, portanto, uma relação entre o sucesso em uma eleição e a visibilidade em ambas mídias sociais aqui analisadas. Isso mostra que essa visibilidade, indicada aqui pelo quantitativo de seguidores, tornou-se um recurso importante para se vencer uma eleição.

Ainda que a posse de um alto capital de seguidores nas redes aumente consideravelmente as chances de vitória em uma eleição, obviamente ela não garante o sucesso. Por outro lado, não possuir esse recurso pode ser fatal para uma candidatura. Em ambas as redes, os candidatos que não possuíam um perfil ou página ou possuíam um número muito baixo de seguidores praticamente não foram eleitos. Nesses estratos a taxa de fracasso eleitoral flu-

tua acima de 95%, tanto no *Facebook* quanto no *Instagram*. Nesse sentido, enquanto a posse de um alto número de seguidores incrementa a *possibilidade* de vitória, a falta deste recurso parece ser uma *condição* de derrota. Isso ocorre, sobretudo, porque, constatado em outro estudo, as estratégias e recursos digitais de campanha são combinados com seus correspondentes “offline” (BARBOSA, 2019; 2020b). E, como indicaremos aqui, as posses de um e de outro tipo recurso estão fortemente relacionadas.

Como apontamos na introdução deste trabalho, essa relação entre a posse e uso de recursos digitais em campanha e o sucesso eleitoral no Brasil já foi analisada por outros estudiosos, tanto no que se refere ao uso de websites, em contextos nos quais essa ferramenta se difundiu, quanto ao uso de mídias sociais (BRAGA, 2011; NICOLÁS; BECHER; BRAGA, 2011; BRAGA; NICOLÁS; BRECHER, 2013). Não se trata, a princípio, de um resultado novo.

Contudo, esses trabalhos foram construídos sob escolhas metodológicas que acarretam algumas obliquidades na compreensão dessa relação – que exporemos para mostrar a relevância e pertinência do estudo aqui empreendido. A primeira delas consiste em tomar como referência apenas o uso e não uso dessas ferramentas. Assim, o universo empírico analisado é dividido em duas categorias (usuários e não usuários) de modo que seus resultados dão a impressão de que existe uma homogeneidade no grupo dos usuários e que o simples uso dessas ferramentas favorecem o sucesso eleitoral, na medida em que o percentual de eleitos que utilizam algum tipo de recurso digital costuma ser maior do que entre os que não usam⁸.

Como mostram os resultados aqui expostos, a estratificação dos candidatos em faixas de seguidores permite traçar as linhas que

8 Evidentemente que, como já apontado acima, em algumas situações, como no caso do uso de *websites* e *blogs*, isso não se trata de uma opção de pesquisa, mas uma condição imposta pela indisponibilidade dos dados.

dividem o grupo dos usuários e perceber as diferenças dentro da suposta igualdade. Nesse sentido, vê-se que o sucesso eleitoral não está associado ao mero uso das mídias sociais, mas à produção de visibilidade que essas plataformas permitem, uma vez que os candidatos com maior número de seguidores é que são, proporcionalmente, os mais eleitos.

Políticos profissionais e profanos nas mídias sociais: o peso da carreira

Como dito, não é apenas o fato de um candidato usar uma rede social que irá aumentar suas chances eleitorais, mas o potencial de produção de visibilidade que ele detém. Tal potencial é indicado pelo número de seguidores que seus perfis e páginas acumulam. Esse número é resultado de um investimento de notabilidade para se conseguir mais notabilidade e visibilidade. Representa, assim, uma espécie de capital detido pelo candidato. A distribuição dos seguidores entre os candidatos reflete, então, uma economia de notabilidade e visibilidade que põe os atores em disputa pela acumulação deste recurso visando, dentre outras coisas, o sucesso eleitoral.

Essas visibilidades não são, todavia, o único recurso mobilizado para se vencer as eleições. Assim, para melhor compreender como a visibilidade nas mídias sociais influem no pleito, é preciso considerá-la, através de uma análise de correspondência múltipla, em relação a outras variáveis que também podem explicar o sucesso eleitoral. Na Tabela 3, pode-se visualizar as correlações entre o resultado eleitoral e as demais variáveis do banco.

Tabela 3 – Correlações entre o resultado eleitoral e demais variáveis*

VARIÁVEL	RES. ELEITORAL	SEG. FB	SEG. IG.
Faixa etária	0,195	0,022	0,039
Gênero	0,043	0,044	0,035
Cor/raça	0,147	0,142	0,138
Grupo profissional	0,506	0,412	0,421
Escolaridade	0,194	0,333	0,308
Experiência política	0,566	0,605	0,443
Nº de mandatos	0,575	0,604	0,431
Exercício de mandato	0,614	0,549	0,466
Reeleição	0,601	0,492	0,361
Resultado eleitoral	1,000	0,523	0,459
Seg. Facebook	0,523	1,000	0,636
Seg. Instagram	0,459	0,636	1,000

Fonte: Elaboração própria.

* Baseadas no coeficiente de correlação de Person (r).

O primeiro resultado a ser observado na tabela 3 é que o sucesso eleitoral não possui uma correlação forte com nenhuma variável específica⁹. Quanto a esse resultado, deve-se evitar incorrer no que Passeron (1995, p. 137-38) chama de raciocínio puramente estatístico ou experimental e afirmar, apressadamente, que nenhuma variável é capaz de explicar o sucesso eleitoral. É preciso,

9 Nesse tipo de análise, uma correlação é considerada forte quando obtém o valor maior que 0,7, numa escala de 0 a 1.

então, recorrer ao “raciocínio sociológico” para entender quais fatos que, estando ausentes do gráfico, mas presentes no contexto pesquisado, permitem tornar inteligíveis a relação estatística apresentada. Nesse sentido, é preciso dizer algo sobre a tabela e não apenas ater-se ao que ela diz – parafraseando a elucidativa fórmula de Passeron.

Essa falta de correlações fortes está relacionada à desproporção entre o número de eleitos (24) e não eleitos (304). Assim, há 12,5 vezes mais dados sobre fracasso eleitoral do que sobre sucesso, o que permite que a análise explique satisfatoriamente a ocorrência do primeiro, mas não mostre tanta consistência em relação aos últimos. Esse incontornável *bias* não deve, portanto, levar ao descarte dos dados ou a uma incansável busca por uma amostragem isenta de distorções. Retomando ainda o que disse Passeron (1995), os vieses presentes nos dados estão relacionados à questão sociológica colocada pela pesquisa na medida em que o próprio fenômeno social em análise “distorce” os dados da pesquisa.

Ao se estudar um processo eleitoral, tendo em vista estabelecer como uma variável está relacionada à vitória, é inevitável que se trabalhe com tamanha desproporção, pois o pleito está estruturado para que haja apenas uma minoria de vencedores e uma maioria de derrotados. Mais que um “erro de coleta” ou “distorção nos dados”, esta é uma *condição de pesquisa*. E o que essa condição nos diz? Que o resultado da eleição não está determinado por nenhuma variável, mas trata-se de um evento cuja ocorrência parece ser possibilitada por um conjunto de variáveis, entre elas, o número de seguidores nas mídias sociais.

De fato, é possível observar que o conjunto de variáveis com maiores correlações com o resultado eleitoral (entre 0,5 e 0,7) são: o grupo profissional; a experiência política; o número de mandatos ocupados; o exercício de um mandato durante o pleito, a tentati-

va de reeleição, e, por fim, o número de seguidores no Facebook. Por outro lado, no conjunto de variáveis de menor significância (abaixo de 0,5), é o número de seguidores no *Instagram* se sobressai (0,459) (Tabela 3).

Isso tudo quer dizer que, havendo variação nesse conjunto de variáveis, haverá variação também no resultado eleitoral – é o que Becker (2007, p. 90-95) chama de *causalidade multiplicativa*, pois a variável considerada dependente varia em função de um conjunto de variáveis consideradas independentes que combinadas aumentaram a chance de ocorrência do evento que se quer entender. Não se trata, então, de estabelecer *por que* a eleição dos candidatos vitoriosos *necessariamente* aconteceu, mas *como* isso se tornou possível.

À exceção do grupo profissional e da visibilidade nas redes, todas as variáveis que influem no resultado eleitoral estão associadas à carreira política dos candidatos. Portanto, mais do que qualquer outra coisa, é a carreira política quem vai definir o resultado das eleições. A tabela também mostra que as mídias sociais entram na “equação” do resultado do pleito, logo estão relacionadas ao acesso e à reprodução de posições políticas. Isso corrobora, por um lado, o que já foi indicado aqui: candidatos com maior número de seguidores nas mídias sociais possuem maior chance de se eleger. Por outro, mostra que as mídias sociais influenciam menos a esfera política, no que se refere à reprodução e ao acesso a postos, do que o próprio campo político. Em última análise, *os dados mostram que é a política que mais impacta a política*. Além disso, se analisarmos as correlações das demais variáveis com o número de seguidores no *Facebook* e no *Instagram*, veremos que é também a carreira política que mais influi no número de seguidores.

Dentre outros autores, Bourdieu (1989; 2011) já havia mostrado, a partir do estudo da política francesa, a tendência de autноми-

zação, nas sociedades contemporâneas, da ordem de atividades políticas em relação aos demais espaços sociais. Essa autonomia é marcada pela profissionalização de indivíduos nas atividades política – que passam a monopolizar a legitimidade de manipulação dos bens políticos, sejam estes bens materiais, sejam simbólicos. Esses políticos profissionais, criando para si uma legitimidade de atuar politicamente, criam, ao mesmo tempo, uma distinção entre o profissional, considerado “de dentro” da política, e o amador, visto agora como um profano ou *outsider* a esse espaço social.

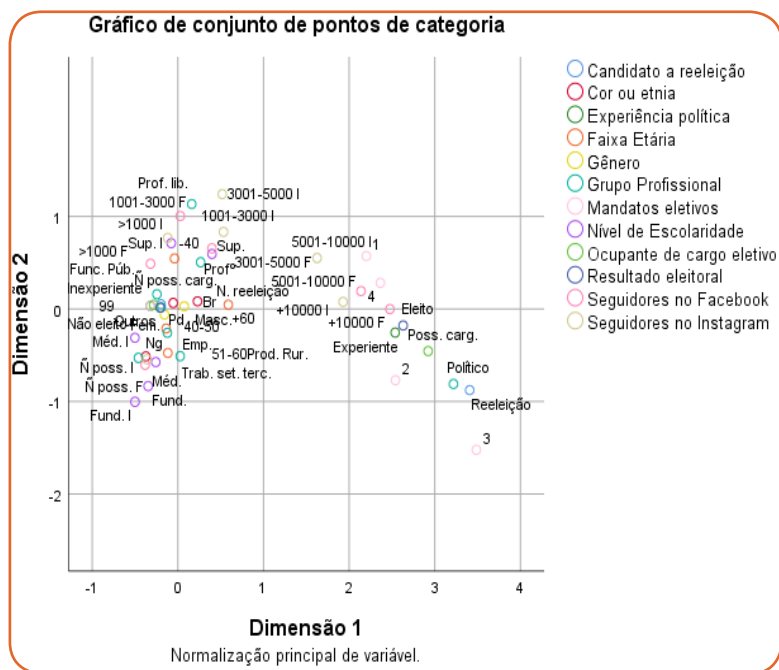
Essa distinção é fundamental para compreender como as mídias sociais influem nas eleições, e, portanto, em uma dinâmica importantíssima da esfera política. O gráfico da Figura 5, abaixo, apresenta as relações entre as modalidades das variáveis observadas entre os candidatos aqui em tela. Nele, é possível ver claramente quem faz parte da *elite política das mídias sociais*, aqueles que se elegem acionando, dentre outros recursos, a visibilidade produzida nessas plataformas *on-line*.

Como esperado, a posse de mais de 10000 seguidores no *Facebook* (+10000 F) e no *Instagram* (+10000 I) aparece próxima ao sucesso no pleito. O gráfico indica que os candidatos próximos a essas duas características, a elite das redes, é um político experiente, isto é, que exerceu ao menos um mandato nos últimos 15 anos, e que está exercendo um mandato durante as eleições. A quantidade de mandatos ocupados, embora gravite em torno do resultado eleitoral positivo, não está tão próximo quanto as outras características, o que indica que mais que o número de mandatos, é a experiência da ocupação de um posto e a proximidade temporal desse evento das eleições – inferida do fato destes candidatos terem ocupado um cargo no ano do pleito¹⁰ ou estarem tentando uma recondução – que parece ser um recurso eleitoral mais decisivo. Por fim, no que se refere ao grupo profissional desses eleitos,

10 Quanto a isso, candidatos que ocupam cargos executivos são obrigados pela

há uma predominância considerável de indivíduos que declararam como sua ocupação principal a política, ou seja, o exercício de algum cargo eletivo.

Figura 5 – Análise de correspondência entre carreira política, posição social, recursos digitais e resultado eleitoral



Fonte: Elaboração própria.

Isso indica que a elite política das mídias sociais é também a elite política “offline”. Quem detém os maiores níveis de visibilidade nas mídias digitais e se beneficia disso eleitoralmente são aqueles indivíduos que já fazem parte do mundo da política institucionali-

legislação eleitoral brasileira a se afastarem do cargo para concorrer na eleição (mantendo o cargo somente em uma disputa de reeleição). No caso de cargos legislativos, o candidato pode optar por se licenciar do cargo enquanto se dedica à disputa, retomando suas funções ao término do pleito.

zada: os políticos profissionais. Esses são as pessoas que *vivem da política e para a política*, na clássica formulação de Weber (2013).

Estudando a sociogênese da profissão política na França, Eric Phélippeau (1997) mostra que a profissionalização da atividade política está ligada ao surgimento do sufrágio e à progressiva ampliação do direito de voto, o que impôs àqueles interessados em exercer um mandato de representante a necessidade de vencer as eleições. Com isso, uma parte importante da atividade política passa a se constituir em torno da obtenção de votos. O político vai, então, tornando-se, nesse processo paulatino, um profissional especializado em conseguir votos¹¹. Isso ajuda a elucidar a distribuição dos candidatos presente no gráfico e permitirá compreender como as mídias sociais estão implicadas na dinâmica eleitoral.

Há, na população de candidatos a deputado estadual em Sergipe, uma cisão clara entre profissionais e profanos. Dessa forma, os 329 casos aqui analisados se dispersam, no gráfico 5, basicamente, em três sentidos. Os casos variam horizontalmente conforme sua carreira política. À direita, estão os políticos profissionais, os que acumulam mandatos exercidos, possuem experiência, buscam uma reeleição e que se veem profissionalmente como políticos. À esquerda estão os amadores ou “profanos”: sem cargos ocupados, sem experiência, distribuídos nos demais grupos profissionais. Na vertical, a variação está ligada à posição social: acima, profissionais liberais, professores, funcionários públicos, detentores de nível superior e melhores remunerados. Abaixo, trabalhadores do terceiro setor, negros, com baixa escolaridade – características relacionadas aos setores mais desprivilegiados da população brasileira.

Por fim, há uma variação diagonal que é relativa ao número de seguidores. A dispersão dessa variável é produzida pela interação dela com a carreira política e com a posição social. Assim, ela ad-

11 O que não quer dizer que sua atividade se resume somente a isso, evidentemente.

quire significados diferentes em relação a esses dois grupos de variáveis. Quando varia na vertical, ela tende a relacionar-se meramente o acesso à Internet e o uso das mídias sociais. Quando muda na horizontal, ela indica a visibilidade nas mídias detida pelo candidato durante o pleito. Examinar esses dois intervalos de variação ajuda a compreender a constituição das mídias sociais enquanto um recurso eleitoral.

Se considerarmos a dispersão dos números de seguidores nos quatro primeiros estratos – indo dos que não utilizam as mídias digitais até os que possuem até 5 mil seguidores – vemos como essa variação está fortemente ligada a posição social. Nesse intervalo, traça-se uma linha ascendente abrupta entre quem não usa as mídias (e provavelmente não tem acesso à Internet) e quem possui até 5 mil seguidores que praticamente repete o já citado perfil social de usuários da Internet no Brasil apresentado pelo IBGE (2017).

O perfil dos digitalmente excluídos é bem claro: negros, baixa escolaridade, trabalhador do terceiro setor (comerciários e prestadores de serviços – profissões de baixa remuneração, em geral). Quando olhamos para os usuários com até 5 mil seguidores, saltamos para um segmento social mais economicamente favorecido: essa faixa situa-se entre os profissionais liberais, os funcionários públicos e os professores. O nível de escolaridade também sobe: superior e superior incompleto. Situam-se aqui, também, os jovens (menos de 40 anos de idade), apesar da idade não ser um fator forte de exclusão digital: os idosos (mais de 60 anos) não estão entre os excluídos digitais, o que nos dá uma ideia das diferenças geracionais em relação ao acesso à Internet e ao uso das mídias sociais. Esse padrão vai se mantendo praticamente inalterado até a faixa próxima dos 5 mil seguidores.

Como mencionado, a variação dessas faixas iniciais de seguidores é bastante abrupta e ascendente, quase reta. Ela quase atravessa

ao meio o fracasso eleitoral e está situada à esquerda do gráfico próximo a ele. Os indivíduos nessas faixas, como demonstrou-se, não são eleitos. E se a posição social os aproxima do sucesso eleitoral, o faz de modo muito fraco, quase inexpressivo.

Nos dois segmentos superiores de seguidores, tanto no *Facebook* quanto no *Instagram*, há uma acentuada variação para a horizontal, aproximando a posse de um alto número de seguidores ao sucesso eleitoral e também da política profissional. É aqui que ela se revela um valioso recurso de reprodução da atividade política: mais do que o simples uso, o número de seguidores indica, nesse ponto, a visibilidade que o candidato possui nas mídias sociais e que ele mobiliza para se fazer visto pelo eleitorado. Assim, corrobora-se a ideia já apresentada aqui de que o simples uso das mídias sociais não se constitui enquanto um recurso político-eleitoral, mas a visibilidade política que os políticos profissionais conseguem produzir para si através dessas ferramentas. São eles que, enquanto grupo, mais detém seguidores. Ainda que haja alguns políticos amadores que os superem nesse quesito, por exemplo, os blogueiros Sheyla Raquel e Gordinho Estourado com mais de 100 mil e 50 mil seguidores no *Instagram*, respectivamente.

Esses, todavia, não formam um grupo coeso e eleitoralmente competitivo. De qualquer modo, o fato desses dois blogueiros possuírem de longe mais visibilidade nas redes que os candidatos profissionais, leva a concluir que a visibilidade em mídias sociais por si só não pode eleger ninguém: políticos profissionais detém além de suas visibilidades, bases eleitorais, estrutura de campanha, cabos eleitorais, financiamento partidários, dentre outros recursos. Além disso, diferentemente dos profanos, os profissionais mobilizam seus perfis *on-line* na produção de um vínculo de representação com o eleitorado durante o “tempo da política” (BARBOSA, 2019; 2020b), mas também, de forma menos direta, fora dele.

Finalmente, ao ajustar o foco no conjunto dos candidatos eleitos em 2018 para a ALESE, podemos ver que não há uma renovação social do campo político em Sergipe. Dos 24 eleitos, 54,2% se autodeclararam brancos, os 45,8% restantes se autodeclararam pardos. Nenhum dos eleitos se considerava negro. Predominaram os homens, que ocuparam 75% das cadeiras da assembleia estadual. O diploma também teve um peso na composição desses representantes: 75% dos deputados eleitos possuíam nível superior. Além disso, mais da metade dos eleitos possuíam mais de 50 anos de idade (58,3%). Houve, ainda, predominância de candidatos ligados aos dois grandes agrupamentos políticos do estado. Cerca de 75% dos eleitos, ou 16 deputados, faziam parte ou da coligação “Para Sergipe Avançar” ou da coligação “Sergipe Mais Forte”.

A primeira tinha como partidos centrais o PSD, o MDB e o PT, que perpetuam uma aliança que vem governando Sergipe desde 2006, com a eleição do ex-governador Marcelo Déda (PT). Lideravam esse grupo em 2018 o ex-governador Jackson Barreto (MDB), o governador, e então candidato à reeleição, Belivaldo Chagas (PSD), apoiados pela viúva e herdeira política de Déda, Eliane Aquino (PT), então candidata a vice-governadora¹². A segunda coligação, encabeçada pelo PSDB e pelo PSC, forma o grupo oposicionista a essa aliança governista, tendo como figuras centrais o ex-senador, e então candidato a governador, Eduardo Amorim (PSDB) e o ex-deputado federal, e então candidato a senador, André Moura (PSC). São esses dois agrupamentos quem tiveram “peso” no acesso à ALESE, praticamente dominando a casa.

Diante do que foi exposto, conclui-se que as mídias sociais não estão associadas à transformação da esfera política em Sergipe. No conjunto geral dos candidatos, vemos que quem mais se be-

12 Nesse pleito, Belivaldo Chagas foi reeleito e Eliane Aquino tornou-se vice-governadora de Sergipe.

neficia das mídias sociais são indivíduos “de dentro” da política, os profissionais da política que integram as mídias sociais aos seus arsenais de recursos político-eleitorais. No plano específico dos eleitos, ainda são homens, brancos, com ensino superior e ligados aos grandes agrupamentos políticos do estado. Isso mostra que, socialmente falando, não há renovação na “casa do povo” de Sergipe. Agora, porém, eles também se engajam nas mídias sociais para perpetuar-se em seus postos.

Conclusão

Para considerar como a Internet se insere na atividade política, o trabalho analisou como as mídias sociais estão relacionadas ao acesso a postos eletivos do Estado. Seu objeto foi, então, uso do *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube* por candidatos a deputado estadual em Sergipe nas eleições de 2018. A análise aqui efetuada encontrou menos rupturas e mais continuidades e reprodução das estruturas políticas no meio digital.

Em primeiro lugar, os dados mostram a existência de uma estratificação dos candidatos nas mídias sociais se considerarmos o número de seguidores possuídos por eles. Entre os candidatos a deputado estadual em Sergipe nas últimas eleições existe uma verdadeira pirâmide digital: no topo, uma minoria de candidatos detém mais de dez mil seguidores; na base, cerca da metade dos concorrentes não utilizam o *Facebook* ou o *Instagram*, as duas redes mais disseminadas na população estudada. Portanto, longe de estar disponível a todos, a visibilidade nas mídias sociais é um recurso escasso que está em disputa pelos candidatos.

Em segundo lugar, constatou-se que a visibilidade nas mídias sociais se tornou um recurso importante na conquista de uma vitória eleitoral. Há uma maior probabilidade de candidatos que possuem mais seguidores serem eleitos: no *Facebook*, 66,67% dos candida-

tos com mais de 10 mil seguidores foram eleitos; no *Instagram*, esse percentual é de 57%. Por outro lado, não possuir mídias sociais é quase sinônimo de uma candidatura natimorta – uma vez que a probabilidade de um candidato que não utiliza tal recurso se eleger é quase zero.

Em terceiro lugar, ao analisar os topos dessa hierarquia digital, descobriu-se que a elite política das mídias sociais é também a elite política *off-line*. São os políticos profissionais quem, a um só tempo, possuem mais seguidores (portanto mais visibilidade nas redes) e vencem as eleições. Essa constatação nos leva a relativizar a influência das mídias sociais sobre o resultado eleitoral. Por um lado, mostra que as redes não podem, sozinhas, determinar uma eleição, visto que políticos profissionais dispõe de uma série de outros dispositivos acionados na construção da almejada vitória eleitoral (recursos do fundo partidário, alianças políticas, redes de cabos eleitorais etc.)

Quer isso dizer que a relação entre sucesso eleitoral e visibilidade nas mídias sociais por nós encontrada é desprovida de significação sociológica? Noutros termos, que essa correlação é fruto de mero acaso? De modo algum. Isso mostra somente que, embora as redes estejam relacionadas ao sucesso eleitoral, elas só são eleitoralmente eficientes quando combinadas com outros recursos *off-line* valorizados no universo da política. Assim, sendo os políticos profissionais os possuidores desses outros recursos, serão eles que mobilizarão com mais eficiência as redes. Aliás, em certo sentido, somente eles são capazes de fazer da visibilidade nas mídias sociais um recurso relevante. Em suma, isso demonstra um processo de amálgama entre a política *on-line* e *off-line*, muito mais que uma ruptura.

Referências

BARBOSA, S. V. S. **Internet, política e representação**: o uso de mídias sociais por candidatos a deputado estadual em Sergipe (2018). 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), PPPGS/UFS. São Cristóvão, SE, 2019.

BARBOSA, S. V. S. Da rede na política à política na rede: caminhos analíticos dos estudos sobre internet e política. In: ENNES, M. A. **Leituras sociológicas contemporâneas**: contribuições do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ PPGS/UFS. São Cristóvão, 2020a. pp. 29-46.

BARBOSA, S. V. S. Política e representação nas redes sociais: um estudo sobre práticas eleitorais digitais. **Anais do III Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, São Cristóvão, 2020b.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, H. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para a teoria do campo político. **O poder simbólico**. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand Brasil, 1989. p. 163-208.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, 2011, p. 193-216.

BRAGA, S. O uso da internet nas campanhas eleitorais no Brasil: balanço do debate e algumas evidências sobre o Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 90, 2011, p. 58-73.

BRAGA, S.; NICOLÁS, M. A.; BRECHER, A. R. Clientelismo, internet e voto: Personalismo e transferência de recursos nas campanhas on-line para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, nº 1, 2013, p. 168-197.

CASTELLS, M. **La galáxia Internet**. Barcelona: Areté, 2001.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: os movimentos sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DEAN, J. Communicative capitalism: circulation and the foreclosure of politics, **Cultural Politics**, vol. 1, n. 1, 2005, p. 51-74.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 27, 2005a.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras** - estudos midiáticos, v. 7, n. 3, 2005b.

HAN, B. **Razionalità Digitale**. La fine dell'agire comunicativo. Florença: GoWare [Edição digital], 2014.

HAN, B. **No enxame: reflexões sobre o digital**. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel para uso pessoal 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>. Acesso em: 22 mar. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel para uso pessoal 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ITU – INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Measuring the Information Society Report 2017**. Vol. 1. Genebra: ITU, 2017.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARGOLIS, M.; RESNICK, D. **Politics as Usual: The Cyberspace “Revolution”**. Thousand Oaks, CA: Sage publications, 2000.

NICOLÁS, M. A.; BRECHER, A. R.; BRAGA, S. Elites políticas e NTI-Cs: uma análise do uso da internet pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado nas eleições brasileiras de outubro de 2010. **35º Encontro Anual da Anpocs**, GT 01: Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura, Caxambú/MG, 2011.

NORRIS, P. **Digital divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PASSERON, J. O que diz uma tabela e o que se diz dela. A linguagem das variáveis e a interpretação nas ciências sociais *In*: PASSERON, J. **O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural**. Petrópolis: Vozes, 1995.

PHÉLIPPEAU, E. Sociogênese da profissão política. *In*: GARRIGOU, A., LACROIX, B. (org.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

VILAÇA, L. H.; VON BÜLLOW, M.; ABELIN, P. Aprendendo a Usar o Facebook: o movimento estudantil no Chile e o ativismo digital. **39º Encontro anual da ANPOCS**, GT04 Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura, Caxambú/MG, 2015.

VON BÜLLOW, M.; GARCÍA, C. Who Controls the Internet? Student Movement Organizations and Protest in the Digital Age, **Colloquium of the School of Communication**, University of Washington, Seattle, janeiro de 2015.

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.



SOBRE OS AUTORES

ALEX MENEZES DE CARVALHO – Possui licenciatura em História (2010), mestrado em Sociologia (2013) e doutorado em Sociologia (2018), todos pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP) da mesma universidade. Tem experiência nas áreas de Sociologia, Ciência Política e História, com ênfase em “Sociologia Política” e em “Sociologia dos Grupos Profissionais”. E-mail: max_alex86@hotmail.com.

FAGNER DOS SANTOS BOMFIM – Aluno do Curso de Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Membro do Laboratório dos Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). E-mail: bsfg19@hotmail.com.

FELIPE TRINDADE – Mestre em Sociologia (PPGS-UFS), graduado em História (DHI-UFS) e atualmente está como técnico de supervisão e articulação das regiões educacionais (SEMED-Lagarto). Tem experiência em Sociologia das elites, Sociologia dos grupos profissionais e História do Nordeste. É membro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). E-mail: piatrindade@hotmail.com.

FERNANDA RIOS PETRARCA – Professora do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da UFS. Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela



Universidade Federal de Pelotas (2000), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e Pós-doutorado em Ciência Política pela Università di Pisa, Itália (2019). É líder do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). Atua na área de Sociologia Política, com o desenvolvimento de pesquisas nos seguintes temas: atuação profissional, engajamento político profissional, corrupção, formação de grupos profissionais, elites profissionais, usos da formação universitária, jornalismo e mídia. E-mail: fernandarpetrarca@gmail.com.

IGOR SALMERON – Sociólogo, bacharel, licenciado, mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Colunista do Jornal Correio de Sergipe, colaborador do tradicional Jornal da Cidade. Autor de diversos trabalhos de pesquisa sociológica acerca da história e personalidades de Sergipe, como *Os Rockefellers de Sergipe: Medicina e Política sob o prisma do universo sergipano no Século XX*. Possui relevantes publicações em tradicionais Jornais de circulação local, e debatidas em eventos científicos nacionais. Membro fundador da Academia Litero-cultural de Sergipe (ALCS), ocupando a Cadeira nº 14, do Patrono João Costa. Membro do Movimento Cultural Antônio Garcia Filho na Cadeira nº 25 (MAC) da Academia Sergipana de Letras (ASL). É membro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). E-mail: igorsalmeron_1993@hotmail.com.

KARINA GARCIA CRUZ – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, 2020); mestra em Sociologia (UFS, 2015); pós-graduanda em Gestão de Pessoas: Carreiras, Liderança e Coaching pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCSUL, 2020); graduada no Bacharelado de Comunicação Social - Jornalismo (UFS, 2012). Atualmente está como Professora no Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU/Aracaju). Concentra-se na área de estudos de Sociologia dos Grupos Profissionais,

com ênfase em Habilidades e Estratégias de Elites Profissionais; estudos de Alta Performance, Inteligência Emocional, Liderança e Habilidades Profissionais do Futuro. Em fase de desenvolvimento do campo da Sociologia e da Comunicação da Moda no Brasil, com ênfase nos estudos da indústria da moda, tipos de consumo, divisão do trabalho, habilidades de carreira de modelo e elites da moda. Integra o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP-UFS)). E-mail: karinagarciaufs@yahoo.com.br.

MARIA RITA RIBEIRO – Graduada em Ciências Sociais, mestre em sociologia, ambos pela Universidade Federal de Sergipe. Atua como professora de ensino superior no interior da Bahia. Trabalha principalmente com profissões, movimento sociais e questões de gênero. E-mail: mariaribeirorita@gmail.com.

PAMELLA SYNTHIA SANTOS – Doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Sergipe; bacharela e licenciada em Ciências Sociais (UFS); pesquisadora-colaboradora no Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP), concentrando-se em pesquisas voltadas para a Sociologia Política e Sociologia dos Grupos Profissionais, focando nas temáticas: partidos, profissionalização da política, grupos familiares, redes e grupos dirigentes. Atualmente está como Coordenadora de Supervisão e Articulação das Regiões Educacionais na Secretaria Municipal da Educação de Lagarto. E-mail: pamellasss@hotmail.com.

SAULO VINICIUS SOUZA BARBOSA – Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. É mestre em Sociologia (2019) e graduado em História (2016) pela mesma instituição. Integra, como pesquisador, o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS) desde 2018. Foi colaborador no Laboratório de Tecnologia Social e Mídias Digitais do Observatório da Democracia (UFS), entre 2018 e 2019. Áreas de interesse: Sociologia da Política e das Elites; Cidadania e Democracia; Internet, mídias sociais e política; Teoria Sociológica e Epistemologia da Sociologia. E-mail: saulo.vinicius93@gmail.com.

VALDENIO FREITAS MENESES – Professor do CCTA/UFCG (Campus Pombal- PB). Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Bolsista CAPES/BRASIL vinculado ao Laboratório de Estudos de Poder e Política (PPGS/UFS). Vinculado ao Laboratório de Estudos Rurais e Ambientais (LERA/UFCG). Tese Vencedora do Prêmio Capes 2019 (Área: Sociologia). E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br.

WILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA – Professor do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e dos Programas de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e em Antropologia (PPGA) da UFS. Possui bacharelado (1991) e licenciatura (1995) em Ciências Sociais, mestrado em Sociologia (1995) e doutorado em Antropologia Social (2005), todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pós-doutorado (2018-2019) na *Scuola Normale Superiore de Firenze*, Itália com a profa. Donatella Della Porta. É vice-líder do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). Tem experiência na área de Etnografia Política, desenvolvendo pesquisas sobre a gênese e a diversificação das formas de ação coletiva em suas relações com o Estado e a administração pública, com os grupos políticos e as organizações partidárias. Sua agenda de pesquisa tem se voltado para o estudo dos movimentos sociais e associativismo, dos protestos e mobilizações anticorrupção, do ativismo digital, das práticas estatais e ações públicas, da violência doméstica, do sistema de alianças, das eleições, dos grupos políticos, das organizações partidárias, do ambientalismo. E-mail: etnografia.politica@gmail.com.



O LEPP NA REDE

Além dos trabalhos reunidos aqui, é possível acompanhar as atividades e pesquisas do *Laboratório de Estudos do Poder e da Política* (LEPP) através da Internet. Nas mídias sociais, o LEPP está presente no *Twitter* (@leppufs), no *Instagram* (@leppufs) e no *Facebook* (@leppufs). Além disso, podemos ser encontrados em nosso site (<https://leppufs.wordpress.com/>) e contatados através de nosso e-mail (leppufs@gmail.com). Acesse e siga nossos canais para ficar por dentro de nossos trabalhos!

